



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MAURÍCIO ESTEVAM CARDOSO

**DISCURSOS E IDENTIDADES: A EMERGÊNCIA DO TERMO
“TRABALHADORES DO ENSINO”**

**BELO HORIZONTE
2010**

MAURÍCIO ESTEVAM CARDOSO

**DISCURSOS E IDENTIDADES: A EMERGÊNCIA DO TERMO
“TRABALHADORES DO ENSINO”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marisa Ribeiro T. Duarte

**BELO HORIZONTE
2010**



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social

Dissertação intitulada Discursos e identidades: a emergência do termo “trabalhadores do ensino”, de autoria do mestrando Maurício Estevam Cardoso, analisada pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Prof^ª. Dr^ª. Marisa Ribeiro Teixeira Duarte – FAE/UFMG
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria Bueno Fischer – UFRS

Prof^ª. Dr^ª. Dalila Andrade Oliveira – FAE/UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Savana Diniz – FAE/UFMG
(Suplente)

Prof^ª. Dr^ª. Livia Maria Fraga – FAE/UFMG
(Suplente)

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2010

*Dedico este trabalho à memória de minha mãe,
D. Carmen, exemplo de força; à minha esposa,
Rita, exemplo de amor; e ao meu filho, João
Francisco, exemplo de alegria e vida.*

AGRADECIMENTOS

À professora Marisa Duarte, pela orientação desafiadora, que me possibilitou traçar um percurso marcado pela busca do rigor teórico, aliado ao respeito à empiria e à construção do conhecimento científico.

À professora Marildes Marinho, pelas contribuições ao percurso metodológico traçado nesta pesquisa.

À Magda Campbell, diretora da APPMG, pela confiança, disposição e presteza em abrir os arquivos da associação para a busca dos periódicos. A história dessa associação e de seus atores merece ser resgatada e preservada.

À diretoria do Sind-UTE, pelo apoio à pesquisa documental e também pela confiança em expor seus arquivos, sempre disponíveis para pesquisadores interessados em se debruçar sobre eles e explorar suas potencialidades.

À direção da Escola Municipal Professora Isaura Santos, pelo apoio e incentivo – fundamentais para que esse caminho pudesse ser trilhado.

À Rita, minha esposa, pelos incentivos, motivações, solidariedade, compreensão, carinho e apoio; pelas leituras críticas, feitas com o aguçado olhar de uma professora que tem amor pela sua profissão.

Ao João Francisco, pelas horas cedidas, tão caras a ele.

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações identitárias formuladas por duas entidades representativas de docentes em Minas Gerais, em fins dos anos 1970, e início dos anos 1980. O objetivo é compreender as maneiras como são reelaboradas as identidades profissionais dos docentes. Para tanto, foi analisado o momento de ruptura institucional ocorrido na Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) e a criação de uma nova entidade, a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG). Tratou-se de analisar a emergência do termo “trabalhadores do ensino” e suas implicações sobre as representações que são construídas acerca das identidades docentes. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando-se da análise documental de periódicos publicados por essas duas entidades no recorte temporal determinado. Para tratamento dos dados coletados utilizou-se a análise do discurso, tendo como referências os trabalhos de Norman Fairclough e Dominique Maingueneau. A pesquisa bibliográfica estabeleceu três subtemáticas de investigação: concepções de identidades profissionais, concepções de identidade social e repercussões do movimento associativista sobre as identidades docentes. Os estudos pesquisados comportam diferentes concepções sobre o conceito de identidade, evidenciando, no entanto, uma tendência de se tratar a identidade como algo unitário, singular. O estudo apresenta duas vertentes básicas de compreensão do processo de construção das identidades individuais e sociais, uma que privilegia a construção das identidades a partir dos processos relacionais de socialização, centrado nas proposições de Claude Dubar, e outra que destaca a construção identitária a partir das lutas sociais. A análise efetuada concluiu que há uma tensão permanente perpassando as formulações identitárias e as identidades docentes, sendo constituídas a partir de processos dinâmicos, que podem conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações, que comportam múltiplas dimensões, sejam relacionadas aos contextos sócio-históricos, sejam relacionadas às múltiplas experiências relacionais individuais e coletivas pelas quais passam os docentes, tanto no exercício profissional, quanto no que diz respeito aos seus pertencimentos sociais. A partir da pesquisa documental pôde-se comprovar que a imagem do docente como um “trabalhador do ensino” foi uma formulação que ganhou força *a posteriori*, tendo a sua matriz discursiva como fruto de uma reelaboração da memória e do passado do movimento reivindicatório dos(as) professores(as). Mesmo a questão identitária não sendo a preocupação central da UTE-MG em seus primórdios, buscar uma referência à ideia de “trabalhadores do ensino” no plano discursivo foi a estratégia utilizada pela entidade para estabelecer lógicas de ação política diversas das utilizadas pela APPMG. As práticas discursivas em torno da noção de trabalhador do ensino possibilitaram constituir uma identidade organizativa diferenciada, uma postura sindical diversa e se contrapor enquanto entidade de representação à APPMG.

Palavras-chave: Política educacional. Movimentos docentes. Identidade docente. Análise do discurso.

ABSTRACT

This dissertation examines the identity representations made by two entities representing teachers in Minas Gerais in the late 1970s and early 1980s. It aims to understand the ways in which teachers' professional identities are overhauled. For such, an analysis was conducted, of the moment of institutional rupture occurred in the Elementary teachers' Association of Minas Gerais – APPMG – and the creation of a new entity, the Union of Education Workers of Minas Gerais – UTE-MG. The emergence of the term "education workers" and its implications on the representations that are built on teachers' identities were analyzed. The survey was conducted through a qualitative methodological approach, using the documentary analysis of newsletters published by these two bodies in a particular temporal clipping. For processing the data collected, the discourse analysis was used, having as reference the works by Norman Fairclough and Dominique Maingueneau. The bibliographic search established three sub-themes: conceptions of professional identities, conceptions of social identity and repercussions of the association movement on teachers' identities. The researched studies comprise different conceptions about the concept of identity, underlining, however, a tendency to treat identity as a sole unit. The study presents two basic aspects of understanding the process of constructing individual and social identities: one that emphasizes the construction of identities from relational processes of socialization, centered on the propositions of Claude Dubar, and another that highlights the construction of identity from social struggles. The analysis concludes that there is permanent tension that pervades the identity formulations and the teachers' identities, being formed from dynamic processes, which can meet ruptures, phases of continuity or restructuring, comprising multiple dimensions, either related to the socio-historical contexts, or to the many individual and collective relational experiments which teachers go through, both in professional practice and in terms of social inclusion. From the documentary research, it can be proved that the image of the teacher as an "education worker" was a formulation which, a posteriori, became stronger, which had its discursive array as the result of memory restructuring and the past of the teachers' claiming movement. Even the question of identity not being the central concern of the UTE-MG in its origin, the reference to the idea of "education workers" in the discursive plan was the strategy used by the entity to establish argumentative, political action other than that used by the APPMG. Discursive practices around the notion of "education worker" made it possible to constitute a differentiated organizational identity, have a diverse union posture and dispute with the APPMG as a representative entity.

KEYWORDS: educational policy - teachers' movements - teacher's identity - discourse analysis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Identificador de correspondência do <i>Jornal do Professor</i>	84
Figura 2 – Charge “Projeto do governo – quadro permanente”	86
Figura 3 – Charge “Projeto do Governo”	86
Figura 4 – Logomarca da APPMG	89
Figura 5 – Charge “Reajuste semestral”	91
Figura 6 – Charge “A defesa dos aposentados”	93
Figura 7 – Expediente <i>Jornal do Professor</i>	96
Figura 8 – Logomarca de campanha, utilizada no <i>Jornal do Professor</i>	110
Figura 9 – Forma mista de gênero	120
Figura 10 – Foto de Darcy Ribeiro	127
Figura 11 – Charge “Inflação e salário das professoras”	143
Figura 12 – Charge “salário”	144
Figura 13 – Charge “greve e reposição”	145
Figura 14 – Ilustração do boletim de greve: “A luta continua”	148
Figura 15 – Expediente do Jornal Módulo III	152
Figura 16 – Plenária do I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino	154
Figura 17 – Manifestação no Palácio da Liberdade – greve (1979)	154
Figura 18 – Manifestação de greve (1979).....	154
Figura 19 – Composição da diretoria da UTE-MG	162
Figura 20 – Charge: o fantoche APPMG	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrência de termos utilizados no Jornal do Professor para designar o conjunto dos(as) professores(as).....	107
Tabela 2 – Ocorrência de termos utilizados no Jornal do Professor para designar o conjunto dos(as) professores(as) – agrupamento por categoria.....	117
Tabela 3 – Ocorrência de termos utilizados nos periódicos da UTE-MG para designar o conjunto dos(as) professores(as).....	176

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC paulista	Região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul
AD	Análise do Discurso
AMISP	Associação Mineira dos Supervisores Pedagógicos
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APPMG	Associação dos Professores Primários de Minas Gerais
APPMG	Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE	Conferência Brasileira de Educação
CGG	Comando Geral de Greve
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMOPE	Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENCLAT	Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
LDBN/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SINPEP/MG	Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Minas Gerais
SINPRO/GO	Sindicato dos Professores do Estado de Goiás
SINPRO/MG	Sindicato dos Professores de Minas Gerais
SINTEGO	Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Goiás
UNSP	União Nacional dos Servidores Públicos
USP	Universidade de São Paulo
UTE-MG	União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	IDENTIDADE(S) E IDENTIDADE(S) DOCENTE(S).....	20
2.1	A(s) identidades(s) profissional(ais) docente(s): formações e atuações.....	21
2.1.1	Da sociologia das profissões às novas construções identitárias nos indivíduos e grupos.....	25
2.2	Identidade(s) profissional(ais) e identidade(s) social(ais).....	30
2.3	Movimento sindical e identidade(s) docente(s).....	32
2.4	Reconhecimento identitário.....	40
3	A EMERGÊNCIA DO TERMO “TRABALHADORES DO ENSINO”: A MOBILIZAÇÃO DOCENTE EM FINS DOS ANOS 1970 E INÍCIO DOS 1980 – REVISÃO DA LITERATURA.....	44
3.1	A organização sindical docente.....	45
3.2	Organização e identidade: os “trabalhadores do ensino”.....	51
3.3	“Trabalhadores do ensino”?.....	57
3.4	O viés analítico.....	59
4	DO ESTUDO DAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS ÀS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS: O SUPORTE DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	61
4.1	Profissão e identidade(s).....	61
4.2	Representações de si, para si e para o outro.....	64
4.3	A análise do discurso enquanto método.....	65
4.3.1	A Análise do Discurso: um roteiro de trabalho.....	66
4.3.2	A prática discursiva.....	71
4.3.3	O evento discursivo como texto.....	75
4.3.4	O evento discursivo como prática social.....	78
5	O DISCURSO DA APPMG.....	82
5.1	Os periódicos da APPMG: apresentação geral.....	83
5.2	A prática discursiva a partir dos periódicos da APPMG.....	94

5.3	A análise linguística dos periódicos da APPMG.....	105
5.4	O evento discursivo como prática social: ideologia e hegemonia nos periódicos da APPMG.....	130
5.5	Hibridismo discursivo.....	132
6	O DISCURSO DA UTE-MG.....	136
6.1	Os periódicos da UTE-MG: apresentação geral e formas de distribuição.....	137
6.2	A prática discursiva a partir dos periódicos da UTE-MG: qual(is) identidade(s)?.....	151
6.3	A análise linguística dos periódicos da UTE-MG.....	174
6.4	O evento discursivo como prática social: um esquema de correspondência.....	199
6.5	Os efeitos do discurso da UTE-MG.....	202
7	APPMG E UTE-MG – CONCLUSÃO.....	207
	REFERÊNCIAS.....	215
	ANEXOS.....	222

1 INTRODUÇÃO

A educação, por sua dimensão poliédrica, multifacetada, em constante visibilidade social é carregada de interpretações sobre qual seria o seu papel na sociedade e, por conseguinte, professores(as)¹ tornam-se alvo de variadas representações formuladas pelo senso comum, pela mídia, por órgãos governamentais ou organismos internacionais. Mas como esses docentes² têm sua imagem construída por suas próprias entidades representativas, como se formatam determinadas representações identitárias nos discursos produzidos por essas entidades?

Esta dissertação visa compreender como são (re)elaboradas as identidades docentes nos discursos produzidos por suas entidades representativas, as maneiras como, dialeticamente, esse discurso é constituinte de uma prática e por ela é constituído. Para tanto, nos propomos a analisar o momento de ruptura institucional ocorrido em sua então principal entidade representativa, a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) e a criação de uma nova entidade, a União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais (UTE-MG) no final da década de 1970. Partimos do pressuposto de que as maneiras como essas entidades constroem determinadas representações identitárias de professores(as) estão relacionadas às suas práticas sociais, e à medida que as configurações sociais vão diacronicamente se transformando, essas formas identitárias também vão passando por transformações, forjando identidades nas lutas de representação, materializadas nos discursos produzidos por tais entidades. Analisamos, especificamente, a emergência do termo “trabalhadores do ensino” e suas implicações sobre as representações identitárias que são construídas pelas entidades representativas dos docentes.

Ao propormos a discussão de uma questão tão complexa quanto “identidades” devemos deixar claro o pressuposto a partir do qual esse conceito é formulado, a partir do qual ele foi trabalhado ao longo desta pesquisa. Seguindo Dubar (2005), entendemos que não existe uma identidade em essência, imutável, que acompanhe o sujeito, ou um grupo social, ao longo de sua existência sem sofrer transformações. As identidades são construções sociais

¹ A forma adotada neste trabalho para se referir aos professores e professoras será “professor(a)”. Contudo, quando se tratar de citações indiretas dos documentos ou autores analisados, será mantida a forma original como grafado.

² Neste trabalho a palavra “docente” será utilizada no seu sentido etimológico, do latim *docere*, ensinar, portanto referindo-se àquele(a) que exerce a ação de ensinar, o exercício do magistério. Mais especificamente, está se referindo aos(as) professores(as). (HOUAISS, 2007).

e de linguagens, são relativas a uma determinada época histórica, a um determinado contexto sociopolítico. A partir dessa lógica, compreendemos que as identidades profissionais dos docentes devem ser analisadas como um movimento, uma construção dinâmica, um processo contínuo, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações a partir de modelos anteriores de identificação. Por isso, optamos em trabalhar o conceito no plural – “identidades” –, pois, dessa forma, evitamos o reducionismo, os anacronismos redutores, que desconsideram a dinâmica social, a pluralidade dos sujeitos e das instituições sociais.

Diante disso, outras questões nortearam esta pesquisa: de que maneira a construção de um discurso formata uma determinada representação? Como as entidades representativas dos docentes canalizam ou expressam uma dada representação? Em que sentido podemos considerar a existência de uma “luta de representações” travada entre a APPMG e a UTE-MG? Quais as diferenciações percebidas nos discursos a partir de termos utilizados por essas entidades tais como “ofício”, “professor”, “professora”, “profissão”, “trabalhador”, “trabalhador do ensino”, “funcionário público”, “educador(a)”, entre outros? Como esses léxicos podem ser constituintes de uma prática e de uma dada representação?

A partir dessas questões objetivamos identificar as relações entre as matrizes discursivas das entidades representativas dos(as) professores(as) públicos de Minas Gerais; investigar as possíveis transformações pelas quais passam os discursos sobre a profissão docente veiculadas nos textos produzidos por suas entidades representativas; analisar as condições sociais de produção desses discursos; e buscar compreender os elementos distintivos e também aqueles homogeneizadores presentes nas representações sobre os docentes.

A questão da representação docente, a maneira como os(as) professores(as) são designados(as) nos textos produzidos por suas entidades, estruturando novos discursos, envolve vários aspectos que permeiam a própria prática docente. Sua investigação pode contribuir para uma melhor compreensão de como se formatam determinadas identidades profissionais, suas rupturas, permanências, contradições; pode contribuir, ainda, para o próprio entendimento da situação do campo educacional no Brasil, pois como afirma Sacristán (1995), o professorado deve ser visto como objeto obrigatório da investigação educativa.

A formulação de políticas públicas para a educação não pode prescindir da análise desse importante ator do processo educativo, que é o docente, seja para elaborar ou reformular os estatutos profissionais e/ou planos de carreira, seja para melhor compreender sua atuação

nas escolas, pois é através dos docentes que essas políticas se consubstanciam, são implementadas, alcançam ou não seus objetivos.

Do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa se propõe a contribuir para a discussão a respeito das (re)formulações das identidades docentes, ampliando as possibilidades de análise, trazendo à luz novos elementos a partir da pesquisa empírica e da conjugação desta com aportes teórico-metodológicos que possibilitem o aprofundamento nesta questão tão complexa, que é a das identidades profissionais docentes.

O período escolhido para a análise desse processo (final da década de 1970 e início da década de 1980) se justifica pela tentativa de resgatar o deslocamento político ocorrido após o cerceamento da participação política, tendo o cenário das transformações do fazer política dos trabalhadores urbanos como forma de expressão desse deslocamento. Busca ainda captar um momento de tensão, contraditório, no qual antigas formulações discursivas acerca das identidades dos docentes convivem com novas formas identitárias surgidas com a emergência do termo “trabalhadores do ensino”. Esse momento constitui-se, portanto, em um período determinante para as práticas organizativas dos docentes, no qual estão em disputa projetos políticos diferenciados, opostos, representados pela APPMG e pela UTE-MG. Tais projetos trazem consigo representações de quem seriam os docentes, além de construírem imagens e proporem ações a partir da compreensão que possuem desses atores. Por ser um momento de evidente polarização, há uma tendência por parte das entidades de buscar o que a diferencia, de demarcar seu campo discursivo em relação ao outro. Daí ser um período especialmente rico para se pesquisar as maneiras como identidades são (re)construídas, (re)elaboradas.

Nessa introdução não podemos deixar de considerar as razões que nos levaram a pesquisar as identidades docentes, quais as motivações – profissionais, intelectuais e pessoais – que nos conduziram a esse processo investigativo. A prática vivenciada no cotidiano da escola, a presença nos movimentos reivindicatórios, a intensa participação nos embates de uma categoria profissional, por melhores condições de vida e de trabalho, faz com que esse trabalho se revista de um caráter particularmente necessário, pois há duas décadas, atuando na educação como docente, presenciando as transformações da instituição escola nesses 20 últimos anos e as transformações da própria natureza do trabalho docente, faz com que a investigação sobre as (re)elaborações das formas identitárias dos docentes seja uma parte essencial para construção de nossa própria identidade social e profissional.

Em um texto no qual discute a relação entre história, memória e identidade, Niethammer (1997, p. 122) nos aponta que “[...] desde os anos 1980 o termo *identidade*

coletiva se espalhou por toda parte, perdendo, assim, qualquer precisão terminológica. Mas será que se trata apenas de uma ‘palavra curinga’ que não sugere nada além do equilíbrio reflexivo da estabilidade e da transformação [...]?” Esse questionamento proposto pelo autor nos leva, ao pesquisar as identidades formuladas por entidades docentes, a questionar nossa própria identidade. Quem são essas pessoas – e nelas nos incluímos –, que apesar de tantas adversidades para o exercício de seu ofício – processos de precarização e intensificação do trabalho, adoecimento, violência nas escolas, baixos salários, poucas conquistas obtidas após longos dias de manifestações e greves –, resistem e trabalham cotidianamente com crianças e adolescentes, construindo um processo educacional capaz de questionar a realidade em que vivem, capazes de trabalhar com a esperança, com vistas a uma formação plena dos educandos?

A partir da análise das formas identitárias que são construídas por nossas entidades a nosso respeito, buscamos, na realidade, nos reconhecer, incorporar, rejeitar ou agregar imagens, confrontar com nossas próprias formulações; de fato não seria somente “equilíbrio reflexivo da estabilidade e da transformação”, é bem mais, é um encontrar-se consigo mesmo, com seu ofício e buscar, sim, alguma segurança, mesmo que efêmera. Somos professores? Trabalhadores do ensino? Educadores? Funcionários públicos? Monitores? Tutores? Não estamos com isso, no entanto, buscando uma essência, o ser em sua plenitude, mas antes, compreender dialeticamente essa heterogeneidade que nos constitui e que a constituímos. E o viés investigativo escolhido para essa busca foi entender de que maneira nossas entidades representativas, formadas por nós mesmos, ou nas palavras de Domingues (2004), nossas subjetividades coletivas, constroem formas identitárias para nós mesmos.

Além do próprio reconhecimento identitário individual, há a constatação dos grandes desafios que vive a educação em nosso país e do papel dos docentes na construção de alternativas para tantos problemas. Ao analisar a reestruturação do sistema educacional de Portugal no início dos anos 1990, Nóvoa (1995b) aponta fatores que têm contribuído para o aumento das fontes de tensão no exercício da profissão docente, que seriam: a intensificação do trabalho cotidiano, com o desempenho de funções variadas; a utilização de mecanismos, por parte dos governos, de controle através dos planos de progressão na carreira; as novas exigências frente à reestruturação do sistema de ensino, como por exemplo, as chamadas avaliações sistêmicas; as mudanças nas formas de relacionamento com a comunidade; o frenético processo de formação continuada; a forma desvalorizada como os(as) professores(as) sentem que sua profissão é vista pela sociedade; os baixos salários (NÓVOA,

1995b, p. 7-8). Desde que devidamente contextualizados à realidade brasileira, esses fatores traçam um perfil bem aproximado do cotidiano de docentes nas escolas públicas no Brasil.

Compreender, portanto, quem são esses docentes, pela ótica de suas entidades representativas, é um dos passos para o entendimento dessa realidade e para a atuação dos(as) professores(as) enquanto agentes desse processo, para que possam enfrentar de maneira crítica e reflexiva os desafios colocados pelo processo educacional nos dias de hoje. Investigar as identidades profissionais e sociais dos docentes é resgatar um pouco da história desse ofício, pois o resgate de sua história é necessariamente o resgate de suas identidades, ponto central para se pensar qualquer mudança, qualquer postura frente aos desafios colocados pela realidade, para se pensar as formulações de políticas públicas para a educação. Possibilita, ainda, lançar um novo olhar sobre as configurações sociais e, especialmente, sobre o próprio caráter da profissão docente.

Para buscar apreender as formas identitárias construídas pela APPMG e pela UTE-MG estabelecemos um referencial teórico que pudesse abranger os aspectos constitutivos desse processo, especialmente no que diz respeito ao conceito de “identidade”, a partir de uma base centrada nas proposições de Dubar (2005) que discute os processos de socialização e construção de identidades profissionais. Além desse autor, foram tomadas como referência as obras de Nóvoa (1995a, 1995b), a respeito da profissão docente, e as de Chartier (1990, 2002), que trabalha com o conceito de representação.

É necessário, também, contextualizar a produção discursiva dessas entidades, levando-se em consideração os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que fazem parte dos processos de constituição de identidades. E considerar, ainda, que essas identidades são também ligadas a múltiplas trajetórias dos indivíduos – familiares, escolares, profissionais – e pertencimentos sociais – sexo, idade, religião, classe social e outras – e relacionada a um contexto temporal e espacial (CATTONAR, 2001).

Para a investigação do objeto proposto nesta pesquisa foi feita uma abordagem metodológica qualitativa. Para investigar como professores(as) são representados nos textos produzidos por suas entidades no período do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, optamos por expor a maneira como a linguagem foi utilizada (PROST, 1996b) pelas duas principais entidades de docentes do período, suas continuidades e rupturas nas maneiras de reelaboração de identidades da profissão docente a partir de suas práticas.

Para Prost (1996b), determinados termos, como “trabalhadores”, por exemplo, demonstram uma “vontade de reconhecimento”, uma identidade coletiva inserida num corpo de valores nos quais determinado grupo se legitima. Portanto, a análise se volta para as produções simbólicas do grupo, sobre os discursos produzidos por esse grupo, sobre a maneira como é dito, aos termos que são utilizados, aos campos semânticos que designam (PROST, 1996b). Esse tipo de análise parte do pressuposto de que um documento é sempre um discurso e o conteúdo histórico que se pretende resgatar está relacionado às formas do texto, ao vocabulário, aos enunciados (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Nesse sentido, a abordagem das representações construídas nos textos foi realizada a partir de uma aproximação com os procedimentos linguísticos, pois dessa forma dissolve-se a evidência das significações imediatas, dá-se aos textos uma consistência própria, multiplicando as questões que ele coloca (PROST, 1996a).

O *corpus* documental trabalhado nesta pesquisa foi recolhido nos arquivos da APPMG e nos arquivos do atual Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), que reúne os arquivos da antiga UTE-MG a qual veio a se unir, em 1990, com outras entidades, formando o sindicato atual. A base de análise nos arquivos dessas entidades foram os periódicos produzidos entre os anos de 1979 e 1982.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a análise do discurso a partir das proposições de dois autores, Fairclough (2001) e Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), já que esse tipo de análise possibilita compreender a mudança social, pois é dialética, na medida em que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo da estrutura social. O discurso é visto como “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

A obra de Fairclough (2001), com seu modelo tridimensional de análise, nos serviu como um roteiro de trabalho para análise dos dados coletados. A partir desse modelo os eventos discursivos são tratados em três dimensões: como texto, como prática discursiva e como prática social. A dimensão do texto cuida da análise linguística (o vocabulário – lexicalizações –, a gramática, a estrutura textual); a dimensão da prática discursiva especifica a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual, dando ênfase na análise da interdiscursividade; e a dimensão de prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento

discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e seus efeitos constitutivos/construtivos.

A partir de Maingueneau (1997, 2008a, 2008b) foi estabelecida uma base de análise a qual parte do primado do interdiscurso, propondo uma semântica global que estabelece um sistema de restrições abrangendo diversos planos discursivos, como o vocabulário, os temas e a intertextualidade.

Portanto, tendo como base a perspectiva de se tratar as identidades a partir de seus aspectos relacionais e de considerá-las como construções sociais e de linguagens, relativas a uma determinada época histórica, utilizando-se a análise documental, tendo como suporte teórico-metodológico a análise do discurso, essa dissertação foi desenvolvida em cinco capítulos.

No capítulo 2 foi construído um referencial teórico sobre o conceito de identidade(s) que pudesse ser operado quando da análise das (re)elaborações identitárias formatadas pela APPMG e pela UTE-MG. Esse referencial foi construído tendo como base as proposições de Dubar (2005). A partir da compreensão das identidades como parte de processos relacionais foram cotejadas as proposições de Dubar (2005) com as de outros autores, como Sarmiento (2000), visando a apreensão das lógicas de ação das entidades pesquisadas; Hall (2006), com seus questionamentos, nos possibilitou estar atentos aos princípios de homogeneidade e heterogeneidade na construção dessas identidades; Domingues (2004) possibilitou-nos perceber as entidades docentes como subjetividades coletivas. Foram tratadas, ainda neste capítulo, à luz da literatura sobre o tema, as relações entre o movimento sindical e os processos de construção das identidades docentes.

O capítulo 3 detalha, à luz da bibliografia consultada, o lugar dessa pesquisa no âmbito da produção acadêmica sobre o tema. Nesse estudo bibliográfico buscamos estabelecer um grupo de textos que tivessem como parâmetro a articulação de quatro elementos, a discussão sobre identidade docente, a análise do contexto histórico em fins da década de 1970 e início da década de 1980, as formas organizativas dos docentes e a emergência da identidade de “trabalhador do ensino”.

O percurso teórico-metodológico dessa pesquisa está descrito no capítulo 4, no qual são desenvolvidos os conceitos de profissão a partir das proposições de Nóvoa (1995a) e o conceito de representação trabalhado por Chartier (1990). Quanto à metodologia, é relatado o

roteiro de trabalho construído com base na análise do discurso, proposta por Fairclough (2001) e Maingueneau (1997, 2008a, 2008b).

O capítulo 5 é dedicado à análise empírica dos periódicos produzidos pela APPMG; nele é detalhado o *corpus* documental, e com base no roteiro de trabalho estabelecido no capítulo 4, é feito o tratamento dos dados. Nessa documentação buscamos as maneiras como a APPMG constrói discursivamente representações acerca das identidades docentes.

No capítulo 6 fazemos a análise da documentação da UTE-MG. Ao analisarmos o discurso da UTE-MG através de seus periódicos, procuramos responder às mesmas questões colocadas em relação à documentação da APPMG, possibilitando, dessa forma, estabelecer parâmetros de comparação entre as duas entidades. As categorias de análise, no entanto, foram selecionadas a partir da própria documentação, não sendo, portanto, estabelecidas *a priori*. O roteiro de análise criado inicialmente demonstra como se estruturam textualmente os periódicos produzidos pela UTE-MG, a maneira como eles se apresentam graficamente para, a partir disso, investigar a quem se dirigem, a natureza dos processos de produção e distribuição, as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e, principalmente, a maneira como esses periódicos buscam conformar determinadas identidades docentes.

Nas considerações finais construímos uma conclusão que à luz dos referenciais teóricos e da pesquisa empírica busca responder a questão central dessa pesquisa, ou seja, como são (re)elaboradas as identidades profissionais dos docentes nos discursos produzidos por suas entidades representativas, as maneiras como, dialeticamente, esse discurso é constituinte de uma prática e por ela é constituído e, principalmente, quais os efeitos dessa construção discursiva para a afirmação de determinadas imagens que circulam sobre a profissão docente.

2 IDENTIDADE(S) E IDENTIDADE(S) DOCENTE(S)

A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente.

(Zygmunt Bauman)

“Precisamos fazer com que o magistério seja mais que um sacerdócio. A pessoa não precisa fazer voto de pobreza para ser professor.”³ – em entrevista a uma revista de circulação nacional, o ministro da educação do governo Lula, Fernando Haddad, revela a permanência de uma representação acerca da identidade docente, a imagem do(a) professor(a) abnegado(a), a serviço de uma nobre missão, desprendido(a) de ambições materiais. É o que Sarmento (2000) classifica como a construção de uma ordem simbólica através da “metáfora missionária”, pela qual a profissão docente não é considerada como uma atividade social, mas “[...] um serviço, a que se adere por vocação, que se desempenha com fervor e cujos ganhos são de natureza espiritual.” (p. 217). O ministro aponta em seu discurso a presença, seja no senso comum, seja para formuladores locais de políticas e programas para educação, da disputa entre formas de representações e tentativas de elaboração e afirmação de outra determinada identidade docente.

No Brasil, desde o final da década de 70 do século XX, algumas entidades de professores(as) buscaram contrapor a essa representação missionária a noção de “trabalhadores do ensino”, identificando os docentes como sujeitos que em muitos aspectos se assemelham aos operários, vivenciando os mesmos problemas, como longas jornadas de trabalho, distanciamento do controle do produto de seu trabalho, baixos salários, e que, portanto, deveriam se organizar nos moldes dos sindicatos, adotando formas de mobilização semelhantes às dos demais operários. Essa concepção buscava romper com a lógica da abnegação, do sacerdócio, visto que as condições de trabalho e salariais são questionadas, evidenciando uma nova postura em relação à imagem que o docente constrói para si e para a sociedade.

A partir do exposto acima, nos questionamos que tensões perpassam as formulações identitárias dos docentes – pois como afirma Bauman (2005, p. 83), “[...] a identidade é um

³ Entrevista concedida à Revista *Isto é*, edição de 28 de novembro de 2008. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2039/artigo117700-1.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

conceito altamente contestado. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha” –, como são construídas as representações acerca de sua imagem? Professor(a)? Trabalhador? Profissional? Funcionário(a)?

A complexidade da questão da(s) identidade(s) impõe ao pesquisador diferenciar os pressupostos a partir dos quais este conceito é formulado. De acordo com Dubar (2005, p. 20), não existe uma identidade em essência, imutável, que acompanhe o sujeito, ou um grupo social, ao longo de sua existência sem sofrer transformações. As identidades são construções sociais e de linguagens, são relativas a uma determinada época histórica, a um determinado contexto sociopolítico, pois como afirma Martuccelli (2002, p. 407), “[...] nenhuma identidade pré-existe à sua construção.” Esses autores se contrapõem a uma visão “essencialista” da identidade, para a qual haveria uma identidade coerente e única que acompanharia o indivíduo por toda a vida. A essa visão propõem uma ideia “construtivista”, que preconiza ser as identidades o resultado de construções sociais contingentes e históricas (MARTUCCELLI, 2002, p. 407).

A partir da complexidade de apreensão desse conceito, partimos do pressuposto de que missão ou sacerdócio, trabalho ou profissão, expressam representações identitárias ligadas a contextos sócio-históricos específicos, representações essas que se entrecruzam, se contradizem, em um processo incessante de reelaboração. Porém, indagamos ao autor (DUBAR, 2005) acerca das razões da pregnância de “antigas” concepções identitárias nos espíritos e nas ações desenvolvidas na atualidade, como menciona o atual ministro da educação do governo brasileiro.

2.1 A(s) identidade(s) profissional(ais) docente(s): formações e atuações

A partir da década de 90 do século XX diferentes países da América Latina têm realizado com graus variados de efetividade, reformas educacionais em seus sistemas de ensino. Para autores como Esteve (2006), seria uma autêntica revolução educacional, uma revolução silenciosa que implicaria uma “reconstrução dialética do existente”. Nesse sentido, este autor pondera que não há como compreender a amplitude das reformas – nem mesmo implementá-las a contento – sem se levar em conta os papéis desempenhados pelos docentes em seu cotidiano, em suas interações sociais, pois “[...] a transformação do trabalho cotidiano

em sala de aula depende de pessoas com uma determinada sensibilidade, com uma determinada história pessoal, com uma concepção específica do ensino e que se formou como docente em um determinado contexto histórico.” (ESTEVE, 2006, p. 21)⁴. Enfim, para o autor, a efetividade das reformas depende de indivíduos que constroem suas identidades individuais, coletivas e profissionais, relacionadas a múltiplos fatores, incluindo o trabalho que exercem.

Mesmo sendo necessário relativizar o teor das mudanças na perspectiva apontada por Esteve (2006), questionando o grau dessa “revolução silenciosa”⁵, cabe destacar a relevância dada pelo autor à necessidade de se analisar as construções identitárias dos docentes e suas transformações para compreender seus impactos sobre as reformas educacionais a partir dos anos 1990. Essa postura vem reforçar a proposta em discussão neste estudo, que busca compreender as concepções acerca da(s) identidade(s) docente(s) e suas (re)elaborações em diferentes contextos históricos.

Avalos (2006), por sua vez, analisa a emergência de um “*nuevo profesionalismo*” na atualidade, que se contraporía a um “profissionalismo tradicional”, desenvolvido em um contexto no qual os docentes lutam pelo reconhecimento da docência enquanto profissão e pela melhoria das condições de trabalho, da formação inicial e das oportunidades de formação continuada. No contexto de desenvolvimento do “novo profissionalismo”, seria acrescido a essa lista a exigência de qualidade do ensino ministrado aos(as) alunos(as). Essa nova exigência pode se apresentar sob duas óticas, como uma forma de se desenvolver a autonomia dos docentes ou como uma forma de se exercer maior controle sobre seu trabalho (AVALOS,

⁴ Texto original em espanhol. Tradução nossa.

⁵ Na perspectiva da sociologia da regulação social, Barroso (2005, 2006) considera que as reformas iniciadas a partir dos anos 80 do século XX nos países europeus e nos anos 90 no contexto latino americano, se caracterizam pela adoção de medidas políticas e administrativas que têm como resultado a alteração dos modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar. O que evidenciaria, portanto, não uma “revolução”, mas a adoção de um “[...] novo estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas.” (BARROSO, 2005, p. 727). Os novos modelos de regulação advindos com as reformas, de acordo com o autor, buscariam superar o modelo burocrático-profissional de regulação, buscando, na realidade, a transformação do sistema com vistas à sua manutenção. Essa perspectiva trazida por Barroso (2005, 2006), nos faz questionar a definição das reformas como uma revolução, como um processo movido por intencionalidades definidas *a priori*, quando “[...] a diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interação dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder público. Por isso, mais do que falar de regulação seria melhor falar de ‘multirregulação’, já que as ações que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objetivos, processos e resultados.” (BARROSO, 2005, p. 734). As transformações nos modos de regulação dependem, portanto, da ação de diferentes atores, através de processos de confrontação e negociação, daí a necessidade de se compreender os contextos sócio-históricos de construção de identidades pelos docentes, agentes que ganham uma centralidade nas reformas. Ver: Barroso (2005, 2006).

2006, p. 209). A autora considera, ainda, que os aspectos positivos ou negativos de se posicionar frente a esse novo modelo derivariam de maior ou menor grau de confiança social na capacidade dos docentes para exercerem controle sobre seu próprio trabalho e em responsabilizar-se pela qualidade do ensino mediante critérios definidos a partir de seu conhecimento experiencial, e não através de um controle baseado em metas e resultados de avaliações externas aplicadas aos(as) alunos(as) para aferir o grau de aprendizagem.

Dessa forma, a autora associa a profissionalidade docente ao domínio ou autocontrole pelo seu próprio trabalho, à semelhança das profissões liberais clássicas, em que a formação do profissional se inscreve na continuidade da prática da docência; considera, também, que ocorre um processo de redefinição do conceito tradicional de profissão, e aponta para a necessidade de se estabelecer uma reflexão acerca da identidade docente, pois essa redefinição do conceito de profissionalismo docente estaria marcada por tensões e contradições que afetariam essa identidade e o trabalho diário dos docentes.

Para Avalos (2006, p. 216), a identidade profissional docente não se forjaria exclusivamente nas instituições de formação, visto a presença da dualidade entre as disciplinas específicas das áreas do conhecimento e as disciplinas pedagógicas, geralmente com maior prestígio das primeiras, o que visaria a formação de especialistas – biólogos, matemáticos, historiadores, dentre outros – e não de professores(as). Ainda de acordo com a autora, ao ingressar no magistério os docentes vão reinterpretando, ao longo do exercício profissional, sua autoimagem, abandonando a representação que têm como especialistas e adquirindo uma nova, ligada à docência, à imagem de educadores. Para a autora, verifica-se, portanto, uma experiência profissional na qual são forjadas imagens decorrentes das situações de trabalho.

Avalos (2006) propõe um esquema de tarefas e condições requeridas para a formação docente inicial e continuada com vistas a formar esse novo profissional. Trata-se de buscar ferramentas situacionais que possibilitem a reflexão sobre a identidade profissional docente, como um meio formativo capaz de desenvolver o que a autora chama de “manejo emocional” e “confiança profissional” dos docentes para se alcançar o que seria esse “novo profissionalismo” (p. 231-232).

Avalos (2006) aponta a necessidade de pesquisar as condições concretas de trabalho dos docentes para a compreensão de sua formação identitária, mas retém, entretanto, uma concepção unitária da identidade docente – a qual preconiza a existência de uma identidade docente única, centrada em normas-regras-valores – que seria adquirida nos processos de

formação profissional e com o exercício do ofício: “[...] parece que uma vez que ingressam no exercício docente esta percepção de especialistas se modifica e gradualmente se assume a **identidade** docente.”⁶ (AVALOS, 2006, p. 216, grifo nosso).

Da análise apresentada pela autora, decorreria a copresença em um contexto social de identidades possíveis que não se sobreporiam: uma, decorrente da formação profissional inicial; outra, forjada pela experiência de trabalho; e uma terceira, cujas demandas relacionadas à qualidade da educação interviriam na formação de um novo profissional. No entanto, indaga-se a esta literatura acerca das sobreposições identitárias que se produzem ao longo de uma trajetória de vida e trabalho. Percebe-se, ainda uma tensão, que interferiria nesse novo profissionalismo, entre um controle externo sobre o trabalho docente, consubstanciando na busca da qualidade do ensino – podemos citar como exemplo, no Brasil, as chamadas avaliações sistêmicas, nas quais como resultado final se afere um índice (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB) aos municípios e mesmo às escolas, que a partir desse referencial se traçariam metas para melhoria da qualidade da educação – e um controle corporativo dessa qualidade.

As proposições de Esteve (2006) e Avalos (2006) indicam a relevância do tema “identidade”, relacionando-o aos processos de transformações sociais em curso. O primeiro destaca os processos sócio-históricos definidores das identidades, a segunda aponta como a relação entre formação e *ethos* profissional é determinante para a construção da identidade docente. Portanto, esses autores acabam por evidenciar importantes dimensões constitutivas das identidades profissionais docentes: o contexto sócio-histórico configurador, a sua formação profissional inicial, e a trajetória profissional individual ou de grupo.

As identidades construídas a partir das práticas profissionais têm sido objeto de análise da sociologia das profissões, especialmente a partir das abordagens mais recentes⁷. Há, nesta vertente, um interesse em desvendar os mecanismos de socialização profissional, uma preocupação em explicar a diversidade e a complexidade das situações que envolvem a análise das profissões, relacionadas aos processos de construção de identidades sociais. Nas

⁶ Texto original em espanhol. Tradução nossa.

⁷ Rodrigues (2002) identifica quatro períodos na história da sociologia das profissões: o primeiro seria o da definição do campo, dos trabalhos da década de 1930 até o final da década de 1960, tendo o paradigma funcionalista predominado neste período, mas já se apontando uma perspectiva alternativa com a tradição da chamada “Escola de Chicago” e do interacionismo simbólico; o segundo período é marcado pela crítica e reabilitação das profissões, florescendo na década de 1970; o terceiro período, que se desenvolve ao longo das décadas de 1970 e 1980, se caracteriza por uma pluralidade de orientações metodológicas, mas tendo como foco de abordagem a questão do poder das profissões; o quarto período, das abordagens mais recentes, marca a busca por modelos complexos, são as abordagens sistêmicas e comparativas.

chamadas abordagens sistêmicas e comparativas há, conforme Rodrigues (2002), uma significativa mudança de perspectiva. As análises passam a focar os aspectos relacionados ao exercício profissional, e não as estruturas dos grupos profissionais, daí o interesse pelos aspectos relacionados aos processos de socialização como elementos centrais para a construção das identidades profissionais.

2.1.1 Da sociologia das profissões às novas construções identitárias nos indivíduos e grupos

Um nome representativo no campo da sociologia das profissões é o de Claude Dubar (2005), cuja análise relaciona a formatação de identidades profissionais aos processos de socialização, em um movimento de “[...] construção, desconstrução e reconstrução de identidades ligadas às diversas esferas de atividade (principalmente profissional) que cada um encontra durante sua vida e das quais deve aprender a tornar-se ator.” (p. 17).

Para Dubar (2005)⁸, a elaboração de formas identitárias articula dois sentidos do termo socialização e do termo identidade: a socialização relacional dos atores em um contexto de ação, (re)elaborando “identidades para o outro”; e a socialização biográfica dos atores em uma trajetória social, (re)elaborando as “identidades para si”. As identidades sociais e profissionais são, portanto, marcadas por essa dualidade entre o processo relacional (atos de atribuição) e o processo biográfico (atos de pertencimento) e devem ser consideradas em processos históricos específicos e em contextos simbólicos próprios, por isso afirma-se que “[...] a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura.” (DUBAR, 2005, p. 135).

Dessa forma, a chave do processo de construção das identidades sociais/profissionais estaria em reduzir distâncias entre as “identidades para si” e as “identidades para o outro”. A questão de pesquisa central na abordagem de Dubar (2005), portanto, envolve a maneira pela qual atores sociais se identificam uns com os outros e constroem simultaneamente uma imagem de si. Ou seja, a configuração de determinadas identidades sociais e/ou profissionais é forjada na tensão de processos relacionais e biográficos.

⁸ Após a primeira edição do livro *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* (1991), o autor optou por usar o termo “forma identitária” no lugar de identidade. Para Dubar (2005), as “[...] formas identitárias” seriam a busca pela “[...] elucidação das formas de identificação socialmente pertinentes em uma esfera de ação determinada.” (p. 20).

Esse aspecto destacado por Dubar (2005) é fundamental para a análise do objeto proposto. A emergência de uma determinada identidade, por exemplo, a de “trabalhadores do ensino”, seria marcada por processos contraditórios, tensões e incertezas entre as trajetórias biográficas decorrentes de experiências individuais e grupais e as situações relacionais vivenciadas em um determinado meio, seja o *métier* profissional ou social, por parte dos atores envolvidos. Sob essa ótica de análise, a construção de definições identitárias comportaria diversas dimensões, não se reduzindo à interiorização pelos atores sociais de categorias pré-estabelecidas, como as socioeconômicas (categoria socioprofissional ou origem social), ou socioculturais (nível escolar, origem étnica, gênero). O que deve ser levado em consideração no processo de construção de identidades, de acordo com Dubar (2005), seria o processo de socialização no qual estão envolvidos os atores sociais, como suas identidades sociais e profissionais são construídas nesse processo.

Para Dubar (2005), haveria, ainda, dois sistemas estruturantes de identidade: o primeiro a partir de uma atividade instrumental, que une em torno dos processos de trabalho as finalidades econômicas e os meios técnicos e organizacionais para alcançá-los; e o segundo a partir de uma atividade comunicativa, que estrutura a interação entre os indivíduos – sua identidade – por meio das práticas linguísticas.

A partir de Dubar (2005) pode se considerar que os processos de constituição identitários envolvem as condições individuais e grupais de vida e trabalho, como também os meios técnicos disponíveis aos sujeitos, os docentes, por exemplo, nas escolas brasileiras, onde se estruturariam identificações com os trabalhadores assalariados. Mas, acrescenta o autor, as identidades são forjadas, também, por práticas linguísticas e finalidades de ações, que no caso dos docentes estruturariam identificações outras, como: sacerdócio e/ou funcionários.

De acordo com o referencial de Dubar (2005) podemos considerar então a copresença de dois sistemas estruturantes em tensão, não inteiramente complementares, nas construções identitárias dos docentes. O primeiro decorrente da atividade instrumental e o segundo da atividade comunicativa. No entanto, em Dubar (2005) podemos verificar, ainda, que as formas identitárias prevalecentes provêm da articulação de processos distintos de socialização, singularizando cada ator em uma profissão. Biografias, representações e atividade instrumental e comunicacional constituem para esse autor os elementos que configuram múltiplas identidades em cada um, sejam pessoas ou grupos, com aproximações e dissensos.

Cattonar (2001), por sua vez, retoma com Dubar (2005)⁹ a apreensão analítica do processo de construção identitária dos docentes, pois considera essa identidade profissional como uma das dimensões da identidade social desses atores. A autora, para desenvolver sua argumentação, tem por referente duas categorias propostas por Dubar (2005) para caracterizar a socialização profissional dos docentes, especialmente a noção da identidade como um processo relacional, construído a partir da elaboração de atos de atribuição (identidade para o outro) e atos de pertencimento (identidade para si).

Dubar (2005) considera que a(s) identidade(s) profissional(ais) dos docentes, bem como de outras categorias profissionais, são uma das dimensões de sua identidade social, uma construção ao mesmo tempo individual e social, não se reduzindo a uma identidade que tem sua formação relacionada exclusivamente ao trabalho. Existe sim, de acordo com Cattonar (2001, p. 6), uma identidade comum a todos os docentes, uma “cultura profissional partilhada”, caracterizada por modos de perceber e de agir particulares, a partir de normas-regras-valores próprios da profissão docente; uma cultura profissional que se realiza nas interações cotidianas. Para a autora, essa cultura é mutável, não é algo dado, a-histórico. Essa identidade profissional pressupõe uma socialização específica, a profissional. Isso implica reconhecer no curso da atividade docente a capacidade de construir uma identidade específica, distinta, ao longo do processo de socialização ativo e interativo, porém construção associada a outros processos sociais que, também, constituem o substrato para a construção identitária do profissional docente (CATTONAR, 2001).

A autora reitera que essas identidades são, também, ligadas a múltiplas trajetórias dos indivíduos (familiares, escolares, profissionais) e pertencimentos sociais (sexo, idade, religião, classe social e outros), relacionada a um contexto temporal e espacial (CATTONAR, 2001). Nesse sentido, a autora argumenta que não se pode reduzir a identidade profissional docente somente a um sentimento subjetivo de pertencimento a uma coletividade, nem a um processo de mera assimilação de uma determinada cultura profissional.

Entretanto, a autora enfatiza a existência de uma cultura profissional homogênea, corroborando com as teses funcionalistas da sociologia das profissões¹⁰, mas amplia sua

⁹ A primeira edição do livro de Dubar, *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*, foi publicada na França, em 1991.

¹⁰ Na perspectiva analítica proposta pelas correntes funcionalistas pressupõe-se uma determinada homogeneidade interna das profissões, que se caracterizaria pela existência de regras-normas-valores comuns, compartilhados por todos os membros de uma determinada categoria profissional, que se diferenciaria dos demais grupos sociais por deter e monopolizar um saber abstrato. Sob esse ponto de vista, as profissões liberais clássicas se destacam, sendo a docência considerada como uma semiprofissão (RODRIGUES, 2002).

abordagem ao incorporar à sua análise os processos de socialização dos docentes. Para Cattonar (2001, p. 14) haveria duas dimensões da identidade profissional docente: uma constituída por um “núcleo central”, que seria a dimensão que é partilhada pelo conjunto dos membros do grupo, marcado pela memória coletiva desse grupo e pelas normas-regras-valores aos quais se refere – aspecto tributário das análises funcionalistas da sociologia das profissões; outra constituída pelos conjuntos periféricos, que se constituem a partir de princípios de diferenciação no interior do grupo profissional docente e por efeitos do contexto (efeito cultural da organização, do universo do trabalho) e variações individuais.

Para Cattonar (2001), o “núcleo central” é relativamente estável, mas ele pode se transformar, notadamente quando as práticas novas ou de transformação do contexto põem em xeque sua significação central e estabelecem uma “incoerência insuportável” quando as antigas identidades tornam-se problemáticas, quando novos modelos aparecem.

Este estudo indaga aos pesquisadores consultados (DUBAR, 2005; CATTONAR, 2001) acerca da existência de possíveis tensões entre os sistemas estruturantes da formação identitária dos docentes. Ou seja, entre múltiplas experiências relacionais individuais e grupais capazes de forjar identidades e a diversidade das experiências de formação inicial e continuada dos docentes. Imagens e representações de si, para os outros e dos outros, são configuradas e reconfiguradas, por pessoas e grupos que almejam e perdem em suas relações o(s) poder(es) de nomear. Por sua vez, certa padronização das ações relacionais e a redução de interações comunicativas decorrentes das condições de vida e trabalho tendem a conformar identidades comuns construídas em processos de socialização, os mais diversos.

Tanto Cattonar (2001), quanto Dubar (2005) apontam para a necessidade de se compreender os processos estruturantes de construção das identidades, e trabalham na perspectiva de conceber as identidades de forma plural, não se encerrando em apenas uma única dimensão. De acordo com esses autores, as identidades profissionais dos docentes são analisadas como um movimento, uma construção dinâmica, um processo contínuo, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações a partir de modelos anteriores de identificação. A nosso ver, esse aspecto é fundamental para podermos compreender possíveis tensões no processo de (re)formulação entre modelos identitários dos docentes, especialmente no contexto da emergência do termo “trabalhadores do ensino”. Para Dubar (2005) a(s) identidade(s) profissional(ais) de docentes estaria ligada a processos históricos de socialização em contextos específicos – identidades para outro – como também a trajetória singular de grupos ou indivíduos. Em Cattonar (2001) um “núcleo central”

identitário seria partilhado pelo conjunto dos profissionais, entretanto, se Dubar (2005) atenta para as práticas discursivas como elemento estruturante das identidades e a nosso ver em tensão com os elementos instrumentais que também a estruturam, o trabalho de Archer (2008) demonstra os efeitos desses dispositivos estruturantes sobre jovens acadêmicos ingleses.

Archer (2008) discute a questão da construção da identidade acadêmica frente às transformações engendradas pelas políticas neoliberais implementadas na Inglaterra a partir dos anos 1980, acarretando a mudança na natureza do trabalho acadêmico e nos papéis desempenhados pelos jovens acadêmicos, discutindo de que forma a introdução de sistemas de avaliação, lógicas de mercado, de inspeção e gerencialismo na educação superior têm afetado a reelaboração de uma identidade acadêmica.

Para Archer (2008), a partir das reformas neoliberais, uma nova identidade acadêmica foi se forjando em contraposição a uma identidade que seria construída a partir da interiorização de um conjunto de valores próprios da atividade profissional, em um processo de elaboração de identidades similares a de antigos colegas: valores do intelectual empenhado, crítico e profissional (materialização de princípios éticos e responsabilidade com o trabalho, reafirmando o caráter virtuoso do discurso do profissionalismo). Essa concepção de identidade profissional apresentada por Archer (2008) aproxima-se da ideia de um “núcleo central” formulada por Cattonar (2001), pois haveria uma dimensão que seria partilhada pelo conjunto dos membros do grupo profissional docente, um conjunto de normas-regras-valores que se sustentariam em processos de memórias e reelaborações identitárias. O trabalho de Archer (2008) se orienta no sentido de analisar o impacto das políticas e dos discursos neoliberais sobre esse “núcleo central”.

Em suas conclusões, Archer (2008) aponta como os jovens acadêmicos adotam a linguagem neoliberal em seu repertório (negócio, produtos, responsabilidade, qualidade, são termos recorrentes) e se é possível não se sujeitar à pressão neoliberal, criar uma subjetividade, uma identidade que não esteja ligada a essa lógica. A autora trata, portanto, dos contextos de ação dos jovens acadêmicos, do que Dubar (2005) estabelece como o sentido relacional dos processos de socialização, as “identidades para o outro”, porém, ao dar ênfase a esse aspecto, acaba por desconsiderar os sentidos da socialização biográfica dos atores envolvidos no processo, ou seja, não leva em conta as “identidades para si” que são constantemente reelaborados nesse processo.

Entretanto, o trabalho de Archer (2008) fornece pistas de como o contexto de ação dos atores sociais pode ser um dos elementos determinantes para a construção de formas

identitárias. Nesta pesquisa ao analisar a emergência do termo “trabalhadores do ensino” no final dos anos 1970 objetivamos apreender os impactos das novas configurações sociopolíticas sobre as representações identitárias que as entidades dos docentes constroem. De acordo com Sader (1988), essas configurações sociopolíticas que emergem nesse período são marcadas por uma crise de representação, manifestada em vários setores da sociedade: uma crise de representação da igreja – evidenciada nas formulações da “teologia da libertação”; uma crise no movimento sindical – que se expressaria na formulação de uma nova matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”; e a crise das esquerdas – em decorrência do próprio histórico de derrotas sofridas a partir do golpe militar de 1964 e dos impasses internacionais.

Qual impacto esse contexto teria sobre as formas de socialização e de construção das representações identitárias dos docentes por parte de suas entidades? O estudo empírico da documentação produzida por essas entidades (relatado nos capítulos 5 e 6 deste trabalho), nos revela de que forma esse contexto influenciou as (re)elaborações identitárias dos docentes, pois “[...] todas as identidades são denominações relativas a uma época histórica e a um tipo de contexto social. Todas as identidades, coletivas e pessoais, são assim consideradas em processos históricos e contextos simbólicos.” (DUBAR, 2005, p. 21).

2.2 Identidade(s) profissional(ais) e identidade(s) social(ais)

Ainda um aspecto relacionado às identidades profissionais dos docentes, ao qual é preciso estar atento, diz respeito aos princípios de identificação e diferenciação internas ao grupo profissional em questão, aos princípios de homogeneidade e heterogeneidade dessas identidades. Nessa linha, Hall (2006), ao analisar a existência de uma possível crise de identidade do “sujeito pós-moderno”, aponta que esta seria marcada pela fragmentação da ideia de uma identidade unificada e estável. Esse sujeito seria, na realidade, portador de uma identidade “descentrada”, não fixada, sem um caráter essencial ou permanente. A identidade seria, portanto, “[...] uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2006, p. 13). Ao se pensar a emergência do termo “trabalhadores do ensino”, por exemplo, deve-se questionar até que ponto essa denominação comporta uma

identidade única, inequívoca, estável ou se, ao contrário, não seria uma forte demonstração de uma identidade descentrada.

Ao analisar a tentativa de construção de uma identidade nacional Hall (2006) argumenta que não importam as diferenças entre os membros de uma nação, sejam em termos de classe, gênero ou raça, há sempre uma tentativa de unificá-los em uma mesma identidade cultural, e a partir disso, propõe a seguinte questão: “[...] mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?” (HALL, 2006, p. 59). Essa questão poderia ser transposta para se pensar a construção de uma identidade centrada na ideia de “trabalhadores do ensino”, pois seria essa suficientemente forte e unificadora a ponto de subordinar formas identitárias diversas provenientes das interações comunicativas reiteradas quotidianamente? Ou ainda, de subordinar diferenças provenientes de trajetórias individuais e profissionais diversas, especialmente em um país onde o movimento operário era visto pelos setores hegemônicos como algo condenável?

Se hoje ainda constatamos a presença de imagem da profissão como sacerdócio ou de assistência social, como destacada na fala do ministro da educação, citada no início deste capítulo, significaria que as maneiras como foram construídos os discursos em torno da terminologia “trabalhadores do ensino” seriam tentativas de anular outras formas tensionantes de construção identitária, visando homogeneizar uma identidade social em detrimento das identidades profissionais?

Diferentes autores apresentam críticas a essa tentativa de se estabelecer uma identidade homogeneizadora. Sarmiento (2000), quando analisa as lógicas de ação nas escolas, explica que há por parte das instituições, como os sindicatos e associações profissionais, uma produção simbólica contínua, nas quais existem elementos que exercem “[...] pressões uniformizadoras e tendências hegemônicas, mas a sua pluralidade [dos elementos simbólicos] permite também modos particularizados de interpretação e de conduta aos coletivos de professores e de alunos, com a afirmação de contratendências.” (SARMENTO, 2000, p. 85). Para Martuccelli (2002)¹¹, essa tentativa de se estabelecer uma identidade homogeneizadora constitui-se em um dos extremos da tensão identitária, que buscaria “[...] afirmar uma espécie de essência comum a todos os membros de uma categoria, impondo-se assim uma base

¹¹ Texto original em francês. Tradução nossa.

identitária supostamente mais profunda e substancial que a própria individualidade.” (p. 419).¹²

A construção da crítica sobre as tentativas de homogeneização da identidade, como destaca Sarmiento (2000), é um aspecto que deve ser levado em consideração ao se analisar a incorporação de um elemento simbólico comum que buscaria aglutinar todos(as) os(as) professores(as), especialistas da educação, diretores(as) de escola, cantineiras e faxineiros(as) em torno da nomenclatura “trabalhadores do ensino”, desconsiderando – ou buscando intencionalmente anular – possíveis “contratendências” a uma forma identitária prevalente. Contratendências evidenciariam a presença de sistemas estruturantes de identidades profissionais em tensão e, também, evidenciariam contradições entre princípios de homogeneidade.

2.3 Movimento sindical e identidade(s) docente(s)

Em 1980 Arroyo publicou um artigo¹³ com a seguinte questão-título: *Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?* Podemos afirmar que com esse artigo o autor inaugura no Brasil a discussão sobre as transformações identitárias dos docentes em torno da ideia de “trabalhadores do ensino”. Sob o efeito das grandes greves operárias ocorridas no país em 1978-1979, o autor afirma o objetivo de compreender “o contexto educacional brasileiro” à luz da conjuntura sociopolítica do período. Para Arroyo (1980), esse contexto teria a marca de uma nova organização e participação das classes populares na vida do país, que através de “[...] greves e pressões se situam dentro de um movimento profundo de transformação das relações sociais de produção, das relações de trabalho e das condições coletivas de vida dos trabalhadores”, gerando uma “[...] nova consciência e nova prática de classe.” (ARROYO, 1980, p. 10).

¹² O outro extremo dessa tensão identitária seria justamente o inverso, ou seja, assumir uma dispersão identitária virtual e ilimitada, como um “movimento ‘fractal’ de diferenças individuais.” (MARTUCCELLI, 2002, p. 419-420, tradução nossa).

¹³ Este artigo se originou a partir de uma comunicação apresentada no 2º Encontro Nacional de Supervisores de Educação, realizado em Curitiba em outubro de 1979.

Ao analisar as greves de professores de 1978-1979¹⁴, Arroyo (1980) aponta a existência de uma solidariedade entre “trabalhadores da produção” e “trabalhadores do ensino” na luta contra a escola ideologicamente de caráter burguês. Esta solidariedade geraria uma identificação entre esses trabalhadores, pois os docentes foram se transformando em “força de trabalho” vendida ao “patrão Estado”. Uma nova identidade docente para Arroyo (1980) se constituiria na luta por melhores condições de trabalho e salário, mas também na luta pela transformação da sociedade, a partir da solidariedade comum. A identificação com os demais trabalhadores adviria da tomada de uma “nova consciência” sobre a situação social brasileira e sobre a necessidade de se unir todo o movimento dos trabalhadores. O autor, portanto, projeta uma inevitabilidade da construção identitária ligada à ideia de “trabalhadores do ensino”, pois analisa que as contradições inerentes ao sistema capitalista forjariam uma tomada de consciência de classe por parte dos docentes, que se engajariam na luta pela transformação da sociedade, ativando um processo de transformação identitária¹⁵.

Esse processo de identificação dos docentes com os demais trabalhadores, como apontado por Arroyo (1980), pressupõe uma perspectiva intencional-reflexiva dos atores envolvidos nesse processo, pela qual teriam a “[...] faculdade de causar permanência ou mudança na vida social através da ação.” (DOMINGUES, 2004, p. 12). Para Arroyo (1980), a emergência de um novo contexto social, pressupõe a existência de um sujeito com interesses uniformes e responsável pela direção das mudanças sociais. A nova identidade substituiria a anterior como decorrência da direção unívoca da transformação social. Essa proposição de Arroyo (1980) nos leva a questionar, como propõe Domingues (2004), os “níveis de centrimento das subjetividades coletivas”¹⁶, pois como nos afirma este autor,

A noção de uma subjetividade centrada – bem definida e delimitada, com uma identidade clara, dirigida por centros decisórios bem estabelecidos – não pode mais ser tomada como evidente. [...] Conflitos, fontes múltiplas de dispersão, conhecimento limitado das condições da ação e das intenções de

¹⁴ O texto de Arroyo (1980), além de ser utilizado como material de análise da literatura produzida sobre o tema da relação entre sindicalismo e identidade docente, pode e deve ser utilizado como fonte histórica para a análise do período, pois foi produzido no momento em que os acontecimentos analisados pelo objeto de pesquisa proposto estavam ocorrendo.

¹⁵ Em entrevista concedida a uma publicação em comemoração aos 25 anos do Sind-UTE, Miguel Arroyo, ao rememorar seu texto escrito em 1980 considerou que: “[...] o que coloquei nesse texto naquela ocasião, no meu entender, se confirmou. Essa identidade dos trabalhadores, que se revelou a partir da criação do Sindicato, não só levou à consciência da categoria, como teve repercussões importantíssimas na educação brasileira.” (ARROYO, 2004, p. 26).

¹⁶ Para Domingues (2004, p. 36), a subjetividade coletiva “[...] não deve ser pensada como uma duplicação, no plano coletivo, de atores individuais ou como a mera soma da ação de indivíduos.” Ela não seria “[...] uma ação pura e simplesmente, nem um padrão estrutural. Ela é uma propriedade específica dos sistemas sociais, que pode ser descrita em termos estruturais, ao mostrar pessoas ocupando um certo número de ‘posições’ neles, porém não podem ser teoricamente reduzidas a isso.” (p. 56).

outros agentes, são variáveis que contribuem para aumentar ou reduzir os níveis de centramento e intencionalidade do sistema. (DOMINGUES, 2004, p. 30).¹⁷

Desse ponto de vista, a identificação dos docentes como “trabalhadores do ensino”, em uma entidade homogênea, centrada, seria “insustentável”, pois “[...] esse centramento não é automático e necessário – ao contrário, é contingente, e sua realização é alcançada ou não de acordo com inúmeros fatores, a começar pelo sistema interativo em que aquelas coletividades se inserem.” (DOMINGUES, 2004, p. 29).

A defesa de um processo no qual os docentes se identificariam com os demais trabalhadores, projetada por Arroyo (1980), nos leva a questionar, também, se estaríamos, neste período, diante do que Dubar (2005, p. 140-141) chama de “conflitos estruturantes da identidade”, entre uma identidade herdada e uma identidade visada. Na perspectiva de Arroyo (1980), as identidades docentes herdadas já não responderiam às necessidades impostas pelas transformações pelas quais passava a sociedade naquele momento. As escolas e os docentes (seus trabalhadores) deveriam se sintonizar com essas transformações, com as lutas mais amplas, principalmente com as lutas pela democratização do acesso à escola. A “identidade visada” estaria em sintonia com as mudanças que viriam no sentido de transformar a função social da escola, de uma escola burguesa a uma escola que atenda aos interesses dos trabalhadores.

O artigo de Arroyo (1980) explicita no Brasil a associação entre lutas políticas/movimentos sociais/sindicais e a (re)construção de identidades sociais/profissionais nos sistemas públicos de educação básica do país. Implícita à análise desse autor está uma concepção ao mesmo tempo dicotômica e uniforme acerca da identidade social/profissional, em que lutas sindicais e/ou movimentos sociais forjam identidades homogêneas a

¹⁷ O centramento das subjetividades depende do potencial intrínseco e específico de cada sistema social. Para explicar os níveis de centramento, Domingues (2004, p. 31-32) propõe uma fórmula, $NI = NC = MF$ (id, org), onde “**ID** (identidade) expressa a autopercepção e consciência, bem como a delimitação relativa dos sistemas sociais, ou seja, na medida em que eles são ‘cientes’ de si e demarcados em relação a outros sistemas sociais. **ORG** (organização) expressa a articulação dos sistemas sociais, que pode ser mais ou menos espontânea ou contar com centros decisórios de maior ou menor poder. Os **NC** (níveis de centramento) e **NI** (níveis de intencionalidade) variam de acordo com o que se passa com a identidade e a organização. [...] Quanto mais próximas da origem – em sua variação independente uma da outra – a ID e a ORG, menores o NC e o NI; quanto maiores os valores da identidade e da organização, maiores os níveis de centramento e intencionalidade.”

determinados grupos sociais e as contrapõem às representações forjadas anteriormente por grupos sociais hegemônicos [para o autor, classes sociais]¹⁸.

Essa perspectiva inaugurada pelo texto de Arroyo (1980) inspirou estudos variados sobre a construção das identidades docentes associadas às formas de organização e lutas sociais, ora enfatizando a organização sindical docente em si como fonte de formação de uma identidade social e profissional (SADER, 1988; PASSOS, 2005; BULHÕES; ABREU, 1992; GADOTTI, 1996; BIAVATTI, 2004; LOYO, 2001; TIRAMONTI, 2001), ora buscando associar a organização sindical docente com uma formação identitária ligada à ideia de “trabalhadores do ensino” (VIANNA, 2001; ARROYO, 2001; FURTADO, 1996; BALDINO; AFONSO, 2002; VICENTINI; LUGLI, 2009; FERREIRA, 2006, 2007), ou ainda questionando se de fato essa construção discursiva formulada por entidades sindicais docentes, que posiciona os(as) professores(as) como “trabalhadores do ensino”, tem sua correspondência na realidade (COSTA, 1995; OLIVEIRA, D., 2006; SOUZA, 1997). Algumas dessas abordagens serão tema de análise no capítulo 3, quando será detalhada a revisão da literatura. Outras, no entanto, serão tratadas ainda neste capítulo, como uma forma de se estabelecer contrapontos, visando a construção de um referencial teórico que possibilite a elaboração de um conceito de identidade.

A obra de Furtado (1996) traz alguns elementos que contribuem para a compreensão de um período que teria implicações significativas para a (re)formulação das identidades docentes. O autor, a partir da análise do processo de criação de uma das entidades representativas dos(as) professores(as) em Minas Gerais, a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE-MG)¹⁹, no contexto do movimento grevista dos docentes em 1979, discute a maneira como é construída uma determinada identidade docente, a partir da construção de uma identidade do próprio movimento organizativo dos docentes.

Para Furtado (1996), a construção identitária dos docentes se daria mediante a fusão de três elementos: no primeiro nível estaria o sentimento de pertencimento a uma coletividade que “[...] foi forjando-se no próprio processo de construção da luta dos trabalhadores em educação, do que deriva inclusive o próprio conceito de ‘trabalhadores em educação’.” (p. 13); o segundo nível refere-se às representações que se faz dos governos, figurados como

¹⁸ O discurso político e social do período alimenta práticas as mais diversas de oposição à ditadura militar existente no país. Nesse sentido, no período era frequente a construção de dicotomias a partir dos que defendiam a ditadura e aqueles que estavam contra. Eles e nós, no período de luta pela redemocratização do país, expressa um discurso que alimentava práticas de luta.

¹⁹ Para uma história detalhada do surgimento da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), ver Furtado (1996), especialmente o capítulo 2, p. 39-70.

“inimigos”; no terceiro nível estaria a busca por “aliados” no seio do movimento de outras categorias profissionais.

Pode-se considerar que a configuração estabelecida por Furtado (1996) se referencia nas análises acerca dos imaginários sociais, elaboradas por Baczko (1984), que ao tratar das representações que determinada coletividade estabelece para si – marcando uma distribuição de papéis e posições sociais, impondo certas crenças em comum – considera que ao designar sua identidade coletiva, essas coletividades delimitam seu território e suas fronteiras, definem suas relações com os outros, formam as imagens dos amigos e dos inimigos, dos rivais e dos aliados, conservam e modelam as lembranças do passado, bem como projetam para o futuro suas crenças e esperanças (BACZKO, 1984, p. 32). Entretanto, resta ainda a indagação sobre o *topos* silenciado neste jogo relacional de representações. Ao designar identidades coletivas que, de acordo com Baczko (1984), demarcam fronteiras, definem-se relações, mas também se estabelecem aqueles que, na perspectiva foucaultiana, são interditados, onde as relações identitárias demarcam um desconhecimento.

Para Furtado (1996) e também para Arroyo (1980), a identidade docente, no singular, seria, portanto, um processo que se estruturaria a partir da práxis, da constituição de uma identidade forjada nas lutas e embates da categoria, uma identidade relacionada à ação, o próprio fazer, forjando uma identidade, mas também, sendo por ela constituído. Essa definição apresentada por Furtado (1996) é tributária do conceito de “experiência” de Marx, apropriado por E. P. Thompson, para o qual esta (a experiência) seria derivada do processo histórico vivenciado pelos atores sociais. Furtado (1996, p. 129) aponta para o fato de que a identidade dos docentes pode ser entendida como “[...] produto de uma dada configuração histórica que lhe confere uma identidade e uma dimensão cultural própria.”

Arroyo (1980) e Furtado (1996), ao analisarem a constituição de uma identidade docente, acabam, porém, por considerá-la como uma tendência irreversível, não comportando uma esfera de tensão entre os sistemas estruturantes de identidades e processos de socialização, como destaca Dubar (2005), ou ainda, não evidenciando as contratendências existentes nesse processo de reelaboração identitária, como proposto por Sarmiento (2000). Nesse ponto, reafirmamos que identidades profissionais são múltiplas, pois elas seriam fruto da articulação contínua de histórias pessoais com trajetórias sociais e culturais, não podendo por isso ser reduzida unicamente a um pertencimento de classe, ou a uma comunidade, ou mesmo a questões de gênero, etnia ou geração. Nesse sentido, a identidade profissional não é

algo dado, estabelecido *a priori*, mas é parte de um processo contínuo de (re)elaboração, constituindo-se progressivamente a partir de processos específicos de socialização.

Em estudos realizados sobre a relação entre identidade, profissionalismo e sindicalismo docentes, Ferreira (2006, 2007) aponta o seguinte questionamento: “[...] que identidade está em cena quando os docentes se reúnem em organizações feitas à imagem dos trabalhadores manuais?” (FERREIRA, 2007, p. 380). Questiona ainda, por que não se agregam em associações profissionais, como existe em relação às profissões liberais²⁰? Para responder a essas questões, a autora investigou os motivos da sindicalização docente, que para ela seriam fruto não somente de uma escolha dentre várias, mas o resultado de mudanças no papel e valorização dos(as) professores(as) no sistema educacional, portanto relacionada a transformações identitárias sofridas pelos docentes.

Ferreira (2006) considera que a opção pela sindicalização, pela busca de uma determinada identidade de classe, se apresenta como uma das imagens identitárias atuais, mas não seria a única, nem totalmente clara, pois muitos(as) dos(as) professores(as) não se identificariam com a categoria “trabalhador”. Para a autora, a sindicalização seria um indicador de uma das identidades da categoria. “A imagem ‘proletária’ é uma das existentes que convive com o desejo de profissionalização, isto é, essas identidades não necessariamente são excludentes.” (FERREIRA, 2006, p. 231).

De acordo com Ferreira (2006), a relação estabelecida entre os(as) professores(as) e os seus sindicatos seria de natureza pragmática, por meio da qual os docentes buscariam fazer frente aos processos de proletarização, em uma tentativa de resistir às perdas sofridas, através da sindicalização. De acordo com a autora, as razões que levam os docentes a se sindicalizarem não ocorrem necessariamente pela identificação com a categoria “trabalhadores em educação”, mas por motivos de ordem instrumental, para obter vantagens individuais mais imediatas. Esse pragmatismo destacado por Ferreira (2006) difere da perspectiva desenvolvida por Arroyo (1980), que vê a identificação dos docentes com os demais trabalhadores como fruto de uma tomada de consciência de sua condição de classe.

²⁰ Há basicamente dois tipos de associações no âmbito profissional: as associações profissionais, que têm como característica o pertencimento obrigatório para o exercício da atividade, mesmo quando esses profissionais são contratados pelo mercado e não trabalham por conta própria. Como exemplo dessa situação, podemos citar os advogados (exigência de registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB). Outra forma de associação profissional seriam os sindicatos, que são de pertencimento opcional, e funcionam como elemento de pressão contra os empregadores. Em relação ao ensino público, o Estado assume a função de empregador (FERREIRA, 2007).

Ferreira (2006) entende a construção das identidades docentes como um processo dinâmico, sendo reelaborado ao longo da vida e constituído por um caráter híbrido em relação ao *status* de trabalhador e/ou de profissional, expressando as contradições vividas pelo professorado, que frente às adversidades “[...] resiste de duas formas diferentes: reivindica ‘profissionalização’ e fortalece organizações criadas por semelhança com entidades de trabalhadores manuais.” (FERREIRA, 2006, p. 238). No entanto, mesmo explicitando seu entendimento acerca da construção de uma identidade docente, a autora não formula uma definição clara do termo identidade, utilizando-o “[...] de maneira bastante ampla: são as características que conformam os seres humanos.” (FERREIRA, 2006, p. 237).

O objetivo de Ferreira (2006) é, portanto, compreender as razões da sindicalização dos docentes, para tanto se utiliza da análise da constituição ou da formação de uma identidade determinada, não se prendendo à gênese e aos embates quando da constituição dessas identidades. A autora considera que a identificação com o termo “trabalhadores em educação” seria de caráter pragmático (FERREIRA, 2006, p. 232). Essa consideração implica afirmar que o “núcleo central”, nas palavras de Cattonar (2001), não seria afetado por essa identificação. Mesmo que a autora considere as contradições presentes nas formulações identitárias dos docentes, evidenciando tensões nos sistemas estruturantes de identidade – profissional ou proletário? – a autora acaba por reforçar a ideia de uma cultura profissional, que determina a identidade, mais estável. Essa postura acaba por reduzir as identidades docentes a questões ligadas ao contexto de exercício da profissão, não comportando outras dimensões constitutivas dessa identidade, como seu aspecto relacional, especialmente como são estabelecidas as identidades para o outro (DUBAR, 2005), ou ainda como as identidades docentes estariam relacionadas aos complexos processos de socialização nos quais os docentes estariam envolvidos, e se nesses processos diversas dimensões identitárias estariam presentes.

Como o aspecto da relação entre docentes e seus sindicatos é assinalado por Ferreira (2006, 2007), cabe destacar a importância de se analisar as representações que as entidades dos(as) professores(as) trazem em seus textos sobre as identidades docentes – objeto dessa pesquisa – pois como aponta Brzezinski (2002, p. 9): “[...] as associações e sindicatos da categoria – professor(a) – são espaços em que as relações humanas são tecidas por meio de intensas mediações, portanto são espaços de construção da identidade coletiva, da identidade profissional do professor.”

Em uma perspectiva que questiona se de fato a construção discursiva formulada por entidades sindicais docentes, que posiciona os(as) professores(as) como “trabalhadores do ensino”, tem sua correspondência na realidade, D. Oliveira (2006) aponta que depois de 30 anos passados das primeiras formulações acerca da construção de uma identidade, “[...] os sindicatos não tiveram êxito em forjar a identidade de trabalhadores em educação, perseguida nas lutas sindicais classistas dos tempos de ditadura. É nítida a separação entre professores e funcionários dentro das escolas.” (OLIVEIRA, D. 2006, p. 217). Haveria, na realidade, uma “identidade cindida ou jamais constituída” (p. 218). A autora questiona, em relação à identidade docente, se de fato o conjunto de trabalhadores da escola se identificou em algum momento como “trabalhadores em educação”. Questiona, ainda “[...] em que medida essa identidade não foi uma criação artificial das lideranças políticas que tentaram transpor para dentro da escola valores de solidariedade e igualdade que jamais encontraram correspondência na prática desses trabalhadores.” (OLIVEIRA, D. 2006, p. 220).

Essas afirmações e indagações reforçam a necessidade de se investigar o momento de emergência, nas lutas promovidas pelos docentes, do termo “trabalhadores do ensino”, pois as tensões, conflitos e contradições em torno dessa nomenclatura permanecem latentes até os dias de hoje, colocando em xeque a própria organização sindical dos docentes. No entanto, caberia confrontar tais indagações propostas por D. Oliveira (2006) com as proposições apresentadas por Dubar (2005), no sentido de se incorporar à análise o aspecto relacional da construção de identidades, especialmente a transação objetiva entre a identidade atribuída e a identidade assumida, pois “[...] é na maneira como eles [os indivíduos] utilizam, pervertem, aceitam ou recusam as categorias oficiais que devem ser lidos os processos de identificação futura que implicam rearranjos permanentes tanto das crises quanto das categorias identitárias.” (DUBAR, 2005, p. 145-146). Nesse sentido, mesmo diante da artificialidade do termo “trabalhadores em educação”, como afirma D. Oliveira (2006), a atribuição do termo ao conjunto dos(as) professores(as) por uma de suas entidades representativas implicaria em um fator constituinte da construção de identidades docentes, mesmo que seja para contestá-lo.

Poderíamos, também, confrontar a análise proposta por D. Oliveira (2006) quanto à identificação dos docentes com o termo “trabalhadores do ensino” com a perspectiva apresentada por Domingues (2009), quando trata das chamadas “abstrações reais”,

relacionadas aos processos de “desencaixe²¹” que se desenvolvem com a modernidade. Utilizando as categorias analíticas apresentadas por Domingues (2009), podemos considerar a identificação com o termo “trabalhadores do ensino” como uma “abstração real”, pois “[...] para ser funcional esse tipo de identidade deve ser abstrato, porém também real.” (DOMINGUES, 2009, p. 39). Ainda de acordo com esse autor, essas “abstrações” não deixam de ser reais, “[...] posto que presidem a tecitura da consciência dos sujeitos e organizam as instituições sociais.” (DOMINGUES, 2000, p. 50). Podemos dizer que diante do contexto de luta contra a ditadura militar, de degradação das condições de trabalho e salariais dos docentes, a identificação com os demais trabalhadores tinha um substrato real, porém marcada por uma “utopia homogeneizante” que geralmente “[...] demonstra uma aguda tendência a rejeitar as particularidades.” (DOMINGUES, 2009, p. 39).

2.4 Reconhecimento identitário

A partir da literatura analisada buscamos traçar um referencial teórico que permita compreender a complexidade dos processos de construção identitária dos docentes, bem como do próprio termo “identidade”. Nos(as) autores(as) analisados(as) buscamos elementos que pudessem ser cotejados com o pressuposto apresentado de que há uma tensão permanente que perpassa as formulações identitárias dos docentes, tensão evidenciada na relação destacada por Dubar (2005) entre os aspectos relacionais e biográficos – na constituição das identidades para o outro e das identidades para si – e entre as identidades herdadas e as identidades visadas. A construção de identidades docentes, então, passa a ser vista como um processo dinâmico, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações, que comporta múltiplas dimensões, seja relacionado aos contextos sócio-históricos, seja relacionado às múltiplas experiências relacionais individuais e coletivas pela quais passam os docentes, tanto no exercício profissional, quanto no que diz respeito aos seus pertencimentos sociais.

Nas obras analisadas foi possível perceber duas vertentes básicas de compreensão do processo de construção das identidades docentes. Uma vertente que privilegia a construção

²¹ Domingues (2004), em teorização inspirada nos trabalhos de Marx, Simmel, Giddens e, em parte, de Parsons, considera que a modernidade se desenvolve através de “desencaixes”, que são processos que “[...] arrancam as pessoas de contextos tradicionais, rompendo relações de subordinação pessoal e destruindo identidades estáveis, ou, em princípio, dadas como tais.” (p. 87).

das identidades a partir dos processos de socialização, aqui exemplificada nas obras de Dubar (2005) e Cattonar (2001), e outra que considera a construção identitária a partir das lutas sociais e embates da categoria, como fazem Arroyo (1980) e Furtado (1996).

Em relação à primeira vertente, há uma dicotomia acentuada nas formas pelas quais se estabelecem as relações entre os docentes e os “outros”. Esta dicotomia se apresenta nas formulações de Cattonar (2001), em relação ao que chama de “cultura profissional partilhada”, evidenciando “normas-regras-valores” próprios aos docentes, portanto, se diferenciando dos “outros”. Fica evidente, ainda, nas proposições de Dubar (2005), quando este autor afirma que as estratégias identitárias consistem em reduzir a distância entre as “identidades para si” e as “identidades para o outro”, e que essa “negociação identitária”: “[...] implica fazer da qualidade das relações com o outro um critério e um elemento importante da dinâmica das identidades.” (p. 140). Percebe-se, portanto, a centralidade dos processos relacionais, a demarcação de fronteiras em relação ao outro para o estabelecimento das identidades docentes.

No entanto, esses autores demonstram a complexidade das formas de construção identitárias, evidenciando que não se trata de processos lineares com resultados pré-estabelecidos. Seja um “núcleo central” de uma identidade profissional, sejam tentativas de aproximação de identidades para si e para o outro, sejam tensões entre processos estruturantes, a resultante não está dada previamente e nem é uniforme.

A segunda vertente, ao considerar que a construção identitária se efetiva a partir das lutas sociais e embates da categoria, estabelece um padrão diferenciado na forma de se compreender a relação dos docentes com o “outro”. Nessa proposição não se procura estabelecer demarcações nítidas, ao contrário, o que se evidencia são os pontos em comum, os aspectos que destacam uma associação de propósitos com o “outro”, no caso, todos os trabalhadores assalariados. Aqui, o que se percebe é a centralidade da ação reivindicatória nas lutas macrossociais como elemento estruturante das identidades docentes.

No entanto, essa segunda vertente de análise, participa de uma apreensão dicotômica das imagens trabalhador *versus* sacerdócio, missão, desconsiderando as demais formulações identitárias que transitam no espaço discursivo das entidades docentes, e percebendo tais formulações identitárias de forma pouco dinâmica. Nessas correntes analíticas determina-se um grau de eficiência coercitiva bastante acentuado em relação aos sistemas sociais, aqui no caso as associações e sindicatos docentes, o que Domingues (2004, p. 51), vai denominar de “causalidade condicionante”, na qual os atores individuais seriam condicionados por esses

sistemas sociais. Seria como se as entidades docentes tivessem a capacidade de determinar e impor certas formulações identitárias que seriam incorporadas pelos atores individuais.

Esse processo de identificação dos docentes com os demais trabalhadores assalariados, reelaborando uma identidade ligada à imagem do “trabalhador do ensino” pode ser considerada, na perspectiva apresentada por Domingues (2000), como uma das formas mais particularizadas nas quais se apresentam os novos “reencaixes” da modernidade, ou novas identidades individuais e coletivas, que seria a pertença à classe operária, como é o caso da construção discursiva formatada pela UTE-MG, que será analisada no capítulo 6. Mas como destaca Domingues (2000, p. 51), esses novos processos de “reencaixe” se veem permanentemente em destroços, forçando as instituições sociais, como é o caso dos sindicatos e associações de docentes, a buscarem modificações constantes que possam dar o mínimo de segurança e de reconhecimento identitário a seus membros.

Mas de onde adviria esse “mínimo de segurança”, o que permitiria, por exemplo, que uma entidade como a UTE-MG conseguisse, ao menos discursivamente, (re)elaborar uma identidade relacionada à imagem do “trabalhador do ensino”?

Para responder a essa questão podemos nos apropriar da noção de “subjetividades coletivas”, desenvolvida por Domingues (2004). Para esse autor os sistemas sociais, dentre eles as associações e sindicatos, podem ser compreendidos a partir dessa noção, que para melhor compreensão devem ser considerados os seguintes pressupostos: primeiro, são detentoras de uma “causalidade coletiva”, que se estabeleceria a partir dos sistemas de interação constituintes das relações sociais; segundo, deve-se considerar o descentramento do sujeito, destacando-se seu caráter essencialmente relacional; terceiro, deve-se considerar, também o centramento contingente de cada sistema social, que não seria algo automático. A partir desses pressupostos, Domingues (2004, p. 30) conclui que uma subjetividade coletiva centrada não seria algo evidente e que, portanto deve-se analisar os níveis de centramento e causalidade dessas subjetividades. Esses níveis de centramento dependeriam de duas variáveis, a identidade e a organização desses sistemas sociais. A primeira expressaria a “[...] autopercepção e consciência, bem como a delimitação relativa dos sistemas sociais, ou seja, na medida em que eles são ‘cientes’ de si e demarcados em relação a outros sistemas.” (DOMINGUES, 2004, p. 31); já a organização seria a própria articulação dos sistemas sociais. A partir dessas duas variáveis, poderia, segundo o autor, se definir o nível de centramento das subjetividades coletivas, pois quanto maior a “autopercepção e consciência” e os níveis de

organização, maior os níveis de centramento e intencionalidade de um sistema social (DOMINGUES, 2004, p. 25-32).

A partir dessas formulações, Domingues (2004, p. 32-33) vai estabelecer uma tipologia, de caráter prático e aproximativo – como toda tipologia – para classificar os sistemas sociais de acordo com seus níveis de centramento. A partir dessa classificação poderíamos considerar que a UTE-MG, por exemplo, se enquadraria no tipo “categoria”, como um subgrupo, que segundo esse autor pode atingir razoável nível de centramento, pois poderia alcançar grande identidade (“autopercepção e autoconsciência de si”), mas, contudo, a heterogeneidade que caracteriza esses tipos de grupo tende a diminuir seu nível de centramento. Portanto, essa entidade teria sim um nível de centramento capaz de elaborar uma determinada forma identitária, construindo aquele “mínimo de segurança” em relação a um reconhecimento identitário.

Com essa aproximação das formulações de Domingues (2004) queremos afirmar que a identidade de “trabalhador do ensino”, ou outras formulações relacionadas às identidades docentes, apesar de uma determinada “intencionalidade coletiva” projetada pelas “subjetividades coletivas”, no caso em questão por suas entidades representativas, são sempre variáveis e contingentes, marcadas por conflitos, tensões, rupturas, permanências.

Acompanhando Martuccelli (2002, p. 426), podemos afirmar que “[...] a identidade é hoje uma relação e jamais uma substância, mas uma relação que deseja se mostrar como uma substância.”²². Reafirmamos, dessa forma, o caráter transitório e fundamentalmente relacional das constituições identitárias, ligadas a contextos históricos específicos, mas também seu caráter afirmativo, sua busca constante por coerência e estabilidade, que dê a sensação aos indivíduos de se reconhecerem como parte de uma coletividade, fios tecendo as complexas tramas das relações sociais.

²² Texto original em francês. Tradução nossa.

3 A EMERGÊNCIA DO TERMO “TRABALHADORES DO ENSINO”: A MOBILIZAÇÃO DOCENTE EM FINS DOS ANOS 1970 E INÍCIO DOS 1980 – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será realizado um estudo bibliográfico a partir de obras que analisam a relação entre um contexto histórico específico e as construções identitárias dos docentes, particularmente em torno da nomenclatura “trabalhadores do ensino”²³. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de buscas no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁴, nas referências bibliográficas das leituras realizadas e em banco de teses e dissertações de algumas Instituições de Ensino Superior (IES). Essa literatura analisada busca compreender de que forma são (re)elaboradas identidades docentes em um período histórico específico brasileiro no qual os docentes iniciam um intenso processo de mobilização e luta pelos seus direitos, impulsionados pela emergência de novas formas de enfrentamento engendradas pelos trabalhadores, especialmente a partir das grandes greves iniciadas no ano de 1978 no ABC paulista, tendo como pano de fundo a luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do país.

Os(as) autores(as) analisados buscaram compreender como se formaram, ou foram reelaboradas, determinadas identidades docentes e o caráter dessas identidades, a partir de suas lutas por melhores condições de trabalho, salários dignos, democratização dos espaços escolares e da sociedade como um todo. A identificação que os docentes buscaram com os demais trabalhadores, em uma perspectiva classista, fez surgir entidades que atuassem como sindicatos formais, mesmo que a legislação proibisse a sindicalização de funcionários públicos, adotando táticas semelhantes aos demais trabalhadores, como as greves, passeatas de ruas, panfletagens e outras. Algumas entidades docentes, portanto, até mesmo em suas denominações – a UTE-MG, por exemplo – trazem a referência a uma identidade ligada aos demais trabalhadores.

A literatura aqui analisada aponta abordagens muito distintas, por isso buscamos agrupá-la em três blocos: no primeiro bloco foram agrupadas obras que enfatizam a organização sindical docente em si; no segundo bloco foram agrupadas obras que buscam conectar a dimensão organizativa docente com a construção de uma identidade relacionada à

²³ Para uma abordagem mais ampla da constituição de associações e sindicatos docentes ver: *Anais do Seminário internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação* (2010).

²⁴ <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

concepção de “trabalhadores do ensino”; por fim, o último bloco trata de obras que questionam se de fato a construção discursiva em torno da ideia de “trabalhadores do ensino” corresponde à realidade vivida pelos docentes. Deve-se mencionar que essa categorização serve apenas para fins didáticos e de exposição, pois muitos autores analisados transitam em suas obras por essas três formas de abordagem.

3.1 A organização sindical docente

Inicialmente, buscamos compreender a dimensão histórica do período, e para tanto foi utilizado o texto de Sader (1988), que se constitui em um referencial para a compreensão do desenvolvimento e da reorganização da sociedade civil durante a vigência da ditadura militar instaurada em 1964. A ideia central desse autor é a de que os movimentos populares surgidos a partir da década de 1970 trazem à cena “sujeitos novos”, que rompem com a tradição sociopolítica da tutela e da cooptação, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se, na experiência do cotidiano popular (SADER, 1988). Esses novos sujeitos sociais surgem a partir de uma crise de representatividade, manifestada em vários setores da sociedade: uma crise na igreja, evidenciada nas formulações da “teologia da libertação”; uma crise no movimento sindical, que se expressaria na formulação de uma nova matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”, que busca romper com práticas sindicais atreladas à tutela estatal, ao “trabalhismo populista”; e a crise das esquerdas, em decorrência do próprio histórico de derrotas sofridas a partir do golpe militar de 1964 e dos impasses internacionais.

Sader (1988) trabalha com o conceito de sujeito coletivo e com as formas de interação desses sujeitos com os discursos. Para este autor, a noção de sujeito coletivo está ligada a uma “[...] coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas.” (SADER, 1988, p. 55). A relação desse sujeito coletivo com os discursos proferidos, apresentado pelo autor, contribui para a compreensão das maneiras como as entidades docentes analisadas, a APPMG e a UTE-MG, constroem representações em seus discursos acerca das identidades docentes, pois “[...] constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados.” (SADER, 1988, p. 60). No entanto, deve-se questionar a base epistemológica

sobre a qual o autor constrói seu conceito de ator coletivo, pois da forma como são descritos esses sujeitos deixa-se transparecer o que Domingues (2004) vai chamar de “causalidade condicionante”, onde as instituições seriam portadoras de forças sociais que condicionariam o comportamento individual em um tipo de influência determinística. Ainda segundo Domingues (2004, p. 50), nesse tipo de abordagem “[...] seus atores ‘estruturados’, coletivos, possuem transparência, autoconhecimento e autopercepção, intencionalidade, autocontrole e capacidade de decisão.” Deve-se questionar, portanto, esse grau de centramento que é atribuído por Sader (1988) aos atores sociais.

Sader (1988) faz, ainda, uma descrição e análise do movimento sindical em São Paulo, desde as greves de 1974 até o ápice dos movimentos grevistas de 1978-1979, com isso fornece um referencial histórico e analítico para se compreender a organização dos docentes em Minas Gerais no final dos anos 1970, que se assemelha no formato à construção das oposições sindicais em São Paulo, especificamente no caso dos docentes, forjadas nos “comandos de greve”, que assumem a liderança do movimento à revelia da entidade representativa dos professores(as) à época, a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG).

O texto de Sader (1988) se conforma em uma perspectiva que considera a construção de identidades como fruto de lutas políticas, forjadas na práxis. Essas identidades se constituiriam a partir da associação entre movimentos sociais/sindicais e as lutas reivindicatórias de determinadas categorias profissionais, marcadas por uma clara divisão de classes, de um lado a classe trabalhadora, de outro a burguesia, ou o Estado que a representa.

Passos (2005) parte da ideia de que o movimento dos professores(as), a partir da década de 1970, em sintonia com o processo vivenciado pelo conjunto dos trabalhadores em todo o Brasil, nos estertores da ditadura militar, formata um novo “desenho” sobre a profissão docente, nesse sentido vai buscar compreender o processo em que se foi constituindo a identidade do “trabalhador-professor”, a construção de uma nova imagem docente. Para buscar essa caracterização, o autor faz uma análise do Estatuto do Magistério de Minas Gerais, lei nº 7.109/1977, e de outras legislações referentes à profissão docente, como a LDBN/1996 (lei nº 9.394), para analisar como através de dispositivos legais como esses, um novo significado da profissão docente teria sido incorporado, considerando que tal legislação teria forjado, além da qualificação profissional, um “[...] entendimento de sua função na sociedade, como trabalhador, e reconhecimento de sua atividade como ofício e profissão.” (PASSOS, 2005, p. 38).

A ideia principal desse autor é a de que a construção da UTE-MG, incorporando o termo “trabalhadores” em seu nome, acena para o processo de construção da profissionalização do magistério, que posteriormente seria reconhecido na legislação, especialmente a partir da LDBN/1996. O autor, portanto, vai buscar a afirmação de uma identidade via legislação, ou seja, a partir do reconhecimento por parte do Estado de sua condição de trabalhador.

Mesmo que Passos (2005) considere que há um distanciamento entre o discurso governamental e as práticas implementadas pelos governos em relação à valorização dos docentes enquanto profissionais, nossa perspectiva difere da do autor, pois parte da ideia de que esse processo de construção dessa identidade de “trabalhador do ensino” ou de um “profissional” não se consubstanciou na legislação, portanto não contribuiu para a profissionalização docente. Esse autor ainda reforça uma visão dicotômica das identidades docentes, pois essa nova configuração da imagem do docente ligada à concepção de “trabalhador do ensino” se contraporia às imagens de vocação e sacerdócio. Como discutido no capítulo 2, não há necessariamente uma substituição “automática” de uma identidade por outra, elas na realidade coexistem com várias outras representações.

Bulhões e Abreu (1992) fazem um levantamento detalhado do processo de mobilização dos docentes do Rio Grande do Sul a partir dos movimentos grevistas de 1979, que também irromperam em vários estados, como é o caso de Minas Gerais e São Paulo. A preocupação das autoras é a de identificar as novas formas de ação e estruturação da entidade representativa dos docentes, denominada Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS). Essa entidade passa por um processo de reestruturação do modelo de ação a partir dos movimentos grevistas de 1979, que à semelhança do ocorrido em Minas Gerais, passa a existir uma oposição identificada com os movimentos sociais surgidos no período e interligados ao movimento mais amplo dos trabalhadores. O que diferencia os dois movimentos é que a denominação “trabalhadores em educação” só seria incorporada ao nome da entidade em 1989, após a promulgação da Constituição de 1988, passando a se denominar CPERS/Sindicato dos Trabalhadores em Educação e, a partir de 1990, admitindo em seus quadros de filiação os funcionários de escolas da rede estadual.

Não é objetivo das autoras discutir a formatação de uma determinada identidade, mas sim, conectar o movimento dos(as) professores(as) gaúchos(as) ao movimento da classe trabalhadora como um todo. Daí pode-se depreender a busca de uma determinada identidade relacionada à ideia de “trabalhadores do ensino”.

O texto de Gadotti (1996) faz um breve balanço da organização sindical docente, dos(as) professores(as) dos níveis básicos e superior no período de 1976-1996, destacando uma tendência organizativa das entidades no sentido de se designarem como “trabalhadores em educação”. Com o crescimento das entidades estaduais, como a UTE-MG em Minas Gerais, a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) em São Paulo, o CPERS no Rio Grande do Sul, há o crescimento da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que a partir de 1989 se transformaria na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A denominação segue a tendência das entidades estaduais de se identificarem com as lutas dos trabalhadores em geral. O objetivo do autor não é tecer análises sobre a dimensão da formação identitária a partir dessa designação, mas fazer um balanço sobre a organização sindical docente e dos “tipos” de sindicalismo praticado por essas entidades.

Biavatti (2004) faz uma análise – utilizando-se das categorias foucaultianas – da permanência discursiva presente nos sindicatos docentes, que mesmo frente às transformações socioeconômicas mantêm um discurso típico de uma “sociedade disciplinar” em uma “sociedade de controle”. Para a autora, sindicatos são instituições tipicamente da “sociedade disciplinar”. Biavatti (2004) busca compreender o tipo de discurso produzido pelo sindicalismo docente, o qual investigamos, que ligado a uma matriz discursiva mais ampla, do conjunto dos trabalhadores, tende a ter uma permanência irreduzível, no qual aponta uma proposta de transformação da sociedade, de revolução, um discurso de vitimização do trabalhador, de identificação de um poder central visto como um inimigo a ser enfrentado, procurando transmitir uma “[...] utopia agregadora que pacificando para um fim, constrói um motivo por que lutar.” (BIAVATTI, 2004, p. 12). Para essa autora, entre as práticas e o discurso dos sindicatos institui-se a utopia que ao procurar conjugar fala e prática, alimentaria tanto a própria utopia quanto a ação sindical.

Deve-se questionar na análise de Biavatti (2004) até que ponto essa “utopia agregadora” conseguiu impor uma determinada identidade docente, a de trabalhadores, anulando formas identitárias já existentes ou se na realidade o que essa matriz discursiva evidenciaria seriam as contradições e as tensões, tanto no discurso quanto nas práticas dessas entidades representativas dos docentes.

Loyo (2001) analisa a realidade dos sindicatos docentes na América Latina frente às reformas educacionais implementadas a partir das décadas de 1980 e 1990 e sua exclusão como interlocutor na formulação das políticas educacionais. A discussão central é em relação

às ações implementadas por essas organizações, destacando algumas dimensões dessas ações: de caráter “gremialista”, que busca discutir as condições de trabalho docente; de valorização profissional, que busca resgatar o reconhecimento social da categoria; político-partidária, que procura fazer das entidades um instrumento a serviço de partidos políticos; e o que a autora chama de dimensão “identitária”, que promove discussões e ações a favor da educação.

A discussão sobre a busca dessa identidade das organizações docentes serviu-nos como apoio para a análise do significado que o termo “trabalhadores do ensino” adquire para os docentes, possibilitando a construção de uma determinada identidade a partir de práticas e estratégias de luta.

Tiramonti (2001) parte da análise das reformas implementadas na América Latina a partir dos anos 1980, seguindo uma agenda de acordo com as conjunturas específicas de cada país, as relações de poder instauradas em cada sociedade, o poder de predomínio das elites locais e o poder de resistência do movimento dos trabalhadores. Para a autora a via estatal das mudanças é um fator decisivo e vai condicionar o caráter de tais mudanças. Nesse sentido, o objetivo da autora é buscar compreender as relações construídas entre sindicalismo e Estado.

Segundo essa autora, o surgimento de sindicatos de professores(as) nos países latino-americanos estaria diretamente relacionado ao desenvolvimento de seus sistemas educativos, que por sua vez estariam relacionados com os modelos de acumulação adotados, à formatação do Estado e aos regimes políticos vigentes. Nesse sentido, haveria dois modelos básicos de desenvolvimento: um primeiro que seria típico de países que verificaram desde o começo do século XX um crescimento de seu sistema educacional e, conseqüentemente, uma conformação do movimento docente, como é o caso da Argentina, Chile e México. Nesses locais, inicialmente, as entidades tinham um caráter mutualista, propiciando espaço de socialização e lazer. Nesse processo constrói-se uma identidade docente centrado em uma tríplice condição de sua atividade: a de funcionário público; a de profissional, que seria detentor de um saber específico; e a de intelectual, defensor de um corpo teórico-doutrinal.

Um segundo modelo de desenvolvimento, ainda segundo Tiramonti (2001), no qual se inclui o Brasil, por uma série de conjunturas, só mais tarde viria a incorporar novos setores sociais ao mercado de emprego formal e à participação política e social. Esse modelo de exclusão social teria restringido o crescimento dos sistemas educativos e, por conseguinte, do modelo organizativo dos docentes. Essa situação se transforma a partir dos anos 1950. Nessa nova estrutura organizativa os sindicatos tornaram-se uma peça imprescindível, sendo o Estado o principal construtor de um sistema sindical (modelo social baseado no princípio da

incorporação para promover um determinado equilíbrio de forças, que força a inclusão de novos setores emergentes – Estado de Compromisso). Nesse sentido, a autora afirma que os sindicatos foram protagonistas do processo de institucionalização dos sistemas educativos na região.

No caso do Brasil, segundo a autora, ao contrário de outros países da região, especialmente a Argentina, os sindicatos surgiram fora da tutela do Estado e se constituíram a partir de uma postura oposicionista, associados às reivindicações das bases, tratam-se de sindicatos classistas não integrados à estrutura de poder. Podemos afirmar que esse sindicalismo apontado pela autora surge, na realidade, a partir do final dos anos 1970, pois anteriormente havia um forte controle estatal sobre os sindicatos e esses serviam como base de apoio de governos, especialmente durante a vigência do chamado período populista (1946-1964).

Ainda para Tiramonti (2001), as identidades dos atores modificavam à medida que as relações com o Estado se transformavam, assim, os movimentos de professores(as) transformaram-se em sindicatos – no caso do Brasil em entidades de caráter sindical, já que era proibido a sindicalização no setor público até a Constituição de 1988. Nesse sentido, as identidades docentes migravam para a identificação com o movimento sindical mais amplo. As entidades representativas abandonaram as lutas pela normatização da atividade docente e pelo estabelecimento das regras de funcionamento e controle do campo educacional, em favor de lutas reivindicatórias por recursos e por condições de desempenho da profissão.

Frente à nova organização técnica da escola “[...] gerou-se um lugar para o professor mais próximo de um operário qualificado que de um profissional detentor de um conhecimento próprio para direcionar a tarefa e definir seus sentidos.” (TIRAMONTI, 2001, p. 123). Um exemplo desse processo seria a integração, no caso brasileiro, de sindicatos docentes às centrais sindicais, especialmente à CUT²⁵. Dessa forma, as entidades assumem uma atitude preventiva, na defesa de salários e condições de trabalho; a dinâmica que orientava esse trabalho era o da confrontação com o Estado.

São apontados por Tiramonti (2001) dois processos de reestruturação que são de grande importância para as reflexões sobre as estratégias desenvolvidas pelas organizações docentes e, conseqüentemente, para uma nova configuração identitária: uma ampliação do acesso à educação frente a uma crise financeira do Estado, que redundava na deterioração

²⁵ A UTE-MG filiou-se à CUT em 1984 (Arquivo Sind-UTE. *Cartilha UTE 1979-1987: um pouco de nossa história*, 1987, p. 16).

salarial dos docentes e da qualidade da educação destinada às camadas populares; outro processo diz respeito ao perfil sociocultural desses docentes, que deixaram de ser recrutados nas camadas médias, passando a incorporar setores de camadas mais baixas da população (TIRAMONTI, 2001).

As reflexões de Tiramonti (2001) auxiliam no sentido de se compreender o contexto no qual são (re)formuladas as identidades docentes, nos possibilitam, inclusive, traçar um paralelo entre as diversas realidades latino-americanas, o que pode ser um instrumento para se evitar considerar as identidades docentes como algo homogêneo, portador de uma característica única, independente do contexto histórico e da realidade socioeconômica e cultural.

3.2 Organização e identidade: os “trabalhadores do ensino”

Vianna (2001) examinou 47 dissertações e 7 teses sobre os(as) trabalhadores(as) docentes, desenvolvidas em diversos programas de pós-graduação no Brasil, defendidas entre os anos 1980-1996. Estabeleceu uma categorização para essas produções, dividindo-as em dois grandes blocos: o primeiro centrado no que a autora denomina de “formação política e consciência de classe”, afirmando que essa consciência seria fruto de ações coletivas; e um segundo bloco, que aborda a crise na organização docente.

Nas produções agrupadas no primeiro bloco – o que interessa aos objetivos traçados nesta pesquisa – o processo de construção da imagem de um “professor-trabalhador”, nos termos utilizados pela autora, foi tratado no sentido de se apontar uma ruptura com a imagem de sacerdócio, que seria uma passagem de uma condição não-consciente, alienada, para uma postura crítica, combativa e ligada aos movimentos mais amplos da classe operária. Vianna (2001) sugere, no entanto, a ideia de uma tensão entre essas duas imagens, apontando um movimento coexistente de permanências e rupturas. Entretanto, é característico da literatura agrupada nesse bloco a apreensão dicotômica das imagens “trabalhador do ensino” *versus* sacerdócio, missão. É deste período, ainda, o interessante trabalho que opõe para o(a) professor(a) a imagem de “mestre ou tia?” (NOVAES, 1991). Nessa vertente analítica, a oposição imagética é construtora de identidades irreduzíveis, algo que tem por referente um contexto de formação de um bloco histórico contra a ditadura (“eles” e “nós”).

Conforme verificado por Vianna (2001), muitas das produções por ela analisadas privilegiam unicamente a ação sindical, desconsiderando-se outras formas de organização docente, anteriores ao chamado “novo sindicalismo”. Esta pesquisa está alerta a essa crítica, pois faz uma análise das formulações identitárias construídas pela APPMG, uma entidade organizativa dos(as) professores(as) fundada na década de 1930, e que durante o período a ser analisado – a partir das grandes mobilizações do final dos anos 1970 e início da década de 1980 – foi protagonista dessa mobilização, conformando identidades docentes que serão questionadas pela nascente entidade, a UTE-MG, mas que se mantém, ainda, como porta-voz de determinadas representações sobre a profissão docente. A importância da APPMG no cenário representativo docente pode ser atestada pelo número de associados que essa entidade possuía no final da década de 1980. De acordo com documentação que trata do curto período no qual a associação se transformou em sindicato, no ano de 1988 (aspecto que será analisado no capítulo 5) essa entidade contava então com “16.050 (dezesseis mil e cinquenta) sócios”²⁶.

Arroyo (2001), em seu texto, busca resgatar a centralidade do papel dos(as) professores(as), pois argumenta que ocorreu no imaginário social uma “despersonalização” da educação, no qual esses atores passam a ser vistos como “imagens e autoimagens” confusas de professores(as). O centro da questão colocada pelo autor é investigar quais imagens e autoimagens estão sendo construídas nas últimas décadas do século XX, especialmente a partir das grandes mobilizações do magistério no emblemático ano de 1979.

Para Arroyo (2001), os(as) professores(as), especialmente a partir de 1979, vêm promovendo um movimento de afirmação, exigindo que sejam reconhecidos como uma categoria profissional, tendo como centro dessa ação a defesa de uma identidade de “trabalhadores em educação”. Para o autor, essa identidade forjou-se na luta contra o Estado, que a descaracteriza, tratando a todos como funcionários.

Ainda conforme Arroyo (2001), a opção por se definir como “trabalhadores em educação” gestada a partir dos movimentos grevistas de 1979 vem sendo substituída pela identificação como “profissionais”, mas ambas não redefinem uma imagem social construída sobre os(as) professores(as), não trazem consigo um reconhecimento social. O(a) professor(a) traz consigo uma herança difícil de apagar: antes uma vocação sacerdotal, hoje uma “vocação secularizada”, politizada, um servidor público a serviço da garantia dos direitos dos cidadãos.

²⁶ Arquivo APPMG. *Termo de transformação da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG – em sindicato*, dez. 1988.

Para Arroyo (2001) os motivos que levaram os(as) professores(as) a buscarem o reconhecimento como “trabalhadores em educação” seriam: uma estratégia de luta por salários, carreira; uma tática para utilizar as mesmas formas de luta do movimento operário; a procura pelo apoio das centrais sindicais; a busca por um reconhecimento social, uma identidade coletiva (a cultura do trabalho). O autor acredita que a cultura docente, no entanto, não assimilou uma cultura do trabalho, pois a identidade docente estaria muito distante de uma identidade das classes trabalhadoras. A identidade ficaria restrita aos momentos de luta – na rua – à ideologia, e de volta à escola se fecharia em seus muros e em sua cultura. Neste texto, portanto, a dicotomia entre as formulações identitárias dos docentes é reforçada, porém em uma perspectiva menos otimista em relação ao seu texto de 1980, analisado no capítulo 2.

Outro autor que reforça esse tipo de abordagem é Furtado (1996), que faz uma análise sobre os embates travados no interior da própria categoria dos professores em relação à autodenominação “trabalhadores do ensino”. A greve de 1979, que durou 41 dias, de acordo com Furtado (1996), pode ser considerada um marco na criação da imagem promotora de uma identidade relacionada à noção de trabalhadores do ensino. Nessa campanha, ainda de acordo com o autor, foram envolvidos outros segmentos da comunidade escolar que tradicionalmente não participavam das mobilizações dos professores, tais como os serventes escolares, zeladores, faxineiros, cantineiras, funcionários da secretaria, e da biblioteca. A participação desses outros segmentos em um movimento e luta comum, como afirma Furtado (1996), seria determinante para a definição do próprio nome da entidade – e de seu perfil identitário – que utiliza a nomenclatura “trabalhadores do ensino”.

Segundo o autor, no Congresso de criação da UTE-MG, ocorrido em julho de 1979, “[...] o ponto nevrálgico da questão era a discussão sobre se os professores deveriam ou não assumir sua identidade de ‘trabalhadores’” (FURTADO, 1996, p. 44). Essa definição do nome da entidade revelaria a busca pela definição de uma identidade para o movimento que estivesse em consonância com o contexto de transformações sociais e políticas pelo qual passava o país. Nesse congresso, foram apresentados três nomes para a entidade: “União dos professores”, “União dos Educadores” e “União dos Trabalhadores do Ensino”. Furtado (1996) expõe essa questão para argumentar a respeito de um de seus eixos de análise, que seria a busca por parceiros no movimento mais amplo dos trabalhadores, na busca por uma organização nacional, o que posteriormente seria decisivo na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e mais tarde da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em decorrência

disso, não é objetivo do autor tecer considerações mais detalhadas sobre a construção de uma identidade docente.

Baldino e Afonso (2002) analisam a busca da construção de uma identidade dos(as) professores(as) na perspectiva da ação sindical, mais especificamente na busca de uma identidade profissional, frente ao chamado processo de proletarização e precarização da atividade docente. Para tanto, vão analisar a realidade sindical do Estado de Goiás, traçando um panorama das entidades organizativas docentes, tanto da rede pública, quanto da rede privada de ensino desse Estado. Nesse sentido, os autores apontam para uma diferenciação existente entre essas redes, os sindicatos ligados à rede pública, em sua maioria, adotam a nomenclatura “trabalhadores”, enquanto os da rede privada têm como referência, o termo “professores” no nome da entidade. Exemplos: Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Goiás (SINTEGO) – da rede pública; e Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO/GO) – da rede privada.

Apesar de apontar essa diferenciação, os autores não tecem considerações a respeito das implicações de tal fato para a construção de uma identidade docente, ou para analisar as condições objetivas de trabalho em cada uma das redes, privada e pública, que poderiam levar a adotar tais nomenclaturas. Analisar essa diferenciação pode contribuir para a compreensão das relações que se estabelecem entre patrão/empregado ou Estado/trabalhador e as implicações nas formulações identitárias dos docentes.

Em uma abordagem acerca das disputas em torno das representações que são construídas em torno da imagem do(a) professor(a), Vicentini e Lugli (2009) fazem uma interpretação da iconografia presente na grande imprensa do Estado de São Paulo sobre o movimento grevista dos(as) professores(as) nos anos de 1978-1979. Além de analisarem o movimento grevista paulista em si, que à semelhança do ocorrido em Minas Gerais houve uma articulação do grupo ligado ao Comando Geral de Greve, contra as lideranças ditas pelegas, que acaba por assumir a direção da principal entidade representativa dos docentes, a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), as autoras traçam uma análise sobre as novas representações sobre a profissão docente que emergem desse movimento.

Para esse estudo as autoras partem da análise de uma matéria publicada em um grande jornal de São Paulo que traça o novo perfil dos(as) professores(as), denominados de “boia-fria do ensino”, que para as autoras acabou por descrever as características das imagens que predominavam nas fotografias publicadas nos jornais. Essa imagem seria a de um “[...] jovem

professor, barbudo e cabelos compridos, com jeans e camiseta ou camisa de mangas curtas.” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 202). Ao comparar as imagens de professoras em um movimento grevista de 1963 com as imagens de professores em 1979, as autoras acabam, no entanto, por reforçar a dualidade em torno dessas formulações identitárias, antes uma vocação feminina, agora a imagem de um trabalhador consciente de sua situação de classe.

Ferreira (2006, 2007) aborda a questão da identidade docente agregada a uma identidade adicional, a de “trabalhadores em educação”. A ideia de “semiprofissionalização” da profissão docente – bastante difundida no Brasil através do texto de Enguita (1991) – contrastaria com o fenômeno da sindicalização docente em comparação com o modelo profissional de trabalhadores intelectuais. Em seu texto, a autora se propõe a analisar as implicações do fenômeno da sindicalização sobre as identidades docentes e as consequências do fato de alguns sindicatos terem incorporado outros segmentos que atuam na área educacional, passando a intitular-se sindicato de trabalhadores em educação.

Essa autora faz um levantamento de algumas produções que analisam o sindicalismo docente na América Latina, a partir da análise do projeto coordenado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), da Argentina, que busca compreender as relações entre as reformas educacionais empreendidas em vários países latino-americanos nos anos 1990 e as organizações docentes (TIRAMONTI; FILMUS, 2001). Faz, ainda, uma sistematização dessa produção dividindo-a em grandes temas: o surgimento das organizações docentes; a interferência do Estado e de partidos políticos na constituição das organizações docentes; as reivindicações das organizações docentes e as reformas educacionais dos anos 1990; e as características das organizações sindicais.

Um importante aspecto levantado pela autora diz respeito à necessidade de se pesquisar mais aprofundadamente as formas como são tratados no interior dos sindicatos docentes os diversos segmentos que os compõem, pois as tarefas e as carreiras do pessoal técnico-administrativo são bem diferentes daquelas realizadas por professores(as), sendo necessária uma investigação sobre a participação de cada um desses setores na composição das diretorias, na formulação das pautas de reivindicação. Em se tratando de pesquisar a formatação de uma identidade de “trabalhadores do ensino”, tal aspecto é fundamental, pois possibilitaria tornar mais transparente a efetiva realidade de uma alentada união entre todos(as) os(as) trabalhadores(as) que atuam na educação.

Para Ferreira (2007), as identidades docentes estão intimamente relacionadas aos processos de regulação do trabalho de professores(as), nas disputas entre o Estado e a categoria, pois:

[...] modificações no processo de trabalho da categoria, em seu *status* social, recrutamento por gênero e classe, relacionadas a mudanças sociais mais amplas ocorridas no âmbito de cada país, devem ser examinadas se quisermos uma melhor compreensão das transformações nas identidades docentes. (FERREIRA, 2007, p. 393).

Ao buscar compreender a dicotomia entre o alegado processo de proletarização e a reivindicação de profissionalidade, a autora parte do pressuposto de que quanto mais se proletariza mais se reivindica uma profissionalidade e a sindicalização representaria uma tentativa de resistir às perdas sofridas, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação ao *status* da profissão. A autora vai buscar apreender as consequências, para as identidades docentes, do fato de o sindicato ter incorporado outros segmentos que atuam na área educacional, passando a intitular-se um sindicato de trabalhadores em educação. A consciência de que os problemas que afetam os(as) professores(as) são os mesmos que afetam os demais trabalhadores faz com que os sindicatos adotem estratégias de luta semelhantes aos de outras categorias profissionais (FERREIRA, 2006).

A proletarização, ainda de acordo com essa autora, seria decorrente dessa identificação com as lutas dos trabalhadores em geral, não com as condições do trabalho docente que levariam a tal processo. Em suas entrevistas com dirigentes sindicais e militantes, Ferreira (2006) aponta para a questão de não haver um consenso quanto à identidade proletária, pois muitos não a aceitariam. Na verdade, o que ocorre:

[...] é mais como se os funcionários fossem subsumidos na categoria dos docentes e não o inverso, como o nome “trabalhadores em educação” pareceria indicar. Ou seja, é a natureza do trabalho de ensinar que parece dar a tônica à identidade dos “trabalhadores em Educação” sindicalizados. (FERREIRA, 2006, p. 238).

Pode-se afirmar, a partir da análise dos textos de Ferreira (2006, 2007), que essa autora considera as identidades docentes de maneira mais plural, não dicotômica, como as obras até aqui analisadas, percebendo que a identificação como “trabalhadores da educação” convive com outras formulações identitárias.

3.3 “Trabalhadores do ensino”?

A linha de análise agrupada nesse bloco tem como premissa básica o questionamento se de fato os(as) professores(as) se identificaram em algum momento como “trabalhadores do ensino”. Uma das autoras agrupadas nesse bloco, D. Oliveira (2006) teve sua obra analisada no capítulo 2, com vistas a contribuir para a construção de um referencial que possibilite enquadrar o conceito de “identidade”.

Souza (1997) parte da hipótese de que os docentes elegeram estratégias sindicais defensivas, orientadas pelas condições de vida e de trabalho afetadas pelas políticas de ajuste econômico. No entanto, mesmo adotando uma forma de organização baseada em um sindicalismo classista e de massas, a identificação do trabalho docente como categoria inclusiva do trabalho operário seria “mais metafórica do que real”. A autora destaca a semelhança entre os(as) professores(as) em relação ao aspecto organizativo e reivindicatório, todos procuram um parâmetro para os reajustes salariais, incorporação de reivindicações educacionais relativas à democratização das relações de poder no interior dos sistemas de ensino, a busca da superação da ideia do magistério como sacerdócio, e sua valorização como profissionais da educação.

Para Souza (1997), o movimento organizativo docente estaria relacionado às questões relativas à perda de um determinado *status*, decorrente da ampliação da oferta de profissionais de nível superior, crescimento do setor público e crise financeira do Estado, provocando o rebaixamento dos salários dos funcionários públicos, entre eles dos(as) professores(as). Essa relação dos docentes com o Estado é um ponto importante destacado pela autora. Para ela, o movimento sindical docente no Brasil tem se preocupado em aproximar a concepção de servidor público à de trabalhador público, também tem procurado romper com o padrão das relações de trabalho dominante no setor público brasileiro, portador de características culturais nepotistas e clientelistas, próprias do Estado patrimonialista (SOUZA, 1997, p. 150).

Souza (1997) apresenta a ideia da construção de uma identidade docente formada a partir da consciência da existência de um sujeito coletivo. Essa perspectiva, no entanto, acaba por reforçar a ideia da inevitabilidade da identificação dos docentes como “trabalhadores do ensino”, pois as condições de vida e trabalho acabariam por levá-los a tal postura identitária.

Ao analisar a relação entre trabalho docente e profissionalismo, Costa (1995) traz importantes contribuições para o debate sobre a questão das identidades, pois nos apresenta a

complexidade envolvida na constituição da profissão docente. Para essa autora, seria irrelevante discutir a qual modelo de profissionalismo se enquadra a docência, pois seguindo as proposições de Magali Larson (1989 *apud* COSTA, 1995, p. 260), “[...] não existe um único profissionalismo, mas diferentes configurações do profissionalismo, nem sempre revestidas das mesmas características.” Para se definir as identidades profissionais docentes, portanto, deve-se levar em consideração a relação entre o trabalho docente e gênero, entre trabalho docente e classes sociais e entre trabalho docente e profissionalismo. O núcleo de formação identitária encontra-se, de acordo com Costa (1995) nas ações relacionais decorrentes do trabalho docente, trabalho esse executado majoritariamente por mulheres, que se identificam como membros de uma classe média, mesmo sendo, em sua maioria, oriundas de classes populares, mas que se “[...] mantém distintos por sua cultura, seu saber, seus estilos de vida e horizonte existencial diferenciados” (COSTA, 1995, p. 221) e que, ainda, estabelecem uma relação tensa com o “profissionalismo”, apresentando-se como um “[...] grupo rebelde que se mantém imune em relação a certas prescrições profissionalistas.” (COSTA, 1995, p. 263).

Ao relacionar profissionalismo e sindicalismo, a autora considera também irrelevante manter uma oposição entre essas duas dimensões. Para ela, o fato de várias associações docentes acrescentarem a especificação sindicato à sua denominação, ou substituírem sua denominação usual pela de sindicato, não significa uma identificação pura e simples dos docentes com as lutas dos trabalhadores assalariados, representou, antes, uma transformação nas formas de luta (COSTA, 1995, p. 149).

Um aspecto importante destacado por Costa (1995) diz respeito às terminologias utilizadas para se designar o profissional docente: professor(a), educador(a), trabalhador(a), funcionário(a). Aprofundar a análise em torno desses termos, como será feito nos capítulos 5 e 6, possibilita traçar um quadro diacrônico das transformações nas representações sobre a profissão docente, sobre as próprias identidades docentes e demonstra, ainda, o aspecto mutável e dinâmico das construções identitárias.

Embora Costa (1995) relativize toda sua análise, parece ficar presa a categorias analíticas restritas à classificação por classe social – especialmente classe média – e, ainda, às proposições da tradicional sociologia das profissões, destacando a centralidade do saber para designar e diferenciar uma categoria profissional.

3.4 O viés analítico

As possibilidades de investigação das identidades docentes são bem amplas, o viés investigativo adotado dependerá da ênfase que se dará aos diversos aspectos que contribuem para a construção das formulações identitárias, desde as condições de formação e atuação profissional, passando pelas construções discursivas que circulam, seja no senso comum, seja na mídia ou nos órgãos governamentais, até as formas de organização adotadas. Como nos alertam Garcia, Hypólito e Vieira (2005), as pesquisas serão sempre parciais, provisórias e restritas a alguns aspectos ou fatores implicados nos processos de identificação dos docentes. Ainda, segundo esses autores:

Em um tempo recente, as investigações que problematizavam a identidade e a profissionalização docente parecem ter buscado aspectos unificadores e fundantes da identidade profissional dessa categoria: a classe social, a natureza do processo de trabalho, o gênero, a história de vida, a formação profissional, etc. Talvez um caminho produtivo para a pesquisa seja buscar as diferenças, as descontinuidades, as divisões dessa categoria [...]. (GARCIA; HYPÓLITO; VIEIRA, 2005, p. 54).

Em relação a esse aspecto mencionado pelos autores acima, cabe destacar que analisar as representações que as entidades docentes constroem acerca das identidades docentes, como se propõe essa pesquisa, seria uma forma de buscar esse “caminho produtivo”, pois nos textos dessas entidades afloram as contradições, as tensões, as diferenças, enfim, a pluralidade.

Especificamente nesse estudo bibliográfico, que se efetiva não só nesse capítulo, mas dialoga com toda a dissertação, buscou-se estabelecer um grupo de textos que tivessem como parâmetro a articulação de quatro elementos: a discussão sobre identidade docente, a análise do contexto histórico em fins da década de 1970 e início da década de 1980, as formas organizativas dos docentes, e a emergência da identidade de “trabalhador do ensino”. A conjugação desses quatro elementos é que nos possibilitou delimitar um viés analítico para esta pesquisa.

Cabe mencionar, ainda, que a maioria das obras analisadas não traz uma definição clara do conceito de identidade, não explicitando os referenciais com os quais trabalha este conceito. Neste capítulo, buscamos cotejar tais obras com os referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos no capítulo 2. A partir dessa confrontação fica evidente a necessidade de se tratar a questão das identidades docentes em bases teóricas mais consistentes, que permitam a compreensão desse aspecto tão complexo da condição docente.

Quanto à influência do contexto sócio-histórico nas formulações identitárias, cabe destacar que a maioria das obras analisadas aponta o processo de abertura política e de redemocratização do final dos anos 1970 como um fator preponderante, inclusive na elaboração pelas entidades associativas docentes da ideia de “trabalhadores do ensino”. No entanto, um segundo movimento relativo ao contexto é obscurecido pela literatura analisada, é o contexto de ampliação às camadas populares do acesso à escola. De que forma esse movimento afetaria as identidades docentes? Arroyo (1980) chega a apontar a necessidade da transformação da escola para atender a essa nova demanda, porém na perspectiva macro, de transformação da sociedade e não na perspectiva de reelaboração identitária dos docentes.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada constatou-se, também, que a questão da identidade docente é analisada a partir de variada metodologia, porém aparecem poucos trabalhos que utilizam a análise do discurso como referencial teórico-metodológico central para tratar dessa questão. Muitos trabalhos são desenvolvidos na área de linguística, não tendo como objeto de análise a educação ou mais especificamente a condição ou identidade docente²⁷. O detalhamento do percurso metodológico construído para a realização dessa pesquisa será tema do próximo capítulo.

²⁷ Dos trabalhos que buscam seus referenciais teórico-metodológicos em Fairclough (2001), como o faz essa pesquisa, para tratar do tema da identidade docente, três se destacam: Malatér (2008), Pacheco (2006) e Blanco (2005).

4 DO ESTUDO DAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS ÀS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS: O SUPORTE DA ANÁLISE DO DISCURSO

O percurso teórico-metodológico dessa pesquisa iniciou-se com o estudo bibliográfico referente ao conceito de identidade e o seu uso na literatura sobre identidade docente. Duas questões iniciais estavam postas: como o termo polissêmico de identidade é tratado na literatura brasileira sobre identidade docente; e como os estudos sobre entidades docentes elaboraram significados sobre identidades docentes.

A partir desses estudos procuramos construir um referencial que abarcasse o conceito de identidade, mas faz-se necessário, também, abordar dois outros conceitos no sentido de compor a estruturação teórica da pesquisa, profissão docente e representação, pois quando tratamos das identidades docentes estamos nos referindo, inicialmente, a identidades profissionais, portanto faz-se necessário clarear a concepção que norteia esse trabalho em relação a esse conceito. Já o conceito de representação é a base sobre a qual será analisado o objeto de pesquisa, visto tratar-se das representações que as entidades docentes – APPMG e UTE-MG – constroem acerca das identidades de professores(as).

Esses dois conceitos serão abordados na primeira parte do capítulo. Na segunda parte será detalhada a base metodológica que norteou a pesquisa, pormenorizando os conceitos e autores utilizados para a realização da análise do discurso sobre a documentação selecionada.

4.1 Profissão e identidade(s)

Iniciaremos analisando o conceito de profissão²⁸ e a implicação dessa concepção para a compreensão das formulações identitárias dos docentes²⁹. Para autores como Sarmiento (2000, p. 62), o pressuposto sobre o qual se assenta a concepção de profissão docente se

²⁸ O objetivo dessa pesquisa não é discutir as diversas tendências analíticas em torno da profissão docente, se ela se constitui realmente como uma profissão, nos moldes das chamadas profissões liberais ou se seria uma semiprofissão. O que está em foco neste trabalho são as (re)elaborações identitárias construídas por entidades docentes, as maneiras como essas entidades (re)constroem permanentemente, dentro de contextos históricos específicos, suas representações acerca dessas identidades.

²⁹ Para um detalhamento da relação entre modelos de profissionalismo e identidade docente, ver Garcia, Hypólito e Vieira (2005).

baseia no papel do Estado na estruturação do campo educacional. Os dispositivos de regulação adotados pelo Estado definem um sistema nacional de currículos e programas, a regulamentação dos principais aspectos da organização escolar e das suas atividades e a vinculação dos docentes ao estatuto de funcionários públicos. Nesse sentido, a ação do Estado é definidora de uma determinada identidade daqueles que desenvolvem a ação por ele regulada. Nessa perspectiva, uma identidade profissional, como a estabelecida classicamente pela sociologia das profissões, não se faz presente.

Para Antônio Nóvoa (1995a, p. 17), essa “funcionarização” do docente seria decorrente do “[...] enquadramento estatal que institui os professores como corpo profissional e não uma concepção corporativa do ofício”, estabelecendo-se o controle estatal a partir da instituição de licenças profissionais e de cursos de formação, definindo, dessa forma, um corpo de competências técnicas necessárias ao exercício da profissão. Esse autor propõe um modelo de análise do processo histórico de profissionalização dos docentes³⁰, a partir de um eixo estruturante, que seria o estatuto social e econômico dos(as) professores(as), e de duas dimensões – normas e valores subjacentes à profissão e um corpo de conhecimentos e técnicas – tal processo se daria a partir de quatro etapas: exercício em tempo integral da atividade docente; estabelecimento de um suporte legal que regulamenta a profissão; criação de instituições específicas para a formação de professores(as); constituição de associações corporativas (NÓVOA, 1995a, p. 20).

Esse modelo, desde que analisado de uma maneira flexível e não sequencial, pode servir como base para a compreensão da constituição da profissão docente no Brasil, constituindo-se em um roteiro que pode subsidiar as pesquisas empíricas em torno da formação da profissão docente. É preciso, no entanto, como discutido no capítulo 2, questionar esse “conjunto de normas e valores”, esse “núcleo central” (CATTONAR, 2001), essa cultura profissional partilhada, pois ao contrário da perspectiva analítica proposta pelas correntes funcionalistas que pressupõem uma determinada homogeneidade interna das profissões (RODRIGUES, 2002), deve-se, antes, levar em consideração nas análises do processo de construção de identidades, de acordo com Dubar (2005), o processo de

³⁰ Com esse modelo, Nóvoa (1995a) analisa a constituição da profissão docente, no contexto português, a partir dos processos de escolarização da primeira metade do século XIX e da criação dos institutos de formação, a partir do que se consolidaria um estatuto e uma determinada imagem do(a) professor(a). Na segunda metade do século XIX estaria presente uma visão intermediária dos docentes, nem burguês, nem popular, ocorrendo uma indefinição de seu estatuto e um aumento significativo do processo de feminização. É nesse contexto que surgem as associações de professores(as). Nóvoa (1995a) vai tratar, também, já no século XX, dos processos de proletarianização, de desprofissionalização docente.

socialização no qual estão envolvidos os atores sociais, como suas identidades sociais e profissionais são construídas em contextos históricos específicos.

Entretanto, consideramos que o enquadramento estatal da profissão constitui um componente importante para análise da(s) identidade(s) docente(s), pois se tem por hipótese que esta “funcionarização” será uma das balizas sobre a qual se darão os embates em torno de uma afirmação identitária por parte das entidades docentes em questão: a APPMG e a UTE-MG.

O que nos interessa na discussão sobre a profissão docente pode ser sintetizado nas seguintes questões: o que faz que diante de tantas diferenças exista uma coesão que permita chamar uma profissão de grupo social? Essa coesão é fruto de uma identidade compartilhada?

A partir da literatura analisada nos capítulos 2 e 3 podemos apontar algumas respostas a essas questões. Inicialmente deve-se considerar a complexidade das formas de construção de identidades sociais e profissionais, pois não se trata de processos lineares com resultados pré-estabelecidos. Mesmo considerando-se um “núcleo central” de uma identidade profissional (CATTONAR, 2001), ou tentativas de aproximação de identidades para si e para o outro (DUBAR, 2005), ou ainda tensões entre processos estruturantes, a resultante não está dada *a priori* e nem é uniforme. As identidades são construções sociais e de linguagens, são relativas a uma determinada época histórica, a um determinado contexto sociopolítico, forjadas na tensão de processos relacionais e biográficos (DUBAR, 2005).

Nesse sentido, a construção de definições identitárias comportaria diversas dimensões, não se reduzindo à interiorização pelos atores sociais de categorias pré-estabelecidas, como “normas-regras-valores” centradas em uma identidade partilhada. Apesar de uma determinada “intencionalidade coletiva” (DOMINGUES, 2004) projetada pelas entidades docentes, no caso a APPMG e a UTE-MG, as formulações identitárias são sempre variáveis, contingentes e plurais, marcadas por conflitos, tensões, rupturas, permanências. O que lhes dão coesão é toda uma construção discursiva em torno de seu caráter afirmativo, sua busca constante por coerência e estabilidade.

Esse posicionamento, à luz da literatura analisada, será confrontado com a pesquisa empírica realizada, apresentada nos capítulos 5 e 6, com base na análise das diversas representações que são formuladas e circulam nas entidades representativas dos docentes e se materializam em seus discursos.

4.2 Representações de si, para si e para o outro

O segundo conceito a ser considerado neste tópico é o de “representação”. Para tanto, será utilizado como referencial a obra de Roger Chartier³¹ (1990, 2002). Esse autor parte do estudo dos objetos que portam a comunicação, entrelaçados com a análise das práticas, que seria o encontro entre o texto – que deve ser analisado em sua materialidade, em suas condições de produção –, entre o que é enunciado e entre o receptor do texto, que está inserido em uma determinada prática. A hipótese central formulada por Chartier (1990, 2002) considera que a produção de sentido de um texto está na leitura, compreendida como uma dada prática, uma forma específica, construída historicamente, de apropriação de um determinado discurso.

Aspecto central para as análises sobre as maneiras como as entidades – APPMG e UTE-MG – constroem determinadas representações acerca das identidades docentes através de seus impressos, boletins, jornais, é a de se considerar as práticas discursivas como “[...] produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões” (CHARTIER, 1990, p. 27-28), que dão significado ao mundo, que constroem um sentido para as próprias práticas dessas entidades. Nesse sentido, os discursos devem ser compreendidos em sua especificidade, inscritos em lugares de produção e dentro de determinadas possibilidades (CHARTIER, 2002, p. 77). Cabe, ainda, destacar em relação às práticas discursivas, segundo esse autor, que “[...] o que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura.” (CHARTIER, 2002, p. 56).

A partir dessas considerações, este estudo indaga, com apoio em Chartier (2002) sobre os elementos utilizados pelas entidades docentes, ou seja, a estratégia da escritura, as escolhas visadas sobre o período, na construção das práticas discursivas sobre docentes no final da década de 1970 e início da década de 1980.

³¹ Para além do rigor teórico, este é um autor que vem operando como interlocutor das propostas de análise da História da Educação, e vem contribuindo sobremaneira para a renovação dos estudos histórico-educacionais. Seus estudos são uma referência para a estruturação teórico-metodológica da chamada Nova História Cultural Francesa. Esse autor realiza uma síntese de conceitos produzidos por outros teóricos, remodelando-os a partir de necessidades impostas por seu trabalho empírico. Autores como Luc Boltansky, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michel de Certeau, fornecem o substrato para a formulação dos conceitos desenvolvidos por Roger Chartier.

Interessa-nos, especialmente, a noção de representação desenvolvida por Chartier (1990). Segundo esse autor, trabalhando sobre as representações que os grupos sociais estabelecem é possível analisar as “[...] estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ser apreendido constitutivo de sua identidade.” (CHARTIER, 1990, p. 23). O conceito de representação, de acordo com esse autor, postula a articulação de três aspectos básicos da relação com o mundo social, o primeiro seria um trabalho de classificação e de delimitação, nas quais a realidade é construída; o segundo aspecto seriam as práticas que têm por objetivo fazer reconhecer uma identidade social; e, terceiro, as formas institucionalizadas nas quais instâncias coletivas marcam a existência do grupo (CHARTIER, 1990, p. 23).

Desse modo, podemos considerar a construção das identidades docentes como o resultado de uma relação de forças entre as representações (re)elaboradas pela APPMG e aquelas (re)constituídas pela UTE-MG, no sentido de estabelecer, classificar e renomear formas identitárias. Desse modo, essas entidades fazem cada uma e mediante construções discursivas singulares um trabalho de se fazer reconhecer, de buscar se legitimar, marcando suas existências a partir das representações que as identificam no plano das relações societárias do período.

4.3 A análise do discurso enquanto método

Após a apresentação dos conceitos utilizados nessa pesquisa sobre profissão e representação, serão abordadas a seguir questões metodológicas que orientaram o seu desenvolvimento. Para a investigação do objeto de análise proposto foi feita uma abordagem metodológica qualitativa a partir da análise documental. Para investigar como os docentes são representados nos textos produzidos por suas principais entidades no período do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a APPMG e a UTE-MG, optamos por expor a maneira como a linguagem foi utilizada (PROST, 1996b), suas permanências e rupturas nas maneiras de reelaboração de identidades de professores(as).

Para Prost (1996b, p. 137), determinados termos, trabalhadores, por exemplo, demonstram uma “vontade de reconhecimento”, uma identidade coletiva inserida num corpo de valores nos quais determinado grupo se legitima. Portanto, a análise se volta para as

produções simbólicas do grupo, sobre os discursos produzidos por esse grupo. Esse autor propõe, dessa maneira, uma nova aproximação com o texto, no qual interessa menos o que diz, que a maneira como é dito, aos termos que são utilizados, aos campos semânticos que designam (PROST, 1996b, p. 138). Podemos pensar aqui em termos como “magistério”, “profissional do ensino”, “trabalhador do ensino”, “professor”, “professora”, “mestre”, “funcionário”. Esse tipo de análise parte do pressuposto de que um documento é sempre portador de um discurso e o conteúdo histórico que se pretende resgatar está relacionado não apenas ao conteúdo, mas especialmente às formas do texto, ao vocabulário, aos enunciados (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 381).

Nesse sentido, a abordagem das representações presentes nos textos foi construída a partir de pressupostos da análise do discurso, discutida no tópico seguinte, buscando dissolver a “[...] evidência das significações imediatas, dando aos textos uma consistência própria e multiplicando as questões que ele coloca.” (PROST, 1996a, p. 325).

4.3.1 A análise do discurso: um roteiro de trabalho

Neste tópico serão discutidos os pressupostos teóricos da análise do discurso que serviram como um roteiro de trabalho, uma base metodológica para o desenvolvimento da pesquisa. Foram tomados como referências para a construção dessa base metodológica as proposições de Norman Fairclough (2001) e Dominique Maingueneau (1997, 2008a, 2008b).

Fairclough (2001), mesmo operando a partir de uma perspectiva anglo-americana de análise do discurso, utiliza-se largamente dos fundamentos da chamada “Análise do Discurso Francesa”, especialmente dos conceitos desenvolvidos por Michel Pêcheux e, tendo ainda, assim como a própria AD francesa, uma forte influência das ideias de Michel Foucault. Nesse sentido, mesmo que muitas das proposições utilizadas por Fairclough (2001) sejam apropriadas de outros autores, ele nos fornece, em suas próprias palavras, “diretrizes gerais” indicadoras de elementos que podem ser utilizados para se processar uma análise do discurso, conforme as escolhas teóricas por ele efetuadas. O principal objetivo traçado por Fairclough (2001) é o de tentar preencher uma lacuna em relação aos estudos linguísticos, desenvolver uma abordagem teoricamente adequada e viável na prática, que seja útil para investigar a mudança na linguagem e, também, útil para os estudos de mudança social e cultural. Sendo

dialética, a teoria de Fairclough (2001) possibilita a análise da mudança social na medida em que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo dessa estrutura.

Como afirma Sírio Possenti na apresentação do livro *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008a, p. 8) nos apresenta uma análise na qual pode ser vislumbrado “[...] implicitamente um roteiro de trabalho que adquire traços de uma metodologia que pode ser seguida em pesquisa sobre outros corpora.” Vale lembrar que o *corpus* documental sobre o qual trabalha Maingueneau (2008a) são as produções do discurso devoto na França do século XVII e início do século XVIII, expondo o contraste entre o humanismo devoto e o jansenismo. O “roteiro de trabalho” proposto por Maingueneau (2008a) parte do primado do interdiscurso, aspecto que aqui será mais realçado diante da especificidade do objeto de pesquisa trabalhado, propondo uma semântica global que estabelece um sistema de restrições que abrange diversos planos discursivos, como o vocabulário, os temas e a intertextualidade.

Serão tratados a seguir alguns elementos da análise proposta por Fairclough (2001), suas “diretrizes gerais”, como um roteiro no qual serão acrescentados aspectos tratados por Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), buscando-se pontos de convergências entre esses autores, análises que podem se complementar, que podem formar um conjunto, mesmo que heterogêneo, capaz de fornecer uma sólida base metodológica que possa ser utilizada na análise da construção discursiva efetuada pela APPMG e pela UTE-MG.

Fairclough (2001) opera com uma visão de discurso ligada às instâncias situacional, institucional e societal, o que nos forneceu um corpo teórico-metodológico capaz de abarcar a dimensão da construção discursiva em torno de determinadas identidades docentes, possibilitando, dessa forma, uma análise que vai além do contexto, focalizando a prática social a partir da linguagem como um elemento constituinte de identidades sociais.

Esse aspecto contribuiu para a análise dos dados coletados na pesquisa, pois o que se procurou demonstrar foi a maneira como a APPMG e a UTE-MG, através de discursos veiculados em seus periódicos, buscam construir representações identitárias próprias, que serão determinantes para se definir as relações que são estabelecidas com os docentes e as práticas de ação dessas instituições, pois como afirma Fairclough (2001, p. 22), “[...] os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’.”

Nessa perspectiva, a análise do discurso tem, ainda, a capacidade de:

[...] colocar outros tipos de análise social em ligação com o detalhe apurado de exemplos particulares de prática institucional, de uma maneira que é simultaneamente orientada para o detalhe textual, a produção e a distribuição e a interpretação/consumo de textos e os contextos sociais e culturais maiores. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 69).

Esse modelo analítico proposto por Fairclough (2001) permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social, e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social, dessa forma, constitui-se um instrumento de análise dos dados coletados que permite abranger vários aspectos dos discursos produzidos pela APPMG e pela UTE-MG, buscando compreender como representações de identidades docentes são construídas a partir dos textos. “O que se busca é uma análise do discurso que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58-59).

Dois conceitos centrais para a proposição teórico-metodológica a ser trabalhada são o de discurso e o de texto. Para Maingueneau (2008a, p. 19), o discurso “[...] não é nem um sistema de ‘ideias’, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, mas um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação³².”

Fairclough (2001), por sua vez, aponta três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: o discurso contribui para a construção de “identidades sociais”; o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas; o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. A esses aspectos construtivos do discurso, segundo Fairclough (2001), correspondem quatro funções da linguagem. A função identitária, que são os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a função relacional, que estabelece como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; a função ideacional, ou os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações e, por fim, a função textual, que determina como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como “tópico” ou “tema”, e como

³² Enunciação é aqui entendida em uma concepção discursiva, como “[...] acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 193).

partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto e à situação social “fora” do texto.

É preciso deixar claro que a relação entre discurso e estrutura social deve ser considerada como dialética, pois dessa forma evitamos a ênfase na determinação social do discurso, bem como a ênfase na construção do social no discurso (o discurso seria representado idealizadamente como fonte do social), evitando-se, também, uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), bem como por estruturas não-discursivas. Por isso, Fairclough (2001) trata o discurso como prática política, pois estabelece, mantém e transforma as relações de poder e como prática ideológica, pois constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

A posição de Fairclough (2001) em relação aos efeitos construtivos do discurso aponta em direção a uma dimensão de grande importância para a análise das representações que as entidades docentes de Minas Gerais apresentam em seus discursos em torno de determinadas identidades docentes. Se o discurso contribui para a construção de identidades sociais, desempenhando uma função identitária, evidenciando o modo pelo qual as identidades sociais são estabelecidas no discurso, sua análise pode contribuir no sentido de se investigar como determinadas identidades são construídas discursivamente pela APPMG e pela nascente UTE-MG em seus periódicos. O discurso, tendo ainda como efeito a construção de sistemas de conhecimentos e crenças, é um pressuposto para se verificar como a denominação surgida em fins da década de 1970 com a emergência do “novo sindicalismo”, a de “trabalhadores do ensino”, visa a construção de uma imagem, de um discurso, ligado à ideia de um(a) professor(a) identificado(a) com as lutas dos(as) trabalhadores(as) das fábricas, dos(as) operários(as), portanto à busca de um novo sistema de crenças, de uma nova ética profissional e política.

Trabalhamos com a distinção estabelecida por Maingueneau (2008a, p. 139), entre texto e enunciado. O texto seria os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva, produções de ordem não linguística, mas que estão em conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas. Essa definição será especialmente utilizada para a análise das charges e fotos publicadas nos periódicos da APPMG e da UTE-MG. Já o enunciado seria o texto no sentido estrito, isto é, produções linguísticas.

Nesse sentido, o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva³³, relacionado a uma “[...] ‘rede institucional’ de um grupo, aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 22-23).

Já o texto, para Fairclough (2001), é considerado como uma dimensão do discurso, o produto escrito ou falado do processo de produção textual, tanto representa entidades e relações sociais, como também as constituem. Nesse sentido, o autor vai tentar reunir, em uma perspectiva sócio-teórica, a análise linguística e a teoria social, propondo uma análise tridimensional do discurso, na qual um evento discursivo é considerado um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Como destaca Magalhães (2001, p. 24), ao propor a análise tridimensional do discurso, Fairclough (2001) estabelece uma “[...] dimensão de profundidade, de inserção da linguagem na dimensão da ação social.” Cada uma dessas dimensões serão tratadas a seguir³⁴ na perspectiva de se trabalhar com suas possibilidades de análise para tratar do objeto proposto nessa pesquisa.

A constituição do *corpus* documental, detalhado nos capítulos 5 e 6, para o desenvolvimento da pesquisa, partiu do pressuposto de que seja um conjunto de textos bem delimitado e definido para se trabalhar de maneira sistemática. Segundo Prost (1996a), esse conjunto documental deve ser: contrastivo, para que se possam fazer comparações – nesta pesquisa foram comparados os periódicos publicados pela APPMG e pela UTE-MG, observando como são feitas as representações por essas entidades acerca das identidades docentes; diacrônico, ou seja, deve se estender no tempo determinado pelo recorte temporal efetuado para que possa se recuperar as continuidades ou rupturas discursivas; e constituído, preferencialmente, de textos produzidos por instâncias coletivas, que tenham situações de comunicação determinadas, que possuam condições de consumo bem estabelecidas, como é o caso dos periódicos publicados pelas duas entidades, que se dirigem aos docentes (PROST,

³³ Termo tomado da arqueologia do saber, de Foucault, que seria um “[...] ‘sistema de relações’ que, para um discurso dado, regula as localizações institucionais das diversas posições que o sujeito de enunciação pode ocupar” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 136).

³⁴ A ordem de apresentação das três dimensões não segue necessariamente uma regra preestabelecida, visto que na prática essas dimensões se apresentam simultaneamente, de forma superposta. Fairclough (2001), apesar de fazer uma apresentação na sequência “texto – prática discursiva – prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282-293), quando apresenta uma proposta de análise propõe um modelo que segue uma “[...] progressão global: (1) análise das práticas discursivas – no nível da macroanálise – focalizando a intertextualidade e a interdiscursividade das amostras do discurso; (2) análise dos textos – microanálise da prática discursiva; (3) análise da prática social da qual o discurso é uma parte.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282). Ainda segundo o autor, esse modelo “[...] envolve uma progressão da interpretação à descrição e volta à interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) à descrição do texto, à interpretação de ambos à luz da prática social em que se situa o discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282).

1996a, p. 323). É preciso evidenciar que as categorias utilizadas para a análise do material agrupado não foram estabelecidas *a priori*, mas partiram dos propósitos e das ênfases determinadas pelo próprio objeto de pesquisa, sendo definidas à luz da documentação analisada, pois como destaca Fairclough (2001, p. 282), “[...] em qualquer análise particular algumas das categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras.”

A partir dessas orientações, foi trabalhada a documentação produzida por duas entidades representativas dos docentes em Minas Gerais no final da década de 1970 e início da década de 1980: os arquivos da APPMG e os arquivos do atual Sind-UTE, que reúne os arquivos da antiga UTE-MG que veio a se unir em 1990 a outras entidades e formar o sindicato atual. A base de análise nesses arquivos foram os periódicos publicados por essas entidades – jornais, boletins informativos, regulares ou esporádicos –, por sua especificidade de estabelecer canais de comunicação com os docentes.

A opção por se trabalhar com documentação escrita, especificamente os periódicos da APPMG e da UTE-MG, e não com entrevistas, por exemplo, se deu em função de buscar “preservar” a cena da enunciação, de não se deixar levar por construções históricas discursivas, portanto, elaboradas *a posteriori*, principalmente por se tratar de um discurso institucional, que possui um forte componente de construção/reelaboração da memória. Não se pretende com isso afirmar, obviamente, que os documentos escritos também não são construções históricas; o fato de terem sido preservados e chegado até os dias de hoje já é constituinte de um determinado significado, de determinadas “escolhas”, de “seleções”. Portanto, não estamos considerando que esses documentos tragam consigo “a verdade” histórica, mas estamos considerando, antes sim, que eles possam ser portadores de representações que evidenciam o contexto no qual foram produzidos, que são parte de uma rede semântica e de um sistema de restrições específicos da época em que foram publicados. E para buscar desvendar essa “semântica global” (MAINGUENEAU, 2008a), será detalhado a seguir o roteiro de trabalho traçado para se analisar essa documentação.

4.3.2 A prática discursiva

Neste tópico será analisada a dimensão da prática discursiva, que especifica a natureza dos processos de produção, circulação e interpretação textual. Cabe, inicialmente, destacar

quem são os sujeitos envolvidos nesse processo para que se possa clarear as situações de comunicação que são estabelecidas. Os periódicos analisados na pesquisa foram produzidos e postos em circulação por duas entidades representativas dos docentes de Minas Gerais, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, a APPMG e a UTE-MG, duas instituições que possuem rotinas específicas para o “processamento” desses textos. Esses periódicos eram destinados³⁵ aos docentes das escolas públicas do Estado de Minas Gerais.

A natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, isto quer dizer que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, que têm contextos sociais diversos de consumo. Alguns textos podem, também, modificar as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas. Deve-se, ainda, analisar a complexidade da distribuição, pois alguns textos antecipam sua distribuição, transformação e consumo, antecipam, também, os leitores.

O que deve ser levado em conta em relação ao problema proposto nessa pesquisa é que, ao se investigar as mudanças discursivas, podem ser encontrados vestígios, indícios de processos mais amplos de mudanças sociais e culturais, o que se reveste de grande importância ao se buscar identificar as reconfigurações identitárias presentes nos textos das duas entidades representativas dos(as) professores(as) em questão, a APPMG e a UTE-MG.

Os processos de produção são socialmente restringidos num sentido duplo, primeiro pelos recursos disponíveis dos membros, “[...] que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso³⁶ e convenções para a produção, distribuição e o consumo de textos.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109); segundo “[...] pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Para analisar a prática discursiva da APPMG e da nascente UTE-MG, foram selecionadas a partir das proposições de Fairclough (2001) e, principalmente Maingueneau (2008a), as categorias que tratam dos processos de interdiscursividade. Maingueneau (2008a), vai inicialmente trabalhar com a distinção estabelecida por J. Authier-Révuz (2004 *apud*

³⁵ Essa destinação, conforme destacam Charaudeau e Maingueneau (2008), traz consigo uma conotação ambígua. Pode ser interpretada como o endereçamento de uma determinada mensagem a um determinado sujeito, que pode representar tanto o indivíduo que recebe a mensagem e a interpreta, quanto um “[...] sujeito ideal, visado pelo sujeito falante, que o inclui no seu ato de enunciação.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 155).

³⁶ Fairclough (2001, p. 67) utiliza o termo foucaultiano “ordens do discurso” para designar “[...] a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas.”

MAINGUENEAU, 2008a)³⁷ entre a “heterogeneidade mostrada” – sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade, como o discurso citado, aspas; e a “heterogeneidade constitutiva” – “perspectiva que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31). Como esse autor trabalha com a hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, acaba, no entanto, por ultrapassar essa distinção, pois:

[...] o outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 36-37).

Dessa forma, Maingueneau (2008a) destaca o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso. Para fins de análise da documentação selecionada, no entanto, será mantida a distinção entre “heterogeneidade mostrada” e “heterogeneidade constitutiva”.

Para definir interdiscurso, que Maingueneau (2008a) considera um termo muito vago, ele vai decompô-lo na seguinte tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo³⁸. A partir dessa distinção podemos formular a hipótese, como nos sugere Maingueneau (2008a), de que o universo discursivo a ser trabalhado seria o do discurso político, no qual delimitaremos o campo do discurso associativista-sindical, no interior do qual se estabelece uma relação de concorrência entre a APPMG e a UTE-MG. O campo discursivo estabelecido por essas duas entidades pode ser portador de um “[...] modelo simétrico [quanto à sua gênese] de interação conflituosa.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 40).

Cabe ressaltar o fato de como os referenciais teóricos analisados no primeiro capítulo desse trabalho acerca das identidades docentes “coincidem” com as proposições da análise do discurso apresentadas por Maingueneau (2008a), quanto à heterogeneidade constitutiva,

³⁷ AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Entre a transparência e a opacidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. *Apud*. MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

³⁸ De acordo com Maingueneau (2008a, p. 33), o universo discursivo seria o “[...] conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada, define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínio suscetíveis de ser estudados, os campos discursivos.”, que por sua vez seriam o “[...] conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo.” Concorrência que se estabelece “[...] entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida.” Para a escolha do campo é necessário fazer escolhas, enunciar hipóteses. “É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso.” (p. 34). Por fim, espaço discursivo seria os subconjuntos de formações discursivas que o analista coloca em evidência (p. 35).

quanto ao primado do interdiscurso especialmente no que diz respeito ao descentramento, tanto do sujeito quanto do discurso, e à necessidade da existência do Outro para a constituição identitária. A própria composição identitária pressupõe uma heterogeneidade, a coexistência de diversas dimensões que buscam, ao nível discursivo, apresentar-se como um todo coerente e homogêneo.

A ênfase da análise proposta por Fairclough (2001), também recai sobre a heterogeneidade dos textos, primeiro, em termos de produção, acentuando a historicidade dos textos, o que implica a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história; em segundo lugar, em termos de distribuição, buscando-se explorar as redes que os textos se movimentam, sofrendo transformações ao mudarem de um tipo de texto a outro; e em terceiro lugar, em termos de consumo, acentuando que não é apenas o texto, nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes trazem ao processo de interpretação.

O resgate da historicidade dos textos e do próprio discurso é fator central para o problema de pesquisa aqui proposto, pois a ideia, por exemplo, de “trabalhadores do ensino”, muito provavelmente, não surgiu exclusivamente em Minas Gerais no final da década de 1970, nesse sentido, compreender de que forma esse conceito foi apropriado pela nascente UTE-MG, quais suas origens, pode contribuir para se compreender melhor as condições sociais e políticas que forjaram a reelaboração de marcas identitárias e de que forma essa construção discursiva determina formas diferenciadas de práticas coletivas vivenciadas pelos docentes.

A presença do “outro” em um discurso, como apontado anteriormente, pode se apresentar de duas formas: a “heterogeneidade mostrada” e a “heterogeneidade constitutiva”. A primeira ocorre quando no texto se recorre explicitamente a outros textos específicos, quando outros textos estão manifestamente marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, como as aspas. Segundo Fairclough (2001), identificar esse aspecto no discurso é um fator central para a compreensão dos processos de constituição do sujeito e de grupos sociais, pois os textos postulam sujeitos intérpretes e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles, que por sua vez são capazes de usar suposições de sua experiência anterior para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes. O sujeito em questão pode ser um(a) professor(a), um(a) educador(a), um(a) trabalhador(a) do ensino, dependendo das proposições apresentadas pelas entidades representativas docentes.

Já a heterogeneidade constitutiva estendendo-se ao primado do interdiscurso, seria a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso, tais como gênero, estilo e discurso, evidenciando, dessa forma, que “a prática discursiva é limitada por convenções” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 160), compreendida como um compósito entre a face textual e a face social do discurso (MAINGUENEAU, 1997), constitui-se em uma configuração de convenções discursivas que entram na produção de um texto. Nesse sentido, o que analisamos na documentação selecionada foi como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso, buscando identificar se ocorre, e como ocorre, uma disputa entre um discurso sindical e um discurso associacionista, respectivamente representados pela UTE-MG e pela APPMG, no sentido de se formatar determinadas identidades docentes.

4.3.3 O evento discursivo como texto

A dimensão do texto cuida da análise linguística. É organizada em quatro categorias principais, vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. O vocabulário trata das palavras individualmente, que Fairclough (2001) prefere utilizar o termo “lexicalização”, pois implicam processos de significação do mundo, que ocorrem em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes. O foco proposto pelo autor recai: a) sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica, sobre questões tais como a relexicalização dos domínios da experiência como parte de lutas sociais e políticas; b) sobre como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas; c) sobre a implicação política e ideológica da utilização de metáforas.

Esta categoria analítica contribui sobremaneira para se trabalhar o problema proposto, pois se buscou compreender a significação de palavras dadas pela APPMG e pela UTE-MG, para definir determinadas identidades docentes. Contribuiu, ainda, para se buscar identificar quais as diferenciações percebidas nos discursos a partir de nomenclaturas como “magistério”, “profissional da educação”, “trabalhador do ensino”, “mestre”, “ofício”, “professor(a)”, “profissão”, “funcionário(a) público(a)”, “educador(a)”, ou seja, para buscar analisar como esses léxicos podem ser constituintes de uma prática e de uma representação. No caso do problema proposto, partimos do pressuposto de que a mudança na forma de denominação dos docentes por suas entidades representativas, os processos de

“relexicalizações”, implica uma mudança nas formas de ação do professorado, pois como afirma Fairclough (2001), as tentativas de definir a direção da mudança incluem tentativas de mudar as práticas de linguagem. Cabe destacar, ainda, que “[...] descrever tais mudanças como ‘culturais’ não é apenas retórica: o objetivo é estabelecer novos valores culturais. Tais mudanças na organização e na cultura são, de modo significativo, mudanças nas práticas discursivas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 25-26).

Quanto ao vocabulário, Maingueneau (2008a, p. 81) vai destacar, ainda, que “[...] além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimentos. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo.” A utilização do termo “trabalhadores do ensino” pela UTE-MG, por exemplo, é uma clara intenção de demarcar uma posição, de estabelecer uma relação de pertencimento a um conjunto mais amplo de trabalhadores, de se buscar uma identidade com tal grupo.

Analisar esse aspecto ao se tratar da busca da construção de uma determinada identidade docente por suas entidades representativas pode ser, segundo Fairclough (2001), um exercício de interdiscursividade estratégica, na medida em que elementos diferentes do significado potencial da palavra são destacados em tipos diferentes de discurso, como por exemplo, o uso de palavras por entidades docentes que remetem a uma lógica relacionada à luta sindical dos operários das fábricas – “trabalhadores do ensino”. Fairclough (2001, p. 235) vai chamar esse processo de “modelo hegemônico de significado de palavras”, pois “[...] o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estruturação particular do seu significado potencial, é sem dúvida uma forma de adquirir hegemonia.”

A segunda categoria da análise textual é a gramática, que trata das palavras combinadas em orações e frases. É analisada a categoria “modalidade”, que trata da relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou do distanciamento entre eles. É a dimensão da gramática da oração que corresponde à função “interpessoal” da linguagem. Para Fairclough (2001), a modalidade é um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das realidades sociais, pois “[...] as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença.” (p. 104). Tal aspecto foi utilizado na pesquisa para comparar as estruturas textuais escolhidas pela APPMG e pela UTE-MG, pois com base nessas categorias analíticas é possível localizarmos indícios das razões políticas dessas entidades para fazerem determinadas

escolhas na construção de seus textos, pelas pistas dadas de como constroem uma determinada representação da(s) identidade(s) docente(s).

Outras duas categorias analisadas na gramática são a transitividade e o tema. A primeira lida com processos que são codificados em orações e com os tipos de participantes envolvidos, como o texto favorece, omite ou ofusca os sujeitos, através da escolha de vozes (ativa ou passiva). Uma importante característica da transitividade é a nominalização, que é a conversão de processos em nomes, ações concretas em abstratas; já o tema diz respeito aos modos pelos quais os elementos da oração são posicionados de acordo com a sua proeminência informacional. É a parte inicial da oração, que geralmente corresponde ao que pode ser considerado “informação dada”, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto. Tais categorias foram utilizadas para verificar se os docentes são representados por suas entidades como agentes ou como objetos dessas ações.

A coesão é a terceira categoria analítica do texto, tem a função de buscar como as orações são ligadas em frases e como essas frases são ligadas para formar unidades maiores nos textos, evidenciando diferentes modos de racionalidade e modificações nesses modos de racionalidade, à medida que mudam as práticas discursivas. A análise da coesão focaliza as relações funcionais entre as orações, e foi utilizada para investigar os esquemas retóricos presentes nos textos da APPMG e da UTE-MG. É necessário verificar se os produtores do texto estão claramente identificados, no caso do problema de pesquisa apontado, os líderes da APPMG e da UTE-MG, verificar quem de fato produz determinado texto. A análise da coesão permite, ainda, que se observe o modo de argumentação e de racionalidade, permitindo, assim, verificar como a voz e o *ethos* “sindical” ou “associacionista” estão construídos nos textos produzidos pelas duas entidades.

Para Maingueneau (2008b), a questão do *ethos* discursivo está ligado, em última instância, à questão da construção de identidades, pois implica levar em consideração as representações que estabelecem entre a fonte da enunciação e, aqui no caso, o(a) leitor(a) docente. Algumas considerações traçadas por Maingueneau (2008b, p. 63) a respeito do *ethos* serviram de base para a análise nos documentos selecionados. Inicialmente é preciso considerarmos que o *ethos* se constitui por meio do discurso, não seria portanto, exterior a ele; o *ethos* faz parte de um processo interativo, buscando influenciar o outro; por fim, o *ethos* é uma noção sociodiscursiva, deve ser considerado em sua conjuntura histórica. Por isso que pode se afirmar que o *ethos* está diretamente relacionado à construção das identidades, pois através dele se busca estabelecer um lugar de onde se fala, um “corpo” e uma “voz”.

A análise textual pode, portanto, contribuir para saber como a APPMG e a UTE-MG se dirigem ao(à) seu(sua) leitor(a) – docentes – em seus textos, que tipos de relações se estabelecem nas afirmações, prescrições e proposições nos textos produzidos e, principalmente, saber de que forma essas entidades constroem discursivamente identidades docentes.

4.3.4 O evento discursivo como prática social

A terceira dimensão da análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001) refere-se à prática social, cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos do discurso. O objetivo é especificar “[...] a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289).

Para tratar da relação entre a prática discursiva e o ambiente sócio-histórico, optamos, como nos propõe Maingueneau (2008a), por tratar tal relação como um “esquema de correspondência” entre esses dois campos. Essa opção nos priva do risco de tratar a ideologia como uma figura totalizante do tipo “mentalidade”, “visão de mundo” ou ainda “espírito de uma época”. Para esse autor, dentro da perspectiva da Análise do Discurso Francesa, a questão da ideologia não foi devidamente desenvolvida, chegando mesmo a ficar “praticamente em ponto morto” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 159). E, mais, para Maingueneau (2008a, p. 160), não se dispõe de uma teoria de conjunto sobre a inscrição sócio-histórica dos discursos.

Quando se trata da relação dos discursos com o ambiente histórico, de acordo com Maingueneau (2008a), duas alternativas devem ser ultrapassadas: primeira, a via do “formalismo”, que vê o discurso como uma estrutura autônoma; segunda, a via do “ideologismo”, que não aborda o discurso como uma estrutura específica, mas “[...] faz dele uma coleção de elementos de sentido que poderiam ser extraídos de um texto para colocá-los imediatamente em relação com uma conjuntura sócio-histórica” (p. 160), quando na realidade “[...] o discurso sempre se confunde com sua emergência histórica, com o espaço discursivo

no interior do qual se constituiu, com as instituições através das quais se desenvolveu.” (p. 177). Nos capítulos 5 e 6, nos quais são analisados respectivamente os documentos da APPMG e da UTE-MG, levamos em conta na análise desse *corpus* tais aspectos destacados por Maingueneau (2008a), pois somente dessa maneira foi possível buscarmos uma identidade discursiva, a imbricação entre o interior e o exterior do discurso.

Para analisar a prática, Fairclough (2001) utiliza o conceito de hegemonia a partir de Gramsci, que passa pelo princípio da liderança tanto quanto da dominação, nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. É um “equilíbrio instável”. Este conceito, de acordo com Fairclough (2001), auxilia no sentido de fornecer para o discurso tanto uma matriz, uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, como um modelo, uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes.

A relação entre discurso e hegemonia tem como pressuposto a noção de que a luta hegemônica materializa-se no uso da linguagem, por meio das práticas discursivas. Pode-se trabalhar com a hipótese de que a disputa entre as duas entidades representativas dos docentes é uma busca de construção de um processo de hegemonização de uma determinada identidade, é, portanto, uma luta por espaços de poder, uma relação de forças. A análise das disputas hegemônicas joga luz aos princípios de identificação e diferenciação internas ao grupo profissional em questão, aos princípios de homogeneidade e heterogeneidade dessas identidades, pois um dos focos de investigação foi a tentativa da UTE-MG de construção de uma possível homogeneização de uma identidade ligada à ideia de “trabalhadores do ensino”.

Fairclough (2001) discute, ainda, três tendências das ordens de discurso: a democratização, a comodificação e a tecnologização do discurso. No caso do problema em questão, é importante discutir o processo de democratização do discurso, que é a tentativa de retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas. Como exemplo de domínio da democratização, temos o de relações de gênero na linguagem, destacando-se os aspectos discriminatórios da língua e do uso linguístico, como o uso de “ele” como um pronome genérico. Em uma categoria formada majoritariamente por mulheres, deixar de analisar essa dimensão é desconsiderar a realidade em sua complexidade, pois não há como se pensar a questão da reelaboração das identidades docentes sem se pensar na questão de gênero e de como discursivamente as desigualdades vão se afirmando ou não nos textos produzidos pelas duas entidades representativas em questão, a

APPMG e a UTE-MG. Por isso, como afirma Cattonar (2001), não se pode perder de vista que essas identidades são ligadas a múltiplas trajetórias dos indivíduos – familiares, escolares, profissionais – e pertencimentos sociais – sexo, idade, religião, classe social, etnia, entre outros –, relacionados a um contexto temporal e espacial.

Como a preocupação central de Fairclough (2001) é com a mudança discursiva, dialeticamente interligada à mudança social, a partir da exposição de seu método de análise ele aponta algumas considerações sobre essa mudança que são relevantes para o problema de pesquisa em questão. Primeiro, a mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que podem não aceitá-las. Em relação à dimensão textual do discurso, a mudança deixa traços nos textos na forma de coocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes, como por exemplo, misturas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não-técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, formas sintáticas mais tipicamente escritas e mais tipicamente faladas, e assim por diante. Como aponta Fairclough (2001, p. 128):

À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios, perde o efeito de “colcha de retalhos”, passando a ser considerado “inteiro”. Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso.

Em relação às ordens de discurso, o autor conclui que à medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão produzindo mudanças estruturais, estão desarticulando ordens de discurso existentes, e rearticulando novas hegemonias discursivas.

Tais considerações foram levadas em conta quando da análise da construção/reelaboração de identidades por parte das entidades representativas dos docentes, pois ao se formatar o conceito de “trabalhadores do ensino”, por exemplo, a UTE-MG tenta impor uma transgressão discursiva, que implica uma transgressão nas formas de ação, estabelece novas fronteiras identitárias. Como ressalta Fairclough (2001), esse processo não ocorre de maneira automática, imediata, pelo contrário, ele comporta contradições, embates, deixando nos textos produzidos marcas dessas contradições.

O aporte teórico-metodológico exposto, construído a partir das proposições de Fairclough (2001) e Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), nos instrumentalizou, dotando-nos

de um “roteiro de trabalho” que permitiu compreender as transformações nas maneiras como os docentes são representados por suas entidades, resgatando as identidades relacionadas a essa profissão e a esses(as) profissionais, pois o resgate de sua história é necessariamente o resgate de suas identidades, ponto central para se pensar qualquer mudança, qualquer postura frente aos desafios colocados pela realidade, para se pensar as formulações de políticas públicas para a educação. Possibilita lançar um novo olhar sobre as configurações sociais e, especialmente, sobre o próprio caráter da profissão docente. Nesse sentido, podemos seguir o pressuposto de que “[...] para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos ou posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fazer.” (PROST, 1996a, p. 317).

5 O DISCURSO DA APPMG

Como se estruturam textualmente os periódicos produzidos pela APPMG? Como esses periódicos se apresentam? A quem eles se dirigem? Qual a natureza dos processos de produção e circulação desses periódicos? De que maneira as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo configuram a natureza da prática discursiva? E, principalmente, de que maneira esses periódicos buscam conformar determinadas identidades docentes?

Para responder a essas questões foram analisados os periódicos produzidos pela APPMG no período de 1979-1982, a partir das proposições teórico-metodológicas apresentadas no capítulo 4.

O critério de seleção dos periódicos partiu do princípio de se agrupar uma documentação que apresentasse a possibilidade de ser, além de contrastivo, diacrônico e produzido por instâncias coletivas, conforme nos indica Prost (1996a), apresentasse também certa homogeneização quanto à sua conjuntura histórica. Por isso optamos pelo periódico denominado *Jornal do Professor* (ANEXO A), pois neste material buscamos identificar possíveis representações através das quais a APPMG atribuía determinadas imagens aos docentes, bem como imagens de si mesma, possibilitando, dessa forma, o estabelecimento de situações específicas de comunicação³⁹ entre a associação e os docentes.

Os arquivos nos quais foi realizada a pesquisa documental, na sede da APPMG, encontram-se dispersos, acondicionados em pastas e caixas guardadas na secretaria da entidade e em um espaço reservado ao “arquivo morto”. Não há uma política de organização e preservação dessa documentação, gerando, por isso, uma grande perda de documentos e dificultando sobremaneira uma busca orientada, como ocorreu, por exemplo, com os exemplares do *Jornal do Professor*, não sendo localizado o número um, de 1979. Cabe ressaltar que não foi localizado nesses arquivos nenhum periódico, boletim ou informativo relativo à década de 1970. O periódico anterior ao *Jornal do Professor* encontrado nos

³⁹ Não se deve deixar de mencionar que a construção de sentidos se efetiva no consumo textual, pelo destinatário de um determinado texto inserido em uma determinada formação discursiva, que Maingueneau (1997, p. 50) a partir das formulações de Michel Foucault, assim a define: “[...] a AD recusa a concepção que faria da discursividade um suporte de ‘doutrinas’ ou mesmo de ‘visões de mundo’. O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem.”

arquivos da APPMG data do final dos anos 60 do século XX, sendo denominado *Jornal da Professôra* (ver ANEXO B).

O fato de não terem sido localizados periódicos referentes à década de 1970 não significa, no entanto, que eles não existiram – pode ter havido publicações esporádicas que por diversos fatores não foram arquivadas – porém, diante da falta de documentação, cabe-nos perguntar por que a APPMG passa a republicar seu periódico informativo a partir justamente de 1979, ano de surgimento da UTE-MG, entidade que passa a disputar com a associação, a liderança do movimento dos(as) professores(as) da rede oficial de ensino de Minas Gerais. Seria uma interlocução com os docentes e/ou um campo de interlocução e enfrentamento com a UTE-MG? A análise dessa documentação pode nos revelar de fato a quem se dirigem os periódicos. Essa questão será retomada quando da análise das matérias e reportagens que constam no *Jornal do Professor*.

Outro aspecto relativo a essa documentação, e que também será analisado posteriormente, diz respeito à mudança do nome do periódico publicado pela associação. Se no final da década de 1960 o gênero feminino para designar o conjunto dos docentes é ostentado no nome do periódico, *Jornal da Professôra*, a partir de 1979 é adotada uma nova nomenclatura, sendo utilizado o pronome genérico masculino: *Jornal do Professor*. Qual seria, portanto, o motivo dessa mudança?

Para se analisar a estrutura textual dos periódicos produzidos pela APPMG será feita uma apresentação geral desse material, suas características formais, para logo em seguida procedermos à análise a partir do conjunto de categorias estabelecidas com base na análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001), bem como a partir das proposições de Maingueneau (1997, 2008a, 2008b).

5.1 Os periódicos da APPMG: apresentação geral

A APPMG passou a publicar a partir de 1979 um periódico destinado aos docentes, intitulado *Jornal do Professor*, sendo o Órgão Oficial da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais. A partir do quarto número dessa publicação, passa, porém, a se denominar Órgão Oficial da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais. Essa mudança na denominação do jornal ocorre devido às alterações estatutárias estabelecidas em

30 de dezembro de 1980. A denominação oficial da APPMG, de sua fundação em 1931 até 30 de dezembro de 1980 era Associação de **Professores Primários** de Minas Gerais. A partir dessa data a entidade ostentou uma nova denominação: Associação de **Professores Públicos** de Minas Gerais. A justificativa apresentada para a mudança seria a de tornar a associação “[...] mais abrangente. E em condições de lutar por um número muito maior de pessoas.”⁴⁰

Para os objetivos propostos por essa pesquisa, foram analisados seis números do *Jornal do Professor*, de março de 1980 a agosto de 1982⁴¹. O recorte se justifica pela delimitação temporal a que se propõe a pesquisa, o momento de ruptura institucional ocorrido no movimento associativo dos docentes, com a criação da UTE-MG, e a sua afirmação enquanto uma das entidades representativas de parte dos docentes de Minas Gerais.

O periódico, em formato tabloide, com quatro páginas (à exceção do número dedicado às comemorações do cinquentenário da APPMG – n. 5, agosto de 1981 – que possui oito páginas), preto e branco, é publicado dentro de um intervalo de tempo que varia de 5 a 6 meses entre um número e outro. Não há seções fixas ou identidade gráfica determinante; não é divulgada no “expediente” a tiragem de cada número, o que não nos possibilita mensurar a abrangência numérica proposta pela associação em relação ao seu periódico.

Em relação às formas de distribuição, o *Jornal do Professor* é enviado às escolas públicas de Minas Gerais através de postagem pelos Correios – como pode ser verificado na Figura 1, na qual consta o identificador “porte pago” – e através da entrega de exemplares na sede da associação em Belo Horizonte e nos núcleos regionais no interior do Estado – prática ainda presente nos dias de hoje nas associações de classe e sindicatos. O periódico é distribuído tanto em escolas da rede pública municipal quanto estadual.

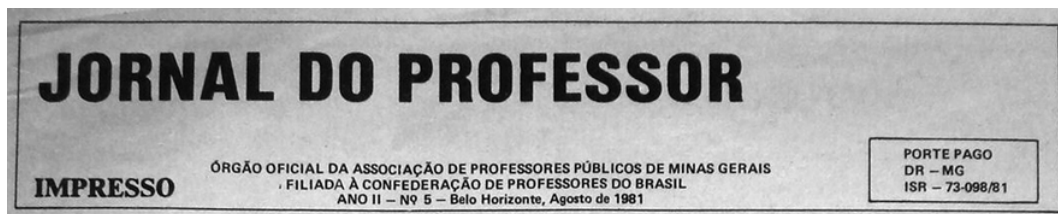


Figura 1 – Identificador de correspondência do *Jornal do Professor*

Fonte: Arquivo APPMG

⁴⁰ Arquivo APPMG. *Jornal do Professor*, ano II, n. 4, março de 1981, grifo nosso.

⁴¹ O *Jornal do Professor* circulou até o ano de 1995. A partir de 1996, passa a circular o *Jornal Educação*, vindo a ser o “órgão oficial da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais”. Paralelamente aos jornais, circulam, com periodicidade irregular, os boletins informativos, denominado “Boletim da APPMG”, sendo o primeiro número publicado no ano de 1984 (Arquivo APPMG).

Para fins de detalhamento do material empírico pesquisado, será feita a seguir uma descrição dos periódicos analisados, na qual serão abordados os aspectos gráficos, a organização das seções/colunas até a descrição dos conteúdos e matérias publicadas em cada um deles. Os títulos de cada um dos números analisados foi dado por nós, no sentido de identificar a temática central de cada um deles.

Jornal do Professor n. 2: “O professor barnabé”

No segundo número do *Jornal do Professor*, publicado em março de 1980, não há nenhuma seção fixa, basicamente toda a edição, três das quatro páginas, trata do projeto de lei – chamado pelo jornal de “pacotão” – do governo estadual enviado à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre o enquadramento do magistério no quadro permanente do funcionalismo público estadual. São feitas análises e críticas a esse projeto e suas consequências – desastrosas, na visão dos textos publicados – para o magistério mineiro. Em alusão ao “pacotão”, são publicadas duas charges, figuras 2 e 3, respectivamente na primeira e terceira páginas.

Na página 4, o conteúdo veiculado diz respeito ao apoio da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) à luta travada pela APPMG pela rejeição ao projeto do governo. Trata, também, da proposta de reformulação do estatuto da associação e de novos convênios firmados. Mesmo que análises e opiniões sejam traçadas ao longo do jornal, não há uma coluna específica, ou assim denominada, para o editorial.

Não há nenhum registro fotográfico. Vale destacar, ainda, a presença do *slogan*: “A força da classe é você, associe-se”, publicado na terceira página, convocando os docentes a associarem-se à APPMG.



Figura 2 – Charge “Projeto do governo – quadro permanente”

Fonte: *Jornal do Professor* (n. 2, mar. 1980, p. 1).



Figura 3 – Charge “Projeto do Governo”

Fonte: *Jornal do Professor* (n. 2, mar. 1980, p. 3).

Jornal do Professor n. 3: “Aposentadoria aos 25 anos”

A terceira edição do *Jornal do Professor*, publicada em setembro de 1980, também não possui seções ou colunas fixas, à exceção do editorial, presente na primeira página, assinado pela presidente da associação, com o título de “Lição de democracia”, que faz alusão aos 49 anos da entidade e sua trajetória de luta em defesa do professorado. Comenta, ainda, a participação da associação na luta pela aposentadoria para professores aos 25 anos, projeto que foi derrotado no Senado Federal. Em um texto que ocupa toda a página 2, é traçado um histórico dos 49 anos de luta da associação.

Na página 3, com uma disposição gráfica um pouco mais dinâmica, é descrita a caravana organizada pela associação que levou os professores à Brasília, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional pela aprovação do projeto de aposentadoria aos 25 anos para o magistério. Há, ainda, uma coluna que destaca um seminário promovido pela associação, intitulado “Sindicalismo e o momento atual brasileiro”. Essa parte conta, também, com mensagens de congratulações de quatro entidades de classe ao aniversário da APPMG.

Por fim, na página 4, há uma entrevista com Darcy Ribeiro e um relato dos trabalhos da XXVIII Assembleia da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE), sob o patrocínio da CPB, na qual a associação participou como “observadora”.

Do ponto de vista gráfico, o que torna essa edição um pouco mais leve em relação ao número 2, é a inclusão de três fotos, uma, ocupando metade da primeira página, da plenária da Câmara Federal, que “ilustra” a temática tratada no editorial; uma segunda foto, ainda na primeira página, do professor Darcy Ribeiro, com uma chamada para a entrevista na página 4; e a terceira foto, na página 3, que retrata o embarque da delegação de professores(as) – em destaque membros da diretoria – organizada pela APPMG à Brasília. Nesse número não consta nenhuma charge.

Jornal do Professor n. 4: “Professores públicos”

Na quarta edição do *Jornal do Professor*, de março de 1981, a entidade já ostenta sua nova denominação, Associação de Professores Públicos de Minas Gerais. Novamente não há colunas fixas ou que se repetem de outras edições. O editorial, publicado na página 4, trata da organização da APPMG para o dia nacional de mobilização do magistério, data marcada para a entrega aos governos estaduais de um documento com as reivindicações do magistério, documento esse elaborado no XIV Congresso Nacional de Professores. Sobre esse congresso, organizado pela CPB em janeiro de 1981, é dedicada toda a primeira página, na qual são relatadas as discussões realizadas e as decisões tomadas.

As páginas 2 e 3 são dedicadas à reprodução, na íntegra, do novo estatuto da entidade. Na quarta página há uma variedade de temas: uma coluna descrevendo o ganho de uma ação na justiça impetrada pela associação, pela reposição de vencimento a que os professores tinham direito em 1970 e os procedimentos a serem adotados para o recebimento do dinheiro; uma coluna sobre a ampliação dos trabalhos da APPMG na campanha pela unificação das lutas do magistério nacional; outra coluna relatando o apoio da UNE às lutas do professorado no sentido de unir forças pela melhoria do ensino público; uma seção que publica os novos convênios firmados pela APPMG; e, finalmente, uma coluna sobre a participação de membros da diretoria no I Encontro da Mulher Mineira.

Nesta edição consta apenas uma foto na primeira página, na qual se destaca um membro da diretoria da APPMG na plenária do Congresso Nacional de Professores, em Fortaleza-CE. Não há nenhuma charge ou ilustração.

Jornal do Professor n. 5: “APPMG 50 anos”

O número 5 do *Jornal do Professor*, de agosto de 1981, é uma “edição especial do cinquentenário” da APPMG que, como mencionado anteriormente, tem oito páginas. Há um tratamento gráfico mais rebuscado, como o uso de molduras decorativas, títulos dispostos de maneira menos tradicional, primeira página sem texto, apenas com as chamadas para as matérias nas páginas internas, e estampada em quase toda sua extensão a nova logomarca da associação (FIGURA 4), que será inserida em todas as edições posteriores do jornal. O editorial aparece na segunda página, assinado pela presidente recém-eleita; o texto, além de fazer menção ao passado de luta da entidade, também comemora a eleição direta para a composição da diretoria da APPMG, ressaltando seu caráter democrático.

Na página 2 há uma coluna em destaque que relata a cerimônia de posse da nova diretoria e outra coluna na qual há uma transcrição das congratulações emitidas pelo presidente da CPB à nova diretoria eleita. Uma coluna que se destaca, na página 4, é a “coluna do leitor”. Essa coluna aparece pela primeira vez no *Jornal do Professor*, convocando a participação de todos os professores para que contribuam com críticas, sugestões e propostas. A carta publicada nessa edição é de uma professora-membro de um núcleo da APPMG em Ituiutaba, que agradece a possibilidade de ter participado do Congresso Nacional de Professores, realizado em Fortaleza. Ainda na página 4, há um relato da participação da APPMG no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, no qual o tema central foi a discussão em torno do direito do servidor público se sindicalizar. Reaparece, também nessa página, o *slogan*: “A força da classe é você, associe-se”, que havia sido publicado na segunda edição do jornal e não estava presente nas duas edições anteriores.

Na página 3, há uma entrevista com a nova diretoria eleita e uma coluna, assinada por essa diretoria, sobre o trabalho de uma ex-presidente frente à associação. As páginas 5, 6 e 7 são dedicadas a um texto e uma entrevista com duas ex-presidentes da associação.

A última página traz uma publicidade de uma empresa de copiadoras – única peça publicitária veiculada em todas as publicações do jornal analisadas – felicitando pelo aniversário da associação. Há, ainda nessa página, uma coluna chamando os professores a participarem, via APPMG, do XV Congresso Nacional de Professores, a ser realizado em Cuiabá-MT em janeiro de 1982. Uma coluna da programação do cinquentenário e, finalmente, uma coluna relatando os trabalhos do I Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (ENCLAT), preparativo para a I Conferência Nacional das Classes trabalhadoras (CONCLAT), que foi realizada em São Paulo em setembro de 1981. Neste encontro foi aprovado, segundo relato do jornal, a formação de uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores, futura CUT.

Nesse número não há nenhuma charge; três fotos aparecem nesta edição, todas de membros ou ex-membros da diretoria da associação: uma foto dos membros da diretoria recém-eleita, que “ilustra” a entrevista da página 3; uma foto do presidente da CPB com a ex-presidente da APPMG; e uma foto da entrevistada das páginas 6 e 7.



Figura 4 – Logomarca da APPMG
Fonte: Arquivo APPMG.

Jornal do Professor n. 6 : “Educação e fraternidade”

A sexta edição do *Jornal do Professor*, de março de 1982, traz na primeira página uma reflexão sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 1982, organizada pela Igreja Católica, “Educação e Fraternidade”, destacando a necessidade de se abordar o assunto e o papel que os professores já desenvolvem no sentido de buscar uma educação mais fraterna. O editorial, na página 2, trata do arquivamento no Congresso Nacional do projeto de lei que propunha o reajuste semestral para os servidores públicos. No texto deste editorial consta que os professores, através da APPMG, já estavam se mobilizando para paralisarem suas

atividades no dia da votação do projeto, mas foram surpreendidos pelo seu arquivamento. Ainda na página 2, há uma coluna sobre o dia internacional da mulher e a participação da associação no Congresso da Mulher Mineira, realizado no próprio dia 8 de março. Há outra coluna convidando os professores a participarem das comissões culturais criadas pela associação. Vale destacar nesse texto o trecho que trata da organização dessas comissões no interior, que dentre outros objetivos teria o de “integrar, especificamente, os diversos níveis do magistério – professor, supervisor, orientador, diretor e inspetor”. Ainda na página 2, há um convite para que os professores participem do I Encontro Regional de Professores do Estado de Minas Gerais, destacando as datas e os temas a serem debatidos, dentre eles a organização das representações do interior e temas referentes às “reivindicações da classe, 13º salário, direito de sindicalização, reajustes semestrais”. Chama a atenção o fato de o encontro ser organizado juntamente com as Delegacias Regionais de Ensino do Sul de Minas Gerais, órgãos gestores da educação no Estado.

A terceira página desta edição tem uma organização gráfica bastante confusa, há a continuação dos informes sobre o I Encontro Regional de Professores, uma coluna um pouco deslocada, sem título em destaque, chamada “conheça seus direitos”, que reproduz um decreto que trata da questão das ausências e pedidos de licença dos servidores. Há, ainda, um extenso relato do XV Congresso Nacional de Professores, realizado em janeiro de 1982, que de acordo com o texto, teve como assuntos mais “intensamente abordados” a escassez de recursos públicos para o ensino e a democratização das escolas brasileiras. Destaca, também, a participação de Paulo Freire, homenageado do congresso.

A chamada “coluna do leitor” do número anterior, transforma-se em “coluna do professor”, página 4, tendo, porém, o mesmo perfil, ser um canal de comunicação dos professores com a APPMG. Consta, nesta coluna, uma carta de uma associada aposentada que pede orientações à associação em relação à base de cálculo de sua aposentadoria. A resposta dada é que a APPMG reconhece a situação precária dos aposentados e aposta na luta como forma de valorização do professor, tanto da ativa, quanto dos aposentados. É criada, ainda na página 4, uma nova coluna “APPMG informa”, que consta de três informes: primeiro, sobre a interdição, por motivos técnicos, da “Casa de trânsito” do professor; segundo, a transferência da Associação Mineira dos Supervisores Pedagógicos (AMISP) para o mesmo local da APPMG; terceiro, uma nota sobre como requerer aposentadoria aos 25 anos de exercício do magistério. Por fim, ainda na página 4, há uma coluna na qual são feitos os cálculos do reajuste proposto pelo governo estadual ao magistério, que como afirma a matéria não

passaria de enganação, pois descontadas as perdas com a inflação do período, não haveria o ganho almejado pelos professores.

A única foto do jornal é de uma reunião da diretoria, na primeira página, completamente deslocada do texto principal, pois se trata de uma reunião, conforme a legenda, para tratar da organização dos “Encontros regionais dos professores mineiros”, enquanto todo o texto dessa página, como destacado anteriormente, trata de uma reflexão sobre a Campanha da Fraternidade. Há uma charge que “ilustra” o texto do editorial (FIGURA 5). Há uma novidade que são três desenhos, todos do mesmo autor, que ilustram duas colunas: a “coluna do professor”; e a coluna sobre o dia internacional da mulher; e o desenho da capa que ilustra o tema da Campanha da Fraternidade.

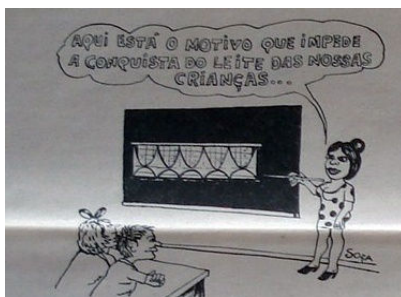


Figura 5 – Charge “Reajuste semestral”
 Fonte: *Jornal do Professor* (n. 6, mar. 1982, p. 2).

Jornal do Professor n. 7: “Democracia na APPMG”

O último número analisado do *Jornal do Professor* é o sétimo publicado pela APPMG, em agosto de 1982. Neste número há uma diagramação que tem uma preocupação de intercalar textos, fotos, charges e desenhos, dando mais leveza ao aspecto visual. Há a manutenção apenas da coluna “APPMG informa”, página 4, não mais aparece a coluna do professor ou do leitor. Na coluna “APPMG informa” há três assuntos: o primeiro trata da reprovação de professores em concurso público de 1º grau que reivindicavam tratamento diferenciado por serem contratados; o segundo é uma nota parabenizando o 30º aniversário da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), e convidando os associados a participarem das comemorações; o terceiro assunto é uma chamada para o III Encontro Regional de Professores em Uberaba-MG.

A primeira página dessa edição é dedicada a discutir a assembleia de representantes criada pela diretoria, a partir do estatuto, como uma forma de “organização democrática do magistério”. Foram discutidos os seguintes temas: avaliação da diretoria, participação da comunidade nas escolas, a “organização da classe do magistério”, através de uma palestra do professor Francílio Paes Leme, diretor do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, que defende a “necessidade de uma ação unitária de todos os professores dentro de suas entidades representativas” – um claro recado à UTE-MG. Há ainda o relato do primeiro ano de gestão da diretoria, das ações realizadas. Esta primeira página é ilustrada com uma foto da diretoria na assembleia de representantes e um desenho sobre o mesmo tema.

O editorial, publicado na página 2, trata da retomada das eleições no país em 1982 e convoca os professores a participarem desse processo de forma consciente. É acompanhado de uma ilustração que faz menção ao tema, de autoria do mesmo desenhista do número anterior. Ainda na página 2, há uma coluna intitulada “Um não à corrida armamentista”, na qual há um posicionamento político contra as políticas imperialistas dos EUA, uma orientação bem compatível com o discurso do PCB à época, que possuía membros nessa diretoria. Também na página 2, há um relato sobre a participação da associação no II Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) que tirou como proposta uma comissão “Pró-CUT”.

Toda a página 3 é dedicada à questão da aposentadoria no magistério. Além do texto que relata os trabalhos realizados pela associação em prol da luta dos aposentados desde 1981, há, também, um extenso relato da vida de uma professora aposentada. Destacamos o fato de mesmo mencionando o nome da professora, ela é colocada como “[...] um **símbolo de professor** que trabalhou e trabalha nos mais distantes rincões do país.” (Grifo nosso). Por fim, há uma coluna que trata do encaminhamento de um abaixo-assinado ao secretário de educação, solicitando a não retirada de direitos de professores que se encontram de laudo médico, inclusive a contagem de tempo para aposentadoria.

Na página 4 há uma coluna denominada “Os resultados da II Conferência Brasileira de Educação (CBE)”, realizada em Belo Horizonte, em julho de 1982. Representando a Associação, sua presidente proferiu uma palestra com o tema “O papel social do professor primário”. Ao listar os temas tratados, um chama a atenção pelo termo utilizado: “construção de uma sociedade democrática através da mobilização dos trabalhadores-educadores”. Não fica claro, no entanto, se foi tema debatido ou se a APPMG está nomeando os(as) professores(as) dessa forma. Outra coluna, ainda na página 4, trata da eleição na CPB, dando

as devidas instruções de como se procederá o processo. Por fim, há uma chamada para o concurso sobre a paz mundial dirigida aos alunos da 1ª à 8ª série do primeiro grau, destacando-se a forma plurigenérica com que é tratado o docente, “colega professor(a)”.

Ao longo dessa edição do jornal há três desenhos e uma charge (FIGURA 6) que ilustra o texto “A defesa dos aposentados”, página 3, no qual é relatado o encontro com o senador Tancredo Neves, então candidato ao governo de Minas Gerais, e suas propostas para os aposentados. Também aparece a chamada para o professor associar-se. O desenho da capa ilustra uma reunião do conselho de representantes, sob uma mesa com o formato do Estado de Minas Gerais. Há três fotos nessa edição. Na primeira página uma foto, sem legenda, que mostra membros da diretoria na Assembleia de Representantes da Associação. Na página 4 há uma foto que ilustra a coluna que trata da incorporação da “Casa da Professora Primária” pela APPMG, na qual aparecem membros da referida instituição em reunião com membros da diretoria da APPMG. Outra foto da página 4, deslocada, trata da Conferência do Prof. Eli Pimenta (USP), tema brevemente tratado na página 1, quando da enumeração das realizações da diretoria.



Figura 6 – Charge “A defesa dos aposentados”

Fonte: *Jornal do Professor* (n. 7, ago. 1982, p. 3).

Ao detalharmos os conteúdos e os temas tratados pelo *Jornal do Professor*, devemos levar em consideração que “[...] é por sua formação discursiva e não por seus temas que se define a especificidade de um discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 84), ou seja, os temas mais importantes seriam aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico, que no caso do periódico analisado, produzido pela APPMG, seriam aqueles que remetem à forma de organização proposta pela associação e, para os propósitos dessa pesquisa, aqueles temas que remetem a possíveis representações identitárias que são formuladas no *Jornal do Professor*.

Para proceder à análise dos dados serão utilizadas as categorias formatadas a partir de Fairclough (2001), cuja posição, em relação aos efeitos constitutivos do discurso, aponta em direção a uma dimensão fundamental para a análise das representações que as entidades representativas do magistério público de Minas Gerais apresentam em seus discursos de uma determinada identidade docente. Se o discurso contribui para a construção de identidades sociais, desempenhando uma função identitária, evidenciando os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, sua análise pode contribuir no sentido de se investigar como determinadas identidades são construídas discursivamente pela APPMG em seus periódicos. Serão utilizadas, também, as proposições formuladas por Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), especialmente nas análises da heterogeneidade discursiva.

Fairclough (2001) reúne em uma perspectiva sócio-teórica, a análise linguística e a teoria social, propondo uma análise tridimensional do discurso, na qual um evento discursivo é considerado uma prática discursiva, um texto e uma prática social. Cada uma dessas dimensões será utilizada a seguir como referenciais de análise, um roteiro de trabalho, para os periódicos produzidos pela APPMG.

5.2 A prática discursiva a partir dos periódicos da APPMG

A primeira categoria na perspectiva da análise tridimensional do discurso, proposta por Fairclough (2001), a ser analisada, procurou especificar a natureza dos processos de produção dos periódicos da APPMG. Inicialmente, buscamos compreender se os textos veiculados no *Jornal do Professor* são produzidos individual ou coletivamente, se há estágios distintos de produção, se as pessoas do animador, autor e principal são as mesmas ou são diferentes⁴². Buscamos compreender, ainda, que tipos de efeitos não-discursivos a amostra possui, para, dessa forma, analisar como essas maneiras de se produzir o periódico da associação podem contribuir para a construção de determinadas representações identitárias.

De acordo com o expediente do *Jornal do Professor* (FIGURA 4), há um “conselho de redação” – que é composto pela própria diretoria da APPMG – e um “jornalista responsável”.

⁴² De acordo com Fairclough (2001), seria produtivo desconstruir o produtor textual em um conjunto de posições, que podem ser exercidas tanto por uma só pessoa ou coletivamente. Seguindo as proposições de Goffman (1981 *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 107), o autor sugere uma distinção entre animador, que seria a pessoa que realmente realiza as marcas no papel; autor, aquele que reúne as palavras e é responsável pelo texto; e principal, aquele cuja posição é representada pelas palavras.

Pode-se afirmar, a partir desse dado, que as pessoas do “animador”, do “autor” e do “principal” estão reunidas no mesmo elemento, na instituição associativista, pois a diretoria da APPMG participa de todo o processo de produção do informativo, desde a construção dos textos até como o elemento cuja posição ideológica é representada nestes textos. Notamos a presença ostensiva da diretoria, dado o grau de comprometimento com as proposições do texto, aspecto que poderá ser conferido com a análise, feita mais adiante, da categoria “modalidade”. Podemos depreender, a partir desses elementos, que o que se evidencia é a voz da diretoria da associação, seja nas reportagens, nos textos descritivos, nos textos argumentativos⁴³ e até mesmo nas entrevistas, que são realizadas por membros da diretoria. Esse aspecto pode ser demonstrado no trecho abaixo, retirado do *Jornal do Professor* (n. 5, ago. 1981, p. 6):

Joana D’arc Gontijo e Adélia Thiago de Almeida – ambas aqui da Diretoria da APMG – trabalharam como nunca nesta edição. Quase na hora de fechar o jornal, elas se empenharam numa missão muito especial: entrevistar, em Araxá, Leonilda Montandon. Para tanto, sacrificaram (desculpem o eufemismo da palavra, é a pressa) um fim de semana. Viajaram daqui, numa sexta-feira, em um ônibus noturno, cortaram os 400 e poucos quilômetros que separam Belo Horizonte daquela cidade, numa viagem de quase sete horas, e retornaram no domingo, também à noite, com um material – que diga-se de passagem – de primeiríssima qualidade, e mais: sem nenhum comprometimento com fadiga.

Nesse trecho fica bem claro a ambiguidade na distribuição das posições do produtor textual, mencionadas por Fairclough (2001), pois o “principal” dá a impressão de ser um jornalista, ou o editor do jornal, no caso a diretoria da APPMG, que também ocupa o papel de “animador” e também de “autor”. A entrevistada, inclusive, foi presidente da associação no período 1937-1941. Tal ambiguidade pode ser explicada pelo próprio formato e caráter da publicação, pois sendo um órgão informativo de uma associação, o jornal acaba por se transformar em um veículo de defesa de interesses específicos e o “[...] jornalista é essencialmente assalariado que precisa defender posições políticas e programáticas da instituição que o emprega. O âmbito da decisão política é o da instituição e não da redação do jornal.” (KUCINSKI, 2003, p. 193-194).

⁴³ Dependendo da finalidade, do objetivo do discurso e do gênero, são produzidos textos em que aparecem trechos descritivos ou narrativos ou argumentativos ou explicativos, usados de forma predominante ou misturadas, de maneira a obter um determinado efeito. Essas formas de organizar o discurso (narração, descrição, argumentação, explicação) são chamadas de tipos textuais. No texto argumentativo, por exemplo, a voz da instituição é obviamente demarcada, pois nesse tipo de texto defende-se um ponto de vista, fundamentado em argumentos, sobre determinado assunto. Nos textos do *Jornal do Professor*, o autor coloca-se, em sua maioria, no modo impessoal, na terceira pessoa, referindo-se à associação.

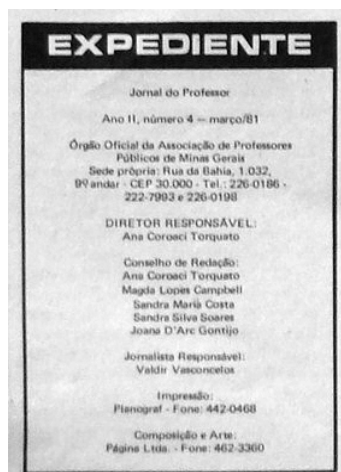


Figura 7 – Expediente *Jornal do Professor*
 Fonte: *Jornal do Professor* (n. 4, mar. 1982, p. 2).

O que esse aspecto pode significar para a caracterização da representação de uma determinada identidade docente presente nos textos do *Jornal do Professor*? Pode se depreender que esse processo de produção textual traz consigo um posicionamento que diz respeito à centralidade que é atribuída à diretoria da APPMG, em relação à condução dos processos de organização e reivindicação dos docentes, que por sua vez são colocados como um grupo que precisa ser conduzido, orientado, que efetivamente não participa como agente do processo de construção de suas ações reivindicatórias. Portanto, pode nos remeter à imagem de um(a) professor(a) que tem sua identidade restrita ao ambiente da escola, à sala de aula, ao exercício da profissão, enquanto sua ação política deve ser transferida para a associação. Os trechos a seguir, retirados de uma matéria que faz um balanço dos 49 anos da entidade, são exemplos dessa centralidade atribuída à diretoria da APPMG.

Uma das primeiras **conquistas da Associação** de Professores Primários de Minas Gerais foi conseguir que o governo, como uma homenagem ao mestre, instituisse o “Dia do Professor”. [...] Já em março de 1933, fez gestões junto ao governo do Estado e ao Chefe do Governo Provisório, no sentido de ser reduzido para 25 anos o tempo para aposentadoria integral. Foi a primeira grande **reivindicação da entidade**. [...] Os aumentos de vencimentos sempre constituíram **uma luta permanente e anual da entidade**. Através de manifestos e audiências com as autoridades, procurou e procura sensibilizar o Governo para o problema. [...] Uma **outra luta da Associação** sempre foi no sentido de o governo promover as estagiárias que

ficavam até dez anos sem serem efetivadas. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 2, grifos nossos)⁴⁴.

Um elemento de ordem não-linguística, mas carregado de representações e significados, contribuindo para reforçar a posição de centralidade da diretoria, que pode ser notado nas páginas do *Jornal do Professor*, é a ausência de fotos de professores(as), como descrito anteriormente no item “Os periódicos da APPMG: apresentação geral”. Nos números analisados, todos os registros fotográficos são de membros, ou ex-membros, da própria diretoria, à exceção de uma foto de Darcy Ribeiro, uma foto do plenário da Câmara⁴⁵ e uma foto do conferencista Eli Pimenta, no curso promovido pela APPMG, intitulado “Sindicalismo no momento atual”⁴⁶. Mesmo quando a foto tem por objetivo registrar a realização do Congresso Nacional de Professores, organizado pela Confederação dos Professores do Brasil, são mostrados membros da diretoria da associação neste congresso⁴⁷.

Aqui destacamos a prática discursiva como uma prática intersemiótica, que integra produções pertencentes a outros domínios semióticos, no caso, o uso de fotografias, mas que estão, segundo Maingueneau (2008a), em conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas. Dada a centralidade da diretoria nos enunciados produzidos no *Jornal do Professor*, as composições fotográficas revelam tal aspecto, reforçando a ideia de que o discurso não deve ser tomado apenas como um conjunto de textos (MAIGUENEAU, 2008a).

Visto como são distribuídas as posições do produtor textual e as implicações dessa distribuição na conformação de uma determinada identidade docente, será analisada a seguir a prática discursiva com enfoque na “interdiscursividade”, que se refere à propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados.

Segundo Fairclough (2001), identificar as relações interdiscursivas é um fator central para a compreensão dos processos de constituição do sujeito e de grupos sociais, pois os textos postulam sujeitos intérpretes – no caso analisado, o *Jornal do Professor* traz consigo representações acerca de determinadas identidades docentes – e implicitamente estabelecem posições interpretativas para eles, que por sua vez são capazes de usar suposições de sua

⁴⁴ Para uma explicitação melhor dos textos retirados das publicações aqui analisadas, optamos por colocá-los como as citações recuadas, mesmo quando tiverem menos de 3 linhas, para dar um maior destaque àquilo que está sendo analisado.

⁴⁵ *Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 1.

⁴⁶ *Jornal do Professor*, n. 7, ago. 1982, p. 4.

⁴⁷ *Jornal do Professor*, n. 4, mar. 1981, p. 1.

experiência anterior para fazer conexões entre os diversos elementos intertextuais de um texto e gerar interpretações coerentes.

Em relação à interdiscursividade, procuramos evidenciar nos periódicos analisados a constituição heterogênea dos textos por meio da análise de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso, tais como gênero, estilo e discursos, buscando demonstrar que “[...] a prática discursiva é limitada por convenções” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 160), que por sua vez são construídas historicamente.

O primeiro dos elementos das ordens de discurso que buscamos caracterizar no *Jornal do Professor* foi o gênero, que “[...] implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161). O que pretendemos evidenciar na análise é a proposição de se “[...] passar de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção institucional” (MAINGUENEAU, 1997, p. 35), na qual forma e condições de enunciação estejam interligadas. O mais importante, segundo Maingueneau (1997), é estabelecer uma hipótese que possa responder o porquê recorrer a esse gênero e não a outro. Isto seria tão constitutivo da prática discursiva quanto o próprio conteúdo.

Nesse sentido, podemos afirmar que o gênero presente na amostra da documentação selecionada implica determinadas condições. Em relação à ordem comunicacional, trata-se de um meio de transmissão escrita através de um jornal de caráter informativo, voltado para a difusão nos locais de trabalho de docentes das redes públicas do Estado de Minas Gerais. Neste tipo de suporte está presente uma interseção de múltiplos gêneros, tais como o editorial, a reportagem de jornal, depoimentos, entrevistas, cartas do leitor (nos números do jornal analisados, essa seção está presente apenas nos números 5 e 6). As coerções que este conjunto de gênero impõe estão relacionadas a momentos e lugares de enunciação específicos, circunstâncias que não são exteriores ao discurso, mas que na realidade o torna possível (MAINGUENEAU, 1997).

Dessa forma, então, cabe a seguinte pergunta: o que levaria a APPMG a escolher esse gênero a outro para estabelecer uma comunicação com os docentes? Para responder a essa questão devemos nos remeter ao contexto no qual é publicado o *Jornal do Professor*. A UTE-MG passou a publicar a partir de agosto de 1979 o seu jornal, denominado *Módulo III*⁴⁸,

⁴⁸ Arquivo Sind-UTE. Pasta História Sind-UTE.

portanto, antes do lançamento do *Jornal do Professor* pela APPMG⁴⁹, o que teria levado a associação a buscar, também, um meio de comunicação com os(as) professores(as) nos moldes do formulado pela UTE-MG, estabelecendo-se, de acordo com Maingueneau (1997, p. 38), “[...] discursos concorrentes, investidos nos mesmos gêneros.”

Se como destacado acima, se estabelecem “discursos concorrentes” entre as duas entidades representativas dos docentes, caberá ao longo da análise aqui traçada e no capítulo 6, quando será analisado o discurso da UTE-MG, evidenciar os pontos nos quais esses discursos concorrem entre si para, dessa forma, discutirmos como são construídas as representações em relação às identidades docentes por essas entidades, a APPMG e a UTE-MG.

Seguindo a classificação de Fairclough (2001), podemos encontrar no *Jornal do Professor* os seguintes parâmetros para classificar o estilo presente no informativo: quanto à relação que se estabelece entre os participantes da interação pode ser classificado como “oficial”, marcado pela formalidade da escrita. Ainda assim, podemos encontrar marcadores de informalidade ou mesmo de oralidade:

Está bem claro que todos os aumentos de vencimentos e os benefícios que teve a classe no decorrer desses 49 anos lhe foi dada a **duras penas**. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, grifo nosso).

Aqui, nesta entrevista, você vai conhecer um pouco das propostas e dos métodos da nova Diretoria eleita da APPMG, **gente que vê o Magistério dentro do contexto** social e político, e não isoladamente, como uma coisa que tenha **caído do céu...** (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, grifos nossos).

Quanto ao modo retórico⁵⁰, outro parâmetro utilizado para se classificar o estilo, que evidencia a relação que se estabelece entre a associação e os docentes, o objetivo do *Jornal do Professor* é dar informação. Nesse sentido, a APPMG assume a posição de fonte de conhecimento e informação, que devem ser repassados aos(às) professores(as), estabelecendo-se posições de sujeito assimétricas. Devemos ressaltar que a utilização de marcadores de informalidade e oralidade visam estabelecer relações mais simétricas entre o(a) produtor(a) do

⁴⁹ Como não foi localizado o primeiro número do *Jornal do Professor*, podemos deduzir, a partir de sua periodicidade, que tem uma variação de 5 a 6 meses, que esse primeiro número foi publicado, provavelmente, no mês de setembro de 1979.

⁵⁰ De acordo com Fairclough (2001), os estilos variam de acordo com o “tenor”, o “modo” e o “modo retórico”, podendo este último ser classificado em “argumentativo”, “descritivo” e “expositivo”.

texto e o(a) leitor(a), porém, no informativo da APPMG essas marcas constituem-se casos esporádicos, como nos exemplos citados acima.

Em relação ao tipo de discurso – dimensões do texto discutidas em termos de conteúdo e significados ideacionais –, podemos caracterizar a amostra global analisada do *Jornal do Professor* como do tipo de discurso associacionista. A análise deste tipo de discurso é realizada no próximo tópico – o evento discursivo como texto – quando será discutida a construção de um *ethos* discursivo pela APPMG.

A análise dos processos de interdiscursividade presentes nos boletins da APPMG, quando comparados aos processos utilizados pela UTE-MG (que serão analisados no capítulo 6), favorece a compreensão do funcionamento das entidades em questão, pois seguindo as formulações de Maingueneau (1997, p. 55), “[...] não existe uma relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso”, por isso é preciso articular as coerções presentes nas formações discursivas com as coerções presentes nas formas de ação dos grupos em questão. Nesse sentido, “[...] as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 55). Sob essa ótica, a compreensão das coerções presentes nas formações discursivas possibilita perceber as representações que as duas entidades produzem acerca das identidades docentes, pois suas formas de ação e seus discursos evidenciam a projeção de imagens sobre quem é esse docente e/ou sobre quem ele deveria ser.

Outra dimensão da prática discursiva analisada diz respeito à heterogeneidade mostrada, que ocorre quando no texto se recorre explicitamente a outros textos, que por sua vez estão marcados ou sugeridos por traços na própria superfície do texto (FAIRCLOUGH, 2001). Para se analisar essa dimensão no *Jornal do Professor*, algumas questões foram colocadas: em que extensão os limites entre o discurso representador e representado estão explícita e claramente marcados? Em que extensão o discurso representado é traduzido na voz do discurso representador? E, principalmente, de “quem” é a voz do discurso representado e com qual finalidade a APPMG traz essa voz para o texto? Estes limites são definidos pela escolha entre as representações direta e indireta. No discurso direto pretende-se reproduzir as palavras exatas usadas no discurso representado. Já no discurso indireto, há uma forte presença de uma ambivalência, na qual as vozes do relator e do relatado não são claramente demarcadas.

No *Jornal do Professor* há uma significativa recorrência ao discurso direto, sendo que o que está representado é geralmente o seu significado ideacional e, na maioria das vezes, de

forma claramente demarcada através do uso de aspas. É o caso do relato da fala de Paulo Freire na Assembleia da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino:

Um dos pontos mais marcantes da Assembleia da CMOPE foi a presença do grande educador Paulo Freire [...] Nos debates sobre o tema central – Educação para o Desenvolvimento – ele expressou sua perspectiva do Magistério como uma força de transformação social, portanto, de ação política. Defendendo a tese da “Pedagogia do Oprimido”, ele afirmou que as aspirações do povo não devem ser manipuladas e que só ao povo cabe o direito de assumir o processo de desenvolvimento, “porque as massas não devem ser expectadoras, mas sujeito da educação e do desenvolvimento”. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 4).

Ou ainda o relato das decisões do XIV Congresso Nacional de Professores, organizado pela CPB, em janeiro de 1981, na cidade de Fortaleza; selecionamos um trecho desse relato para que posteriormente possa ser feita a análise:

Alertando para o fato de que o professor não pode mais se isolar dentro da sala de aula, o presidente da CPB lembrou que “há uma necessidade vital de integração entre Escola e comunidade e o compromisso do professor com a transformação social que assegure ao aluno a possibilidade de se realizar na vida, pelo livre exercício de suas potencialidades, habilidades e aptidões”. (*Jornal do Professor*, n. 4, mar. 1981, p. 1).

Nos periódicos analisados, com destaque para os números 2, 3 e 6, ocorre com frequência, além do uso das aspas, delimitando claramente a voz da pessoa que é relatada e a voz que relata, uma representação do discurso, que é o relato do que outras pessoas disseram. Esta postura pode ser exemplificada no trecho abaixo, no qual são relatados os debates ocorridos no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, realizado em Recife-PE, em maio de 1981:

Com grande interesse a APPMG vem acompanhando as repercussões e os reflexos na sociedade como um todo, e no meio dos professores, em particular, das teses levantadas e debatidas no XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil. Muitos temas foram analisados e entre eles sobressaíram o da necessidade de os servidores públicos terem direito à sindicalização, transformando as associações de classe em sindicato (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 4).

Ou ainda no trecho no qual relata o apoio do presidente da CPB à luta travada pela APPMG contra o “pacotão” do governo estadual que propunha remanejar o magistério no “quadro permanente do magistério”:

Hermes Zanetti [presidente da CPB] mostrou que o “pacotão” revoga “a carreira e a estrutura do magistério em Minas”, e falou que isso é uma grave

ameaça de precedente para o magistério do país. Lembrou que em todos os estados a luta do professorado tem sido exatamente para a conquista do Estatuto e do quadro do magistério, ao passo que em Minas – disse – “está ameaçado ocorrer uma reversão disso”. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 4).

A partir dessas constatações e citações de trechos do informativo da APPMG, devemos reforçar alguns questionamentos: por que a escolha dessas *vozes*, qual o significado desse discurso representado? Que implicações tem essas escolhas na formatação de uma determinada identidade docente?

Para Maingueneau (1997), há uma “ambiguidade fundamental do fenômeno da citação” (p. 85), pois “pode-se tanto dizer que o que enuncio é verdade porque não sou eu que o digo, quanto o contrário” (p. 86). Essa ambiguidade só pode ser amenizada através da análise do contexto da enunciação, pois o texto “[...] inscreve-se em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da formação discursiva.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 91). No caso da citação que o *Jornal do Professor* faz da fala do presidente da CPB, por exemplo, mantê-la entre aspas pode significar a tentativa de estabelecer uma marca de autoridade, dada a posição ocupada pelo sujeito representado, reforçando a necessidade do(a) professor(a) não “se isolar dentro de sala de aula”, de reunir sua força na associação – marca de autoridade que também pode ser percebida no relato da fala de Paulo Freire.

Quanto ao relato do Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, podemos perceber que é dado destaque ao tema do direito à sindicalização, porém ao relatar como um dos temas do congresso, procura-se afirmar um distanciamento em relação à proposta, estabelecer uma linha de demarcação clara. Nesta mesma reportagem, a participação da APPMG no congresso é relatada através de uma demarcação de tópico – “A APPMG se fez presente com uma tese sobre a Constituinte, debatida e aprovada pelo congresso”⁵¹. Essa diferenciação pode ser um indício de que as teses aprovadas no congresso e, portanto, o que está sendo relatado, não foi assimilado pela associação como um ideário a ser seguido naquele momento.

Através dos exemplos dados é possível depreender das formulações da APPMG indícios de uma representação acerca da identidade docente marcada pela pluralidade. A afirmação, através de uma fala imbuída de uma autoridade – o presidente da CPB – de que

⁵¹ *Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 4.

o(a) professor(a) não pode se isolar em sala de aula, demonstra que esse isolamento é um fato incontestável. Segundo Fairclough (2001), isto seria uma pista formal presente no texto que evidencia uma pressuposição, ou seja, uma proposição que é tomada pelo produtor do texto – no caso a própria associação – como já estabelecida. Da imagem de um(a) professor(a) dedicado exclusivamente ao exercício de sua profissão, como dono(a) de um saber exclusivo, ausente tanto das lutas mais amplas dos demais trabalhadores, quanto da relação com a comunidade, é proposta uma nova imagem, a de um/a professor(a) consciente de seu lugar e de seu papel na sociedade. Aqui se apresentam identidades superpostas constituintes das formulações identitárias, representadas nas ações e nos discursos da APPMG.

Um trecho bastante elucidativo da presença de um compósito identitário, representado no discurso da APPMG, pode ser conferido no relato do XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil:

Notou-se também a presença de uma força nova entre os servidores: os que veem o servidor tal como ele é – um trabalhador contratado pelo Estado, com deveres, mas também com direitos, que deve receber condignamente pelos serviços que presta, e que tem acima de tudo compromisso no seu trabalho. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 4).

Nesse trecho do *Jornal do Professor*, associado à análise feita anteriormente, é possível percebermos três formulações identitárias presentes: a de um(a) professor(a) fechado(a) no exercício de sua profissão; a de um(a) professor(a) militante de causas maiores; e a de um(a) professor(a) “servidor público”. Fica claro, através de seu discurso, que a APPMG vive intensamente as tensões presentes nessas formulações identitárias, característica nítida de uma fase de transição, de grandes transformações pelas quais passa a sociedade e os(as) professores(as) em particular. Nas representações elaboradas pela APPMG acerca das identidades docentes não há uma fixidez em torno de uma identidade definida *a priori*, seja caracterizada por “normas-regras-valores” inerentes ao exercício da profissão docente, seja por uma atribuição identitária, originária dos movimentos sociais. Em seu discurso a associação traz à tona a complexidade das formulações identitárias dos docentes, apresenta a maneira como essas formulações se sobrepõem, se mesclam, mas também como se apresentam sob uma constante tensão, um constante embate, como define Dubar (2005), entre identidades herdadas e identidades visadas.

Em relação à heterogeneidade mostrada, podemos notar nos textos do *Jornal do Professor* a presença também do discurso indireto, no qual as vozes do relator e do relatado são menos claramente demarcadas, cuja principal característica é ser essencialmente

ambivalente, pois não se pode ter certeza que as palavras do original são reproduzidas ou não (FAIRCLOUGH, 2001).

Ao relatar as conclusões de um seminário promovido pela APPMG em junho de 1980, “visando discutir o Sindicalismo e o Momento Atual Brasileiro com outras entidades [Instituto dos Arquitetos do Brasil]”⁵², não há em momento algum o uso de aspas ou mesmo do discurso relatado. O trecho destacado a seguir é bastante representativo do contexto e do embate vivido pela associação nesse período, tendo como título, dentro da reportagem, “Sindicalismo”:

A necessidade de uma unidade sindical foi a conclusão a que se chegou no Seminário, ao discutir o papel político do Sindicato no momento atual. Para isto, alguns pontos básicos têm que ser obedecidos: toda a estrutura sindical deve representar suas bases; deve existir o pluralismo ideológico; um Sindicato deve apoiar os movimentos reivindicatórios de qualquer categoria; deve seguir a classe e nunca se perder na obediência às leis; **ele não pode ir além induzindo greves**; deve falar com a classe e não para a classe; deve saber a importância da análise conjuntural no momento de deflagrar uma forma de luta, pois que toda ela é uma medição de forças. As divergências da classe têm que ser canalizadas dentro de seus sindicatos, **evitando o paralelismo**; o Sindicato não deve representar um partido político, nem tampouco negar a política, devendo representar uma linha política da classe. O peleguismo deve ser combatido, pois representa os interesses patronais e não os interesses da classe. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 3, grifos nossos).

Como membros de outras entidades – Sindicato dos Médicos, por exemplo – participaram do seminário, fica a dúvida de quem são as palavras utilizadas. Seria uma conclusão a que se chegou a partir dos trabalhos do seminário, ou uma visão particular de sindicalismo da APPMG? Cabe lembrar que o nascimento da UTE-MG punha em xeque a forma organizativa da APPMG, seus métodos e estratégias de luta, por isso é possível notar nesse relato críticas ao modelo sindical posto em prática pela UTE-MG, como evidenciado nos trechos em destaque.

A ambivalência em questão pode ser proposital, pois não deixando claro quais são as vozes do relator e do relatado, possibilitam-se múltiplas interpretações, e ainda dá legitimidade ao enunciado, por ter sido produzido em uma instância democrática de discussão, um seminário que reúne outras entidades de classe. A própria forma verbal utilizada na narração – no imperativo: “alguns pontos básicos **têm que ser** obedecidos”;

⁵² *Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 3.

“**deve** existir o pluralismo ideológico”⁵³ – demonstra a forma prescritiva sugerida pelo texto, reforçando a assimetria de poder entre o narrador e o(a) leitor(a). Este aspecto demonstra o que Fairclough (2001) vai chamar de “força dos enunciados”, que seria o componente acional presente no texto, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que “atos de fala” desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer e outras). Portanto, o componente acional presente no trecho selecionado visa dar uma ordem, uma prescrição, dotado, por isso, de um forte caráter autoritário.

A análise da prática discursiva, das condições de produção dos periódicos da APPMG, de suas coerções, nos fornecem indícios de como essa entidade constrói representações acerca das identidades docentes, pois esses processos de produção pressupõem leitores(as) específicos em situações próprias de consumo textual, marcados, também, por coerções estabelecidas por suas relações sociais e biográficas. A partir desse processo interrelacional é possível identificar as representações que são construídas em torno e sobre esse(a) leitor(a), no caso professores e professoras do ensino público do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, reafirma-se que a APPMG, em seus textos, estabelece, ou deixa transparecer, uma pluralidade identitária dos docentes, não é só o(a) profissional do ensino, não é só o(a) funcionário(a) público(a), nem somente o(a) militante político, mas a conjunção de todas essas faces e outras mais, incluindo sua face biográfica.

5.3 A análise linguística dos periódicos da APPMG

A segunda dimensão da proposta tridimensional a ser analisada é a que cuida da análise linguística de textos. Para essa análise foram selecionadas categorias, a partir das proposições de Fairclough (2001) e Maingueneau (1997, 2008a,b), enunciadas ao longo desse tópico, em função do objetivo central da pesquisa, ou seja, o de analisar como são construídas as representações em relação às identidades docentes nos periódicos da APPMG. A análise linguística, na perspectiva de Fairclough (2001), pode contribuir para saber como a APPMG se dirige ao(à) seu(sua) leitor(a) – professores(as) – em seus periódicos, que tipos de relações se estabelecem nas afirmações, prescrições e proposições nos textos produzidos e,

⁵³ *Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 3, grifo nosso.

principalmente, saber de que forma essa entidade constrói discursivamente determinada(s) identidade(s) docente(s).

A primeira categoria a ser analisada é o vocabulário que, de acordo com Fairclough (2001), compreende a função ideacional da linguagem, ou seja, os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. Essa categoria analítica possibilita compreender a significação de palavras dadas pela APPMG para definir determinadas identidades docentes; possibilita, ainda, identificar quais as diferenciações percebidas nos discursos a partir de variadas nomenclaturas, buscando analisar como alguns léxicos podem ser constituintes de uma prática e de uma representação.

Neste momento, serão analisadas palavras isoladas, pois a utilização de cada uma delas pressupõe escolhas realizadas pela APPMG sobre qual palavra utilizar para designar os(as) professores(as) e essas escolhas pressupõem que os(as) leitores(as) do *Jornal do Professor* também farão escolhas de como interpretar cada uma delas. Nesse sentido, a análise do vocabulário revela processos sociais, posturas ideológicas frente às imagens que são formuladas a respeito dos docentes.

Antes de passarmos ao estudo do vocabulário presente no *Jornal do Professor*, devemos deixar claro, como nos indica Maingueneau (2008a, p. 81), que mesmo não havendo um vocabulário que seja próprio desse ou daquele discurso, a análise das palavras utilizadas pode ser de grande valia, pois “[...] além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimentos.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 81). A APPMG em seu discurso irá utilizar, portanto, termos que marcam sua posição no campo discursivo, que carregam consigo determinadas representações identitárias em torno da imagem docente.

Nos exemplares do *Jornal do Professor* analisados (números 2, 3, 4, 5, 6 e 7), o conjunto dos(as) professores(as) é designado de diversas formas. Serão listados na Tabela 1 os termos que são utilizados no jornal e o número de ocorrências de cada um desses termos.

Chama a atenção, logo de início, a quantidade de termos utilizados pela APPMG para designar os(as) professores(as). É possível que tal quantidade remeta a uma identidade docente unívoca, coerente e homogênea? Podemos afirmar que não, que essa variedade é um forte indício da pluralidade identitária dos docentes, marcada pela convivência contraditória, tensa, dinâmica, entre essas diversas configurações identitárias, cada uma delas remetendo a concepções próprias que a APPMG formula e deixa transparecer em seu discurso. Essa

multiplicidade de termos pode ser considerada, também, um aspecto de intertextualidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 237), pois evidencia as configurações de elementos intertextuais utilizados pela associação para a construção dos textos veiculados em seus boletins.

TABELA 1
Ocorrência de termos utilizados no Jornal do Professor para designar
o conjunto dos(as) professores(as)

Periódicos Termos	n. 2 mar. 1980	n. 3 set. 1980	n. 4 mar. 1981	n. 5 ago. 1981	n. 6 mar. 1982	n. 7 ago. 1982	Total
Número de ocorrências							
Categoria	-	02	02	06	02	05	17
Classe	05	19	04	25	08	04	65
Colega(s)	02	02	-	01	-	01	06
Docentes	-	-	-	-	01	03	04
Educador(es)	-	-	-	-	01	03	04
Educadora(s)	-	-	-	01	-	01	02
Magistério	26	03	06	12	07	12	66
Mestra(s)	-	-	-	-	-	04	04
Mestre(s)	-	02	-	01	-	02	05
Professor(a)	-	-	-	-	-	01	01
Professorado	04	05	02	27	06	03	47
Professoras	-	02	06	19	-	02	29
Professores	19	28	18	35	23	26	149
Servidor público	-	-	-	02	-	-	02
Trabalhador contratado pelo Estado	-	-	-	01	-	-	01
Trabalhadores	-	-	-	01	-	01	02

Fonte: Arquivo APPMG. Jornal do Professor. Elaboração própria.

O critério de organização adotado para a Tabela 1 foi a ordem alfabética, caso utilizássemos o critério de classificação a partir do número de ocorrências teríamos em primeiro lugar o uso do termo “professores”, gênero masculino, num total de 149 ocorrências nos números analisados. Para uma associação que ostenta no nome esse termo, parece natural a sua utilização. Mas vale notar que o termo quando utilizado no gênero feminino o número de ocorrências cai drasticamente, totalizando 29. Grande parte dessa utilização ocorre no número 5, agosto de 1981, sendo que nos números 2 e 6 nem há ocorrência. O que explica

essa grande ocorrência no número 5 é, primeiro, o maior número de páginas – neste tipo de contagem léxica a extensão dos textos deve ser levada em consideração –, segundo, que o termo aparece com mais frequência em duas entrevistas com ex-presidentes da associação⁵⁴, que em seus relatos rememoram fatos vividos por elas, em contato, portanto, com quem efetivamente estava atuando no magistério, em sua maioria, as professoras. Essa questão será tema de análise mais adiante, quando serão tratados os processos de democratização do discurso no que diz respeito ao prestígio discursivo e linguístico em relação ao gênero.

O termo “magistério” é, também, utilizado com certa frequência, totalizando 66 ocorrências nos números analisados do *Jornal do Professor*. O termo, de acordo com o dicionário Houaiss⁵⁵ (2007), designa um “cargo ou ofício de professor, professorado”, por isso geralmente é usado em documentos oficiais, especialmente nas legislações que dizem respeito ao exercício da profissão docente. Como exemplo do uso do termo “magistério” nessa acepção tem-se o “Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais”, lei nº 7.109/77, que tem entre seus objetivos: “I – estabelecer o regime jurídico do pessoal do Quadro do **Magistério**; II – incentivar a profissionalização do pessoal do **magistério** [...]” (DUARTE; DUARTE, 2007, s/pág.⁵⁶).

Vale salientar, no entanto, que de acordo com esse estatuto, vigente à época da publicação do *Jornal do Professor*, o termo não era utilizado para designar apenas os(as) professores(as), como define o dicionário Houaiss (2007), mas também, como determina o artigo 3º do referido estatuto, “[...] integra o magistério o pessoal que exerce a docência, a supervisão, a orientação, a administração educacional, a inspeção e a direção no sistema estadual de ensino.” (DUARTE; DUARTE, 2007, s/pág.).

A APPMG utiliza o termo “magistério”, também, geralmente para se referir a aspectos relacionados à legislação, tanto que dentre os números do *Jornal do Professor* analisados aquele no qual o termo aparece com mais frequência é o número 2, que trata em todas as suas páginas do “pacotão” enviado pelo governo do Estado de Minas Gerais à Assembleia Legislativa, que visa enquadrar os(as) professores(as) no “Quadro Permanente do

⁵⁴ *Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 5-8.

⁵⁵ De acordo com Maingueneau (1997), não seria no dicionário que o analista do discurso encontraria os elementos necessários para “apreender o valor de uma palavra em uma formação discursiva determinada” (p. 151). O dicionário seria um “espaço de uniformização semântica”, no qual os termos estariam de alguma forma “naturalizados”, separados da formação discursiva onde foram produzidos (MAINGUENEAU, 1997, p. 151-152).

⁵⁶ Por ser um material eletrônico, não consta página. Sempre que houver citações dessa natureza, utilizaremos a expressão “s/pág.” nas citações literais.

funcionalismo público estadual”. Os trechos retirados desse número do jornal nos dão uma amostra dessa caracterização dada pela APPMG ao termo “magistério”:

No momento em que todo professorado luta desesperadamente pela efetivação de todos os convocados, o governo aproveita para enviar à Assembleia Legislativa do Minas^(sic), um projeto com o objetivo de prender todo o **magistério** (os efetivos mais os futuros efetivados) na camisa de força do Quadro Permanente do funcionalismo público estadual. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 1, grifo nosso).

Embora se destine ao **magistério**, o “Pacotão” ficou muito preocupado em contemplar a burocracia escolar, cada vez mais importante na estrutura de nossas escolas. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 2, grifo nosso).

Como o secretário da Administração (agora tão ou mais poderoso que o da Educação em assuntos de interesse do **magistério**) acha que é muito numeroso o contingente de professores e especialistas, PRECISAMOS FICAR ALERTA PARA A AMEAÇA DE O **MAGISTÉRIO** SER REDUZIDO E ASSIM PASSAR A TRABALHAR MAIS. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 3, grifos nossos).

O termo “magistério” é também utilizado para designar de forma genérica professores(as), orientadores(as), diretores(as), seguindo a mesma linha do estatuto supracitado, como neste trecho extraído de uma apresentação da nova diretoria eleita em 1981:

Todos com longos anos de **magistério**, como **professores**, **supervisores**, **diretores**, em escolas estaduais e municipais, no interior e na Capital, têm plena autoridade para falar do **Magistério**, desde métodos de ensino até organização da classe. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 3, grifos nossos).

E também para designar o conjunto específico de professores(as), sendo utilizado com a mesma significação dada ao termo “professorado”⁵⁷:

Estas comissões [culturais] têm a finalidade de organizar a classe, dentro de uma entidade representativa do **magistério**, no caso, a APPMG. Para tanto, estamos visitando escolas, debatendo nossos problemas no próprio local de trabalho do professor, e uma outra proposta seria a eleição de elementos representantes de cada escola junto às comissões formadas. Entretanto, já tem gente se apresentando e se oferecendo como representante, voluntariamente, o que atesta o alto nível de conscientização que o **professorado** vem alcançando. (*Jornal do Professor*, n. 6, mar. 1982, p. 2, grifos nossos).

⁵⁷ “Cargo ou a função de professor; a categoria profissional dos professores.” (HOUAISS, 2007, s/pág.).

O termo “magistério” da forma como utilizado pela APPMG acaba por reforçar a ideia da especificidade da função de professor(a), relaciona-se ao exercício da profissão docente, revelando, de acordo com Cattonar (2001), uma identidade comum a todos os docentes, uma “cultura profissional partilhada”, caracterizada por modos de perceber, de agir particulares, a partir de “normas-regras-valores” próprios da profissão docente, uma cultura profissional que se realiza nas interações cotidianas, mas também nos processos reivindicatórios da categoria.

Outro termo utilizado com grande frequência – ele aparece em todos os números analisados, sendo inclusive utilizado como mote de campanha da APPMG para a busca de novos associados, conforme a Figura 8 – é “classe”, para se referir ao conjunto dos(as) professores(as). O termo “classe”, a partir de uma definição estática do dicionário, segundo Maingueneau (1997), é definido como sendo um “conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão. Exemplo: a classe dos médicos, a classe dos jornalistas, a classe dos metalúrgicos, a classe dos pedreiros.” (HOUAISS, 2007, s/pág.). Porém, considerando-se as condições de produção do discurso, sua formação discursiva, a utilização desse termo comporta uma dimensão bem mais ampla. O que deve ser levado em consideração são os motivos que condicionam a utilização do termo “classe” pela APPMG, pois seu uso comporta escolhas, é um processo que incorpora uma dimensão política e ideológica. Fairclough (2001, p. 235) vai chamar esse processo de “modelo hegemônico de significado de palavras”, pois “[...] o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estruturação particular do seu significado potencial, é sem dúvida uma forma de adquirir hegemonia.”



Figura 8 – Logomarca de campanha, utilizada no *Jornal do Professor*
 Fonte: *Jornal do Professor* (n. 7, ago. 1982, p. 3).

Em nossa análise, partimos do pressuposto de que esse léxico pode remeter a instâncias discursivas relacionadas à concepção corporativista no campo das relações de trabalho e da associação profissional.

O corporativismo pode ser definido como:

[...] uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais

(corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 287).

Na concepção corporativista, a classe profissional deve promover a união entre os diversos setores da sociedade, gerando harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz, rechaçando qualquer forma de conflito. Deve-se rememorar que a APPMG foi fundada em 1931, em um momento no qual o modelo doutrinário que inspirou o sindicalismo brasileiro foi o corporativismo, com um componente estatal centralizador consubstanciado, mais tarde, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Essa forma de organização do trabalho e da ação sindical não sofreu grandes transformações ao longo dos anos, sofrendo adaptações de acordo com a conjuntura histórica, perdurando em sua essência até a promulgação da Constituição de 1988, mesmo assim com alguns de seus elementos mantidos, como a unicidade sindical e o imposto sindical⁵⁸.

Essa longevidade doutrinária se reflete nas concepções da APPMG, o que pode ser percebido nas formulações de seu estatuto, publicado na edição nº 4, de março de 1981, do *Jornal do Professor*. Neste documento podemos verificar o caráter corporativo da associação, como, por exemplo, nos artigos abaixo selecionados:

Capítulo II – Da designação e das finalidades

Art. 2º – A APPMG é uma sociedade civil com personalidade jurídica própria e tem por finalidade a **representação e a defesa dos professores** de 1º e 2º graus, ou equivalente, da União, do Estado e dos Municípios, lotados no Estado de Minas Gerais.

Art. 9º – Para a consecução de suas finalidades a APPMG poderá:

- prestar aos sócios **assistência classista, cultural, ética, social, jurídica e profissional**.

Capítulo XII – Disposições gerais e transitórias

Art. 65 – A APPMG manter-se-á imparcial a discussões sobre assuntos políticos partidários ou religiosos, sendo-lhe vedado patrocinar qualquer manifestação dessa natureza.

Art. 70 – Por ser uma associação do magistério público a APPMG tomará por princípio a defesa dos interesses nacionais e **prestará solidariedade a iniciativas e programas que visem a proporcionar o bem estar público e o desenvolvimento cultural, político e econômico** (*Jornal do Professor*, n. 4, mar. 1981, p. 2-3, grifos nossos).

Nessa seleção de artigos do estatuto da APPMG podemos perceber a concepção de uma associação de caráter assistencialista e preocupada em promover a união e a

⁵⁸ Para um maior detalhamento da formatação do modelo sindical brasileiro, ver: D'Araújo (2003).

solidariedade social. Essa concepção traz consigo uma determinada representação do papel a ser desempenhado pelos(as) professores(as) na sociedade, portanto configurador de uma identidade, a de um corpo profissional fundamental para o equilíbrio social, para a manutenção da ordem e da paz social, expressando sua colaboração através de atividades cívicas e econômicas, e não através de ações político-partidárias.

No trecho do *Jornal do Professor* selecionado a seguir, no qual a APPMG apresenta os resultados do XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, realizado em maio de 1981, e um relato de sua participação, defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, notamos uma postura de caráter corporativista. Em sua proposta, a associação defende a participação dos servidores públicos “como categoria organizada” na elaboração de uma nova Constituição para o país, remetendo a um aspecto que lembra uma forma de “representação classista”⁵⁹.

No capítulo referente aos servidores públicos, nós, de todos os níveis administrativos, devemos participar ativamente, oferecendo e defendendo propostas e sugestões. Nada deve impedir que os servidores públicos, como categoria organizada e consciente, participem da elaboração da nova Constituição, para que o país passe a viver um clima democrático favorável ao seu desenvolvimento de Nação nova e de grandes possibilidades no futuro. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 4).

Segundo Fairclough (2001), a análise dos léxicos constituintes de uma prática evidencia um exercício de interdiscursividade estratégica, na medida em que elementos diferentes do significado potencial da palavra são destacados em tipos diferentes de discurso, como, por exemplo, faz a APPMG, ao utilizar o termo “classe” para se referir aos(as) professores(as), remetendo tal conceito a uma visão que traz consigo uma concepção corporativista de trabalho.

Seguindo na linha de análise dos termos utilizados pela APPMG para designar os(as) professores(as), temos o termo “categoria” com 17 ocorrências nos seis números analisados do *Jornal do Professor*. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997) o termo categoria faz parte do arcabouço teórico formulado por Max Weber para explicar o fenômeno da classe social, que “só adquire relevo dentro da ordem econômica e suas divisões não

⁵⁹ “A representação classista foi instituída no Brasil a partir do Código Eleitoral de 1932, que estabeleceu essa forma de representação na Constituinte instalada em 1933. Ao lado da bancada proporcional haveria uma, de trabalhadores e empregadores, representando os ramos da produção do país. A Constituinte foi composta por 214 representantes, entre eles 40 classistas distribuídos da seguinte forma: 18 empregados, 17 empregadores, três profissionais liberais, dois funcionários públicos. Esse modelo de representação classista seria desmontado a partir da instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937.” (D’ARAÚJO, 2003, p. 224-225).

correspondem necessariamente às que se verificam na ordem política e social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO 1997, p. 13). A categoria constitui comunidades, no caso caracterizada pela profissão exercida, e se definem, não por uma característica objetiva, como por exemplo, sua situação de mercado, mas por um “[...] agir específico, no modo de se entenderem a si mesmos e de serem entendidos pelos outros.” (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO 1997, p. 174).

Categoria, portanto, significa ter uma característica distintiva, que no caso dos(as) professores(as) é o próprio exercício da profissão, que exige uma formação específica, um trâmite específico de acesso à carreira, um conjunto de “normas-regras-valores” que os distinguem de outras comunidades.

Este seria o sentido dado pela APPMG ao utilizar o termo “categoria”? Seleccionamos dois trechos nos quais o termo é utilizado para, em seguida, procedermos à análise:

Essa entidade com essa bagagem [50 anos de existência] fala por si só da importância que teve e tem no seu papel de formação da consciência profissional do professor enquanto **categoria** fundamental de um país. Tomemos em nossas mãos este compromisso de trabalhar por uma verdadeira democracia, organizando o professorado e reivindicando, além de nossos direitos específicos, a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, onde cada **categoria** profissional tenha oportunidade de levar sua contribuição para o alicerce de uma nova ordem social, uma nova Constituição brasileira, democrática, livre e soberanamente eleita... (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 2, grifos nossos).

O que se percebe nessa passagem, novamente, é um componente corporativista que, como afirma Gomes (1988), vê exclusivamente pela ótica do trabalho a possibilidade de ampliação e exercício da cidadania, tendo os sindicatos e associações a função de canalizar, através de suas práticas, tal exercício. Portanto, a partir da formação discursiva da APPMG, o termo “categoria” ultrapassa sua significação profissional – em outro exemplo de interdiscursividade estratégica, como aponta Fairclough (2001) – ganhando contornos políticos ao propor a organização dos(as) professores(as) enquanto “categoria” que irá promover e estabelecer “uma nova ordem social”.

Outro termo que nos chama a atenção, pela sua condição contraditória e conflitante presente no *Jornal do Professor*, é “servidor público”, utilizado apenas duas vezes nos números aqui analisados:

As coisas, decididamente, são resolvidas aqui na Terra, e com muita luta, por isso veem [os membros da diretoria da APPMG] como um dos pontos

básicos de sua gestão que se inicia a luta pelo direito à sindicalização do **servidor público, entre eles os professores [...]**. É flagrante a **posição discriminatória do governo para com o servidor público: não temos reajustes semestrais, 13º salário, direito à sindicalização e outras conquistas que os demais trabalhadores já conseguiram.** (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 2, grifos nossos).

A identidade relacionada a servidor público é marcada, como dito anteriormente, por um conflito claro, ora aceitando-se que o(a) professor(a) é um funcionário público, que deve inclusive unir suas forças aos demais funcionários para a conquista de direitos, ora negando essa condição, quando, por exemplo, o governo envia um projeto de lei para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, propondo o enquadramento dos(as) professores(as) no quadro permanente do funcionalismo público estadual. As charges publicadas no *Jornal do Professor* em março de 1980 (FIGURAS 2 e 3) ilustram o embate entre essas duas formas identitárias.

As charges representam o risco do(a) professor(a) ser transformado(a) em um funcionário público de baixo nível hierárquico, em um “barnabé”⁶⁰. O trecho reproduzido abaixo, do mesmo número do *Jornal do Professor*, reforça essa ideia e demonstra literalmente o temor apresentado pela associação do risco de uma perda de identidade do(a) professor(a).

Portanto, o saldo final do conteúdo do “Pacotão” é simplesmente estarecedor: dissolvido o magistério no quadro permanente dos servidores do Estado, **estaremos perdendo a nossa identidade como classe** e, assim grande parte de nossa força reivindicatória. PROFESSOR, NÃO SE ESQUEÇA: O OBJETIVO MAQUIAVÉLICO DO GOVERNO, COM O SEU “PACOTÃO” DE MARÇO, É NOS TRANSFORMAR EM FUNCIONÁRIO PÚBLICO... EM BARNABÉ. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 3, grifo nosso).

Que identidade seria essa reivindicada pela APPMG? Que “vontade de reconhecimento” (PROST, 1996b) está presente nessa formulação identitária? Por que a negativa tão incisiva em relação a se “transformar” em funcionário público? A APPMG reclama por uma identidade coletiva ligada a um conjunto de valores relacionado ao exercício da profissão docente e recusa-se a aceitar que os(as) professores(as) sejam convertidos e submetidos a um espaço-tempo político-institucional marcado por formalidades burocráticas (COSTA, 1995).

⁶⁰ “Barnabé: regionalismo: Brasil. Uso: informal, pejorativo. Funcionário público, especialmente o de baixo nível hierárquico. O termo tem origem em *Barnabé*, personagem de letra de samba (1947) dos compositores Haroldo Barbosa e Antônio Almeida, que representa o funcionário público letra E, de baixa remuneração, portanto.” (HOUAISS, 2007, s/pág.).

Essa recusa em ser identificado com um servidor público pode ser explicada, também, pelo contexto, como demonstram Souza (1997) e Tiramonti (2001), de crescimento do setor público no início da década de 1980, de ampliação do acesso à educação, frente a uma crise financeira do Estado, provocando o rebaixamento dos salários dos funcionários públicos, entre eles dos(as) professores(as).

Esse conflito de representação identitária evidencia, segundo Fairclough (2001), como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas, no caso da APPMG, como a negativa em se identificar como um funcionário público revela a necessidade de lutas por melhores condições salariais e de trabalho.

Por fim, um termo pouco utilizado pela APPMG nos periódicos analisados, mas que se reveste de um peso analítico de grande envergadura por referenciar-se à forma como a UTE-MG é designada, é “trabalhadores”. O termo surge no seguinte contexto:

Um aspecto importante em tais eventos [II Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras – ENCLAT] diz respeito à participação. Ela é muito importante por que é neles que se encontram médicos, **professores**, engenheiros, dentistas, camponeses, metalúrgicos, bancários, **todos nós, trabalhadores**, para que, juntos, lutemos pelos nossos direitos e pela melhoria das condições de vida de todo o povo brasileiro. (*Jornal do Professor*, n. 7, ago. 1982, p. 2, grifos nossos).

Nos números analisados do *Jornal do Professor*, o termo “trabalhadores” é utilizado apenas duas vezes. No trecho acima ele está inserido no contexto de informe e análise de um encontro do qual participou a APPMG, refletindo muito mais as posições políticas retiradas no referido encontro que o posicionamento político da associação, ou mesmo a crença em uma possível identificação dos(as) professores(as) enquanto trabalhadores(as). A força identitária do termo “trabalhadores” será tratada quando da análise da documentação da UTE-MG, visto que esta entidade ostenta em seu nome o próprio termo.

A análise do vocabulário – que Fairclough (2001) vai denominar de processos de lexicalização, de significação do mundo – aqui realizada, buscou evidenciar que as maneiras de se designar os(as) professores(as) envolvem sistemas de classificação ideologicamente diferentes e estão relacionados a tempos e contextos específicos, e a grupos particulares. O número de termos – “lexicalizações” – utilizados pela APPMG para designar o coletivo de professores(as) demonstra, como nos aponta Fairclough (2001), que existem termos superpostos e em competição, correspondendo cada um deles a formas específicas de se representar os docentes, de formular determinadas construções identitárias.

Há uma tensão constante que perpassa os periódicos analisados em relação às formas de designar os(as) professores(as). De acordo com a tipologia estabelecida por Maingueneau (1997), podemos classificar o léxico utilizado pela APPMG dentro da zona de vocabulário na qual a contradição aflora, cujas palavras representam conflito, bem distante de uma neutralização discursiva, “[...] em que as palavras são tomadas consensualmente com um mesmo sentido para todos.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 144). Se os sentidos dos termos utilizados no *Jornal do Professor* são diferenciados entre si, dentro de um mesmo contexto de enunciação, implica dizer que comportam referências identitárias plurais, carregadas de sentido contraditório e que a APPMG em seu discurso deixa “vazar” essa pluralidade.

Além da explícita tensão dos termos utilizados, termos esses que significam e evidenciam o lugar de onde enunciamos, há outro aspecto que a análise do vocabulário pode revelar, que é justamente o lugar de onde não enunciamos, como afirma Maingueneau (1997, p. 155), o lugar “[...] de onde, em hipótese alguma, se deve enunciar.” E o que seria silenciado no discurso da APPMG? O que o léxico utilizado pela associação pode nos revelar justamente do que seria interdito?

Para tentar responder a essas questões, propomos um novo agrupamento para a Tabela 1, a partir da equivalência dos termos e de sua frequência.

TABELA 2
Ocorrência de termos utilizados no *Jornal do Professor* para designar o
conjunto dos(as) professores(as) – agrupamento por categoria

Periódicos Termos	2	3	4	5	6	7	Frequência	%	Frequência agrupada	%
Categoria	-	02	02	06	02	05	17	4		
Classe	05	19	04	25	08	04	65	16	82	20,29
Colega(s)	02	02	-	01	-	01	06	1		
Docentes	-	-	-	-	01	03	04	1		
Educador(es)	-	-	-	-	01	03	04	1		
Magistério	26	03	06	12	07	12	66	16		
Mestre(s)	-	02	-	01	-	02	05	1	281	69,55
Professorado	04	05	02	02	06	03	47	12		
Professores	19	28	18	35	23	26	149	37		
Educadora(s)	-	-	-	01	-	01	02	0,49		
Mestra(s)	-	-	-	-	-	04	04	1		
Professoras	-	02	06	19	-	02	29	7	35	8,66
Professor(a)	-	-	-	-	-	01	01	0,24	01	0,24
Servidor Público	-	-	-	02	-	-	02	0,49	2	0,49
Trabalhador contratado pelo Estado	-	-	-	01	-	-	01	0,24		
									3	0,74
Trabalhadores	-	-	-	01	-	01	02	0,49		
TOTAL DE TERMOS							404	100	404	100

Fonte: Arquivo APPMG. *Jornal do Professor*. Elaboração própria.

Essa outra leitura possível do vocabulário utilizado pela APPMG em seus periódicos leva em consideração a equivalência dos termos. O primeiro agrupamento reúne os termos “categoria” e “classe”, que correspondem a 20% do total. Esses termos remetem a uma lógica corporativa, bem presente no discurso da APPMG, como analisado anteriormente. O que é silenciado, no caso, é a voz de um trabalhador com autonomia política e reforçada a ideia de um trabalhador tutelado pelo Estado, sendo o modelo associativista proposto pela APPMG o responsável por essa intermediação sob o princípio da “colaboração entre as classes”.

No segundo agrupamento foram reunidos os termos que remetem a uma identidade docente relacionada ao exercício da profissão, no qual o docente é visto como um profissional, genericamente um professor. A frequência da utilização desses termos

corresponde a 69% do total, sendo, portanto, o grupo com maior recorrência dos termos utilizados. Se compararmos com o terceiro agrupamento, que utiliza a mesma ideia do professor como um profissional, porém recorrendo ao gênero feminino para designar o conjunto dos docentes, percebemos que a questão de gênero é o retrato de uma tensão identitária, pois mesmo considerando diferenças identitárias relacionadas ao gênero (8,6% das ocorrências ocorrem no gênero feminino), os periódicos produzidos pela APPMG dirigem-se ou reconhecem seus(suas) leitores(as), na maioria das vezes, como homens, professores. O que esses dados podem nos revelar sobre o “lugar de onde não enunciamos” (MAINGUENEAU, 1997)?

Poderíamos considerar a hipótese de a associação buscar se desvincular da imagem da profissão docente, construída historicamente, como um ofício essencialmente feminino, buscando romper com “[...] a ambiguidade ocupacional do magistério, ideologizada como a profissão ideal para a mulher/mãe/dona-de-casa, [que] propiciou igualmente a ideologização da questão da aprendizagem como resultado inequívoco da relação de amor e afeto entre aluno e professora.” (CASTRO, 1990, p. 89). O próprio nome do periódico, como mencionado anteriormente, revela essa tensão. Se no final dos anos 1960, o periódico se denominava *Jornal da Professôra* (ANEXO B), a partir de 1979 adota o gênero masculino: *Jornal do Professor*.

Levando-se em consideração o processo de democratização do discurso, que é a tentativa de retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas (FAIRCLOUGH, 2001), podemos constatar a partir das tabelas 1 e 2, que, no geral, não há uma preocupação em reduzir a ocorrência de prestígio discursivo e linguístico em relação ao gênero. O próprio nome da associação revela esta dimensão, mesmo quando ainda se denominava Associação de Professores Primários de Minas Gerais, sendo que esta parcela dos(as) professores(as) é constituída em sua maioria quase que absoluta por mulheres.

É curioso notar que quando se refere aos(às) ocupantes da presidência da associação é usado o gênero feminino (na galeria de fotos de ex-presidentes, na sede da associação, há, no entanto, fotos de homens que ocuparam o cargo), o que demonstra, como já foi evidenciado anteriormente, uma centralidade discursiva em torno da ação da própria associação.

Concluimos que sem a bravura e a coragem **dos professores e das presidentes** que passaram por esta Casa, hoje seríamos apenas uma lembrança remota. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 1, grifos nossos).

APPMG: 49 anos de lutas e de reivindicações em favor **do professor mineiro**. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 2, grifo nosso).

Já no informativo numero 4, (março de 1981), há ocorrências de redução da assimetria linguística em relação ao gênero. Nesse mesmo informativo, e talvez em decorrência disso, há uma pequena nota, relatando o I Encontro da Mulher Mineira, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Na mesma página, em uma reportagem noticiando o resultado de uma ação judicial que obriga o Estado a repor os vencimentos a que os(as) professores(as) tinham direito em 1970, há uma mescla das duas formas de emprego para designar os(as) professores(as).

Estado é condenado e paga **aos professores**.

Após quase 11 anos de espera, cerca de quatro mil **professoras mineiras** vão receber do Estado a reposição de vencimentos a que tinham direito em 1970. [...] No que toca à Comissão encarregada de fazer o levantamento dos dados para **os professores** que entraram na justiça, o trabalho vem sendo feito com muita lentidão. [...] **Muitas professoras** do interior gastarão de passagem para vir a Belo Horizonte muito mais do que o valor do dinheiro que têm para receber. (*Jornal do Professor*, n. 4, mar. 1981, p. 4, grifos nossos).

No número 5 do boletim há, também, a ocorrência das duas formas para se tratar os(as) professores(as). Diante dessa evidência, podemos perceber que há uma mudança no sentido de se tentar eliminar marcadores explícitos de aspectos discriminatórios da língua e do uso linguístico, buscando romper com uma dominação, também de caráter ideológico, sobre as mulheres, mas também tentando se aproximar mais do(a) leitor(a) a que se destina o informativo. Ou podemos considerar, ainda, que o termo usado no gênero feminino, “professora” é a evidência da manutenção da imagem da docência como um ofício feminino, em torno da figura da professora, idealmente uma mulher.

Qual o significado desta postura da APPMG para a reelaboração identitária dos docentes? Como nos alerta Cattonar (2001) não se pode perder de vista que as identidades docentes são ligadas a múltiplas trajetórias dos indivíduos – familiares, escolares, profissionais – e pertencimentos sociais – sexo, idade, religião, classe social e outros – e relacionada a um contexto temporal e espacial. Nesse sentido, a análise da documentação selecionada da APPMG evidencia a importância de se considerar a dimensão ligada à questão de gênero na construção de identidades docentes, pois desconsiderá-la é correr o risco de um esvaziamento e de uma simplificação do real.

Essa mistura em relação à utilização do gênero, essa aparente “confusão” presente na documentação da APPMG, demonstra a existência da consideração de uma identidade plural, multidimensional. Não há a consideração de uma dimensão identitária única que transcenda todas as outras, que busque uma homogeneização. Vale destacar, ainda, a curiosa utilização feita pela APPMG da forma mista de gênero – “professor(a)” – como demonstra a figura 9, uma forma pouca vista em textos da época.

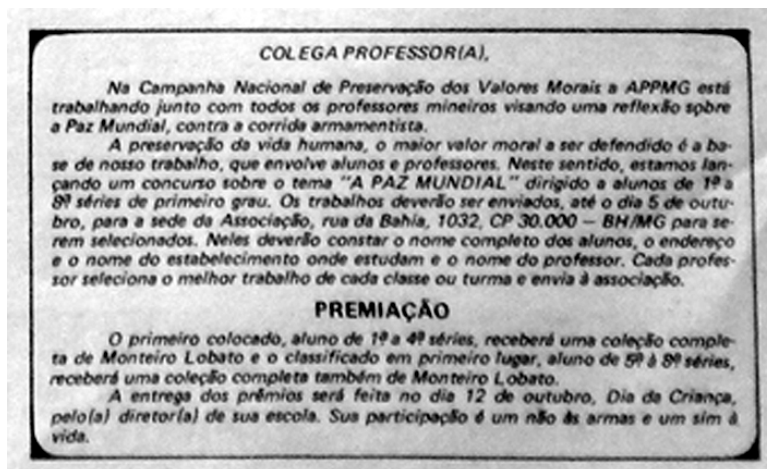


Figura 9 – Forma mista de gênero
Fonte: *Jornal do Professor* (n. 7, ago. 1982).

Essa tensão entre as formas de designar os docentes quanto ao gênero fica evidente, também, quando observamos as charges e os desenhos publicados nos números analisados. Mesmo que os termos utilizados privilegiem o gênero masculino, “professores”, quando retratados nas charges e nos desenhos, a imagem que prevalece são de professoras, à exceção da charge publicada na capa da edição número 2 (março de 1980), conforme a figura 2. Lembremos que “[...] o pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos derivados de domínio semióticos diferentes exprime-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 138), ou seja, um sistema marcado por contradições e tensões, por disputas identitárias.

A predominância do uso do gênero masculino poderia ser explicada, também, como uma tentativa da associação de se inserir ao conjunto dos trabalhadores organizados? Obstaculizar a referência ao feminino no contexto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 expressaria o reconhecimento do sujeito de referência na democratização do país, o movimento de homens operários organizados por um partido político? Pela análise da Tabela 2, a resposta é negativa. A recusa a identificar-se como “trabalhador” seria, em primeiro

lugar, uma postura de enfrentamento à UTE-MG, um demarcador de posições, em segundo lugar poderia ser uma tentativa de reforçar a especificidade da profissão docente, para que ela não se dilua em um formato identitário que aglutina a todos que trabalham dentro da escola, independente de suas funções, sob a nomenclatura de “trabalhadores do ensino”.

Há, ainda, a recusa em se identificar como “servidor público”, mesmo que essa recusa também se inscreva no campo das contradições, como demonstrado acima, silenciaria a ideia de um “Estado-patrão”, pois a concepção corporativista de organização dos trabalhadores capitaneada pela associação, como já demonstrado anteriormente, assume o Estado como o árbitro da sociedade, tendo a função de mediar e anular os conflitos, jamais como uma entidade que teria como função explorar a força de trabalho.

Por fim, há uma negação, algo interdito, mais paradoxal no discurso da APPMG, a negativa de encarar o exercício da docência como uma profissão e, portanto, o reforço da ideia da vocação, do sacerdócio. O trecho abaixo, extraído de um documento intitulado “Contribuições ao Encontro Nacional de Professores”, publicado em 1980, é uma crítica ao projeto de lei nº 311-A do deputado federal Alcyр Pimenta, de março de 1979, que institui a “Ordem dos Professores do Brasil”, vinculada ao Ministério da Educação. A tese defendida pela associação rebate a ideia proposta pelo deputado, do professor como um profissional:

Somente esta última frase [“o objetivo da Ordem, segundo o deputado, é elevar o nível profissional dos professores, alçando a profissão do magistério ao nível de outras profissões liberais”] derruba inteiramente a ideia do deputado. Nostalgicamente, acredita que o professor é um profissional liberal, esquecendo que a realidade é bem outra: a grande massa do professorado é assalariada e mal paga, e portanto, nenhum de nós trabalha por conta própria e nem pode desta forma ser guinchado à nobre condição e “status” social que o deputado quer nos presentear, equiparando-nos pela Ordem a médicos, advogados, dentistas. (Arquivo APPMG. Contribuições ao Encontro Nacional de Professores: sobre a Ordem dos Professores do Brasil, 1980).

Devemos ressaltar que a APPMG desconsidera que “médicos, advogados, dentistas” muitas vezes também compõem um quadro de “assalariados e mal pagos”, inclusive tendo o mesmo “patrão” que os docentes, o Estado. Mas mesmo diante desse fato, de acordo com a visão da associação, ainda são profissionais, já os(as) professores(as) não.

Feita a análise dos termos utilizados pela APPMG em seus periódicos, passaremos a considerar a segunda categoria da análise linguística, que diz respeito à utilização de metáforas, que, segundo Fairclough (2001, p. 241), “[...] estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença.” Portanto, as metáforas

não são apenas recursos estilísticos superficiais do discurso, trazem consigo representações construídas sobre os docentes e o que resulta da construção metafórica seria “[...] uma ordem simbólica tanto mais inculcada quanto a metáfora tem capacidade de se tornar prenhe, invadindo e colonizando os pensamentos, sentimentos e ações dos atores sociais.” (SARMENTO, 2000, p. 221).

Da análise dos números selecionados do *Jornal do Professor*, podemos perceber a presença do que Sarmento (2000) chama de “metáfora militante”, que apresenta o professor como combatente de uma causa historicamente situada, no caso, a construção do progresso e do engrandecimento da pátria.

Essa fuga de responsabilidade [do governo estadual] dizendo que não se pode remunerar bem o professorado porque ele é numeroso e vai pesar muito nas finanças do Estado, não mais procede, pois grande também são as indústrias, as rodovias, as obras suntuosas. Será que os Governos não poderão nunca estabelecer um equilíbrio entre o que dispende com as grandes obras – que deveriam ser produtoras de dinheiro – e a **grande obra da educação**? (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 2, grifo nosso).

[...] se o ensino ainda permanece de pé, por mais precário que esteja, é devido única e exclusivamente à nossa responsabilidade como mestres, à nossa firmeza em exercer uma **atividade que sabemos vital para a emancipação política e cultural de nossa pátria**. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 2, grifo nosso).

Em cada conquista de nossa classe, em cada encruzilhada de nosso caminho, em cada louro colhido, haveremos sempre de acalantar no coração uma frase de carinho, um gesto de agradecimento por tudo quanto fez e faz pelo fortalecimento do professorado, enquanto **trabalhadores que somos pelo engrandecimento de nossa pátria e de nossa gente**. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 2, grifo nosso).

Qual seria a implicação política e ideológica da utilização dessa metáfora e, principalmente, qual a contribuição dessa metáfora para a construção identitária dos docentes? A “metáfora militante” pode fazer referência a uma postura ligada à ideia do exercício da docência como uma missão, uma vocação. Estabelece-se, a partir dessa metáfora, uma relação entre o desenvolvimento da nação e o sistema de educação, consequentemente, destaca-se a importância da função do professor e a necessidade do reconhecimento público dessa função. Segundo Castro (1990, p. 86), essas ideias sugerem “[...] uma posição especial do professor na sociedade, bem como as qualidades de quem a ele se dedica, daí a ideia de vocação, que seria um conjunto de qualidades intrínsecas necessárias ao desempenho do magistério.”

Vocação é aqui entendida não mais como uma missão sacerdotal, mas uma “vocação secularizada”, politizada, como afirma Arroyo (2001), que reivindica condições materiais objetivas para a realização dessa missão. Mas, contudo, ainda uma missão, um desapego pessoal em prol de algo que transcende o cotidiano, a saber, a grandeza da pátria e de seu povo. A representação que faz a APPMG dos docentes os coloca como agentes da transformação social, como o “[...] centro donde irradia toda a esperança de redenção social.” (SARMENTO, 2000, p. 215).

A terceira categoria da análise textual é a gramática, que trata das palavras combinadas em orações e frases. Aqui será analisada a categoria “modalidade”, que busca compreender a relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou do distanciamento entre eles. É a dimensão da gramática da oração que corresponde, conforme Fairclough (2001), à função “interpessoal” da linguagem.

Foram analisadas na documentação selecionada da APPMG, que tipos de modalidade são mais frequentes, que características de modalidades são mais usadas, como por exemplo, o uso de verbos auxiliares (dever, no sentido de uma obrigação moral; poder, no sentido de permissão, possibilidade) e de advérbios modais (provavelmente, possivelmente, obviamente, definitivamente); buscamos identificar as marcas explícitas de modalidade inscritas no discurso, pois essas marcas indicam a atitude do produtor do texto frente ao leitor, frente a si mesmo e frente ao próprio enunciado (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

É necessário, porém, analisar este aspecto e, em seguida, comparar as estruturas textuais escolhidas pelas duas entidades docentes analisadas na pesquisa, a APPMG e a UTE-MG, pois, dessa forma, podemos verificar, através desses indícios, as razões políticas dessas entidades para fazerem determinadas escolhas na construção de seus textos, podendo dar pistas de como constroem determinadas representações em torno das identidades docentes.

Os textos dos periódicos se referem à própria APPMG, na maioria das vezes, na terceira pessoa, mesmo assim é possível perceber um grau de afinidade e comprometimento que o autor do texto estabelece com as proposições do texto e com os seus leitores, através das prescrições e orientações. O informativo, em boa parte de seus textos, trata os docentes como agentes passivos, sendo conduzidos pela ação da APPMG, estabelecendo assim, uma relação entre alguém – no caso a APPMG – que informa suas ações e alguém que recebe essas informações. Fica claro, portanto, um lugar enunciativo para o(a) leitor(a), que é construído linguisticamente na forma discursiva estabelecida pelo informativo da associação, o que evidencia uma representação, “[...] não a simples tradução linguística direta da identidade dos

destinatários efetivos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 297-298), como explicitado nos exemplos abaixo:

A maior prova disso [o equilíbrio e sobriedade da associação] foi a campanha desenvolvida pela APPMG na luta pela aposentadoria aos 25 anos, mobilizando e organizando professores da Capital e do Interior, pressionando lideranças políticas e conquistando o apoio de vários setores da sociedade para esta justa reivindicação da classe. [...] Uma grande luta teve a associação contra o 1º Estatuto do Magistério. [...] A Associação sempre procurou resolver os casos de injunções políticas envolvendo o professor. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 1-2).

Através da análise dessa documentação pudemos verificar que os produtores do texto estão identificados como os próprios membros da diretoria da APPMG, presente tanto nos editoriais quanto em outras seções, mesmo aquelas de caráter mais informativo, este aspecto pode ser percebido tanto na análise da modalização, na qual são feitas prescrições aos(as) professores(as), quanto no *ethos* discursivo, categoria que será analisada a seguir.

De acordo com Maingueneau (1997), o enunciador – em análise, a APPMG –, procurando legitimar seu dizer em seu discurso, se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. Mas não se manifesta apenas em relação a um papel e um estatuto, mas se deixa apreender por uma *voz* e um corpo. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 220). Mesmo trabalhando-se com um *corpus* documental escrito – o *Jornal do Professor* – este é marcado por uma “voz específica”. O tom que é impresso no texto é associado a um caráter – estereótipos que circulam em uma cultura determinada, traços que o(a) leitor(a) atribui espontaneamente à figura do enunciador –, e a uma corporalidade – representação do corpo do enunciador da formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997).

O objetivo ao se analisar o *ethos* discursivo presente nos periódicos da APPMG, é o de reunir as características que possibilitem perceber uma identidade específica que a associação atribui a si mesma, imagem que, por sua vez, é construída a partir de uma representação que essa entidade faz de seus alocutários – destinatários de um texto ao qual o enunciador atribui um lugar, ou seja, uma determinada identidade. Para buscar reconstruir o *ethos* discursivo, segundo Fairclough (2001), deve-se buscar identificar que tipos de discurso são empregados para constituir a identidade social dos participantes das interações discursivas – relação entre enunciador e alocutário.

No *Jornal do Professor* é possível notar a presença de um hibridismo em relação aos tipos de discurso; verificamos a presença de um “discurso associacionista”, mesclado a um

“discurso sindical”. O “discurso associacionista” estaria ligado a uma concepção de caráter corporativo de organização dos trabalhadores, baseado na conciliação dos interesses da classe profissional, com uma atuação de caráter assistencial, tendo a própria associação a função de conciliar conflitos, de esvaziar a formação política de seus associados. Já o “discurso sindical” é marcado pela presença do conflito de interesses, sendo o sindicato o “gestor de conflitos” inerente às relações entre patrões e empregados. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997, p. 287) assim apresentam a diferenciação entre esses dois modelos de organização: “O modelo corporativo defende a colaboração entre as classes no âmbito das categorias. Sua interpretação da dialética social é otimista, ao passo que as premissas em que se baseia o modelo sindical são conflitantes e pessimistas.”

Os aspectos associacionistas podem ser evidenciados nos seguintes trechos:

A posição de equilíbrio e sobriedade de nossa entidade é que nos dá a certeza de que, ao sairmos de um período de excepcionalidade institucional para a reestruturação da ordem constitucional, seremos capazes de suportar provações e desafios. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 1).

Quando da fundação da APPMG, a classe não tinha nenhuma assistência. Ela veio, então, preencher também esta lacuna, auxiliando o professor tanto na defesa de seus interesses, quanto na assistência em si. (*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 2).

Também foi ampliado pela APPMG o atendimento de sócios pelos médicos e dentistas. Agora dispomos de 3 ginecologistas, 1 pediatra, 1 clínico geral e 3 dentistas. (*Jornal do Professor*, n. 2, mar. 1980, p. 4).

Já no *Jornal do Professor* número 5 (agosto de 1981), no qual é celebrada a posse da nova diretoria da APPMG através de uma entrevista com os membros eleitos, fica patente uma reorientação na ordem do discurso, que passa a incorporar um caráter sindical, orientado para a luta em defesa dos interesses dos(as) professores(as). Devemos destacar, contudo, que o enfrentamento direto, aberto com o Estado, ainda não fica evidente, demonstrando uma postura de transição:

[...] um dos pontos básicos de sua gestão [da nova diretoria eleita] que se inicia “a luta pelo direito à sindicalização do servidor público, entre eles os professores, porque um sindicato romperia os limites que a Lei impõe às associações de servidores públicos”. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 3).

O relacionamento com o governo se dará da melhor forma possível. A APPMG sempre se manteve aberta ao diálogo com todos os governantes,

desde a sua fundação em 1931. Mesmo porque os governos passam, e a APPMG persiste hoje e sempre. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 3).

Todos os trabalhadores de empresas particulares podem se organizar em sindicatos, enquanto que aos servidores públicos só é permitido fazer associações de classe, e estas são por lei limitadas no exercício de defesa classista. O processo de associativismo vem prejudicando o professorado público e o funcionalismo em geral, uma vez que não existe um canal legal de negociações salariais entre empregados e empregador nesta área – governo e servidor público. (*Jornal do Professor*, n. 5, ago. 1981, p. 4).

O que se pretende mostrar é que esse hibridismo discursivo – que oscila entre um discurso associacionista e um discurso sindical – essa transformação no *ethos* da entidade, revela a imagem de si que a associação quer passar aos docentes, imagem essa que é formada a partir de um(a) “leitor(a) ideal”, visto que “[...] a comunicação não é um processo que vai, linearmente, de um ponto de partida a um de chegada, mas um processo em que a instância de ‘recepção’, tal como imaginada, já está presente na própria fonte da enunciação.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 298), nesse sentido, as características presentes no texto permitem reconstruir a representação que a APPMG teve que fazer de seus(suas) leitores(as), os(as) professores(as), suas mutações identitárias. Ou seja, a imagem de um docente assolado pelas precárias condições de trabalho e baixos salários, que necessita de uma organização que consiga mobilizar a categoria no sentido de lutar pelos seus direitos, que assuma uma postura política de enfrentamento ao Estado-patrão, e que necessita de uma entidade que vá além do caráter assistencial⁶¹.

Uma outra dimensão do *ethos* discursivo que pode ser percebido no *Jornal do Professor*, que “procura legitimar seu dizer” é a presença de entrevistas ou matérias relacionadas a “personalidades” do mundo da educação, como a entrevista com o professor Darcy Ribeiro (FIGURA 10), ou o relato da fala de Paulo Freire na XXVIII Assembleia da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE), ambas publicadas no número 3 (setembro de 1980). A presença dessas marcas intertextuais utilizadas

⁶¹ A APPMG vai se transformar em sindicato, por um curto período de tempo, em 1988 (conforme “termo de transformação da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais em sindicato” registrado no Cartório Jero Oliva – Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 12 de junho de 1989), passando a se denominar Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Estado de Minas Gerais (SINPEP/MG). Sob essa nova denominação, chegou a publicar um informativo, o *Boletim SINPEP/MG*. Mas quando do processo de unificação das entidades representativas do magistério de Minas Gerais, ocorrido em 1990, a entidade – ou parte dela, visto que alguns membros da diretoria, dentre eles o presidente, renunciaram após essa decisão – se recusou a transferir seu patrimônio para o nascente SIND-UTE –, criando como arcabouço jurídico, uma Fundação Cultural APPMG para a qual foi transferido “o patrimônio histórico-cultural e de lutas da APPMG” (Arquivo APPMG. Documentos, 1990). Não chegou a ser registrado um novo estatuto em nome do SINPEP/MG, permanecendo, portanto, o estatuto da APPMG, e chegando ao fim a curta existência desse sindicato.

pela APPMG é um recurso utilizado como forma de legitimação de uma autoridade, de reforçar possíveis ideias no campo pedagógico que são postuladas pela própria associação.



Figura 10 – Foto de Darcy Ribeiro
 Fonte: *Jornal do Professor* (n. 3, set. 1980, p. 1).

A mudança discursiva verificada no *Jornal do Professor* envolve formas de transgressão, como afirma Fairclough (2001), um cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações. Em relação à dimensão textual do discurso, a mudança deixa traços nos textos na forma de coocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes. Nos documentos em questão, ocorre uma mescla de discursos, ora orientados para a luta aberta contra o governo, ora orientados para a anulação de conflitos.

À medida que uma tendência de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que pode ser percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios, perde o efeito de “colcha de retalhos”, passando a ser considerado “inteiro”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128).

Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso, no caso do discurso da APPMG, novas configurações identitárias, como demonstrado acima.

Duas outras categorias da gramática analisadas nos documentos foram a transitividade e o tema. O objetivo ao se analisar essas duas categorias é verificar os tipos de processos que são codificados em orações e participantes que estão favorecidos no texto. Para a análise da transitividade é preciso verificar a escolha de vozes, ativa ou passiva. O uso da voz passiva permite a omissão do agente ou permite ofuscar a agência, a causalidade e a responsabilidade. O que deve se buscar são as funções que as orações passivas parecem desempenhar e o porquê da escolha de orações ativas.

Em relação ao tema, o que se pretende analisar são modos pelos quais os elementos da oração são posicionados de acordo com a sua proeminência informacional, é a parte inicial da oração.

Nos exemplos abaixo fica clara a utilização de uma frase utilizando a voz ativa quando se refere à própria APPMG e o uso da voz passiva ao se referir à “classe”.

A APPMG mostrou a força de uma classe.
A classe está despertada para a situação nacional.
(*Jornal do Professor*, n. 3, set. 1980, p. 1).

A análise das vozes do verbo permite perceber como se apresenta a ação expressa pelo verbo em relação ao sujeito, essa relação pode ser de atividade ou de passividade. O que se percebe é que a escolha da voz passiva para se referir à ação dos docentes é um indício da posição que estes devem ocupar em relação à sua postura política, um papel secundário, um papel de paciente e não de agente. Fica evidente na utilização da voz passiva que quem deve exercer a ação é a APPMG, elemento central no papel de despertar a consciência dos(as) professores(as).

Cabe destacar que os termos “professor”, “professora”, “classe”, “professorado”, ou outros que se refiram ao conjunto dos(as) professores(as), raramente ocorrem na posição inicial da oração, posição esta informacionalmente importante, como tema. “Sempre vale a pena observar o que é posto inicialmente nas orações e nos períodos, porque isso pode jogar luz sobre pressupostos e estratégias que não são tornados explícitos.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 228). Neste caso, o que fica implícito é a posição de sujeição dos docentes em relação à entidade.

Através da microanálise das práticas discursivas, das propriedades detalhadas dos textos produzidos pela APPMG em seus periódicos é possível perceber através dos indícios, das marcas textuais, as maneiras como representações acerca das identidades docentes são discursivamente construídas e constantemente reelaboradas. Essa construção discursiva

estabelece uma relação dialética com as instâncias da prática social, pois ao mesmo tempo em que são por ela constituídos, as constituem. Como nos aponta Fairclough (2001, p. 91), “[...] o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”

O que pode ser percebido na análise feita dos textos produzidos pela APPMG é que as condições efetivas de trabalho vivenciadas pelos docentes no início dos anos 1980 – período marcado por uma profunda crise financeira do Estado, por uma conjuntura internacional marcada pela recessão, de 1982, agravando ainda mais a situação econômica interna, que “[...] sem capacidade de exportar, incapaz de oferecer produtos competitivos e com fontes de financiamentos cortadas” (SILVA, 2003, p. 254), acaba entrando em colapso, agravando ainda mais a situação de arrocho salarial dos(as) trabalhadores(as) – o que leva a associação a alterar suas ações reivindicatórias, sua prática política e consequentemente, sua relação com os docentes.

Essas transformações podem ser percebidas no discurso produzido pela APPMG, na imagem que ela constrói desses docentes, alterando suas representações identitárias. A ideia de uma associação que centraliza e toma em suas mãos toda a iniciativa de ação reivindicatória dos(as) professores(as), vai cedendo lugar a um discurso que convoca os docentes a uma participação mais efetiva, a novas formas de organização e estruturação da própria associação, como por exemplo, na criação dos conselhos de representantes:

Para discutir os principais problemas do Magistério mineiro a Associação de Professores Públicos de Minas Gerais realizou nos dias 28, 29 e 30 de julho a sua primeira Assembleia de Representantes de Escolas. Esta, é uma nova instância que se faz presente no estatuto, no funcionamento e na organização da APPMG. E é de grande importância pois significa a democratização da entidade onde, os representantes das escolas irão assumir, juntamente com nossa diretoria, todas as decisões que dizem respeito ao Magistério. (*Jornal do Professor*, n. 7, ago. 1982, p. 1).

A imagem de um(a) professor(a) passivo(a) vai se transformando e dando lugar a uma representação de um sujeito ativo que deve tomar em suas mãos a luta por melhores condições de trabalho e de vida, que deve influir nos rumos tomados pela educação e participar como agente de transformação da sociedade. Resta saber se essa mudança discursiva estabelece um paralelo com a construção discursiva elaborada pela UTE-MG, se a toma como interlocutora e destinatária, além dos docentes é claro, dos seus textos, se o que se busca é retomar um espaço perdido a partir do surgimento dessa nova entidade. Após a análise da documentação da UTE-MG, capítulo 6, poderemos estabelecer um contraste entre as duas entidades e

perceber como constroem seus textos buscando criar uma hegemonia discursiva e arregimentar mais sócios, associados e filiados.

5.4 O evento discursivo como prática social: ideologia e hegemonia nos periódicos da APPMG

Seguindo o modelo proposto por Fairclough (2001), será analisado o evento discursivo como prática social, abordando-se as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos do discurso. Reafirmando, de acordo com Maingueneau (2008a, p. 177) que “[...] o discurso sempre se confunde com sua emergência histórica, com o espaço discursivo no interior do qual se constituiu, com as instituições através das quais se desenvolveu.” (p. 177).

Em relação à análise do evento discursivo como prática social, serão analisados a seguir os efeitos políticos e ideológicos do discurso. Deve-se ressaltar, no entanto, que a análise do discurso enquanto prática social foi desenvolvida, também, ao se analisar o contexto da situação, o contexto institucional e o contexto societal mais amplo, nos quais se desenvolveu o processo de ruptura institucional vivido pela APPMG em fins dos anos 1970.

Dado o caráter interdiscursivo da análise até aqui traçada, observando o “esquema de correspondência” entre a prática discursiva e o ambiente sócio histórico, convém olhar não apenas para o discurso da APPMG, mas para a “dupla” que ele forma com o discurso da UTE-MG, para, dessa forma, buscar uma semântica global da prática discursiva, buscar analisar se há convergências ou não entre os projetos da APPMG e da UTE-MG. No entanto, para fins de análise, os “esquemas de correspondência” serão estudados em separado, para mais adiante efetuarmos as devidas comparações.

O que se analisou na documentação selecionada foi a construção de uma postura ideológica pela APPMG, materializada em seus textos. Fairclough (2001) aponta a necessidade de se investigar, do ponto de vista da ideologia, a constituição do sujeito, ou seja, de que forma o discurso produzido pela associação busca formatar uma determinada identidade, que por sua vez fornece a base para a ação, para a atuação dos docentes na

sociedade. Nesse sentido, torna-se fundamental buscar as representações ideológicas que estão implícitas nos textos da APPMG e imbricadas nas suas formas de usar a linguagem.

Procurou-se identificar na documentação os efeitos políticos e ideológicos nos sistemas de conhecimentos e crenças. Deve-se considerar, a partir das análises já realizadas em relação ao evento discursivo como texto e como prática discursiva, que os elementos focalizados podem ser, e geralmente o são, investidos ideologicamente. Os sentidos das palavras, como analisado, são modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações, como, por exemplo, o uso do termo “classe” pela APPMG para designar o conjunto dos(as) professores(as), fortemente marcado por uma concepção corporativista das relações de trabalho, aspecto essencialmente ideológico, que busca dar uma significação da realidade. Podemos estabelecer aqui uma relação isomórfica do discurso da APPMG a um imaginário político ligado a uma tradição sociopolítica, esta relacionada ao chamado “trabalhismo populista” – tradição marcada pela tutela e pela cooptação dos trabalhadores pelo Estado, sob o lema da “paz social” e do princípio da “colaboração entre as classes”.

Outra dimensão analisada, fortemente investida ideologicamente, são as metáforas – na documentação analisada, a “metáfora militante” –, que são a materialização de tentativas de naturalização das práticas sociais, dos sistemas de conhecimento e crenças.

Além do conteúdo e do sentido, os aspectos formais de construção do texto também estão revestidos de ideologias, como os aspectos relacionados à modalidade e ao tema, analisados anteriormente.

O *ethos* discursivo, já analisado, tem também um efeito ideológico em relação aos sistemas de conhecimento e crença, pois, como afirma Fairclough (2001, p. 209):

[...] as formas pelas quais as sociedades [podemos pensar também em associações, como a APPMG] categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas.

Deve-se deixar claro que, ao analisar a dimensão ideológica dos discursos, não se pode perder de vista que a construção de sentido ocorre no(a) leitor(a), que a partir de sua biografia, suas crenças e pertencimentos sociais, elabora significações próprias, não sendo completamente assujeitado pelo discurso, mas ao contrário, tendo a capacidade de agir criativamente ao elaborar suas conexões entre suas práticas e as ideologias a que são

expostos; nesse sentido é que Fairclough (2001), coerentemente com sua proposta dialética de construção do discurso, aponta para a necessidade de um equilíbrio quanto se trata da relação entre sujeito e ideologia.

Por fim, Fairclough (2001) propõe a análise da relação entre discurso e hegemonia, que tem como pressuposto a noção de que a luta hegemônica materializa-se no uso da linguagem, por meio das práticas discursivas, analisadas anteriormente. Pode-se discutir, a partir desse pressuposto, que a disputa entre as duas entidades representativas dos docentes – APPMG e UTE-MG – é uma busca de construção de um processo de hegemonização de uma determinada identidade, é, também, portanto, uma luta por espaços de poder. A análise das disputas hegemônicas joga luz aos princípios de identificação e diferenciação internas relativas aos(as) professores(as), aos princípios de homogeneidade e heterogeneidade nas formulações de suas representações identitárias.

5.5 Hibridismo discursivo

O que se procurou identificar nos periódicos selecionados da APPMG, a partir das categorias estabelecidas, tendo como parâmetro a análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001) e as proposições de Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), foi como essa entidade (re)elabora representações identitárias dos docentes através da linguagem. O grande mérito da aplicação desse procedimento linguístico, segundo Prost (1996a), é o de ter a capacidade de “esvaziar o texto”, obrigando o pesquisador a “[...] considerar os documentos em seus detalhes e suas particularidades formais, por intermédio de construções abstratas que exigem reflexão, em vez de se precipitar sem mediação sobre seu sentido.” (PROST, 1996a, p. 311).

Além dos detalhes linguísticos analisados nos periódicos da APPMG, toda essa documentação traz consigo indícios e as marcas do contexto no qual foi produzida. A ruptura institucional ocorrida na associação em 1979, que levou à criação da UTE-MG, e os “traumas” deixados por esse processo podem ser vistos na forma como o discurso vai se transformando, vai apresentando novos elementos que convivem com as velhas formas, constituindo um hibridismo que revela as contradições, as tensões e a dinâmica de ação dessa entidade.

A emergência da formulação de uma nova matriz discursiva a partir do chamado “novo sindicalismo” no final da década de 1970, com as grandes manifestações grevistas no ABC paulista, que buscava romper com práticas sindicais atreladas à tutela estatal, ao trabalhismo populista, trouxe novamente à tona a ideia de um movimento dos trabalhadores articulado em grandes mobilizações de massa, e trouxe como consequência para o movimento docente em Minas Gerais, o surgimento da UTE-MG, causando um impacto, também, sobre a APPMG. Houve, notadamente, uma mudança na orientação política da associação a partir da eleição de uma nova diretoria no ano de 1981.

Nesse ano a APPMG passou a ser dirigida por um grupo ligado, segundo Furtado (1996), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que explicava a presença no discurso da associação de uma mescla de elementos ligados a uma ideia de organização do trabalho relacionado às posturas corporativistas, mas também elementos de caráter sindical. Aliás, a presença desse grupo na diretoria, e de outro ligado ao futuro Partido dos Trabalhadores (PT) na UTE-MG, revelava-se como um prenúncio do embate nacional que mais tarde desembocaria na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – em 1983 –, controlada pelo PT, e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) – em 1986 –, inicialmente controlada por grupos ligados ao PCB⁶².

Essa disputa entre as duas entidades pode ser um fator que permita explicar o porquê da APPMG passar a publicar um periódico logo após o nascimento da UTE-MG e reforça a interrogação a respeito de quem seriam os reais interlocutores do *Jornal do Professor*, se os docentes, ou se a entidade “concorrente”. Um periódico que se propõe a atualizar a categoria acerca dos seus processos reivindicatórios e organizativos, em tese, deveria ter uma periodicidade mais curta; o *Jornal do Professor* tem uma publicação semestral.

Outro contexto que pode esclarecer o lançamento do *Jornal do Professor* pela APPMG, em 1979, nos é explicado por Kucinski (2003), que relata o ocaso da chamada imprensa alternativa no Brasil a partir do final dos anos 70 do século XX e o crescimento da imprensa sindical, multiplicando-se órgãos informativos de sindicatos, de partidos políticos e de movimentos populares. Nesse sentido, não só se interpondo à UTE-MG, mas seguindo uma tendência que se espalhava pelo Brasil, a APPMG também lança seu periódico informativo.

⁶² Para um detalhamento do desenvolvimento e embates do movimento sindical brasileiro nos anos 1980, ver: Santana (2003).

Um aspecto que revela o que foi chamado acima de hibridismo discursivo presente no *Jornal do Professor* manifesta-se, também, na prática discursiva constitutiva dos periódicos da APPMG, podendo-se perceber que a ordem de discurso rearticulada em seus textos apresenta-se de forma contraditória, pois elementos marcadamente autoritários (uso de verbos no imperativo) convivem com elementos textuais que buscam reduzir as assimetrias no discurso, como o uso do pronome “nossa”, para designar a associação, ou através do uso do gênero feminino para designar as professoras.

Essas formas contraditórias reforçam a ideia de que o período de análise em questão – final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – constitui-se como um momento de transição, no qual formulações identitárias já naturalizadas e constituintes do senso comum convivem com novas representações das identidades docentes. Os periódicos da APPMG atestam esse processo de transição, atestam ainda que o discurso tem uma relação ativa com a realidade e a linguagem significa a realidade, no sentido da construção de significados para ela.

Em relação às consequências das análises realizadas para a compreensão das representações identitárias construídas nos periódicos da APPMG, pode se constatar que no discurso da associação se apresentam identidades superpostas, revelando a complexidade dessas formulações, evidenciando como as identidades docentes se mesclam, se tencionam, se apresentam contraditórias, em permanente processo de construção-desconstrução-reconstrução.

Portanto, deve-se reafirmar que em seus discursos a APPMG revela uma pluralidade identitária dos docentes; o professor é também o funcionário público, é também a professora em sua afirmação de gênero, o(a) militante político, o mestre, a mestra, o educador, a educadora, o(a) trabalhador(a), o(a) profissional do ensino, parte do corpo de uma nação, de uma classe, de uma categoria profissional. Todos esses termos, bem mais que simples denominações, são léxicos que dão sentido a uma prática, carregados de significados, representam a complexa dinâmica de construção das identidades docentes.

Mas essa pluralidade de termos podem nos revelar, também, como discutido anteriormente, o interdito, o lugar de onde não se deve enunciar. A tentativa da APPMG de se desvincular da representação identitária que vincula o exercício do magistério à figura da professora mulher, a resistência em se enquadrar como um funcionário público ou a um trabalhador da educação e a paradoxal negação do exercício do magistério como uma profissão, vinculando a representação da docência como um sacerdócio, secularizado, mas ainda um sacerdócio.

Esse processo de construção identitária, marcado por uma constante tensão, seria o que Dubar (2005) nomeia como uma relação entre “identidades herdadas” e “identidades visadas”. A APPMG, herdeira de uma tradição corporativista, de uma entidade voltada para os interesses das professoras primárias – conforme nome sustentado desde sua fundação em 1931 até o ano de 1980, Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais – e de um legado construído historicamente que associa o exercício do magistério a uma vocação, buscaria romper com toda essa herança, buscando afirmar-se como uma entidade que defende os interesses de todos os docentes, em sintonia com as novas formas de representação dos trabalhadores, que inclusive luta pelo direito à sindicalização. No entanto, a análise detalhada dos textos aqui efetuada, demonstra que essa transação entre identidades herdadas e identidades visadas não se opera de maneira mecânica, ela deixa rastros nas produções discursivas através da coocorrência de elementos contraditórios, de tensões e incoerências.

As mudanças constatadas nos discursos da APPMG correspondem a mudanças nas práticas, nas formas de ação da associação e nos processos mais amplos de mudança social e cultural. O pressuposto formulado neste trabalho – de que a maneira como as entidades representativas dos(as) professores(as) do ensino público de Minas Gerais constroem uma determinada imagem docente, uma representação, está relacionada às suas práticas sociais e profissionais e que à medida que as configurações sociais vão diacronicamente se transformando, as maneiras de construir essa representação também vão passando por transformações, forjando novas elaborações identitárias – é corroborado à luz da documentação analisada e das análises tecidas ao longo desse capítulo.

Essas construções identitárias formuladas pela APPMG em seus discursos jogam luz sobre a complexidade que envolve a mudança nas formas de se representar discursivamente determinadas identidades docentes e, como afirma Fairclough (2001), essa representação não é apenas uma questão retórica, implica estabelecer novos valores culturais, novos sistemas de conhecimento e crença, novas formas de ação política para os(as) professores(as).

6 O DISCURSO DA UTE-MG

Ao se analisar o discurso da UTE-MG, através de seus periódicos, procuramos também responder às questões relativas à documentação da APPMG (capítulo 5), possibilitando, dessa forma, estabelecer alguns contrastes entre as duas entidades. Nesse sentido, apresentaremos como se estruturam textualmente os periódicos produzidos pela UTE-MG; a maneira como eles se apresentam graficamente; a quem se dirigem; a natureza dos processos de produção e distribuição; as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo; e, principalmente, a maneira como esses periódicos buscam conformar determinadas identidades docentes.

Foram analisados sete periódicos produzidos pela UTE-MG no período de 1979-1982. O critério de seleção desses periódicos partiu do princípio de se agrupar uma documentação que apresentasse a possibilidade de se analisar a maneira como essa entidade estabelece situações de comunicação com seu público-alvo e que através de seu discurso (re)constrói processos de formulação identitária dos docentes. Esse é o momento em que a UTE-MG busca se afirmar enquanto entidade representativa dos docentes, portanto essa amostra abarca um período de embate com sua entidade rival, a APPMG; e uma das formas nas quais esse embate se consubstanciou foi através das estratégias de comunicação estabelecidas com os(as) professores(as) através dos periódicos publicados por essas duas entidades. É, também, o momento da emergência do termo “trabalhadores do ensino”; e essa amostra nos permitiu perceber como, e em que situação, a UTE-MG utiliza essa nomenclatura em seus textos.

Os arquivos nos quais foi realizada a pesquisa documental, na sede central do Sind-UTE, em Belo Horizonte, encontram-se acondicionados em pastas, caixas e envelopes guardados em uma sala específica para essa finalidade. Deve-se registrar a grande dificuldade de consulta desse material à época da coleta de dados, pois esse arquivo passava, então, por um processo de inventariação, conduzido por uma empresa terceirizada, especializada na organização de arquivos. Em decorrência disso, as pastas encontravam-se fora de ordem, muitas vezes com documentação muito variada dentro delas, inclusive sem uma organização cronológica ou temática. Outra dificuldade foi em relação aos próprios periódicos, pois não foi encontrada uma sequência regular; foram então coletados e analisados três conjuntos de

publicações⁶³; dois números do jornal intitulado *Módulo III*, quatro números do *Boletim da UTE-MG* e um número do *Jornal da UTE – Juiz de Fora*.

Para se analisar a estrutura textual e discursiva dos periódicos produzidos pela UTE-MG será feita uma apresentação geral desse material, considerando suas características formais, logo em seguida procederemos à análise a partir do conjunto de categorias estabelecidas – também com base na análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001) –, bem como a partir das proposições de Maingueneau (1997, 2008a, 2008b). As categorias estipuladas para a análise dos periódicos da UTE-MG, mesmo procurando criar um paralelo com a documentação da APPMG, sofrem variações e adequações, pois foram estruturadas a partir da leitura desses documentos e não estabelecidas *a priori*.

6.1 Os periódicos da UTE-MG: apresentação geral e formas de distribuição

O primeiro conjunto de periódicos é composto de dois números do jornal *Módulo III*, ambos do ano de 1979; o primeiro foi publicado no mês de agosto, portanto um mês após a realização do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, no qual foi oficialmente criada a UTE-MG; o segundo é uma edição extra, publicada no mês de novembro, sendo essa publicação uma “preparação” para o II Congresso, que realizou-se nos dias 1 e 2 de dezembro. O jornal em formato tabloide, com oito páginas no número 1 e 4 páginas na “edição extra”; impresso em preto e branco, não possui uma identidade gráfica marcante, nem colunas fixas. Porém, informa no seu número inicial a proposta de ter uma periodicidade mensal e a ousada tiragem de 20 mil exemplares (ver ANEXO C). Ousada porque, como consta na “edição extra” do jornal, a UTE-MG, passados 4 meses de sua fundação, contava com cerca de 5000 sócios.

⁶³ Na consulta aos arquivos do Sind-UTE foram localizadas outras sequências de periódicos, mas que cobrem períodos diversos do recorte temporal proposto nesta pesquisa. A partir de 1985, a UTE passa a publicar o jornal “UTE informa”, com uma periodicidade oscilando entre mensal e bimestral. Este periódico circulou até o ano de 1990. No período 1991/1992 é publicado o *Jornal do Sindicato Único*, refletindo o clima do Congresso de Unificação ocorrido em 1990. Em 1993, já Sind-UTE, a entidade passa a publicar o jornal *Para Casa*. Em 1994 este informativo é substituído pelo *Jornal Informação*, que circula durante um curto período. Ainda em 1994 surge o jornal *Outras Palavras*, que ainda nos dias de hoje é o periódico oficial do Sind-UTE (Arquivo Sind-UTE. Pasta 163: Jornais Sindicatos; Pasta “Boletins, informativos, jornais, cartazes”).

Nascida de uma greve e da necessidade de organização de nossos profissionais do magistério, a UTE consegue existir hoje em 35 municípios do estado, conta com aproximadamente 5000 sócios. (*Jornal Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1).

Quais seriam os objetivos da UTE-MG com essa tiragem? Muito provavelmente atingir a um número maior de leitores(as) para seu jornal, não somente os associados. Nesse sentido, divulgava suas propostas e buscava se inserir na categoria, utilizando um canal de comunicação direto com os docentes, visto que a inserção nas mídias tradicionais lhe era proibitivo pelos altos custos, principalmente para uma associação que estava se estruturando.

O nome do periódico é justificado no texto de abertura na primeira página, além de serem exaltadas as potencialidades organizativas do novo jornal.

Por que *Módulo III*? Chama-se módulo I ao tempo dispendido^(sic) nas salas de aula, módulo II ao tempo de permanência obrigatória na escola. Pretendemos criar com o *Módulo III* um novo momento para os profissionais do magistério, para todos os educadores. (*Jornal Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1).

O segundo conjunto de periódicos analisados é composto por 4 boletins informativos, denominado “Boletim da UTE-MG”. Esse boletim não tem um formato fixo, sendo o primeiro composto por quatro páginas, tamanho meio ofício, o segundo com quatro páginas em tamanho ofício, o terceiro com apenas uma página tamanho ofício e o quarto com quatro páginas, impressas em vermelho, tamanho ofício. Não são informadas as tiragens de cada número. De acordo com o editorial do primeiro número do boletim (ANEXO D), ele se propõe a ser quinzenal, mas essa periodicidade não é seguida e, de acordo ainda com esse editorial, estampado na primeira página, ele traz a proposta de ser mais um canal de comunicação com a categoria, conforme trecho abaixo:

Eis nosso primeiro boletim informativo mensal. Ele vem somar-se ao MÓDULO III – nosso jornal mensal – na tarefa de colocar à disposição de nossos colegas de todo o estado, variados instrumentos de debate e informações. O MÓDULO III tem a pretensão de discutir e aprofundar os assuntos que enfoca. [...] Este Boletim informativo é mais modesto: quer apenas informar, de maneira clara e ágil sobre todos os assuntos, por mais miúdos que pareçam, de interesse do professor e demais profissionais do magistério. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1).

Outro documento analisado é o *Jornal da UTE – Juiz de Fora*, com apenas uma edição, publicado em outubro de 1979, ele se propõe a ser um “boletim informativo da União dos Trabalhadores do Ensino”, conforme estampado em sua primeira página (ver ANEXO E). O jornal tem quatro páginas em preto e branco. Não é descrita a tiragem do jornal, nem há menção sobre sua periodicidade. Não foram encontrados nos arquivos da sede central do Sind-UTE, em Belo Horizonte, outros números dessa publicação.

As formas de distribuição dos periódicos são reveladas por dois documentos que acompanharam a “edição extra” do *Módulo III*, de outubro de 1979. O primeiro documento é endereçado ao “diretor, professores, especialistas e demais funcionários” da capital do Estado. O documento revela que:

A partir desta data [novembro de 1979], pretendemos enviar-lhes regularmente, não só o “MÓDULO III”, como também todas as outras publicações da UTE-MG: Boletins Quinzenais, Informativos jurídicos, Documentos encaminhados ao governo, etc. (Arquivo Sind-UTE. Pasta “Greve Magistério 1980-1982-1984”).

O segundo documento é encaminhado aos “colegas” do interior, no qual é solicitado que a pessoa responsável pelo recebimento do jornal distribua-o pessoalmente nas escolas da cidade, solicitando ainda que seja afixado nos quadros de aviso das escolas. Curiosamente, dada a escassez de recursos da nascente instituição, é pedida uma contribuição em dinheiro para quem adquirir o jornal no interior do estado, conforme nos revela o trecho abaixo:

Acreditamos que exemplares possam ser distribuídos em sua cidade, para que o magistério local tenha acesso a todas as informações nele contidos. Pensamos que o próprio colega poderia, pela dedicação demonstrada à nossa causa, encarregar-se de fazê-lo. Para que o jornal possa manter-se e continuar cumprindo o seu papel, torna-se necessária uma pequena contribuição de cada colega (ou de cada escola) que recebê-lo. Estipulamos a quantia mínima de Cr\$ 3,00 [três cruzeiros] por exemplar. Qualquer contribuição acima desse valor, ficaria aí mesmo, na região, para qualquer eventualidade. (Arquivo Sind-UTE. Pasta “Greve Magistério 1980-1982-1984”).

Essa forma de distribuição dos periódicos produzidos pela UTE-MG tem sua correspondência no movimento mais amplo de trabalhadores no final da década de 1970 e início dos anos 1980, que seria uma mobilização a partir da ampliação do apelo à participação

das bases (FURTADO, 1996, p. 30). Parte da construção dessa lógica de ação⁶⁴ pode ser conferida no trecho a seguir:

Estamos procurando seguir o lema: “Caminhar Juntos”, pois uma entidade não se faz apenas com a sua Diretoria ou com um punhado de abnegados. Daí o jornal, para democratizar as informações de que dispomos. Bem informados e conscientes, estaremos no caminho certo. (Arquivo Sind-UTE. Pasta “Greve Magistério 1980-1982-1984”).

A forma de distribuição do *Boletim da UTE-MG* é explicitada no editorial do primeiro número desse periódico:

Deverá ser distribuído na capital e interior, através da Sede Estadual e das Sedes Municipais da UTE. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1).

Em relação ao periódico *Jornal da UTE – Juiz de Fora* o único indício acerca de sua distribuição consta no expediente da publicação, onde se lê “circulação dirigida”⁶⁵. Pode-se inferir, a partir disso, que o jornal foi distribuído exclusivamente nas escolas da região, e, claro, enviado para a sede central em Belo Horizonte. Furtado (1996), que faz um histórico da criação da UTE-MG, chega a mencionar o *Jornal Módulo III*, mas não utiliza para sua reconstrução da história da entidade o *Jornal da UTE – Juiz de Fora*, nem menciona as formas de distribuição desses periódicos, tampouco as possíveis motivações políticas que levaram a UTE-MG a utilizar essa forma de comunicação.

Para uma apresentação mais apurada da documentação recolhida dos arquivos do Sind-UTE ao leitor deste estudo, efetuou-se a descrição das informações referentes aos aspectos gráficos, a organização das seções/colunas e a descrição dos conteúdos e matérias publicadas em cada um deles. Os títulos à frente dos números dos periódicos foram dados por nós, com o objetivo de destacar a temática central de cada um deles. Pretendemos, desse modo, apresentar essa documentação para que o(a) leitor(a) desta dissertação possa ter uma ideia geral do *corpus* documental analisado nesta pesquisa, bem como instrumentalizar a análise, no sentido de se reconhecer o contexto no qual estão inseridos os trechos utilizados, as matérias mencionadas, as charges e fotos. Temos, ainda, o objetivo de demonstrar a quem,

⁶⁴ De acordo com Van Zanten (2006, p. 196) haveria uma distinção entre lógica de ação e estratégia. A lógica de ação refere-se à orientação global das atividades de uma instituição (a autora utiliza o conceito para analisar as ações das escolas), supõe uma racionalidade que pode ser reconstituída *a posteriori* a partir da análise do discurso dessas instituições (como propõe a metodologia exposta nessa dissertação). Ao contrário da estratégia, segundo essa autora, a lógica de ação não pressupõe que os sujeitos envolvidos no processo estejam conscientes dos efeitos de suas escolhas ou atuem baseados em princípios racionais-instrumentais, mas antes estariam orientados por escolhas axiológicas.

⁶⁵ Arquivo Sind-UTE. Pasta História Sind-UTE – diversos. *Jornal da UTE – Juiz de Fora*, out. 1979, p. 2.

e de que forma, os periódicos se dirigem, e de que maneira ocorrem os processos de constituição do público leitor.

Jornal *Módulo III* n. 1: nasce a UTE-MG

No primeiro número do jornal, publicado em agosto de 1979, é informado em seu expediente que o corpo editorial era formado pela diretoria da UTE-MG e colaboradores. A primeira página ostenta uma grande foto que ocupa toda sua metade superior, nesta foto é retratada uma manifestação de professores(as) durante a greve do primeiro semestre do ano de 1979, com uma manchete em destaque: “A grande aula”. Consta, também, as chamadas para as matérias no interior do jornal (ANEXO C). Ainda nesta página de abertura, apesar de não ter o título, há um texto que tem a estrutura de um editorial. Nesse texto é exposto o porquê do nome do jornal e seus objetivos, que de acordo com seus redatores seriam mobilizar e organizar a categoria.

Na página 2 há uma coluna sobre a questão dos professores de laudo médico, afastados da regência e excluídos das vantagens do professor da ativa, com a chamada “Produtividade”. Ainda nessa página há a única coluna específica de todo o jornal, chama-se “UTE informa”, que expõe notas gerais sobre assuntos considerados de interesse comum. As notas neste exemplar abordam a organização e estruturação da entidade e questões relativas à carreira, como a necessidade de concurso público. Informa sobre a montagem da infraestrutura da sede central, as datas de reunião da diretoria – destacando ser esta aberta à participação de todos trabalhadores do ensino – e apresenta informes sobre uma assembleia de professores realizada ao final do mês de agosto. Divulga ainda a campanha de filiação e os cursos que serão oferecidos: redação e um específico de questões pedagógicas. Por fim, há um modelo de abaixo-assinado solicitando ao governador do estado a efetivação dos contratados.

Nessa mesma página há a publicação do balancete de verificação do Comando Geral de Greve em relação às despesas e receitas geradas no período da greve do primeiro semestre de 1979. Há uma pequena foto, também de professores(as) manifestantes, sem legenda ou referência direta à coluna na qual está inserida.

Toda a terceira página do periódico é dedicada ao relato do I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais e suas deliberações, realizado no mês anterior e no

qual foi criada a entidade. Há uma foto no centro da página que retrata uma plenária desse congresso. O texto principal da página se inicia justificando a necessidade de criação da nova entidade, frente às deficiências da entidade existente, a APPMG, especialmente a sua não representatividade⁶⁶. Informa sobre a tese vitoriosa em relação à organização da entidade, pois, com uma sede central em Belo Horizonte e subsedes municipais, permitiria, dessa forma, de acordo com o texto, a convivência com outras associações de professores já existentes, mas sempre buscando unificar todo o professorado. Essa tese previa, ainda, a eleição direta para escolha da diretoria, que por sua vez seria subordinada à assembleia geral da categoria e ao congresso. Neste congresso foi eleita uma diretoria provisória, sendo apontada a data de um novo congresso e da eleição para a nova diretoria, que ocorreria 120 dias após aquele evento. Nesse mesmo texto há um curto relato sobre a discussão em torno da escolha do nome da entidade, aspecto que será analisado adiante. Além do texto dedicado ao relato do Congresso, em outra coluna é feito um chamado à participação dos professores para a estruturação das subsedes municipais. Há, ainda na página 3, um box que trata das moções de apoio apresentadas no congresso à nova entidade e moções de apoio da UTE-MG à luta dos professores particulares, aos professores do Peru e a favor da anistia. Por fim, há um box que lista os nomes dos membros da diretoria provisória, todos(as) professores(as).

As páginas 4 e 5 do periódico são dedicadas à transcrição do estatuto provisório da entidade, aprovado no I Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

Na página 6, em um texto que denuncia a intervenção do governo no Sindicato de Professores da Rede Particular (SINPRO/MG), a UTE-MG aproveita o espaço e a temática para discutir e justificar a criação de uma nova entidade, reafirmando a necessidade de rompimento com a APPMG. Curiosamente, nesse mesmo texto, considera que, mesmo apesar dos problemas pelos quais passava o SINPRO/MG, não haveria a necessidade de criação de uma nova entidade para os professores da rede particular de ensino, ao contrário do acontecido na rede pública.

Há, ainda nessa página, uma coluna exigindo do governo a efetivação dos professores contratados e a abertura de concurso. Há, também, o relato do Encontro Nacional de Professores, realizado em julho de 1979, em São Paulo, que propugnava a unificação da luta

⁶⁶ Em entrevista concedida a Furtado (1996), Luiz Soares Dulci, membro da primeira diretoria da UTE-MG, assim define a não representatividade da APPMG: “[...] A APP era a Associação dos Professores Primários. Nós tínhamos feito um movimento de professores de todos os níveis, inclusive o 3º grau do Instituto de Educação, serventes escolares, cantineiras, faxineiras... e a APP não pegava o Estado inteiro [...] Deveríamos criar uma entidade nova mais ampla, que englobasse as áreas de educação existentes no Estado [...]” (FURTADO, 1996, p. 48).

de todo o professorado nacional. Por fim, ao final da página, é publicada uma charge que faz referência ao aumento da inflação e à defasagem do salário das professoras, Figura 11.



Figura 11 – Charge “Inflação e salário das professoras”

Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 6).

Na penúltima página, em um texto intitulado “Minas nem tão pacata”, o jornal apresenta a luta do professorado mineiro no primeiro semestre, como um exemplo a ser seguido por toda a classe trabalhadora. O texto, ilustrado por uma foto que retrata uma manifestação de professores(as), cita movimentos grevistas de outras categorias que seguiram o movimento dos professores, exaltando a greve como espaço e estratégia fundamental da luta dos trabalhadores. Compara a não representatividade da APPMG com o ocorrido em outros sindicatos. Relata, ainda, as formas de luta e estratégias da qual lançaram mão os trabalhadores, como os professores – “grandes assembleias, piquetes, passeatas e vigílias públicas”. Enumera a ação dos governos e patrões no sentido de reprimir o movimento dos trabalhadores. Há um box, também na página 7, esclarecendo acerca da legislação sobre os colegiados escolares. Por fim, há uma coluna que questiona o formato de anistia proposto pelo governo federal⁶⁷.

Na última página do jornal há a publicação de um extrato do poema *Estatuto do Homem*, de Thiago de Melo, e um texto intitulado *Será que estamos ameaçando?*, no qual, como em um editorial, retoma as questões tratadas no jornal. Há, nesta página, duas fotos,

⁶⁷ Aprovado pelo Congresso em 22 de agosto de 1979, e sancionado pelo presidente da república no dia 28 do mesmo mês, o projeto de anistia tramitou pelo Congresso sem negociação com a oposição. Era um projeto, que de acordo com Silva (2003, p. 269-270), teria devolvido ao governo a iniciativa do processo de abertura política, retirando da oposição a possibilidade de mobilização popular em torno de um projeto de anistia “ampla, geral e irrestrita”. A lei de anistia assegurou que não haveria revanchismos, o perdão não permitiria o julgamento de militares envolvidos com a repressão. Para um maior detalhamento desse processo de crise da ditadura e abertura política. Ver: Silva (2003).

uma primeira, no alto, de uma manifestação de professores(as) em frente ao Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, e outra, ao final da página, que destaca em primeiro plano uma idosa passando em frente a um cartaz informando sobre a greve dos(as) professores(as), afixado na porta de uma escola e, muito provavelmente, fazendo alusão a esta foto, um boxe, logo abaixo, com os seguintes dizeres: “Aposentados: a luta pela equiparação salarial continua”. Cabe destacar que essas produções de ordem não linguísticas, como as fotos e as charges, merecerão destaque quando da análise das práticas discursivas presentes no discurso da UTE-MG.

Jornal *Módulo III*, edição extra: o II congresso

O jornal é uma edição extra, publicado em novembro de 1979, com apenas quatro páginas, tendo como um dos focos principais a convocação à participação dos docentes no II Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais. A página de abertura do jornal é composta por uma charge (FIGURA 12), que ocupa a metade superior da folha, na qual é denunciada a defasagem salarial dos docentes, e um único texto que, apesar de assim não se intitular, cumpre a função de um editorial. Nesse texto há um breve balanço dos quatro meses de existência da UTE-MG, dos desafios a serem enfrentados, terminando com um chamamento ao II Congresso, a ser realizado em dezembro de 1979. Há ainda, nesse texto, uma forte crítica à APPMG, com a UTE-MG se intitulando o “único representante efetivo do professorado da rede oficial de ensino”.



Figura 12 – Charge “salário”
Fonte: *Módulo III* (edição extra, nov. 1979, p. 1).

A página 2 do jornal divide-se em dois textos. O primeiro, que ocupa quase toda a página, trata dos “novos salários” recebidos pelos professores, já com o reajuste conquistado após a greve do primeiro semestre, e que conforme o jornal continuam “miseráveis”, por isso, e em defesa da greve e de suas conquistas é escrito um texto com o objetivo declarado de “não acabarmos duvidando da nossa própria capacidade de luta”⁶⁸. Ao tratar dos ganhos materiais com a greve, o texto, no fundo, discute se vale a pena ou não fazer greves. Obviamente a resposta dada pelo próprio texto é afirmativa. No segundo texto da página, novamente são feitas severas críticas à APPMG na coluna denominada “APPMG e governo: o velho casal na praça”, que trata da campanha e da visibilidade conseguida pela associação pela efetivação dos professores contratados. É usado o termo “ressurreição” em relação à APPMG, afirmando que a associação está querendo apenas confundir e dividir o magistério.

A página 3 é dividida em duas colunas. A coluna da esquerda trata da organização e dos temas a serem discutidos no II congresso, justificando a proximidade entre os dois congressos e que seria uma forma de aproximar a categoria das decisões que dizem respeito a todos. A coluna da direita trata da reposição dos dias parados durante a greve. Argumenta-se que a reposição é punitiva aos alunos e professores e que não resolve o problema da qualidade do ensino. O texto é finalizado defendendo a ideia de não mais repor aulas nos anos seguintes. Para ilustrar esse texto há uma charge sobre o tema da greve e a reposição das aulas, conforme a Figura 13:

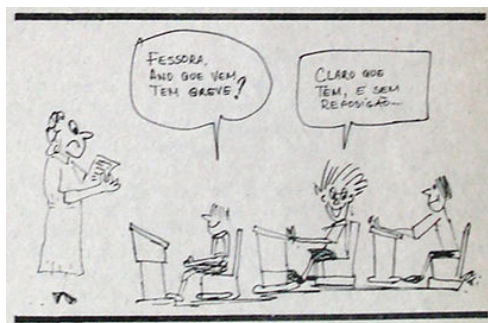


Figura 13 – Charge “greve e reposição”
Fonte: *Módulo III* (edição extra, nov. 1979, p. 3).

Duas seções compõem a página 4. Na primeira, a efetivação é tratada como uma questão política, que não afeta apenas os contratados, mas toda a sociedade, pois lida com a

⁶⁸ Arquivo Sind-UTE. *Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 2.

qualidade do ensino. O contratado é chamado de “boia-fria do ensino”⁶⁹, dada a precariedade de suas condições de trabalho. A segunda seção é dedicada aos professores da rede particular e às eleições em seu sindicato. O texto faz, na realidade, uma defesa de uma das chapas concorrentes ao SINPRO/MG.

Boletim da UTE ano I, n. 1: agilidade na comunicação

O primeiro número deste informativo, publicado em novembro de 1979, traz a intenção declarada em seu editorial de ser um canal de comunicação mais ágil com os(as) professores(as). Tem a proposta de ser quinzenal, porém sua produção mostrou-se completamente irregular, pois o segundo número, por exemplo, saiu um mês depois e o terceiro com um intervalo de quatro meses. Tem quatro páginas em um formato de “ofício dobrado”, não tendo nenhum desenho, foto ou charge. Possui uma diagramação bem rudimentar, como é relatado pelo próprio editorial.

Terá [o boletim] espaço mais reduzido, linguagem sintética, impressão mimeográfica. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1).

A segunda página do boletim é dedicada aos informes relativos ao I Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, marco da fundação da UTE-MG. Há, também, uma coluna chamando à participação no II Congresso, na qual são apresentados os temas a serem discutidos. Em um desses temas, é proposto o planejamento de “atividades pedagógicas”, evidenciando uma preocupação não só com temas políticos do movimento, mas também relacionados ao dia a dia dos professores. Preocupação, aliás, que perpassará por toda a existência da UTE-MG, chegando até os dias de hoje.

Na página 3 há um texto que trata da questão da efetivação dos contratados e da necessidade da categoria de pressionar o governo e os parlamentares a votarem um projeto de lei que trate do tema.

⁶⁹ Essa terminologia, conforme estudo de Vicentini e Lugli (2009), foi utilizada em um artigo publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* (*Os “boias-frias” do ensino*, de J. M. Lima), em agosto de 1978, no qual o autor comparou a situação dos docentes nas décadas de 1950 e 1960 com a realidade vivida na década de 1970, em que os professores eram contratados provisoriamente e teriam que cumprir longas jornadas de trabalho, sendo por isso comparados aos trabalhadores temporários das lavouras, sem direitos trabalhistas, com baixa remuneração e submetidos a longas jornadas de trabalho. Os redatores do jornal *Módulo III*, no entanto, não fazem menção a esse texto ou mesmo utilizam o termo entre aspas.

A última página do boletim, no texto intitulado “Governo provoca professores”, relata que o governo estadual enviou projeto orçamentário no qual não consta nenhum acréscimo para a educação e que, portanto, o cenário que se configurava para o ano seguinte (1980) seria danoso para a educação e, por isso, os professores deveriam continuar mobilizados através da UTE-MG.

Boletim da UTE, ano I, n. 2: resoluções do II congresso

O segundo boletim, publicado em dezembro de 1979, com as mesmas características gráficas do primeiro – quatro páginas, mimeografado, sem fotos, desenhos ou charges – tem como principal objetivo, explicitado em seu editorial estampado na primeira página, fazer uma síntese das resoluções do II Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, realizado nos dias 1 e 2 de dezembro de 1979. Nesse editorial, ocupando toda a página, são enumeradas as delegações que participaram do II Congresso da UTE-MG e a disposição apresentada para a luta contra os desmandos do governo estadual em relação ao magistério.

A página 2 é dedicada ao relato das resoluções do II Congresso. O texto é separado em três blocos, de acordo com a temática discutida: o primeiro bloco trata da “organização da UTE”, com destaque para a data da eleição da nova diretoria, marcada para março de 1980, dado o caráter provisório da primeira diretoria; no segundo bloco, intitulado “Metas e lutas para 1980”, além da campanha salarial e das questões pendentes em relação à campanha de 1979, propõe um “Encontro Estadual Pedagógico Trimestral”; o último bloco, “Atuação nacional” descreve uma proposta de campanha salarial unificada de todo o magistério nacional para o ano de 1980.

Na terceira página é tratado o tema, novamente, da efetivação dos professores contratados, visto que o projeto que propõe essa efetivação fora aprovado na Assembleia Legislativa, dependendo da sanção do governador. A UTE-MG propõe uma campanha para pressionar o governo, envolvendo outros setores de trabalhadores. Há também a reivindicação do 13º salário para o funcionalismo público.

A página 4 trata de questões específicas de professores da rede municipal de Belo Horizonte, que reivindicavam um reajuste salarial acima da inflação. Convoca esses professores para a entrega ao prefeito de Belo Horizonte de um abaixo-assinado com as

reivindicações da categoria. Finalizando o boletim, há um convite para uma festa de encerramento do ano de 1979.

Boletim da UTE n. 3: durante a greve

Esse boletim foi editado durante a greve de professores(as) do ano de 1980, reafirmava as suas reivindicações e pedia a libertação de membros da diretoria que haviam sido presos com base na Lei de Segurança Nacional, vigente à época. É uma publicação de apenas uma página, com um texto de forte apelo emotivo, colocando os membros da diretoria que foram presos como verdadeiros mártires, evocando inclusive o mito de Tiradentes. Sem fotos ou charges, há apenas uma ilustração (FIGURA 14), que evoca a união dos trabalhadores, encimada com o lema “A luta continua”. Curiosamente uma figura muito semelhante foi utilizada posteriormente pela APPMG em seus periódicos a partir do número 5, de agosto de 1981 (ver capítulo 5).



Figura 14 – Ilustração do boletim de greve: “A luta continua”
Fonte: *Boletim da UTE-MG* (n. 3, abr. 1980).

Boletim da UTE n. 4: campanha salarial

Editado em março de 1982, contém quatro páginas, impresso em tintas vermelhas, em gráfica, não mais mimeografado, e apresenta uma renovação na diagramação e na apresentação dos textos em relação aos anteriores. Não tem uma coluna específica para o

editorial em nenhuma de suas páginas. Também, como os demais, não há fotos, desenhos ou charges.

Na primeira página é esclarecido o que é uma campanha salarial, versa sobre a necessidade de se mobilizar para conquistar direitos e recomposição salarial. É explicitado como outras categorias organizadas em sindicatos se mobilizam e citado que professores devem fazer o mesmo.

A página 2 é dividida em duas seções, há um primeiro texto no qual é reivindicada a estabilidade para os contratados, sua efetivação. Na segunda seção é feito um relato do Congresso Nacional da CPB no qual foi reafirmada a proposta de uma paralisação nacional da categoria no dia marcado para a votação do projeto que propunha conceder reajuste semestral aos professores. A UTE-MG participou desse Congresso como “assistente”, pois não era filiada à CPB à época de sua realização.

Na página 3, no texto “E o nosso aumento?”, a UTE-MG reivindica uma correção do salário acima da inflação e contabiliza as perdas com a proposta apresentada pelo governo. Ainda nessa página, há um convite do departamento pedagógico para uma palestra com o tema “porquês da crise educacional brasileira”.

Na última página do boletim, com apenas um texto que trata das eleições de 1982, os professores são convocados a não fazer o papel de “inocente útil”, não contribuindo para a propaganda de candidatos do governo nas escolas. Há uma pequena nota sobre o reajuste obtido pelos professores de escolas particulares. Por fim há um chamado para as eleições da diretoria da UTE-MG e a abertura do processo eleitoral.

Jornal da UTE – Juiz de Fora: os problemas das escolas

Periódico produzido pela subsede de Juiz de Fora-MG, publicado em outubro de 1979, possui um projeto gráfico elaborado, com seções bem divididas e emolduradas. Com quatro páginas, preto e branco, e sem uma coluna denominada editorial. Não possui nenhum desenho ou charge.

A primeira página (ANEXO E) tem um pequeno texto que faz referência à foto estampada na abertura do jornal, que retrata uma escola estadual em Juiz de Fora escorada

com vigas de madeira, em péssimas condições de conservação. Nesse texto é declarada a ênfase que será dada pelo periódico a temas ligados ao dia a dia das escolas e destaca, ainda, em uma passagem bem significativa, que a luta do professor mineiro não começou com a greve de 1979, mas que tem nela um de seus grandes momentos. Fechando a página há um box com dizeres convocando à associação à UTE-MG.

Na página 2 há uma coluna que trata dos núcleos da UTE-MG criados na Zona da Mata mineira, e da centralidade de Juiz de Fora na organização e coordenação desses núcleos. Ainda nessa mesma página há um texto escrito e assinado por uma das diretoras da subsede Juiz de Fora, supervisora de ensino, cobrando do secretário de educação as promessas feitas durante reunião realizada em Belo Horizonte. Nesta página está publicado o expediente do jornal, no qual não é especificada a tiragem. Ao final dessa página há uma propaganda de um programa de bolsa de estudos.

Na terceira página do periódico, na coluna “Você sabia que...” é tratada a questão da precariedade de funcionamento de uma escola da região, cuja chamada principal figura na primeira página. Na seção logo abaixo, é feito todo um histórico dessa escola, dos problemas vividos e das promessas feitas pelo poder público em relação à sua reforma e manutenção.

A página 4 é dividida em quatro seções: na primeira, com a colaboração da Associação das Professoras Aposentadas de Juiz de Fora, há a reprodução de duas resoluções do governo estadual que tratam dos servidores aposentados. Na segunda seção há um texto reivindicando atenção às professoras especialistas (canto, coordenadora de saúde, bibliotecária, trabalho em artes) que segundo proposta da secretaria de educação seriam reenquadradas como regentes de classe. Nesse texto o jornal volta suas lentes para a atuação da APPMG, com fortes críticas à sua postura em relação ao magistério. Por fim, há um texto com o sugestivo título “Saudades da greve”, que rememora o movimento e convoca os professores a darem sequência à luta iniciada, fortalecendo a UTE-MG.

Feita a descrição dos jornais e boletins da UTE-MG, passaremos agora à análise da construção discursiva, visando identificar de que forma essa entidade busca constituir uma “nova identidade” para os docentes.

Os temas tratados nos periódicos da UTE-MG a serem analisados serão aqueles que remetem às articulações essenciais do modelo semântico construído pela entidade, especialmente no que diz respeito às representações das (re)elaborações identitárias em relação aos docentes, contidas nesses periódicos.

Seguindo o “roteiro de trabalho” proposto para a realização da pesquisa, será realizada a seguir, a partir da perspectiva da “análise tridimensional do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001), a análise dos dados contidos nos periódicos da UTE-MG, ou seja, será analisada a prática discursiva construída pela UTE-MG em seus discursos, a análise linguística desse material e as interconexões entre o discurso e o contexto sócio-histórico, bem como a relação entre o interior e o exterior dessa formação discursiva.

6.2 A prática discursiva a partir dos periódicos da UTE-MG: qual(is) identidade(s)?

Aqui serão analisados os processos de produção dos periódicos da UTE-MG, buscando-se identificar quem são os sujeitos envolvidos nesses processos, abrangendo-se especialmente as práticas interdiscursivas, sempre na perspectiva de detectar indícios que podem ser interpretados como formas dessa entidade construir determinadas representações identitárias dos docentes.

Nos periódicos analisados, apenas os jornais possuem expediente. Neles são especificados o corpo editorial e os redatores responsáveis pela edição. No *Módulo III*, esse corpo editorial é formado pela diretoria e colaboradores associados à UTE-MG, sendo os redatores-chefes membros da diretoria (FIGURA 15). De acordo com a distinção seguida por Fairclough (2001), nas pessoas do “animador”, do “autor” e do “principal” (ver capítulo 4) podemos constatar que estão reunidas a mesma figura, a instituição. São os membros da diretoria que participam de todo o processo de produção dos jornais e neles estão representadas as posições, tanto discursivas quanto de ações, da instituição.

Nesse sentido, o que prevalece é a visão da diretoria, filtrada pela voz da instituição. Não consta nos periódicos analisados nenhuma coluna ou seção que represente a fala dos(as) leitores(as), algo como uma seção de cartas. Mesmo que o(a) leitor seja chamado a contribuir com o jornal, como destacado nos trechos abaixo, não há nenhum marcador textual que confirme ou que possibilite inferir que exista alguma contribuição.

MÓDULO III: jornal do profissional do ensino para o profissional do ensino, o que só se tornará realidade através da participação e colaboração ativa de todos. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1).

Desde já está aberto [o Boletim da UTE-MG] à colaboração de todos os colegas, assim como espera receber a crítica construtiva e fraterna que é o apanágio do Educador. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1).

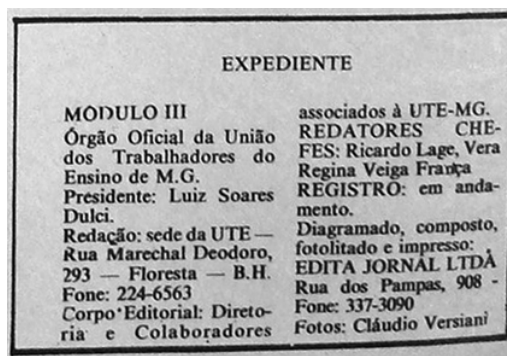


Figura 15 – Expediente do Jornal Módulo III
Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 1).

A partir desses trechos selecionados não fica claro quem seriam os “colaboradores” do jornal. Seriam os(as) leitores(as)? Qual seria então o canal no qual se estabeleceria essa comunicação? Que tipo de participação era pretendida pela UTE-MG, quem é chamado a participar, quem efetivamente participa e como participa? Responder a essas questões pode nos esclarecer o tipo de ação docente que era buscada pela UTE-MG, as formas de mobilização estabelecidas e o lugar dos docentes nesse processo – aspecto necessariamente constituinte de determinadas formas identitárias.

Essa centralidade da diretoria da UTE-MG, quando da confecção dos periódicos, contrasta com um discurso que conclama todos os docentes a participarem ativamente dos movimentos, da construção da entidade, a não esperarem que uma diretoria conduza o processo de luta afastada de suas bases, como pode ser percebido nos trechos selecionados abaixo:

A diretoria provisória reúne-se regularmente nos 1º e 3º domingos de cada mês às 9:00 horas, na sede central. [...] As reuniões são abertas a todos os trabalhadores de ensino. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 2).

Hoje, passados dois meses do final da greve e mais de um mês da fundação de nossa entidade, verificamos que àquelas lutas do nosso movimento, somam-se outras que surgem diariamente e que exigem de nós uma resposta. Assim não basta que tenhamos fundado nossa entidade no I Congresso, é preciso concretizá-la na prática, pois de entidades que não congregam a categoria e não lutam por melhores condições de vida e trabalho o professorado não quer mais saber. Pela experiência que passamos, sabemos que a força de uma entidade está na contribuição que cada um de nós tem a dar. Portanto, chegou a hora de arregaçarmos as mangas e trabalharmos pela

formação das subsedes, célula básica da entidade, seja na sua estruturação, seja no encaminhamento das lutas dos trabalhadores do ensino. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 2).

Pois é contra isso que a UTE se lança; contra organismo distante da categoria que representa, contra um direcionamento que vem de cima. Contra a divisão entre uns poucos que decidem e muitos que acatam (ou simplesmente se calam). A riqueza de decisões tomadas em conjunto é infinitamente maior e mais forte; o professorado sabe bem de seus problemas e de suas necessidades. É a ele que cabe avaliar, organizar e direcionar sua entidade e suas lutas. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 3).

Ao delongarmos nessa citação temos em mente a necessidade de abordar uma questão de grande importância para compreensão da representação identitária docente formulada pela UTE-MG, pois esta postura assumida pela entidade procura romper com a visão de um(a) professor(a) que teria sua atuação restrita à sala de aula, no exercício de sua profissão, afastado das decisões que dizem respeito a ele(a) mesmo(a). Traz uma concepção de ação na qual o docente é sujeito de sua história e tem a responsabilidade de mudar a realidade social adversa que o cerca.

A análise desse mesmo *topus*, pertencente a outro domínio semiótico, mas em conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas – no caso as fotografias utilizadas nos periódicos – reforça essa imagem acerca da ação docente construída pela UTE-MG. Na capa do primeiro número do jornal *Módulo III* é ostentada uma grande foto de uma manifestação de professores(as), ocupando meia página (ANEXO C). Sem se focar em ninguém, faz uma panorâmica da manifestação, apresenta rostos anônimos na multidão, sendo dessa maneira portadora de grande força simbólica, reforçando a ideia de que o(a) professor(a) é responsável pela condução do movimento, pela sua força.

Nas seis fotos que constam neste número do jornal *Módulo III*, a recorrência ao movimento dos(as) professores(as) como um movimento de massa, retratado a partir de panoramas, é uma constante. Não há fotos que retratem membros da diretoria, como pode ser atestado nas figuras que se seguem.



Figura 16 – Plenária do I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino
 Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 3).



Figura 17 – Manifestação no Palácio da Liberdade – greve (1979)
 Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 8).



Figura 18 – Manifestação de greve (1979)
 Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 7).

Mas retornemos à tensão atestada, entre a ausência da fala dos docentes nos periódicos e a exigência de uma participação ativa nos movimentos e na própria organização da entidade. O que podemos inferir acerca dessa tensão, o que ela nos diz sobre a concepção organizativa proposta pela UTE-MG? E sobre as formas identitárias construídas por essa entidade?

O contexto de surgimento da UTE-MG é marcado pela renovação do chamado “novo sindicalismo” que se situa em uma clara oposição à estrutura sindical oficial, marcando, segundo Almeida (1983, p. 213), o movimento sindical brasileiro com as imagens de um sindicalismo de participação das massas, democrático nos projetos e nos procedimentos. No entanto, deve-se questionar, como o faz Lenharo (1986, p. 31), se os sindicatos – ou organizações que mesmo não formalmente sendo sindicatos atuem como tais – podem ser tomados como o personagem central na organização dos trabalhadores e se são capazes de sintetizar suas manifestações políticas e culturais. Pensar que os docentes podiam se fortalecer e lutar pelos seus direitos somente quando criassem ou estivessem em uma organização sólida e afinada com esse mesmo modelo, pode acarretar certa mistificação da função criadora do sindicato e de suas lideranças.

Essa mistificação pode nos levar a uma concepção de ação centrada na ideia de “vanguarda”, que de acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997, p. 129), pode ser assim definida:

A criação de uma Vanguarda é obra de uma escolha subjetiva de homens conscientes que falham ou triunfam segundo a linha política e a obra que realizam dentro de um movimento de massa. Na sua mais ampla acepção, indica o grupo mais consciente e ativo de um movimento de massa [...]. A Vanguarda é o compartimento consciente que possui o conhecimento das leis da luta de classes e que é capaz, por isso, de guiar a classe e dirigi-la na luta.

A ausência da voz dos docentes nos textos dos periódicos da UTE-MG, contrastada pela sua presença em imagens, é sugestiva da concepção de liderança sindical e do lugar de participação que professores(as) devem ocupar, uma massa a ser conscientizada e guiada por sua entidade. O trecho abaixo, extraído do boletim publicado em 1982, ano de eleições para governador e deputados, pode se configurar como um indício dessa concepção.

Foi aberta a temporada de caça aos votos. Vale tudo. A única regra é a mentira. [...] O magistério sempre foi alvo fácil destes mercadores de votos. As dimensões da nossa categoria e o nosso trabalho em contato direto com a comunidade acabaram, no passado, **fazendo do professor um inocente útil nas campanhas de votos para o governo.** (*Boletim da UTE-MG*, mar. 1982, p. 4, grifo nosso).

Ou ainda neste trecho extraído de uma carta endereçada aos associados, de junho de 1980, que trata do encaminhamento das eleições internas da UTE-MG:

No entanto, que pesem todas as dificuldades, conseguimos encaminhar o processo eleitoral de forma a atender a mais urgente necessidade da UTE: ter uma orientação segura, com metas bem definidas, sabendo com certeza para onde vai. **A UTE precisa de um rumo certo, de uma direção unida e testada, para conduzir-nos a este rumo.** (Arquivo Sind-UTE. *Carta ao associado*, jun. 1980, grifo nosso).

No primeiro trecho selecionado, a entidade se coloca como uma instituição responsável por orientar o voto do(a) professor(a), para que ele(a) não seja um “inocente útil”, não seja manipulado(a) por políticos que os(as) desprezam. Esse papel de conscientização caberia à direção, conhecedora que é do jogo político e atenta às suas práticas de manipulação. Cabe destacar que em 1979, sob uma nova legislação, ocorreu uma reorganização do sistema de partidos políticos no Brasil que pôs fim ao bipartidarismo e estabeleceu as normas para a estruturação de novos partidos (ALMEIDA, 1983). A partir dessa nova cena política, lideranças do chamado “novo sindicalismo”, dentre elas diretores da UTE-MG, lançaram-se à organização do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980; o primeiro presidente da UTE-MG, Luiz Soares Dulci, é um dos fundadores do PT, sendo o primeiro deputado federal eleito por esse partido em Minas Gerais (FURTADO, 1996).

Mesmo que lideranças sindicais insistam em argumentar a independência dos sindicatos em relação aos partidos políticos, como no trecho a seguir, publicado em uma revista do Sind-UTE comemorativa aos 25 anos da entidade, não dá para não associar o teor desse recado dado aos docentes – de não se fazer de “inocente útil” – com as intenções político-partidárias de seus dirigentes.

Durante seus 25 anos de existência, [o Sind-UTE] se manteve fiel aos princípios estatutários e sua atuação sempre foi pautada pela defesa dos interesses da categoria [...]. Da mesma forma, manteve seu caráter apartidário, sem abrir mão de sua autonomia frente aos partidos políticos, governos e administrações. (*Sind-UTE 25 anos*. Publicação especial comemorativa dos 25 anos do Sind-UTE/MG, dez. 2004).

No segundo trecho selecionado, a ideia de condução de uma categoria a um “rumo certo” é categórica, reforçando o princípio de que a liderança é o “compartimento consciente” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997) que orienta os(as) professores(as).

Até aqui procuramos evidenciar uma tensão subjacente ao discurso da UTE-MG que, mesmo centrando nos docentes a protagonização dos eventos, não deixa de se colocar como

entidade responsável por guiar toda a categoria rumo aos destinos preconizados por suas lideranças. Que tipo de participação pretendia, portanto, a UTE-MG?

Podemos perceber através da evidenciação dessa tensão a construção de uma lógica de ação por parte da UTE-MG, no sentido de fortalecer as lideranças do movimento, com vistas a ser a vanguarda que conduziria as massas rumo à transformação da sociedade. Haveria uma hierarquização quanto à essa participação; à direção caberia participar com a construção de um novo discurso, constituindo um novo sujeito, o “trabalhador do ensino”, daí a centralidade de sua voz nos periódicos. Às bases, aos docentes, caberia o lugar de tomar as ruas – como é retratado nas fotos dos periódicos –, mostrar a força e a união da classe trabalhadora reunida em uma associação de caráter classista, que para tanto deveriam fortalecê-la, associando-se a ela, contribuindo financeiramente para seu crescimento, caberia o lugar da luta a engrossar as fileiras do proletariado rumo à transformação da sociedade.

Seguindo na busca de se tentar compreender as práticas discursivas nos discursos da UTE-MG, enfocaremos agora os processos de interdiscursividade, os fragmentos constituintes dos textos que trazem consigo fragmentos de outros textos, delimitados explicitamente ou não, buscando perceber a presença do “outro” no discurso (MAINGUENEAU, 2008).

Iniciaremos a análise dos processos de interdiscursividade a partir do resgate da historicidade dos textos e do próprio discurso da UTE-MG. Cabem aqui as perguntas: qual a origem do uso do termo “trabalhadores do ensino” pela entidade? Qual teria sido a inspiração das lideranças da UTE-MG para construir essa imagem de “professor trabalhador”, carregada de forte teor ideológico e orientador das práticas e estratégias elaboradas pela instituição? De que forma esse conceito é apropriado pela nascente UTE-MG?

Para analisar essas questões devemos recuperar o processo de constituição da UTE-MG⁷⁰. A greve do primeiro semestre de 1979 foi conduzida por um Comando Geral de Greve (CGG) à revelia da então principal entidade representativa dos docentes, a APPMG. Ao longo dessa greve, de acordo com os boletins publicados pelo CGG⁷¹, foi se configurando a necessidade da constituição de uma nova entidade representativa para os docentes, como relatado no trecho a seguir:

⁷⁰ Para um maior detalhamento da história da fundação da UTE-MG, ver: Furtado (1996).

⁷¹ Arquivo Sind-UTE. Pastas “História Sind-UTE” e “Greve Educação 1979”. Foram localizados nos arquivos do Sind-UTE em Belo Horizonte, seis boletins informativos produzidos durante a greve. Esse conjunto de documentos que relatam o dia a dia da greve de 1979 tem uma grande importância histórica, pois é desse movimento, da organização do Comando Geral de Greve, que vai nascer a UTE-MG.

A greve do professorado mineiro já acumulou, nesses trinta dias, vitórias significativas, que colocam a necessidade de aprofundarmos as discussões sobre os saldos do movimento, bem como sobre os passos que daremos no sentido de garantir a sua continuidade [...]. Nesse sentido o Comando Geral de Greve, propõe que seja discutido na próxima Assembleia Geral dos Professores Mineiros: 1 – a criação de uma entidade independente do governo que congregue todo o “Magistério”. 2 – a realização, no mais curto espaço de tempo, de um **Congresso de Trabalhadores da Educação**, onde seriam discutidos, entre outros, os estatutos da entidade, sua carta de princípios e a data das eleições para a primeira diretoria. [...] 4 – que o Comando Geral de Greve se transforme, após a greve, no organismo encarregado de preparar o congresso de fundação da nova entidade. (Arquivo Sind-UTE. Pasta “Greve Educação 1979”. *Boletim Informativo*, jun. 1979, grifo nosso).

Como dispõe o documento acima, foi criada na Assembleia Geral dos Professores, no início do mês de julho de 1979, uma Comissão Organizadora do Congresso Estadual de Professores. Nessa mesma assembleia foi definida a data de realização do congresso, dias 21 e 22 de julho, com o objetivo declarado de fundar uma nova entidade, como consta no trecho do documento abaixo:

O CGG propôs e foi aprovada a realização de um CONGRESSO ESTADUAL DE PROFESSORES nos dias 21 e 22 de julho, quando será fundada nossa entidade. A criação da entidade é importante para podermos continuar a luta, com a força do professorado mineiro unido. (Arquivo Sind-UTE. Pasta “Greve Educação 1979”. *Boletim da Comissão Organizadora do Congresso Estadual de Professores – Ex CGG*, jul. 1979).

Realizado o congresso nos dias determinados, é fundada a nova entidade representativa dos docentes em Minas Gerais, a UTE-MG. Note-se que no documento publicado ainda durante a greve, em junho de 1979, o termo “trabalhadores da educação” já aparece para designar o congresso a ser realizado, porém no documento posterior, publicado dias antes de sua realização, o nome é modificado, muito provavelmente por deliberação da assembleia, transformando-se em “Congresso Estadual de Professores”. Curioso, ainda, é que na primeira publicação da já fundada UTE-MG⁷² o congresso é denominado “I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino”, um nome distinto dos outros dois colocados.

O que cabe destacar, no entanto, é que na identidade visada pela entidade já estava posta a ideia do docente enquanto trabalhador, mas essa forma identitária iria enfrentar resistências por parte dos(as) professores(as).

⁷² Arquivo Sind-UTE. Pasta “História Sind-UTE. Jornal *Módulo III*, n. 1, ago. 1979.

No primeiro número do Jornal *Módulo III*, ao relatar as determinações do I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino, um pequeno parágrafo, ao final do texto, aponta a deliberação acerca do nome da entidade:

Como último ponto, e procurando refletir o próprio espírito e objetivos da entidade, foi definido por ampla maioria de votos, entre cinco propostas apresentadas, seu nome: UNIÃO DOS TRABALHADORES DE ENSINO DE MINAS GERAIS: UTE-MG. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3).

No jornal não são mencionados os outros quatro nomes apresentados e derrotados na votação. Em entrevista concedida a Furtado (1996, p. 44) – que relata que “foram apresentados apenas três nomes” – no ano de 1993, Luiz Soares Dulci, primeiro presidente da UTE-MG, aponta um dos nomes propostos e não aceitos pela plenária, “União dos Profissionais do Ensino” (FURTADO, 1996, p. 45). Outros três nomes são mencionados por Furtado (1996), sem contudo explicitar a fonte: “União dos Professores”, “União dos Educadores” e o nome que sagrou-se vencedor “União dos Trabalhadores do Ensino”.

Nos periódicos analisados não são feitas considerações a respeito da origem ou da fonte de inspiração dos dirigentes da UTE-MG em relação ao nome da entidade, essas considerações serão feitas *a posteriori*, em entrevistas concedidas por ex-lideranças da UTE-MG a pesquisadores, como a entrevista de Luiz Soares Dulci, publicada no livro de Furtado (1996), ou a de Luiz Fernando Carceroni, publicada na tese de W. Oliveira (2006). As explicações desses dois professores, fundadores da UTE-MG e membros da primeira diretoria da entidade, quanto à origem do nome, são bem diferentes. Luiz Dulci (em entrevista concedida a FURTADO, 1996, p. 33)⁷³ argumenta que o nome da entidade refletia “antes um problema prático do que uma ideia”, pois incluir os funcionários de escola na pauta de reivindicação e fazer com que eles participassem do movimento, como as merendeiras, por exemplo, contribuiria para que toda a escola paralisasse suas atividades, pois não teria condições práticas de funcionamento, não teria nem mesmo merenda para os(as) alunos(as).

O professor Luiz Fernando Carceroni, também membro da primeira diretoria da UTE-MG, apresenta uma explicação que nos fornece pistas da inspiração buscada pelos dirigentes da UTE-MG para o uso do termo “trabalhadores do ensino”; uma explicação bem diferente da apresentada por Luiz Dulci. Carceroni, em entrevista a W. Oliveira (2006, p. 71) argumenta que foi buscada inspiração no “sindicato dos trabalhadores de ensino de Portugal”. W. Oliveira (2006) apurou que o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa agrega em seu

⁷³ Essa entrevista data de 19/05/1993.

estatuto a ideia de ser uma entidade dos “trabalhadores docentes”, aliás, esse autor identifica várias semelhanças do estatuto dessa entidade com o estatuto da UTE-MG.

Essa visão apresentada pelo professor Carceroni diferencia-se da construção histórica que foi criada em torno da nomenclatura “trabalhadores do ensino”, ou mais tarde, “trabalhadores da educação”. Essa construção procura destacar o ineditismo da UTE-MG, como pode ser percebido no trecho abaixo, extraído da revista *Sind-UTE, 25 anos*, publicação em comemoração ao aniversário da entidade:

Uma educação de qualidade não se faz somente com os(as) professores(as). Eles(as) são parte do processo educativo, mas existem outros profissionais que interagem na escola e que também são importantes na formação de alunos e alunas. A partir dessa concepção, são considerados(as) educadores(as) todos(as) aqueles(as) que têm como foco e objetivo principal os educandos e educandas: auxiliares de serviços gerais, secretárias de escola, supervisores(as), orientadores(as), diretores(as), pedagogos(as) etc. Foi com essa **visão mais ampla e inédita** em todo o país que o UTE/Sind-UTE, emergiu no final dos anos 70. **Seu ineditismo extrapolou as fronteiras e as montanhas de Minas [...]** O Sind-UTE foi referência, também, para sindicatos de outros estados, que começaram a reformular seu conceito de educação e de educador. (*Sind-UTE 25 anos*. Publicação especial comemorativa dos 25 anos do Sind-UTE/MG. dez. 2004, p. 12, grifos nossos).

Não há, no trecho acima, nenhuma referência a nomes ou sindicatos que serviram de inspiração à entidade, como o faz o professor Carceroni, ao contrário, é reforçado o ineditismo da iniciativa da UTE-MG, servindo como modelo para entidades docentes de outros estados brasileiros.

Quanto ao ineditismo, mesmo no Brasil, cabe destacar que em período anterior a 1979 constituiu-se um “Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro”, de orientação anarcossindicalista, fundado em julho de 1931, que teve curta duração, encerrando suas atividades em novembro do mesmo ano (RÊSES, 2010). Muito provavelmente os líderes da UTE-MG não tinham realmente notícias desse sindicato, pois os estudos acerca da organização sindical docente, em suas diversas variantes, ganham força no Brasil a partir dos anos 1990.

Na América Latina há casos nos quais a identificação entre docentes e trabalhadores remontam à primeira metade do século XX, como o Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación, fundado no México em 1943. Ou ainda um processo de reconfiguração de entidades docentes em “sindicatos de trabalhadores da educação” no período 1970-1973, como no Chile, Peru e Argentina (FONTOURA *et al.*, 2009). Deve-se questionar se os

dirigentes da UTE-MG não teriam notícias desses sindicatos, pois no primeiro número do Jornal *Módulo III*, de agosto de 1979, há uma coluna chamada “moções apresentadas”, na qual é relatado que “o Congresso [I Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, realizado em julho de 1979] se solidarizou também com os professores do Peru, na sua luta grevista por melhores salários.” Ora, se no Peru, desde o início da década de 1970, havia uma entidade reconfigurada em “Sindicato de Trabalhadores da Educação” e se no Congresso da UTE-MG há uma declaração de apoio ao movimento grevista conduzido por esse sindicato, como desconhecê-lo, como não mencioná-lo como uma das inspirações para a criação da UTE-MG?

Mesmo em relação à participação de funcionários(as) de escolas na concepção e idealização do movimento, deve-se questionar o próprio formato dessa participação e se de fato a UTE-MG trouxe um novo “conceito de educação e educador”, como propagado na revista comemorativa de seus 25 anos, citada anteriormente. Novamente vamos recorrer à entrevista de Luiz Dulci concedida a Furtado (1996, p. 45), para que possamos esclarecer esse questionamento:

[...] a nossa greve não era só de professores, nosso movimento não tinha sido só de professores, os serventes escolares tinham participado dele, que o pessoal da limpeza das escolas, os inspetores, os zeladores, quer dizer, que era do conjunto das pessoas que trabalham com educação. O pessoal que objetivamente tinha feito o movimento conosco [...]. Esse congresso, inclusive, era um congresso que tinha serventes, que eram delegados. Também na primeira diretoria.

Se cotejarmos essa entrevista, concedida em 1993, com a documentação analisada, poderemos perceber que na realidade a construção discursiva em torno da ideia de “trabalhadores do ensino” é uma formulação que ganha força *a posteriori*, que tem a sua matriz discursiva como fruto de uma reelaboração da memória e do passado do movimento. No jornal *Módulo III*, de agosto de 1979, são assim definidos os delegados participantes do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais:

Uma tarefa desse porte [a criação da entidade no Congresso] exigia a participação a mais ampla possível do professorado a nível de todo o Estado. O critério de participação foi por delegações eleitas, e **o congresso se efetivou com a presença de 800 professores**, abrangendo as 23 delegacias de ensino do Estado. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3, grifo nosso).

Como destacado no trecho acima, pelo relato do jornal da entidade participaram apenas professores como delegados, não são citados os(as) funcionários(as) de escola ou os

serventes mencionados por Luiz Dulci. Na lista dos nomes da primeira diretoria da UTE-MG, publicada no primeiro número do jornal *Módulo III*, conforme a Figura 19, também não é mencionada a participação de funcionários(as).



Figura 19 – Composição da diretoria da UTE-MG
Fonte: *Módulo III* (n. 1, ago. 1979, p. 3).

A partir desses registros podemos inferir que a construção discursiva em torno da ideia de “trabalhadores do ensino” não era a preocupação central das lideranças da UTE-MG quando da criação da entidade, apesar de já estar posta. Até mesmo no relato que descreve a escolha do nome da entidade, publicado no Jornal *Módulo III*, de agosto de 1979, é reservado um pequeno parágrafo, ao final do texto, sem nenhum destaque ou pormenorização.

Se não era essa a questão central naquele momento, qual seria então? A partir dos periódicos produzidos pela UTE-MG, nesse período, pode-se ter como indícios de que a maior preocupação seria a própria estruturação da entidade, sua afirmação enquanto entidade representativa dos docentes, sua busca por sua legitimidade, além de fazer frente à APPMG. Os trechos reproduzidos a seguir nos fornecem elementos para que possamos fazer essas afirmações.

Nascida de uma greve e da necessidade de **organização dos nossos profissionais do magistério**, a UTE consegue existir hoje em 35 municípios

do estado, conta com aproximadamente 5000 sócios, obriga o governo a reconhecê-la como **único representante efetivo do professorado da rede oficial de ensino**. [...] Muito ainda há por ser feito. Responder, por exemplo, como nosso **objetivo inicial, a organização do professorado**, está ocorrendo hoje. Indagar sobre as alternativas capazes de fazer da UTE a **entidade de todos os professores**, participante e ativa, canal não só de reivindicação e discussão, mas também de congraçamento da classe. [...] Estaremos juntos para ver a melhor forma de ampliar e fortalecer nossa entidade, na **busca de um professorado forte e unido**. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

A questão central, na convocatória feita no referido jornal aos professores para que participem do II Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, realizado nos dias 1 e 2 de dezembro de 1979, é a própria organização da entidade. Não há nenhuma menção aos trabalhadores do ensino; é sugerido, aliás, que os delegados sejam retirados entre os professores.

Convidamos e reforçamos a necessidade de que todos participem do [II] Congresso. Nas regionais de Belo Horizonte, nas várias cidades do estado **os professores devem se reunir, discutir os pontos de pauta**, definir suas propostas e eleger seus delegados (numa proporção de **um delegado para cada 50 professores** e fração menor). (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 3, grifo nosso).

Essas citações demonstram a complexidade que envolve os processos interdiscursivos. Buscar uma referência à ideia de “trabalhadores do ensino” no plano discursivo foi uma das estratégias utilizadas pela nascente UTE-MG para se contrapor às práticas da APPMG. Seria uma forma de assumir uma identidade organizativa diferenciada, uma postura de caráter sindical em contraposição à APPMG. Uma lógica de ação que teria naquele momento mais implicações político-organizativas, que propriamente a formulação de um novo conceito e de uma nova identidade docente. Como se está demonstrando, o “trabalhador do ensino” da UTE-MG era o professor, aquele que era chamado como delegado dos congressos, que compunha a diretoria, alvo das políticas reivindicatórias da entidade. Na mobilização, nas ruas, é que ocorria a aproximação entre as duas imagens discursivas, trabalhadores e professores, constituindo-se como o referente para a ideia de “trabalhadores do ensino”.

O espaço discursivo construído pela UTE-MG se fundamenta, portanto, num “[...] modelo simétrico de interação conflituosa entre [dois] discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 40). Os discursos em questão, para a UTE-MG, seriam o que relaciona o docente a um “trabalhador do ensino” e o que o vê como um professor, estabelecendo-se uma tensão, que é inerente à

construção de formações discursivas, que une e divide ao mesmo tempo os discursos (MAINGUENEAU, 1997, p. 113). O que pretendemos afirmar com isso é que a emergência de um discurso que relaciona o docente à imagem de um “trabalhador do ensino” não faz com que o outro, no caso o discurso relacionado à imagem do profissional professor, desapareça, ao contrário ele se constitui a partir dele e coexiste com ele, porém em uma situação de conflito.

Aqui reafirmamos que um discurso não deve ser concebido como um bloco compacto, homogêneo, que se oporia integralmente a outros discursos, mas deve antes ser considerado como uma formação essencialmente heterogênea, como é o caso aqui analisado, pois a UTE-MG ao tentar construir uma nova semântica, centrada na concepção de “trabalhador do ensino” não descarta as formulações em torno da figura tradicional do docente. Não devemos esquecer que a denominação “trabalhadores do ensino” é bem mais restritiva que “trabalhadores da educação”, termo que somente será incorporado ao nome da entidade após o “Congresso de Unificação”, ocorrido em 1990. “Trabalhadores do Ensino” pressupõe a dimensão da docência, do ato de ensinar, a cargo de professores(as).

Ao analisarmos esse processo de construção discursiva da UTE-MG, podemos considerar a existência do que Maingueneau (1997) denomina de “mecanismo polêmico”, no qual cada formação discursiva traduz como “[...] negativas, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas pelo seu Outro, pois é através dessa rejeição que cada um define sua identidade.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 122). A UTE-MG, como estratégia de legitimação, propaga, com suporte nas ações desenvolvidas na conjuntura dos anos 1979-82, uma concepção identitária para os docentes, visando um processo de desqualificação de sua entidade rival, a APPMG.

Os trechos abaixo, extraídos dos periódicos da UTE-MG, nos fornecem uma dimensão da rejeição estabelecida contra a APPMG, seja em relação às suas práticas, seja em relação à sua concepção de educação e de educador(a), enfim, ao seu discurso.

A falta de representatividade e o alheamento da Associação de Professores existente – a APPMG – com relação ao professorado, somados à necessidade premente por parte da categoria de um organismo que a representasse e conduzisse suas lutas, colocavam a exigência imediata da criação de uma nova entidade, uma verdadeira entidade do professorado. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3).

APPMG E GOVERNO: O VELHO CASAL NA PRAÇA – Nos últimos dias a antiga e omissa Associação dos Professores Primários de Minas Gerais – APPMG – reaparece nos noticiários da grande imprensa, falando sobre a

questão da efetivação. Como se não bastassem os anos e anos de afastamento dos professores, a intimidade suspeita com os governantes, a traição clara ao professorado quando da greve, esta entidade vem novamente à luz para, mais uma vez, tentar dividir e confundir nossa categoria. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 2).

Do ponto de vista discursivo, o que levaria a UTE-MG a adotar um discurso tão virulento contra a APPMG? É novamente Maingueneau (1997) que nos fornece elementos para analisarmos essa questão, afirmando que:

O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, consequentemente, insuportável (MAINGUENEAU, 1997, p. 125).

Aqui reitera-se a hipótese, já apresentada no capítulo 4, de que a UTE-MG e a APPMG compartilham o mesmo campo discursivo. Desqualificar o adversário para se ter uma hegemonia sobre esse campo seria uma das estratégias discursivas construídas para se estruturar a organização da nova entidade dos docentes. Constrói-se, a partir dessa rejeição, uma realidade discursiva e prática, tanto que passado entre oito e dez anos da fundação da UTE-MG, a construção da memória da entidade, por sua diretoria ou por seus fundadores, reforça a ideia da insuportabilidade do outro, da APPMG, como demonstrado no trecho de uma entrevista com Luiz Dulci em 1989:

A APPMG de então era tudo menos uma entidade sindical. O mais perto disso que chegava eram os seus serviços de manicure e pedicure... (*Jornal UTE Informa*. Entrevista com Luiz Soares Dulci, abr. 1989, p. 6).

Ou ainda com a charge reproduzida abaixo, publicada em uma cartilha que busca “resgatar a história da UTE”, do ano de 1987:



Figura 20 – Charge: o fantoche APPMG
 Fonte: *UTE 1979-1987: um pouco de nossa história* (1987, p. 6).

Ainda buscando identificar as relações interdiscursivas construídas pela UTE-MG através de seus periódicos, objetivando compreender como o discurso dessa entidade postula um sujeito intérprete – sendo um elemento constituinte e constituído por esse sujeito, formatando, portanto, determinadas identidades –, e na perspectiva, já apresentada no capítulo 4, de que a prática discursiva é limitada por convenções construídas historicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 160), analisaremos neste momento o gênero, o estilo e os tipos de discursos presentes nos periódicos listados.

Em relação ao gênero, no qual destacaremos a ordem comunicacional, podemos classificar a documentação analisada como sendo um meio de comunicação escrita através de um material essencialmente informativo – tanto os boletins quanto os jornais – mas também com a intenção de ser um veículo destinado à reflexão e à crítica, voltado para a distribuição nas escolas das redes públicas (estadual e municipal) do Estado de Minas Gerais. A UTE-MG utiliza o gênero jornalístico para buscar atingir seus objetivos para ter um canal de comunicação com os docentes, que ao mesmo tempo é economicamente viável e de grande penetração. Nesse formato de suporte há a interseção de vários gêneros, como o editorial (formalmente presente apenas nos boletins, já que nos jornais analisados não há uma coluna específica para tal), e a reportagem, por exemplo.

O que explicaria a utilização desse gênero pela UTE-MG para estabelecer um canal de comunicação com os docentes? Essa explicação pode ser buscada no contexto sócio-histórico

em que surge a UTE-MG em fins dos anos 1970⁷⁴. De acordo com Kucinski (2003, p. 193), o ocaso da imprensa alternativa coincide com a emergência da imprensa ligada aos movimentos populares, como a Comissão Pastoral da Terra que lança boletins em vários estados brasileiros, e sindicais, especialmente a partir da mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978-79⁷⁵. Essa imprensa passa a ser o instrumento de comunicação das classes trabalhadoras, alijadas da grande mídia. Nesse sentido, a UTE-MG lança-se a organizar seu próprio jornal e seus boletins, a partir de uma orientação global das atividades da entidade, no sentido de mobilização e participação das massas.

Esse gênero escolhido pela UTE-MG para estabelecer uma comunicação com os docentes, ou nas suas palavras, com os “trabalhadores do ensino”, traz consigo as coerções que são impostas e estão relacionados a contextos de enunciação específicos, como demonstrado acima. As finalidades de comunicação do jornal e do boletim publicados pela UTE-MG são explicitadas no primeiro número do *Boletim da UTE*, publicado em novembro de 1979.

O Módulo III tem a pretensão de discutir e aprofundar os assuntos que enfoca. Para isso, dispõe de espaço (12 páginas) e condições técnicas (impressão gráfica), além da ampla tiragem (20 mil exemplares). Este boletim informativo é mais modesto: quer apenas informar, de maneira clara e ágil sobre todos os assuntos, por mais miúdos que pareçam, de interesse do professor e demais profissionais do magistério. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1).

Ter agilidade na comunicação com os docentes era uma tarefa a qual se propunha a UTE-MG, consistia em um trunfo da entidade contra o que ela chamava de “alheamento” da APPMG, de seu distanciamento em relação aos problemas vividos pelos docentes. A dificuldade em se encontrar uma série completa, com uma periodicidade regular, dos informativos e do jornal *Módulo III*, pode nos levar a questionar se essa agilidade de comunicação teve sucesso, ou então se devemos considerar as lacunas e dificuldades para reconstruir esse período da história da UTE-MG.

⁷⁴ A necessidade desse tipo de relação entre texto e contexto é claramente postulada por Maingueneau (2008b, p. 151) que afirma que “[...] refletir sobre lugares sociais sem levar em conta os textos – orais ou escritos – que tais lugares tornam possíveis (redução social), ou refletir sobre os textos sem levar em conta os lugares sociais (redução linguística), poderia significar que o discurso não está sendo abordado a partir do ponto de vista da análise do discurso.”

⁷⁵ Segundo Kucinski (2003, p. 194), “[...] já antes da greve de 1978, na campanha salarial de 1977, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo valeram-se do uso moderno e massivo da comunicação, mobilizando os trabalhadores através do boletim diário. Durante a greve de 1979, a *Tribuna Metalúrgica* chega a tirar entre vinte e trinta mil exemplares diários de seu suplemento.”

Um indício de que houve um refluxo nessa comunicação com a categoria pode ser atestado na publicação que busca construir um histórico dos primeiros 8 anos da entidade.

A repressão dirigida à categoria e a timidez das conquistas da greve de 1980 levaram, no período de 81 a 83, a campanhas salariais dispersas, que não conseguiram envolver o conjunto da categoria. Em 81 e 82 apenas uma parcela da categoria continuava consciente de que só a permanência na luta poderia garantir conquistas. A mobilização nas campanhas salariais se reduziu a algumas manifestações isoladas e o magistério mineiro continuou amargando o arrocho salarial e a decadência cada vez maior de sua qualidade de vida. (Arquivo Sind-UTE. *UTE 1979-1987: um pouco de nossa história*, 1987, p. 15).

De acordo com essa mesma publicação, a UTE-MG conseguiu retomar as lutas, inclusive fazendo uma greve com 17 dias de duração⁷⁶, no ano de 1984. Nesse mesmo ano se filia à CUT. A partir de março de 1985, passa a publicar um novo periódico, denominado *UTE Informa*⁷⁷, um periódico inicialmente mensal, passando, a partir do número cinco, a ser publicado a cada dois meses e de forma bem regular. Dado que reforça a hipótese de que realmente no período de 1981-1982 houve uma retração na comunicação da entidade com os docentes.

Como já afirmamos em relação aos gêneros utilizados pela APPMG em seus discursos, devemos reforçar que se estabelece entre as duas entidades “discursos concorrentes, investidos nos mesmos gêneros” (MAINGUENEAU, 1997, p. 38) – o que implica dizer que o gênero utilizado, materializado nos informativos, estabelece um estatuto aos enunciadores – que falam do lugar institucional, como representantes dos docentes – e aos destinatários presumidos, docentes que necessitam de informação sobre as demandas reivindicativas, constituindo-os como “trabalhadores do ensino”. Há, portanto, uma correspondência entre gênero e as lógicas de ação da UTE-MG, uma estreita relação entre forma e conteúdo.

Em relação ao estilo, podemos definir alguns parâmetros, seguindo Fairclough (2001, p. 163), possíveis de serem utilizados para definir os periódicos produzidos pela UTE-MG. O primeiro desses parâmetros diz respeito à relação que se estabelece entre os participantes da interação comunicacional; quanto a esse parâmetro, podemos classificar como “oficial”, sendo marcado pela formalidade da escrita sem, contudo, abrir mão da informalidade ou mesmo de aspectos marcadamente característicos da oralidade, o que demonstra a heterogeneidade de estilos presentes nos discursos. Oficial aqui é colocado como sendo um

⁷⁶ Arquivo Sind-UTE. *UTE 1979-1987: Um pouco de nossa história*, 1987, p. 17.

⁷⁷ Arquivo Sind-UTE. Pasta 163-Jornal Sindicato.

veículo de comunicação ligado a uma instituição organizativa docente, sendo por isso marcado pela formalidade da escrita, como atestado no trecho abaixo:

Desde sua fundação, em julho último, a UTE vem tentando conciliar a difícil tarefa de estruturar internamente a entidade com o encaminhamento das questões que dizem respeito ao exercício do magistério. Nesse intervalo retomou-se o funcionamento de algumas regionais de Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que no interior tem início o processo de formação dos núcleos. Paralelamente ocorre a discussão acerca da efetivação dos contratados e da proposta de concurso feita pelo governo. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 2).

Como afirmado acima, podem também ser encontrados marcadores de informalidade ou de oralidade, aspecto que garante uma maior aproximação com os(as) leitores(as), uma redução do distanciamento hierárquico marcado pela linguagem formal.

Assim como na greve, mas agora organizados na sua entidade, lá vão eles: discutem como cumprir o módulo II; o porquê da efetivação imediata de todos os contratados; a questão da produtividade [...] Agora sim, saindo do casulo, confirmam: O MAGISTÉRIO MINEIRO ESTÁ DE PÉ. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 8).

Já corre a^(sic) boca pequena que o nosso dileto governador estaria tramando mais uma das suas. (*Boletim da UTE-MG*, mar. 1982, p. 4).

O segundo parâmetro para se tentar definir o(s) estilo(s) presente(s) nos periódicos da UTE-MG, se estabelece a partir do modo retórico, que poderia ser classificado como argumentativo.

Veículo e espelho de nossa **consciência de classe**, eis o Módulo III. Jornal do novo magistério mineiro. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1, grifo nosso).

Nessas publicações o que se busca, além de dar informações, é defender o ponto de vista da entidade, a partir das necessidades estabelecidas por ela em relação aos docentes. As relações que se estabelecem entre os produtores do texto e os(as) leitores(as) são marcadas por posições de sujeito assimétricas, pois como demonstrado anteriormente, a UTE-MG assume uma postura de vanguarda em relação aos docentes, expondo suas posições políticas e agindo como um agente responsável por levar os docentes a níveis de conscientização que os

possibilitem atuar na sociedade com o objetivo de transformá-la, em uma mutação, seguindo a tradição marxista, da “classe em si” para a “classe para si”⁷⁸.

A concomitância do gênero utilizado pela UTE-MG, de acordo com Maingueneau (2008b, p. 154), um gênero instituído monológico que não implica interação imediata, e da heterogeneidade do estilo retórico, possibilita ao discurso aproximar-se do(a) leitor(a) e ao mesmo tempo diferenciar-se dele(a), reiterando posições assimétricas de sujeito.

Quanto ao tipo de discurso, em termos de conteúdo e significados ideacionais, a amostra global dos periódicos publicados pela UTE-MG no período analisado pode ser caracterizada como um tipo de discurso sindical, marcadamente influenciado pela matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”, que busca uma orientação diferenciada em sua relação com o Estado e as bases. Como serão tratados os temas e conteúdos apresentados nos periódicos da UTE-MG no tópico referente à análise linguística, essa questão será tratada quando da discussão apresentada sobre a construção de um *ethos* discursivo.

Visto de que forma o gênero, o estilo e o tipo de discursos utilizados pela UTE-MG configuram aspectos de interdiscursividade, demonstrando a inserção do discurso na história e visto como a escolha dessas formas determina a lógica de ação da entidade, bem como evidencia as relações entre os sujeitos envolvidos nas interações comunicacionais, passaremos agora à análise dos processos de interdiscursividade demarcados no texto.

Buscamos detectar nos periódicos da UTE-MG a heterogeneidade mostrada, ou seja, a análise de como essa entidade em seus discursos recorre explicitamente a outros textos, que podem estar delimitados claramente na superfície do texto, ou apenas sugeridos. A primeira questão que colocamos diz respeito aos limites entre o discurso representador e o representado; esses limites estão claramente demarcados? O discurso representado é traduzido na *voz* do discurso representador? E, por último, uma questão central: de quem é a *voz* do discurso representado e quais os objetivos da UTE-MG ao trazer essa *voz* para o seu texto?

Nos periódicos analisados não há textos de significado ideacional demarcados pelo uso de aspas, nem mesmo uma representação do discurso, que é o relato do que outros disseram. Não há nenhuma entrevista. Nesses periódicos não constatamos, portanto, uma

⁷⁸ De acordo com Marx, a luta de classes se situa, também, no nível político da vida social, e é nesse nível que os indivíduos reconhecem seus interesses e se tornam conscientes da diversidade e do antagonismo fundamental dos interesses de uma classe com os interesses da classe oposta. Organizados em comunidades ou associações políticas, centradas nessa identidade, adquire-se uma consciência de classe, que seria a “classe para si”; ao contrário, caso não exista essa consciência, a classe continuará sendo uma mera “classe em si”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 172).

demarcação definida, na superfície do texto, entre um discurso representado e um discurso representador. A voz presente no discurso é a da nova instituição de representação dos docentes, em sua tentativa de se afirmar e se consolidar como “único representante efetivo do professorado da rede oficial de ensino.”⁷⁹

Qual seria o significado dessa postura da UTE-MG na formulação de seus textos? Seria uma forma de afirmar a centralidade da instituição, seu caráter autossuficiente de conduzir os processos reivindicatórios de toda uma categoria, sua originalidade? Ou seria a demonstração de um isolamento, especificamente no campo educacional, já que a solidariedade e identificação com os demais trabalhadores é sempre reafirmada?

Podemos considerar que as duas hipóteses listadas acima, em forma de questões, são plausíveis e não necessariamente excludentes, antes, podem nos conduzir a uma terceira questão, que seria a de perguntar se tanto essa autossuficiência discursiva, quanto seu isolamento não seriam formas embrionárias de uma busca por certa homogeneização identitária, a conformação de um discurso com vistas a estabelecer uma identidade ligada exclusivamente à concepção de “trabalhador do ensino”. Vejamos então o que nos textos publicados nos periódicos podem subsidiar a discussão aqui tratada.

Em seu estatuto de 1979, texto de caráter normativo, essa tendência pode ser atestada nos trechos selecionados abaixo.

Art. 2 – São princípios gerais da UTE-MG:

III – Desenvolver a unidade de toda a categoria dos trabalhadores do ensino;
IV – Participar, ao lado de todos os trabalhadores, no combate a toda forma de exploração e opressão.

VII – Garantir a independência da Entidade:

[...]

d) Aderindo a organismos que promovam a unidade dos trabalhadores do ensino, em particular, e de todos os trabalhadores em geral;

Art.3 – O quadro social da UTE-MG será constituído por:

a) Trabalhadores do ensino de Minas Gerais, em atividade nas redes municipal, estadual, federal e particular, bem com em autarquias e fundações;

b) Trabalhadores do ensino de Minas Gerais aposentados. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 4-5).

As próprias estratégias de ação utilizadas pela UTE-MG reforçam essa identidade de “trabalhadores” e buscam demonstrar que apenas dessa forma os objetivos da categoria poderão ser alcançados.

⁷⁹Arquivo Sind-UTE. Pasta História Sind-UTE – diversos. Jornal *Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1.

Outro aspecto importante das várias greves está diretamente ligado às formas de luta que lançaram mão várias categorias. As grandes assembleias, os piquetes, passeatas e vigílias públicas, tiveram lugar tanto para os professores, como para os vigilantes, enfermeiros ou motoristas, demonstrando claramente o quanto a experiência de um setor pode ser absorvida por outro lado [...]. Apenas a organização forte e democrática dos trabalhadores em torno das mesmas reivindicações e da mesma luta, permitirá o fim de toda forma de exploração. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7).

A identidade com os demais trabalhadores é reforçada, demonstrando que os problemas pelos quais passam não são diferentes dos problemas vividos pelos professores.

Os professores verificavam que os seus problemas eram comuns aos dos demais trabalhadores: péssimas condições de vida e trabalho, exploração por parte dos patrões e do governo – e que só podem ser combatidos através da organização e da união. Foi essa certeza que levou os trabalhadores do ensino a fundarem sua entidade, onde continuarão a lutar pela conquista de suas reivindicações. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 8).

Essa seleção de trechos extraídos do *Módulo III*, deixa transparecer a forma como a UTE-MG constrói um discurso em torno da inevitabilidade da identificação do docente como “trabalhador”. Frente a tantos problemas vividos pela categoria não haveria outro caminho a ser seguido, seria esse ou a continuação de uma situação de exploração a que eram submetidos os professores, bem como os demais trabalhadores. Assim é justificada a não utilização em seus textos de citações com aspas, ou mesmo de representações do discurso, de relato do que outros disseram. Sua legitimidade, sua marca de autoridade, não adviria de outrem, mas de sua própria ação, de seu próprio fazer, na sua luta e identificação com os demais trabalhadores. É esse aspecto que o discurso da UTE-MG deixa entrever em seus textos, é essa construção discursiva que vai buscar forjar uma nova identidade para os docentes.

Como estamos trabalhando na perspectiva do “primado do interdiscurso”, apresentada por Maingueneau (2008a), mas mantendo para fins analíticos a distinção entre “heterogeneidade mostrada” e “heterogeneidade constitutiva”, será retomada a relação do discurso com seu Outro, para se problematizar essa possível “autossuficiência” discursiva da UTE-MG. Relembremos o que foi posto no capítulo 4, que traça o percurso metodológico, de que:

[...] o outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em

momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 36-37).

Esse caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso nos leva a buscar quem seria esse “Outro”, que retira do discurso da UTE-MG essa “plenitude autônoma”. Claro que esse “Outro” também não é um elemento unitário, preciso e centrado, o que pode ser revelado a seu respeito, e é nosso objetivo aqui, é uma de suas faces, aquela que diz respeito à inserção da UTE-MG e de seu discurso na história, mais precisamente sua relação com a matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”.

Para Sader (1988), os movimentos populares surgidos a partir da década de 1970 trazem à cena “sujeitos novos”, que rompem com a tradição sociopolítica da tutela e da cooptação, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se, na experiência do cotidiano popular. Esses novos sujeitos sociais surgem a partir de uma crise de representação política, manifestada em vários setores da sociedade: uma crise de representação da igreja, evidenciada nas formulações da “teologia da libertação”; uma crise no movimento sindical, que se expressaria na formulação de uma nova matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”, que busca romper com práticas sindicais atreladas à tutela estatal, ao “trabalhismo populista”; e a crise das esquerdas, em decorrência do próprio histórico de derrotas sofridas a partir do golpe militar de 1964 e dos impasses internacionais. Interessa-nos aqui compreender essa matriz discursiva formulada pelo “novo sindicalismo”, pois em grande parte a UTE-MG é constituída a partir dela, mas também a constitui, contribui para suas constantes reformulações.

O rompimento⁸⁰ com as práticas sindicais tradicionais traz a ideia central de um movimento de trabalhadores articulado em torno da mobilização de massas, desatrelado do Estado. De acordo com Furtado (1996, p. 33) as restrições impostas ao funcionalismo público quanto à sindicalização acabou favorecendo esse desatrelamento, pois as propostas de abolição do imposto sindical obrigatório, por exemplo, acabaram sendo viabilizadas, visto que UTE-MG em suas origens se organiza a partir de filiações espontâneas e contribuições voluntárias.

W. Oliveira (2006, p. 54-63) faz uma breve exposição sobre o desenvolvimento de uma matriz discursiva ligada ao “novo sindicalismo”, concluindo que as formulações básicas

⁸⁰ W. Oliveira (2006, p. 32-41) faz uma discussão, a partir da produção bibliografia por ele analisada, que polemiza se o chamado “novo sindicalismo” consegue de fato romper com as práticas atreladas ao Estado e mesmo com o “trabalhismo populista” do período 1945-1964.

desse movimento estavam presentes no discurso da UTE-MG em 1979. Analisando uma entrevista do presidente da entidade concedida a um jornal no ano de 1979, esse autor defende:

[...] no depoimento do professor Luiz Dulci muitos dos elementos de concepção de sindicato propostos pelo “*novo sindicalismo*” estão presentes: a preocupação da ligação com as bases, democratização das relações no espaço da associação e a ideia de representatividade real a partir do movimento. (OLIVEIRA, W., 2006, p. 61).

A confluência entre a quase inexistente “heterogeneidade mostrada” e a “heterogeneidade constitutiva”, centrada na matriz discursiva formulada pelo “novo sindicalismo”, nos leva a concluir que o discurso da UTE-MG se definiria, a partir do lugar que ocupa nos processos de interdiscursividade, pelo fato de não reconhecer uma “[...] discursividade para além da sua e de não poder se autorizar senão por sua própria autoridade.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 38). A partir dessa análise é que podemos buscar elementos para se compreender as formas como a UTE-MG buscou construir um discurso que se fez hegemônico que, por sua vez, buscou aferir uma homogeneidade identitária aos docentes, pois essa identidade estaria ancorada em uma nova forma de se pensar a organização dos trabalhadores, uma forma que se propõe a vencer o velho, a instaurar um novo período, um “novo sindicalismo”. E em decorrência disso, um novo docente, um novo sujeito, um “trabalhador do ensino”.

6.3 A análise linguística dos periódicos da UTE-MG

A análise da dimensão linguística dos textos publicados nos periódicos da UTE-MG tem como objetivo central analisar as formas como são construídas por essa entidade as representações em relação às identidades docentes. O que pretendemos analisar são as maneiras como a UTE-MG se dirige aos(às) seus(suas) leitores(as) em seus periódicos, que termos utiliza, e que tipos de relações de poder são estabelecidas nessa interação comunicacional.

Em primeiro lugar, trataremos do “vocabulário”, que compreende a função ideacional da linguagem, buscando compreender a significação dada pela UTE-MG às palavras utilizadas por ela em seus periódicos, de que forma esses léxicos buscam conformar

determinadas representações identitárias em torno da figura do docente. Serão analisadas as variadas nomenclaturas utilizadas pela entidade para designar os docentes, e as implicações desses processos de nomeação para a construção de representações acerca de suas identidades. O uso que é feito das palavras traz implícito escolhas, revela processos sociais, concepções de organização, táticas e estratégias, possibilita evidenciar a lógica de ação da entidade e, principalmente, comporta representações de imagens dos docentes, formata e (re)elabora identidades. Nesse sentido, as palavras utilizadas pela UTE-MG irão marcar sua posição no campo discursivo, adquirindo a função de signos de pertencimento.

Na Tabela 3 são listados os termos utilizados nos periódicos analisados e o número de ocorrências de cada um desses termos. Vale deixar claro que o objetivo não é o de fazer uma estatística léxica, mas, antes, buscar revelar as maneiras como são designados os docentes pela UTE-MG. Uma estatística léxica exigiria um tratamento diferenciado ao *corpus* documental até aqui analisado. Para os propósitos dessa pesquisa, o levantamento da ocorrência dos termos contribui para que se possa desvelar os caminhos traçados pela UTE-MG para estabelecer sua concepção identitária em relação aos docentes. Cabe ainda destacar que os termos listados foram utilizados em algum dos números das publicações analisadas, não sendo, portanto, estabelecidos *a priori*.

TABELA 3
Ocorrência de termos utilizados nos periódicos da UTE-MG
para designar o conjunto dos(as) professores(as)

Periódicos Termos	1	2	3	4	5	6	7	Frequência	%	Frequência agrupada	%
Categoria	19	06	-	02	-	-	03	30	11,71	41	16,01
Classe	03	02	02	-	03	-	01	11	4,29		
Colega(s)	02	01	01	03	03	-	01	11	4,29	169	66,01
Educador(es)	02	-	01	-	-	01	-	04	1,56		
Magistério	05	10	-	07	02	-	02	26	10,15		
Professorado	24	15	03	-	-	-	-	42	16,40		
Professor(es)	33	22	07	08	05	-	11	86	33,59	09	3,51
Profissional(ais) do ensino	02	03	-	-	01	-	-	06	2,34		
Profissionais do magistério	01	01	-	01	-	-	-	03	1,17		
Professora(s)	-	02	08	-	-	-	-	10	3,90	10	3,90
Trabalhadores do ensino	15	01	-	01	01	01	01	20	7,81	27	10,54
Companheiros	-	-	-	-	-	07	-	07	2,73		
TOTAL DE TERMOS								256	100	256	100

Fonte: Arquivo Sind-UTE. Elaboração própria.

Legenda: 1. *Jornal Módulo III* (ago. 1979); 2. *Jornal Módulo III* (nov. 1979); 3. *Jornal da UTE – Juiz de Fora* (out. 1979); 4. *Boletim da UTE-MG* (nov. 1979); 5. *Boletim da UTE-MG* (dez. 1979); 6. *Boletim da UTE-MG* (abr.1980); 7. *Boletim da UTE-MG* (mar. 1982).

Assim como nos textos da APPMG (analisados no capítulo 5), o número de termos utilizados chama a atenção, bem como a heterogeneidade de significados para cada um deles, evidenciando uma tensão entre esses “signos de pertencimento”, pois sua utilização ou seu silenciamento são escolhas, refletem as concepções identitárias que a UTE-MG trazia em seu discurso acerca dos docentes. Essa multiplicidade de termos para nomear os docentes é uma demonstração de que as análises acerca das identidades docentes devem ter como referencial uma visão “construtivista”, pois essas identidades são construções sociais e de linguagem, em oposição a uma visão “essencialista” (MARTUCCELLI, 2002), que busca uma identidade coerente e única para os grupos sociais.

Os termos foram agrupados em blocos, levando-se em conta sua equivalência semântica. No primeiro bloco estão reunidos os termos “categoria” e “classe”, por remeterem a uma lógica organizativa. Apresentam uma recorrência significativa, equivalendo a 16,01% do total de termos apurados nos periódicos. Mas qual sentido esses termos assumem no contexto da enunciação? Qual a implicação dessas escolhas em relação às representações construídas pela UTE-MG sobre as identidades docentes?

Para melhor caracterizarmos as escolhas feitas pela UTE-MG em relação ao termo “categoria”, vamos verificar em qual “contexto” o termo é utilizado.

A proposta vencedora, priorizando a existência de subsedes, sem entretanto colocar-se contra a existência das associações reconhecidas pelo professorado por seu trabalho em prol da **categoria** – encontra sua justificativa na própria **categoria** e na necessidade de sua coesão. A **categoria** é uma só, assim como os problemas mais prementes que enfrenta... (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3, grifos nossos).

A campanha salarial dever ser, portanto, o momento de maior mobilização e trabalho da nossa **categoria**. (*Boletim da UTE-MG*, mar. 1982, p. 3, grifo nosso).

Categoria é utilizada nos periódicos da UTE-MG no sentido de caracterizar comunidades profissionais e por se definirem por um “[...] agir específico, no modo de se entenderem a si mesmos e de serem entendidos pelos outros.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 173). A dimensão profissional se sobressai sobre a dimensão política, mas cabe questionar a que categoria a UTE-MG está se referindo: a uma categoria de professores(as), ou se a uma categoria de “trabalhadores do ensino”? Ao analisarmos a utilização desses termos pela UTE-MG, mais adiante, essa questão será retomada.

O termo “classe” possui uma dimensão mais polissêmica, sua utilização tanto pode remeter a uma dimensão corporativista, quanto a uma postura “classista” no sentido que a configura o marxismo, como uma construção histórica de tomada de consciência com vistas a transformar toda a sociedade. Vamos passar ao exame do contexto no qual é utilizado o termo pela UTE-MG para, em seguida, procedermos à análise.

A **classe** porém, possui as armas para impedir isso [o descaso do governo estadual em relação ao problema dos contratados]. É só nos organizarmos para usá-la^(sic). (*Boletim da UTE-MG*, mar. 1982, p. 2, grifo nosso).

[...] as linhas mestras de atuação da UTE-MG nesse novo ano que se inicia, inaugurando uma nova década – que será, sem dúvida, muito mais benéfica à

nossa **classe** e à causa da educação. (*Boletim da UTE-MG*, n. 2, dez. 1979, p. 1, grifo nosso).

Tratados de maneira conjunta e com o apoio de todos os colegas de estado a possibilidade de solução rápida e do interesse da **classe** agora são realmente concretas. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 2, grifo nosso).

Porém o mesmo não se dá com relação à rede particular, na medida em que seu sindicato, mesmo tendo sido desviado dos objetivos iniciais, de luta intransigente na defesa da **classe**, ainda constitui seu organismo histórico de representação. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 6, grifo nosso).

Através dessa amostragem da utilização do termo “classe” pela UTE-MG, fica claro que ele está sendo utilizado como “[...] um conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão” (HOUAISS, 2007, s/pág.). Quanto à forma que a UTE-MG utiliza os termos “categoria” e “classe” em seus textos não se percebe diferenças quanto ao seu significado, ambos remetem a uma ideia de pertencimento a uma mesma comunidade, com interesses comuns.

Mesmo que a categoria classe possa, também, remeter a traços da doutrina corporativista, no texto da UTE-MG, “classe” não está colocada como elemento que promova a união e a solidariedade social, ao contrário, o enfrentamento ao “Estado patrão” é nítido. Há, portanto, um novo significado implícito do termo “classe”, que traduz uma visão dicotômica da dinâmica da sociedade, de um lado trabalhadores oprimidos, de outros patrões opressores, como pode ser percebido no trecho abaixo:

Todavia, qualquer abordagem das greves que não se detivesse também na observação do **outro lado**, estaria incompleta e, portanto, errada. Governo e patrões demonstraram de forma clara a convergência de seus interesses; a intransigência, as ameaças claras ou veladas, as pressões, a manipulação na grande imprensa e a repressão policial vieram evidenciar sua unidade e ação conjunta. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7, grifo nosso).

Podemos considerar que essa visão dicotômica, reforçada pela UTE-MG, extrapolava sua dimensão de postura reivindicatória de uma categoria profissional, encontrava-se, também, disseminada no período. Arroyo (1980, p. 14) corrobora essa visão ao afirmar que “[...] nós educadores seremos obrigados a nos definir por uma escola a serviço de uma ou de outra classe”, ao afirmar claramente que o mais importante nas greves dos educadores (assim também denominava os docentes) foi o apoio da sociedade civil à “luta travada entre educadores e patrões-Estado” (ARROYO, 1980, p. 14). Com essa visão, certamente Miguel Arroyo foi um dos grandes responsáveis, juntamente com a lógica de ação política construída

pela UTE-MG, pela difusão dessa face identitária dos docentes, a de um trabalhador que devesse enfrentar o “Estado-patrão” que o explora e construir uma nova escola. Esse aspecto demonstra o “esquema de correspondência” estabelecido com o contexto sociopolítico da época, a ser analisado no tópico 6.4, o evento discursivo como prática social.

Essa dicotomia apontada por Arroyo (1980) remete a uma discussão em relação à retomada do conceito de sociedade civil no Brasil e nos demais países da América Latina, que segundo Costa (2002), estaria associada à resistência contra regimes autoritários em fins da década de 1970 e até meados dos anos 1980; a sociedade civil “[...] torna-se referência imprescindível aos atores que buscavam afirmar sua independência em relação ao Estado militar.” (COSTA, 2002, p.42).

O segundo agrupamento corresponde ao maior percentual de ocorrências, 66,01%. Foram reunidos nesse bloco termos de natureza semântica aproximadas, que dizem respeito à imagem do docente como um “professor”. A questão que se sobressai é: por que essa ocorrência tão elevada?

Para uma associação – a UTE-MG legalmente não se constitui como um sindicato no período – e a partir de 1990, um sindicato, que constrói ao longo de sua história todo um discurso em torno da mítica figura do “trabalhador do ensino”, causa estranheza uma recorrência tão pequena em seus primeiros textos desse termo. Vamos detalhar a seguir alguns termos desse bloco para que possamos retornar a essa questão e buscar compreender qual a razão desse fato.

Os termos “colega(s)” e “educador(es)” apresentam baixa recorrência, não sendo elementos de grande destaque nos textos analisados. “Colega(s)” geralmente é utilizado como uma forma de reduzir “os marcadores explícitos de poder em tipos de discursos institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 248), evidenciando uma tendência à informalidade.

Desde já está aberto [o Boletim da UTE-MG] à colaboração de todos os **colegas** [...]. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

A UTE está convocando todos os **colegas** do magistério municipal para comparecer no ato de entrega do abaixo-assinado [...]. (*Boletim da UTE-MG*, n. 2, dez. 1979, p. 4, grifo nosso).

O termo “colegas” refere-se aos integrantes do magistério, e acaba por excluir os demais funcionários da escola. Por sua vez, o termo “magistério”, com uma frequência de 10,15%, também, de acordo com o já citado *Estatuto do pessoal do magistério público do*

Estado de Minas Gerais, refere-se ao “pessoal que exerce a docência, a supervisão, a orientação, a administração educacional, a inspeção e a direção no sistema estadual de ensino” (DUARTE; DUARTE, 2007, s/pág.), não comportando os demais “trabalhadores do ensino”.

Quatro meses passados do nosso primeiro Congresso já nos permitem iniciar uma avaliação do que tem sido a entidade até aqui, quais seus acertos e erros, como fazê-la mais atuante, mais democrática, mais representativa do **magistério** mineiro. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

Os salários do **magistério** estadual continuam incrivelmente baixos, aquém até mesmo das mínimas necessidades de sobrevivência do professor e de sua família. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 2, grifo nosso).

Como visto acima, o termo “magistério” comporta, na realidade, uma referência ao “professor”, ao exercício legal de sua profissão, reforçando uma identidade docente relacionada ao fazer específico de uma categoria profissional. Marca, também, um campo de luta, no sentido de disputa de espaço com a APPMG, visando não se afastar do público leitor visado.

Os termos “professorado” – “cargo ou função de professor, a categoria profissional dos professores” (HOUAISS, 2007, s/pág.) – e “professor(es)”, comportam juntos uma frequência de 49,99% dos termos utilizados nos periódicos analisados. Sua ocorrência, portanto, corresponde à metade de todos outros termos juntos. Esse dado é significativo para as considerações acerca das construções identitárias formuladas pela UTE-MG, para a compreensão de sua dinâmica, de suas tensões, suas rupturas e permanências. Se muitas vezes devemos buscar na análise do vocabulário utilizado por uma instituição, aquilo que ele silencia, o interdito, noutras devemos buscar o que ele efetivamente diz, o que ele explicitamente deixa transparecer. Citaremos alguns trechos, a título de exemplo, nos quais os termos “professorado” e “professor” são utilizados pela UTE-MG.

A falta de representatividade e o alheamento da Associação de Professores existente – APPMG – com relação ao **professorado**, somados à necessidade premente por parte da categoria de um organismo que a representasse e conduzisse suas lutas, colocavam a exigência imediata da criação de uma nova entidade, uma verdadeira entidade do **professorado**. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3, grifos nossos).

Todos devem participar [do II Congresso dos Trabalhadores do Ensino]: seja comparecendo ao Congresso, seja elegendo seus delegados, na proporção de 1 para cada 50 **professores** da região. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 2, grifo nosso).

Por que essas recorrências tão grandes dos termos “professores” e “professorado” em uma entidade de “trabalhadores do ensino”? Para responder tal questão devemos buscar, inicialmente, nas práticas discursivas da UTE-MG elementos que possam nos dar pistas do porquê dessa referência identitária de “professores”. Quem são, de fato, os interlocutores da UTE-MG, a quem os periódicos são dirigidos? Quem os consome?

Numericamente os(as) professores(as) são maioria nas escolas em relação aos demais funcionários da escola, historicamente as reivindicações do magistério são dirigidas por eles(as), apesar do grande número de entidades de supervisores, diretores de escola etc.⁸¹. A partir dessa constatação, podemos inferir que os periódicos eram dirigidos aos(às) professores(as), estes(as) eram de fato seus(suas) leitores(as). A produção dos periódicos também ficava a cargo de professores(as) membros da diretoria da UTE-MG (FIGURAS 15 e 19).

Os textos são heterogêneos e ambíguos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58), comportam dilemas, contradições e refletem situações concretas vivenciadas por determinada instituição. O fato da UTE-MG se intitular uma entidade que congrega indistintamente todos os funcionários que trabalham na escola, não significa que em seu discurso seja eliminada qualquer forma identitária que não corresponda a essa proposição, pois “[...] a mudança deixa traços nos textos na forma de coocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128). Essa “colcha de retalhos” que se constituiu o texto da UTE-MG é uma forte evidência das tensões e dilemas vividos por essa entidade em sua constituição. Essa larga utilização do termo “professores” em seus periódicos é uma forma de estabelecer uma interlocução com seus(suas) leitores(as), de trabalhar com as resistências dentro do próprio movimento organizativo e, também, uma clara demonstração da dificuldade dos próprios membros da entidade de se identificarem ainda como “trabalhadores do ensino”. Essa resistência pode ser aferida na entrevista de Luiz Dulci, concedida a Furtado (1996), na qual afirma que “[...] aos poucos este nome foi sendo **mais** assimilado, em parte porque se tornou o nome da entidade”. O grifo evidencia que o processo foi marcado por resistências, que foi sendo vencida aos poucos. Questiona-se, no entanto, se de fato ainda nos dias de hoje não há uma resistência quanto aos(às) professores(as) se identificarem como “trabalhadores da educação”.

⁸¹ “Uma pequena amostra desse número pode ser verificada na participação do Congresso de Unificação das Entidades, realizado em 1990, que deu origem ao Sind-UTE. Participaram a Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais (AOEMIG), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Belo Horizonte (SINTEP) e Associação de Diretores e Vices de Escolas Municipais de Belo Horizonte.” (*Sind-UTE 25 anos*. Publicação especial comemorativa dos 25 anos do Sind-UTE/MG, dez. 2004, p. 8).

O terceiro bloco foi agrupado tendo como parâmetro a utilização do termo “profissionais”. Apesar de sua baixa frequência, 3,51% apenas, ele pode nos revelar as concepções de docências com as quais trabalha a UTE-MG e, conseqüentemente, suas (re)elaborações identitárias. O termo “profissionais do magistério” é utilizado apenas duas vezes, nos seguintes trechos:

Pretendemos criar com o Módulo III um novo momento para os **profissionais do magistério**, para todos os educadores. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1, grifo nosso).

Este boletim informativo é mais modesto: quer apenas informar, de maneira clara e ágil, sobre todos os assuntos, por mais miúdos que pareçam, de interesse do professor e demais **profissionais do magistério**. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

As duas únicas vezes nas quais o termo é utilizado são para apresentar o jornal e o boletim. No primeiro caso não fica claro se “profissionais do magistério” se opõe a “educadores”, ou se funciona como um complemento, uma maneira de reforçar a quem é dirigido o jornal. No segundo caso essa relação é mais clara, o “profissional do magistério” é também o professor, pois o boletim é destinado a ele e aos demais “profissionais do magistério”. Quem seriam, portanto, esses “profissionais do magistério”? Por que a utilização desse termo? Se voltarmos à análise do termo “magistério” realizada anteriormente, veremos que ele comporta os segmentos ligados à docência, à supervisão, à orientação, à administração educacional, à inspeção e à direção, portanto, a utilização do termo “profissionais do magistério” não fugiria a essa classificação, trazendo no entanto, a “novidade” do uso do termo “profissional”. Esse uso, pelo contexto de enunciação, não traz consigo uma carga de representação muito significativa, primeiro pela sua baixa frequência, segundo pelo fato dele apenas reforçar o exercício das funções mencionadas acima.

Já o termo “profissionais do ensino”, com seis ocorrências, demonstra uma visão e uma construção identitária mais específica, que abarcaria um número maior de pessoas dentro das escolas. A partir dos trechos selecionados abaixo será feita uma análise dessa amplitude do termo.

Módulo III: jornal do **profissional do ensino** para o **profissional do ensino**, o que só se tornará realidade através da participação e colaboração ativa de todos. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1, grifos nossos).

Nos dias 1 e 2 de dezembro nós professores e demais **profissionais do ensino** deste estado estaremos reunidos. (*Módulo III*, edição extra, nov.1979, p. 1, grifo nosso).

Vamos lutar por 13º salário, triênio, aposentadoria aos 25 anos, etc. E por um salário digno, definido por nós, 250.000 **profissionais do ensino** de Minas. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 2, grifo nosso).

Novamente cabe a pergunta: quem é o “profissional do ensino”, assim designado pela UTE-MG? Se analisarmos a terceira citação fica claro que são os professores, pois é reivindicada a aposentadoria aos 25 anos, mas a partir da segunda citação o termo tem uma abrangência mais ampla, que incorpora outros setores, além de professores. Estaria então mais próximo de uma concepção de “trabalhadores”? Se sim, por que não utilizar o próprio termo? Essa tensão entre essas duas formas pode ser atestada na entrevista concedida por Luiz Soares Dulci a Furtado (1996, p. 45) no ano de 1993, na qual ele discorre sobre a definição e as resistências em relação ao nome da entidade:

Mas o nosso era um argumento [a greve de 1979 não tinha sido só de professores] irresponsável... com as serventes escolares que já faziam parte do nosso sujeito-coletivo, quer dizer, elas já estavam ali. Eles eram obrigados a vê-las. Eles estavam ali. Aí tentaram mediar, então, “União dos Profissionais do Ensino”, tentando fugir do termo trabalhador.

Mesmo que não fique claro na entrevista a quem o ex-presidente da UTE-MG se refere quando afirma que “eles eram obrigados a vê-las”, fica patente a tensão entre o uso do termo “trabalhador do ensino” e “profissional do ensino”, e a utilização deste último nos periódicos talvez seja uma demonstração de que “eles” não se convenceram totalmente da identificação dos professores aos trabalhadores. Essa tensão nas formulações identitárias dos docentes revela ser a identidade um conceito “altamente contestado” (BAUMAN, 2005, p. 83), ela se revela como algo a ser (re)inventado, como algo que ainda precisa se (re)construir, algumas vezes a partir do zero, afirmar-se sobre outras formulações e lutar por essa afirmação. Mas como algo que precisa se (re)construir, as marcas sobre as quais ela contesta não se apagam, persistem como uma forma de não se anular, participam da “batalha” mencionada por Bauman (2005) e os vestígios dessa luta deixam marcas no texto, convivem em tensão com as novas formulações, como demonstrado nos trechos selecionados dos periódicos da UTE-MG.

O quarto bloco agrupa unicamente o termo “professora(s)”, por suscitar uma discussão em relação à questão de gênero. Em uma categoria majoritariamente feminina causa estranheza uma recorrência tão baixa do termo. Qual seria o motivo disso? Por que justamente

no jornal publicado em uma cidade do interior a recorrência corresponde à quase totalidade do seu uso, oito citações no total de dez? O que essa “ausência” pode nos revelar em relação às representações identitárias formuladas pela UTE-MG em relação aos docentes? Vejamos inicialmente o contexto no qual o termo aparece nos únicos dois periódicos:

Uma **professora** P1-A iria receber, segundo as previsões do governo, de outubro de 79 a outubro de 80, considerando salário mais produtividade em bruto, a absurda quantia de Cr\$ 3.840,00 [valor em cruzeiros]. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 2, grifo nosso).

Conseguimos 100% para as **professoras** de 1ª a 4ª série, ou seja: dobramos o salário de 70.000 professores, e isto ainda não bastou. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

Os dois trechos acima foram retirados do mesmo periódico, na mesma página, em uma coluna denominada “O que ganhamos com a greve”. Repare que a referência ao termo “professora(s)” ocorre para designar especificamente as professoras que atuam nas séries iniciais do então 1º grau, mas no mesmo trecho refere-se a essas professoras no gênero masculino, “professores”. Vejamos a seguir, de que forma o termo aparece no periódico publicado pela subsede de Juiz de Fora, uma importante cidade do interior de Minas Gerais.

Escorada há um ano a escola protege seus 400 alunos, funcionários e **professoras** como consegue. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 1, grifo nosso).

Temos a acrescentar ainda que não foi só a nós que o D. D. Secretário fez promessas, pois pelo menos uma meia dúzia de vezes, foram feitas promessas de efetivação das **professoras**, através da imprensa... (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 2, grifo nosso).

O problema é que o Secretário de Educação ordenou que os delegados de ensino reunissem as Diretoras de Escola para deliberarem sobre a reorganização do quadro de classe considerando as **professoras especializadas** (canto, coordenadora de saúde, bibliotecária, trabalhos em artes) regentes de classe. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 4, grifo nosso).

O *Jornal da UTE – Juiz de Fora* utiliza o termo “professora(s)” oito vezes. Podemos inferir que a utilização do termo no gênero feminino se deva ao fato do jornal dar ênfase a temas ligados mais ao dia-a-dia das escolas, como o tema central que se refere às péssimas condições físicas de uma escola, com uma conotação mais prática e menos politizada, por isso se aproximar mais de seus, no caso, suas leitoras.

Cabe ainda destacar que o termo “trabalhadores do ensino” não aparece nenhuma vez no periódico de Juiz de Fora, ao contrário, no texto é feita uma clara distinção entre “professores, servente, diretora, supervisora”. A frequência com que o termo “professora(s)” aparece pode ser um indício da tensão identitária entre uma imagem do magistério como uma função feminina ou ainda como um sacerdócio, como o trecho abaixo deixa transparecer:

Diante desse triste quadro, só podemos dizer que lamentamos profundamente o descaso pela educação e afirmar que apesar de tudo, continuaremos a lutar por nossos direitos, pois existe, dentro de nós, **um ideal maior e mais puro**. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 2, grifo nosso).

O que seria esse “ideal maior e mais puro” senão uma clara referência ao magistério como uma função vocacional, de entrega, de sacerdócio? Aqui novamente temos evidenciado a dimensão “construtivista” da identidade, no qual antigas concepções identitárias convivem, em tensão com novas formulações, se superpondo, jamais se sobrepondo pura e simplesmente.

Pelo próprio formato do *Jornal da UTE – Juiz de Fora*, sua organização, seu aspecto visual, podemos inferir que a subsede Juiz de Fora se organizou a partir de uma entidade já existente, trazendo consigo, portanto, concepções e representações mais arraigadas. Dois indícios nos textos nos permitem inferir a esse respeito. O primeiro é uma coluna publicada na página 4, a partir da “Colaboração de D. Eunice Alves Vieira da Associação das Professoras Aposentadas de Juiz de Fora”⁸², que trata de uma resolução e uma lei que ordena o trâmite burocrático a ser seguido pelos servidores inativos quanto ao requerimento de direitos. O segundo indício é bastante significativo, pois afirma:

O “Jornal da UTE” inaugura seu primeiro número com a história da luta do professor mineiro e juizforano em favor de melhor educação. **Luta que não começou com nossa greve** passada, mas que tem nela um de seus grandes momentos. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 1, grifo nosso).

Se “a luta não começou com a greve” significa que já havia algum tipo de associação atuando que, por sua vez, veio a se juntar à UTE-MG a partir da greve de 1979.

No último bloco estão agrupados os termos “trabalhadores do ensino” e “companheiros”. Começamos pela análise deste último, o que pode esclarecer as razões dele ter sido agrupado nesse bloco juntamente com “trabalhadores do ensino”. No material

⁸² Arquivo Sind-UTE. Pasta História Sind-UTE – diversos. *Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 4.

analisado, o termo aparece unicamente no *Boletim da UTE-MG*, publicado em abril de 1980, como já descrito anteriormente, de apenas uma página, durante um período de greve dos(as) professores(as), portanto em um momento de exaltação e apelos, não necessariamente racionais, à participação de todos(as) no movimento. Além de ser um período de greve, o boletim trata da prisão de quatro líderes do movimento, membros da direção da UTE-MG, e exige suas libertações. A voz impressa no boletim adquire tons de drama, até mesmo Tiradentes é evocado, talvez em uma tentativa de associar o martírio dos líderes presos ao vivido por esse herói construído pela república brasileira, aproveitando-se do acontecido ter se dado justamente em abril, mês em que se comemora o Dia de Tiradentes. Vejamos como ocorrem essas citações e referências ao termo “companheiros”.

Falamos daquela verdadeira segurança onde cada cidadão se sinta irmão de todos os outros, porque não vê a miséria convivendo e alimentando a riqueza. Para esta, preparemos nossos alunos, CUSTE O QUE CUSTAR. E os que são de Minas já devem ter entendido isto desde que escolhemos TIRADENTES como nosso protótipo^(sic).

MENSAGEM DO COMPANHEIRO LUIS^(sic) SOARES DULCI: “Companheiros do magistério, estamos do lado da verdade e da justiça. Educar é lutar contra a mentira e a escuridão. Não podemos recuar de nossa missão, seja qual for o risco.”

MENSAGEM AOS COMPANHEIROS PRESOS: Luis^(sic), Carceroni, Isis e Carlão, a semente que vocês plantaram germinou e adquiriu vigor e resistência própria [...]. Não tenham cuidados companheiros, essa semente vai se transformar numa árvore frondosa. (*Boletim da UTE*, n. 3, abr. 1980. p. 1).

Os trechos selecionados acima nos dão uma amostra do tom que é dado ao boletim e da tentativa de heroização dos líderes do movimento. “Companheiro” faz parte do repertório de uma linguagem informal, novamente uma tentativa de reduzir assimetrias no discurso. E pelo contexto sociopolítico, a greve e a prisão das lideranças do movimento, uma tentativa de comover e sensibilizar os(as) leitores(as) a se engajarem na luta e tomar como exemplo o sacrifício dos “companheiros”.

Não se pode deixar de mencionar, também, que o termo tornou-se um jargão entre os metalúrgicos do ABC paulista, sendo recorrente nas falas do atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva – ex-líder sindical – em sua saudação aos “companheiros e companheiras” nos seus discursos.

Essa recorrência ao termo “companheiros” remete a questão da identidade docente à sua associação ao movimento mais amplo do conjunto da classe trabalhadora, daí esse termo

estar agrupado no mesmo bloco que o termo “trabalhadores do ensino”, que passaremos a analisar em seguida.

Se comparado a outros termos utilizados pela UTE-MG, a frequência do termo “trabalhadores do ensino”, 7,81%, é inferior à utilização de “categoria”, “magistério”, “professorado”, “professor(es)” (TABELA 3). Para uma associação que se denomina *União dos Trabalhadores do Ensino* era de se esperar que houvesse uma ocorrência mais significativa, já que esse termo carrega uma carga simbólica que irá marcar as representações identitárias em torno da figura do docente. De acordo com a Tabela 3, podemos observar que a maior frequência ocorre no primeiro número do *Jornal Módulo III*, mais especificamente nas páginas 4 e 5, nas quais está transcrito o “Estatuto Provisório da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais”. A partir desses dados, que tipo de inferência pode ser feita em relação a essa pouca expressividade do termo nos primeiros periódicos da UTE-MG? Seria um forte indício do que D. Oliveira (2006, p. 220) vai classificar como “uma criação artificial das lideranças políticas que tentaram transpor para dentro da escola valores de solidariedade e igualdade que jamais encontraram correspondência na prática desses trabalhadores?”

Inicialmente, o fato do termo “trabalhadores do ensino” ter uma recorrência maior nas páginas que reproduzem o estatuto da entidade (sete vezes), se explica pela própria natureza desse gênero, que estabelece um conjunto de regras de organização e funcionamento de uma instituição, sendo listado, portanto, as atribuições, deveres e direitos dos sujeitos que compõem essa instituição, os “trabalhadores do ensino”. Devemos notar que a UTE-MG não traz em seu estatuto uma definição de quem são os “trabalhadores do ensino”, apenas trata que tais sujeitos compõem o quadro social da entidade:

Capítulo II: da admissão e classificação dos sócios

Art. 3º – O quadro social da UTE-MG será constituído por:

- a) **Trabalhadores do ensino** de Minas Gerais, em atividade nas redes municipal, estadual, federal e particular, bem como em autarquias e fundações;
- b) **Trabalhadores do ensino** de Minas Gerais aposentados. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 4, grifo nosso).

Uma definição de quem são esses sujeitos será dada posteriormente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ensino (CNTE), que em seu estatuto determina quem são, na realidade, os “trabalhadores em educação”.

Art. 2º – A CNTE tem como finalidades:

- a) congregar trabalhadores em educação (**professores, especialistas e funcionários de escolas**) em nível nacional, por meio de entidades a ela

filiadas, com objetivo de defesa dos interesses da categoria, da educação e do país⁸³.

Mesmo que do ponto de vista do vocabulário utilizado pela UTE-MG a presença da figura do “trabalhador do ensino” não esteja tão presente, não há como negar que associar a identidade docente à dos demais trabalhadores se reflete na organização e nas estratégias de luta da entidade, como também na construção de sua lógica de ação, e nas formas de mobilização dos(as) professores(as) no que se refere às suas reivindicações. Essa mudança nas formas reivindicatórias dos docentes é exposta claramente logo no primeiro jornal publicado pela entidade:

Outro aspecto importante das várias greves está diretamente ligado às formas de luta de que lançaram mão várias categorias. As grandes assembleias, os piquetes, passeatas e vigílias públicas, tiveram lugar tanto para os professores como para os vigilantes, enfermeiros ou motoristas [...]. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7).

Para Arroyo (1980), essa identificação do docente como “trabalhador” traz implicações em relação às formas de como a escola estava então organizada, faz com que a sociedade e os “trabalhadores do ensino” questionem a “escola burguesa”, que só teria a finalidade de reproduzir uma força de trabalho que serviria ao modelo de acumulação capitalista. Mas as contradições inerentes ao próprio sistema, ainda de acordo com Arroyo (1980), fizeram com que os docentes se identificassem na condição e na consciência de classe advinda de sua identificação com os trabalhadores da produção, do comércio. Essa nova “consciência de classe” traria uma “[...] redefinição da função social da escola e de nossas práticas educativas.” (ARROYO, 1980, p. 18).

Ainda para Arroyo (1980), mesmo que a identificação dos docentes como “trabalhadores da educação” tenha “quebrado” uma imagem do exercício da docência ligado à vocação e passado para uma “visão de direitos”, colocando o trabalho docente no campo dos direitos (ARROYO, 2004), em abordagens posteriores ao seu artigo escrito em 1980, considera que a cultura docente não assimilou uma cultura do trabalho, a identidade docente estaria muito distante de uma identidade das classes trabalhadoras. A identidade ficaria restrita aos momentos de luta – na rua – à ideologia, de volta à escola se fecharia em seus muros e em sua cultura (ARROYO, 2001, p. 191). Mas, curiosamente, na entrevista à publicação em comemoração aos 25 anos do Sind-UTE, Arroyo (2004) afirma que o que ele

⁸³ CNTE. Estatuto da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 30 abr.2010, grifo nosso.

havia colocado em seu texto de 1980 havia se confirmado, pois “[...] essa identidade dos trabalhadores, que se revelou a partir da criação do Sindicato^(sic), não só levou à consciência da categoria, como teve repercussões importantíssimas na educação brasileira.” (ARROYO, 2004, p. 26). Fica, então, posta a questão, os docentes assumiram ou não uma identidade de “trabalhadores do ensino”?

Podemos tentar responder a essa questão retomando o período de gestação dessa ideia, que é o recorte temporal eleito por essa pesquisa, o final dos anos 1970 e início dos 1980. Uma identidade não se sobrepõe à outra, ou outras, ela se (re)elabora em embates, tensões e contradições, é uma construção histórica, por isso podemos afirmar que, na realidade, a construção identitária docente em torno da imagem de “trabalhador do ensino” é uma construção discursiva elaborada e refinada *a posteriori*. Para compreendermos melhor essa proposição é necessário retomar a análise do contexto sócio-histórico do período e seus desdobramentos.

Almeida (1983) em um profético artigo no qual analisa as mudanças (ou as permanências) ocorridas no sindicalismo brasileiro após a onda grevista do final da década de 1970, já afirmava que “[...] uma coisa é certa: pelo menos por algum tempo, os rumos do movimento sindical não se definirão com independência dos partidos políticos.” (ALMEIDA, 1983, p. 214). Essa atuação política dos sindicatos, ou associações que atuem como tais, por intermédio dos partidos políticos pode ser um elemento que explique essa construção *a posteriori* da ideia de “trabalhadores do ensino” por lideranças de professores(as). O Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, tem entre os líderes da UTE-MG e de outras entidades docentes estaduais, os seus precursores. Como analisa Santana (2003, p. 309) os primórdios da proposta da construção de um partido dos trabalhadores remontam ao ano de 1978 e toma corpo em articulações ao longo de todo o ano de 1979, portanto, podemos deduzir que as lideranças da UTE-MG participaram ativamente de um movimento que extrapolava em muito as montanhas de Minas Gerais, e interessava a essas lideranças a construção de um movimento de massas, identificado com os trabalhadores, que pudesse dar suporte – e votos – a esse novo partido.

Uma evidência dessa associação da UTE-MG com os núcleos fundadores do PT pode ser atestada através de um jornal localizado nos arquivos do Sind-UTE, denominado *O TRABALHO*. Em uma “edição extra” publicada ainda durante a greve de 1979, esse jornal fez um balanço da greve, seu dia a dia, denunciou a repressão sofrida, exortou a categoria a participar do movimento, denunciou as entidades ditas “pelegas”. Esse jornal, de acordo com

Kucinski (2003, p. 195), é um informativo lançado no dia primeiro de maio de 1978, sendo um órgão da Organização Socialista Internacionalista (OSI), que ficou conhecida como *Libelu*, da chapa estudantil Liberdade e Luta. É um semanário, em formato tabloide, que prega a autonomia operária. O grupo por trás do periódico aderiu à “articulação”, uma das tendências que coexistiam dentro do PT.

O curioso é que esse jornal era publicado em São Paulo, mas essa “edição extra” tratava exclusivamente da greve dos(as) professores(as) de Minas Gerais. O jornal utiliza a primeira pessoa do plural para se referir aos atores do movimento, mas também é relatada a greve se referindo aos professores na terceira pessoa. Em muitas passagens do periódico fica claro que quem escreve o jornal são as lideranças do movimento grevista, os líderes do Comando Geral de Greve (CGG) – futura direção da nascente UTE-MG. Qual a razão dessa dubiedade? Seria utilizar um instrumento já estabelecido, pois o jornal é de 1978, sendo porém escrito pelo CGG? Em todo o editorial há ocorrência dessa forma dúbia, como podemos perceber nos trechos abaixo:

Dez dias! **A greve dos professores** da rede oficial de ensino completa hoje dez dias, enquanto o movimento na rede particular entra na sua quarta jornada de luta. A próxima semana será decisiva, **todos sabemos disso**. Nesse sentido, o que fazer para garantir a continuidade do movimento até a completa satisfação de todas as reivindicações? É o que procura explicar esse número especial de O TRABALHO. [...] A luta está crescendo e **não vamos parar** sem a solução definitiva de **nossos problemas**. [...] A greve do **professorado mineiro** ocorre no interior de uma poderosa onda grevista iniciada em março deste ano pelos metalúrgicos paulistas. (*O TRABALHO*, 1979, p. 1, grifos nossos).

Sem cair no jogo fácil de um historicismo vulgar, não há como negar, tendo como suporte a evidência documental acima descrita, a íntima ligação das lideranças da UTE-MG com o movimento de articulação do futuro PT e, também não há como negar, que interesses estavam em jogo, e trabalhar com uma massa de professores(as), que ultrapassava os 250 mil, era uma estratégia bastante promissora. Cabe lembrar que o primeiro deputado federal eleito pelo PT em Minas Gerais, já no ano de 1982 (OLIVEIRA, W. 2006, p. 188), foi justamente o primeiro presidente da UTE-MG, Luiz Soares Dulci.

A análise do vocabulário utilizado pela UTE-MG feita até aqui procurou mostrar as diversas formas utilizadas por essa entidade para designar os docentes. Da mesma forma que o fizemos em relação à APPMG, podemos classificar o léxico utilizado pela UTE-MG dentro de uma zona vocabular na qual a contradição está evidente, em que as palavras representam conflitos (MAINGUENEAU, 1997, p. 144). Mas para além dessa contradição evidente há

outro aspecto que a análise do vocabulário pode revelar, que é o lugar de onde não enunciamos, aquilo que é silenciado nos discursos, intencionalmente ou não, aquilo que é interdito. Quais seriam essas marcas do silêncio no discurso da UTE-MG?

Em primeiro lugar, pela sua baixa ocorrência, temos a imagem do docente vinculada à figura feminina. Nos periódicos da Sede Central da UTE-MG, o termo aparece apenas duas vezes, sendo essas ocorrências no mesmo texto. Não há por parte da UTE-MG, portanto, uma tentativa de reduzir as assimetrias do discurso (FAIRCLOUGH, 2001) em relação ao gênero, os(as) leitores(as) dos periódicos são reconhecidos(as) como professores, no gênero masculino. Qual seria então a razão desse silenciamento?

Trabalhamos com a hipótese de que há uma tendência da UTE-MG em se homogeneizar determinada forma identitária em torno da figura do “trabalhador”, em torno da ideia de classe social, que agruparia indistintamente homens e mulheres, de qualquer etnia, cor ou orientação sexual, com vistas a um objetivo comum, a transformação da sociedade, na luta contra o inimigo comum, a ditadura militar. Para Sarmento (2000, p. 85), essa seria uma tendência de instituições como sindicatos e associações profissionais, que efetuam uma produção simbólica contínua, nas quais existem elementos que exercem pressões uniformizadoras e tendências hegemônicas. Claro, pelas análises traçadas anteriormente, que essa uniformização não ocorre de forma automática, formas contraditórias, como já foi dito, convivem no mesmo discurso. Os trechos selecionados a seguir buscam apontar indícios dessa postura da UTE-MG.

Veículo e espelho de **nossa consciência de classe**, eis o Módulo III. Jornal do novo magistério mineiro. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 1, grifo nosso).

Apenas a **organização forte e democrática dos trabalhadores em torno das mesmas reivindicações e da mesma luta**, permitirá o fim de toda forma de exploração. Garantirá a obtenção de melhores salários, de condições humanas e dignas de trabalho. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7, grifo nosso).

Os professores verificavam que os seus **problemas eram comuns aos dos demais trabalhadores**: péssimas condições de vida e trabalho, exploração por parte dos patrões e do governo. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 8, grifo nosso).

Portanto, a ideia de que “todos somos trabalhadores”, submetidos à exploração do sistema capitalista, anularia especificidades, diferenças, sejam elas de gênero, raça ou qualquer outra.

No entanto, a representação em torno da figura do “professor trabalhador”, seria forte o suficiente para apagar outras marcas identitárias? Pela análise de elementos de ordem não-linguística presente no discurso da UTE-MG, podemos afirmar que não, nem tudo é silenciado. As charges publicadas nos periódicos da UTE-MG (FIGURAS 11, 12 e 13) ainda trazem como representação a figura feminina e não o “professor barbudo”, politizado e portador de uma mensagem de transformação social (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.206).

Outra imagem a que o discurso da UTE-MG busca se contrapor, silenciar, na nomenclatura utilizada aqui, seria a imagem do docente como um funcionário público. O termo simplesmente não aparece em nenhum dos periódicos analisados. A recusa em se identificar como funcionário público tem sua explicação, também, na identificação dos docentes em uma perspectiva de classe, que rejeita o Estado como apenas um gerenciador de serviços públicos, mas como uma instituição a serviço da acumulação de capital pelas classes dominantes, seu legítimo representante, portanto, portador da mesma lógica de exploração do trabalhador, e que, por isso, deve ser combatido. Como já analisado anteriormente, seria o “Estado-patrão”. Arroyo (1980, p. 17) é incisivo quanto a essa questão, para ele: “[...] a organização do trabalho educativo em bases empresariais levou os ordeiros professores públicos a se sentirem não servidores do público, mas força de trabalho vendida a um patrão chamado Estado.”

Por fim, uma questão interdita no discurso da UTE-MG diz respeito à profissão, pois há uma tensão permanente entre desconsiderar a especificidade do exercício da docência e a tendência a enquadrar a todos como “trabalhadores do ensino”. Uma questão polêmica, mas crucial para se compreender as configurações identitárias dos docentes e que, portanto, deve ser posta: o fato de entidades como a UTE-MG tratarem indistintamente todos os segmentos que compõem o quadro de pessoal de uma escola, professores(as), especialistas e funcionários(as) como “trabalhadores do ensino”, contribuiria para o processo que muitos autores chamam de “desprofissionalização”⁸⁴?

Ainda que o magistério não tenha historicamente se constituído enquanto uma profissão, no sentido que lhe dá a “sociologia das profissões”, a luta pelo reconhecimento profissional da docência sempre fez parte do discurso de entidades representativas dos

⁸⁴ Não é nosso objetivo traçar uma discussão sobre questões ligadas a “profissionalização”, “desprofissionalização” ou “proletarização”, que demandariam uma outra abordagem e outros referenciais. Para tal discussão ver: Costa (1995).

docentes. Mas a identificação como “trabalhadores do ensino” poderia obstaculizar esse profissionalismo, como nos aponta Enguita (1991, p. 51):

Há dez ou quinze anos os docentes denominavam-se a si mesmos “trabalhadores do ensino” [...]. Hoje em dia se fala sobretudo de “profissionalismo” [...] Numa palavra: antes se reivindicava a identidade com o resto dos trabalhadores, agora se trata de sublinhar e reforçar a diferença.

Mesmo que a partir dos referenciais construídos nessa pesquisa não consideremos que tais marcas identitárias se sobreponham de forma mecânica, como o faz Enguita (1991), é inegável que haja uma tensão entre se identificar como “trabalhador do ensino” e “profissional”. Essa tensão pode ser evidenciada na fala de Luiz Dulci, em entrevista a Furtado (1996, p. 44):

Então, no que diz respeito ao salário, aos direitos trabalhistas, à atividade sindical, o professor queria ser considerado **trabalhador**, mas ao mesmo tempo queria conservar como prestígio o que era um **profissional** de classe média, de um trabalhador que não era trabalhador manual, não seria trabalhador manual, seria um trabalhador intelectual. (Grifo nosso).

Como pode ser percebido, a identidade docente relacionada à imagem do trabalhador foi uma construção marcada por conflitos, tanto no campo do reconhecimento individual, como no das entidades organizativas docentes. Um conflito marcado pela tensão entre uma luta reivindicatória, centrada na ideia de um “trabalhador do ensino” e a recuperação de um corpo de conhecimentos que resgate a identidade de professor(a), a identidade de um profissional, que seria detentor de um saber específico e a de um intelectual, defensor de um corpo teórico-doutrinal (TIRAMONTI, 2001).

Após a análise do vocabulário, dos léxicos constituintes do discurso da UTE-MG, faremos a seguir, dentro da proposta de análise de caráter linguístico, uma análise das metáforas utilizadas por essa entidade, que buscam conformar determinadas identidades docentes. Sarmiento (2000, p. 221) estabelece uma tipologia sobre representações construídas sobre os(as) professores(as), que teria uma “[...] capacidade de se tornar prenhe, invadindo e colonizando os pensamentos, sentimentos e ações dos atores sociais.” Mas alerta para o fato de que essa construção simbólica nunca é totalmente “colonizada”, daí a necessidade de identificar e interpretar as representações produzidas pelos próprios docentes. Aqui, no caso, optamos por identificar as representações construídas por suas entidades representativas, que são, naturalmente, constituídas por professores(as).

A UTE-MG não utiliza muitas metáforas em seus textos, talvez pela forma direta e objetiva com que se dirige aos seus(suas) leitores(as), mas a recorrência à ideia de luta, de um combate permanente contra as forças de exploração é uma constante em seu discurso.

Neste ano conseguimos mostrar a nós mesmos, ao resto da população e ao governo que professor tem dignidade, que é capaz de se mobilizar por seus direitos. Começamos a aprender e ensinar a mais importante das lições: **a unidade na luta**. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1, grifo nosso).

Mas nos momentos de grande tensão, como no episódio da prisão de líderes da UTE-MG durante a greve de 1980, a ideia de uma “missão” docente é reanimada:

Estamos do lado da verdade e da justiça. Educar é lutar contra a mentira e a escuridão. Não podemos recuar de **nossa missão**, seja qual for o risco. (*Boletim da UTE*, n. 3, abr. 1980. p. 1, grifo nosso).

A “missão” a que se refere Luiz Dulci não estaria relacionada, como poderia deixar se entrever, a uma metáfora “missionária”, no sentido que a classifica Sarmiento (2000), que daria ênfase às qualidades morais do desempenho dos docentes, mas ao que esse mesmo autor classifica como “metáfora militante”, na qual o(a) professor(a) é apresentado como combatente de uma causa historicamente situada, no caso a verdade, a justiça, a liberdade e a democracia.

A permanência de um ideia da docência como uma missão, uma missão política, mas ainda uma missão, contrastaria com as representações do docente como aquele que tem a história em suas mãos, que com sua “consciência de classe” transformaria a sociedade juntamente com os demais trabalhadores. Demonstra, portanto, tensões identitárias evidentes, representações que se sobrepõem, que não se anulam, mas interferem na construção de uma identidade heterogênea, marcada pela pluralidade.

A terceira categoria da análise linguística diz respeito à gramática, especificamente será tratada a “modalidade”, ou seja, serão analisadas as relações entre os produtores dos textos e as proposições, do comprometimento ou do distanciamento entre essas duas instâncias. Procuramos identificar nos periódicos selecionados da UTE-MG, que tipos e características de modalidades são mais frequentes. Assim, notamos que há uma predileção por modalidades categóricas, asserções positivas, havendo pouco uso de elementos modalizantes, como verbos modais ou indeterminações.

Hoje, passados dois meses do final da greve e mais de um mês da fundação de nossa entidade, verificamos que, àquelas lutas do nosso movimento,

somam-se outras que surgem diariamente [...] Não basta que tenhamos fundado a nossa entidade no I Congresso, é preciso concretizá-la na prática. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 3).

Quando ocorrem modalizações, essas geralmente são de caráter subjetivo, “[...] no sentido de que a base subjetiva para o grau de afinidade selecionado com uma proposição pode ser explicitado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 200), como pode ser percebido no próximo exemplo:

E tirando de tudo isso uma lição: apenas a organização forte e democrática dos trabalhadores em torno das mesmas reivindicações e da mesma luta, permitirá o fim de toda forma de exploração. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7).

Podemos perceber, também, a utilização, em várias passagens dos textos, do uso de entonações interrogativas, em uma forma que reforça o grau de afinidade e comprometimento com as proposições, visto que as perguntas são feitas não para obter respostas, mas para comprovar essa afinidade com o que é enunciado.

Por que dois Congressos em tão pouco tempo? Por que não apenas uma assembleia ou mesmo uma comissão para encaminhar tudo isso? Por que dois dias de discussão, e a necessidade de eleger delegados? Não deixa de parecer estranho, acostumados que estamos a não sermos consultados, a apenas acompanhar o desenrolar dos fatos, sem influir na direção deles. Pois é contra isso que a UTE se lança. (*Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 3).

A diversidade dos fenômenos linguísticos a ser considerada é muito variada para os estudos de modalidade, mas para os objetivos dessa pesquisa os exemplos acima nos permitem perceber que há um alto grau de comprometimento dos produtores dos textos dos periódicos da UTE-MG com as proposições nele veiculadas. Isso se explicaria pelo próprio caráter desses periódicos, que, além de informar seus(suas) leitores(as), buscava uma forma de se afirmar enquanto uma entidade que defende com propriedade suas convicções e as estratégias de luta por ela traçadas.

A seguir analisaremos a forma como a UTE-MG constrói um *ethos* discursivo em seus periódicos, buscando legitimar seu dizer, marcando sua posição em relação a um saber. Para tanto buscamos perceber na documentação o caráter que é impresso aos textos, procurando, dessa forma, compreender qual identidade a UTE-MG constrói para si mesma em seus discursos, para com isso compreender as representações que essa entidade faz de seus alocutários, pois a voz que ela deixa entrever em seus textos é conformada a partir da imagem do(a) leitor(a) que essa entidade tem, portanto, de identidades que ela constrói para esse(essa)

leitor(a). O caminho proposto por Fairclough (2001) para se identificar o *ethos* discursivo se dá a partir da análise do tipo de discurso que é utilizado por determinada instituição.

O discurso sindical da UTE-MG foi moldado sobre uma base construída pelo chamado “novo sindicalismo” e, seguindo as orientações de Maingueneau (2008, p. 59), podemos afirmar que a eficácia do *ethos* está paradoxalmente no fato dele envolver a enunciação sem estar explicitado no enunciado, ele deve ser percebido, mas não deve ser objeto do discurso. É dessa forma que a UTE-MG busca sua legitimidade, essa *voz* presente em seu discurso vai contribuir para moldar sua identidade, para que ela seja reconhecida pelos seus(suas) leitores(as). Esse discurso sindical, além da presença do conflito de interesses entre as classes, também se propõe a estabelecer novas formas e táticas de ação, novas estratégias de luta. Mesmo que as questões que dizem respeito às relações da UTE-MG com a matriz discursiva do “novo sindicalismo” tenham sido tratadas no item anterior – “a prática discursiva da UTE-MG” – cabe destacar alguns trechos dos periódicos analisados que reforçam a proposição aqui colocada acerca da construção do *ethos* discursivo por essa entidade.

Se as greves não conseguiram grandes vitórias econômicas, elas abriram um espaço importantíssimo no que se refere à organização das várias categorias, deixando clara a importância de se conquistar os sindicatos, resgatando o seu verdadeiro papel de instrumento de luta [...]. As grandes assembleias, os piquetes, passeatas e vigílias públicas, tiveram lugar tanto para os professores como para os vigilantes [...]. A eleição de comandos gerais de greve refletiu a preocupação de todos os movimentos em assegurar que sua direção estivesse calcada na democracia e na real participação dos trabalhadores. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 7).

Dessa forma, a busca por uma identidade que remeta a uma nova forma de se fazer política sindical é reafirmada pela UTE-MG, sendo que, assim, essa entidade postula também uma nova identidade para os docentes, a de um trabalhador que deve efetivamente se engajar na luta, por melhores condições de vida e trabalho, por democracia, por justiça e por igualdade social.

Mesmo que do ponto de vista prático a UTE-MG teve de ceder a práticas assistencialistas⁸⁵ para atrair mais associados, do ponto de vista discursivo o que se buscou consolidar foi a imagem de uma instituição ligada às novas formas de reivindicação das classes trabalhadoras, a um novo modelo de organização.

⁸⁵ De acordo com Furtado (1996), a UTE-MG nos seus primeiros anos firma uma série de convênios com médicos, clínicas, laboratórios etc., no sentido de “[...] ocupar um espaço tradicionalmente trabalhado junto a categoria.” (p. 47).

Seguindo em nossa análise da dimensão linguística dos periódicos da UTE-MG, ainda dentro da categoria “gramática”, serão tratados a seguir a “transitividade” e o “tema”. O que se buscou na documentação foi tentar compreender as funções que as orações passivas desempenham e os motivos da escolha de orações ativas e, como foco central, as implicações dessas escolhas para as representações identitárias (re)elaboradas pela UTE-MG. Vejamos alguns exemplos extraídos dos periódicos da UTE-MG:

A União dos Trabalhadores do Ensino convocou para duas concentrações diante da Secretaria de Ensino. (*Boletim da UTE-MG*, n. 1, nov. 1979, p. 3).

A UTE-MG está convocando todos os colegas do Magistério Municipal para comparecerem ao ato de entrega do abaixo assinado [...]. (*Boletim da UTE-MG*, n. 2, dez. 1979, p. 4).

A UTE-MG está programando a realização de atividades culturais em que se promova a discussão de questões de interesse dos trabalhadores do ensino. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 2).

Ao longo dos 39 dias de greve, o professorado mineiro sentiu a solidariedade e o apoio das demais categorias profissionais [...]. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 8).

Pelos exemplos acima, podemos perceber que o uso da voz ativa é uma constante nos periódicos da UTE-MG, através dela é possível percebermos o agente da ação. A escolha da voz ativa para se referir tanto à ação da própria entidade, quanto dos docentes, pode ser revelador da posição discursiva que a UTE-MG confere aos(às) professores(as), sua centralidade nas ações, bem condizente com o discurso do “novo sindicalismo”, que tem na participação das massas um de seus pilares estratégicos.

Em relação ao “tema”, a ideia da centralidade da ação da categoria é reforçada, destacando-se sua proeminência informacional, sendo que termos que se referem aos docentes ou aos “trabalhadores do ensino” aparecem na parte inicial das orações, posição essa, conforme Fairclough (2001), informacionalmente importante.

Professor: três meses se passaram. Um prazo muito curto, para cair no esquecimento a garra do nosso movimento grevista. (*Jornal da UTE – Juiz de Fora*, n. 1, out. 1979, p. 4).

Uma das principais reivindicações do magistério é a solução do problema do pessoal contratado (convocado) na rede estadual de ensino [...]. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 6).

“Não adianta fazer pressão, nós não temos mais medo não”, era a frase que se ouvia dos professores nas suas manifestações, nas passeatas pelas ruas das cidades, protestando pelo descaso do Governo pela educação [...]. (*Módulo III*, n. 1, ago. 1979, p. 8).

Através da análise linguística dos periódicos selecionados da UTE-MG, buscando as propriedades detalhadas dos textos produzidos por essa entidade, procuramos indícios, marcas textuais que nos possibilitassem compreender as representações que são (re)elaboradas nesse material acerca das identidades docentes. O que tentamos evidenciar foi como essa construção discursiva se relaciona dialeticamente com a prática social da entidade, pois ao mesmo tempo em que as construções discursivas constituem a prática, são por elas constituídas. Sem essa perspectiva corre-se o risco de fazer não uma análise do discurso, mas puramente uma análise linguística, o que definitivamente não é o objetivo desta pesquisa.

A partir dessa análise dos textos produzidos pela UTE-MG em seus periódicos, podemos perceber que, mesmo havendo uma tentativa de se elaborar uma determinada homogeneização em torno da figura do docente como um “trabalhador do ensino”, marcas identitárias relativas à figura tradicional do “professor” permanecem, convivem em tensão com novas formulações, disputam espaço no campo discursivo. O vocabulário utilizado pela entidade nos revela essa disputa, a construção de um *ethos* discursivo reforça a necessidade de se (re)elaborar novas marcas identitárias. A UTE-MG busca sua legitimidade, busca se colocar como “a legítima representante” dos docentes, se impõe discursivamente como a mensageira de uma nova consciência de classe, de um novo tempo para o magistério mineiro. Mas as mudanças deixam traços nos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128), concepções arraigadas convivem com as novidades; velhas imagens acerca dos docentes convivem em tensão com novas imagens construídas pelo movimento docente. E foi essa dinâmica da construção identitária que buscamos evidenciar com a análise linguística dos periódicos da UTE-MG.

No tópico seguinte serão discutidas as inscrições sócio-históricas do discurso da UTE-MG, sua relação com as questões relacionadas à ideologia e à hegemonia, tendo como parâmetro para tal discussão a ideia reelaborada por Maingueneau (2008), a partir de Foucault, de um “esquema de correspondência”.

6.4 O evento discursivo como prática social: um esquema de correspondência

“O discurso sempre se confunde com sua emergência histórica, com o espaço discursivo no interior do qual se constitui, com as instituições nos quais se desenvolveu, com os isomorfismos em cuja rede ele foi envolvido.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 177). Sob esse pressuposto nos propomos a analisar, dentro do roteiro de trabalho estabelecido, o evento discursivo como prática social. Para procedermos à análise, partiremos de algumas considerações, para com isso construir uma abordagem mais consistente, que nos possibilite compreender a inserção histórica do discurso produzido pela UTE-MG.

Primeiro, o *corpus* documental selecionado tem um envolvimento imediato com o contexto histórico analisado, o que no caso facilita a elaboração de uma análise do discurso, pois fica mais evidente a relação texto/contexto. Os periódicos da UTE-MG refletem diretamente esse contexto por terem um caráter informativo, tratam de questões do dia-a-dia dos docentes, de suas relações com as políticas econômicas formuladas pelos governantes, trata de questões políticas mais amplas, como é o caso da luta pela anistia, da retomada das eleições no país após um longo período de cerceamento das liberdades políticas; trata de um contexto imediato de reorganização das classes trabalhadoras e de suas novas táticas reivindicatórias, ressurgindo no cenário nacional como um importante ator social.

A segunda consideração a ser feita é, na realidade, a hipótese com a qual trabalhamos, que servirá como base para traçarmos um “esquema de correspondência” para analisarmos a prática social da UTE-MG, a de que existiria um isomorfismo entre o discurso da UTE-MG e o discurso sindical que emerge em fins dos anos 1970, configurado no que mais tarde convencionou-se chamar de “novo sindicalismo”. Essa correspondência entre os discursos não significa dizer ou procurar em sua gênese, qual deles influenciou qual, ou qual teria surgido primeiro. O que ocorre é que se nutrem de uma matriz discursiva muito próxima, e isso possibilita traçar uma análise que leve em conta o sistema de restrições em que estão inseridos e a construção de formações discursivas que permite englobá-los em um mesmo contexto a partir de suas condições de produção.

Ao considerarmos essa correspondência semântica entre os discursos da UTE-MG e do chamado “novo sindicalismo” não significa, no entanto, afirmar que todos os discursos sindicais do período analisado fazem parte de uma relação que pode ser generalizada. Ao

contrário, autores como Santana (2003) demonstram que no processo de avanço e expansão do movimento sindical no final da década de 1970 dois grandes blocos se organizaram. O primeiro desses blocos era liderado pelos chamados “autênticos”, formados a partir dos sindicalistas metalúrgicos do ABC paulista, juntamente com as chamadas “oposições sindicais”, grupo ao qual se inclui a direção da nascente UTE-MG; o outro bloco, denominado “unidade sindical” reunia lideranças tradicionais do movimento sindical e militantes da chamada “esquerda tradicional”, com membros ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) (SANTANA, 2003, p. 289-290).

Em terceiro lugar, dado a ênfase ao interdiscurso que permeia as análises até aqui traçadas, essa relação com o contexto histórico não deve se voltar apenas para o discurso da UTE-MG, mas para a “dupla” que ele forma com o discurso da APPMG. Não seria possível pensar um separado do outro, pois esse conflito contribui sobremaneira para a constituição de cada um deles, favorecendo que suas representações acerca das identidades docentes se reafirmem e contribuam para a formulação de representações sobre a imagem dos(as) professores(as) em diversos setores da sociedade, inclusive em relação às formulações de políticas públicas.

Uma quarta consideração a ser traçada diz respeito ao imaginário político e econômico construído pela UTE-MG em seus textos. Mesmo dado o caráter pragmático desses textos, suas relações com o dia-a-dia das reivindicações dos docentes, há uma clara filiação às proposições de uma certa concepção marxista de organização da sociedade. Neles é possível perceber, principalmente, a dimensão da luta de classes, a divisão da sociedade em duas classes antagônicas, a constituição do proletariado em uma classe revolucionária, a necessária união de toda a classe trabalhadora. Pode-se perceber, ainda, a concepção do Estado como um agente a serviço dos interesses da burguesia, da necessidade da conscientização dos docentes enquanto classe trabalhadora. São várias as passagens nos textos dos periódicos da UTE-MG, demonstrados nos tópicos anteriores, nas quais essa concepção pode ser averiguada.

Essa correspondência do discurso da UTE-MG com esse imaginário político, não equivale a uma visão de ideologia como “visão de mundo” ou “espírito de uma época”. As tensões evidenciadas ao longo desse capítulo não nos permitiria conceber as práticas da entidade de maneira simplista e simplificadora do real. As correspondências não significam exclusividades, significam sim opções, mas marcadas por tensões, por permanências e rupturas.

Nessas considerações buscamos evidenciar o que seria “exterior” ao discurso, suas relações sociopolíticas, mas não podemos deixar de apontar que essa divisão se efetua apenas em termos analíticos, como uma opção metodológica, pois o que ocorre é uma imbricação, um entrelaçamento entre o discurso e seu “exterior”. Assim, devemos considerar que os dois tópicos anteriores tratados nessa pesquisa – o “evento discursivo como texto” e a “prática discursiva” – são investidos ideologicamente. Os processos de interdiscursividade, por exemplo, são formas de correspondências mencionadas acima, assim como o *ethos* discursivo ou os léxicos utilizados pela UTE-MG em seu discurso, que adquirem o estatuto de signos de pertencimento.

Outro aspecto do evento discursivo enquanto prática social que pode ser analisado, diz respeito à relação entre discurso e hegemonia, tendo como pressuposto que essa luta hegemônica materializa-se na linguagem. A busca por uma hegemonia em qualquer campo discursivo, seguindo o caminho metodológico centrado no “esquema de correspondência”, parte do pressuposto de que “[...] um discurso dominante de um campo deve estar associado a isomorfismos capazes de justificar sua dominação.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 171). Isso nos leva a pensar que as correspondências estabelecidas pela UTE-MG em seu discurso têm a força de fazer com que seu próprio discurso seja capaz de exercer uma grande pressão nas disputas em torno da liderança do movimento organizativo docente e, consequentemente, em torno das disputas em relação às representações de identidades docentes.

Estabelecer uma hegemonia discursiva, no caso da UTE-MG tendo como base de argumentação a ideia do docente como um “trabalhador do ensino”, é uma forma de se estabelecer uma hegemonia em relação às formas organizativas dos docentes, uma maneira de buscar legitimidade para suas estratégias de luta e para a própria entidade. Uma legitimidade, que para se afirmar, precisa desqualificar o seu Outro, precisa disputar o mesmo campo político e discursivo. Homogeneizar uma determinada representação, a de “trabalhadores do ensino”, por exemplo, é uma clara demonstração de lutas hegemônicas, nas quais são travadas batalhas cotidianas por espaços de poder. E nessas batalhas a UTE-MG fez uso de uma sólida construção histórica, estabelecendo um mito fundador para a entidade e para o que ela pretende representar para os docentes e para a educação: a mítica greve de 1979, constantemente evocada pela memória do movimento.

6.5 Os efeitos do discurso da UTE-MG

O percurso metodológico percorrido nesse capítulo nos possibilitou tratar o *corpus* documental selecionado a partir de uma abordagem que engloba a dimensão da prática discursiva, a dimensão linguística e da prática social da UTE-MG. Essa análise tridimensional foi capaz de elucidar as maneiras como essa entidade representativa dos docentes constrói em seu discurso determinadas representações identitárias dos docentes. Essa opção metodológica, acompanhada da opção por se estudar documentos escritos, mais especificamente periódicos da instituição, confere a possibilidade de se “preservar” a cena da enunciação, para utilizar um conceito de Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), pois o documento escrito, no caso publicado à época do recorte temporal selecionado, “conserva” a dinâmica do contexto no qual foi produzido.

Os periódicos publicados pela UTE-MG foi uma das maneiras que a entidade buscou para se fazer presente junto aos docentes, com agilidade, segundo propõe o seu primeiro boletim, publicado em novembro de 1979. Foi uma forma encontrada para divulgar seu discurso, já que estava de fora da grande mídia, por questões financeiras e políticas. Consequentemente, através de seus jornais e boletins, a UTE-MG construía sua lógica de ação, conclamando os docentes à mobilização, à participação nos movimentos de rua, nas assembleias, marcando sua posição de disputa com a APPMG. Mas quais seriam os efeitos desse discurso presente nos periódicos da entidade? O que de fato ele foi capaz de produzir?

Ao analisarmos o discurso da UTE-MG como simultaneamente uma prática discursiva, um texto e uma prática social, com ênfase nos processos de interdiscursividade e considerando que “[...] os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22), passaremos a analisar os efeitos, tanto do ponto de vista organizativo quanto do ponto de vista da construção de representações acerca das identidades docentes, que esse discurso produz e que lógica de ação ele possibilitou construir.

Inicialmente destacam-se as greves conduzidas pela UTE-MG, iniciando-se pela greve de 1979, conduzida pelo CGG, embrião da futura UTE-MG. Essa greve durou 41 dias, teve a adesão de 420 municípios do Estado de Minas Gerais, conquistou para a categoria um reajuste salarial de 114%, não descontando a inflação do período, o estabelecimento de dois reajustes salariais por ano e um decreto governamental regulamentando o processo de convocação de

professores(as), grande batalha da época. Em 1980 conduziu uma greve de 14 dias, que teve como uma das principais conquistas a efetivação de 20 mil professores⁸⁶.

Essas duas greves acabaram por dar legitimidade à entidade, obrigando o governo e entidades como a CPB, por exemplo, a reconhecê-la como representante dos docentes, não como a única como o seu discurso propalava, pois a APPMG continuou sendo no período uma importante interlocutora da categoria. Esse reconhecimento pode ser atestado nas publicações de jornais de grande circulação em Minas Gerais, como destacado nos trechos abaixo:

Quero frisar – continuou o secretário [da educação, Paulino Cícero] – que estamos em diálogo permanente com as entidades de classe, com a Associação dos Professores Primários e com a **União dos Trabalhadores do Ensino**, discutindo detalhadamente o problema [da efetivação e do concurso público para professores]. (*Estado de Minas*, 27 set. 1979, grifo nosso).

A Associação dos Professores Primários de Minas Gerais levou três contribuições ao Encontro Nacional de Professores, encerrado em Brasília no último domingo [20/1/1980], sendo todas aprovadas pela assembleia que se constituiu de representantes de entidades filiadas à Confederação de Professores do Brasil e, pela primeira vez, de entidades autônomas⁸⁷ como a **UTE – União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais**. (*Diário da Tarde*, 23 jan. 1980, p. 8, grifo nosso).

Cinco minutos antes do encontro com a comissão da Associação das Professoras Primárias^(sic), o secretário adjunto [de educação, Herbert Meschesse] recebeu à entrada do salão nobre da Secretaria da Educação o documento da **União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais**, prometendo também uma resposta para a próxima semana. (*Jornal Estado de Minas*, 8 fev. 1980, grifo nosso).

Essa legitimidade e reconhecimento resultaram em um crescimento da entidade no que diz respeito ao número de filiados(as). Já no mês de novembro de 1979, conforme publicado na edição extra do jornal *Módulo III*, a UTE-MG contava com “aproximadamente 5000 sócios”⁸⁸.

O que essa documentação pôde nos revelar em relação à construção das identidades docentes é que a realidade mostra-se bastante complexa, bem mais que esquemas definidos *a priori* podem captar. Se de imediato temos uma tendência a identificar as representações

⁸⁶ Esses dados foram retirados da cartilha publicada pela UTE em 1987 (Arquivo Sind-UTE. *UTE 1979-1987: um pouco de nossa história*, mar. 1987, p. 7-13).

⁸⁷ A UTE-MG se filiou à CPB no ano de 1983 (Arquivo Sind-UTE. *UTE 1979-1987: um pouco de nossa história*, mar. 1987, p. 16).

⁸⁸ Arquivo Sind-UTE. Pasta História Sind-UTE – diversos. *Jornal Módulo III*, edição extra, nov. 1979, p. 1.

formuladas pela UTE-MG em relação à identidade docente relacionada à figura do “trabalhador do ensino”, afinal essa instituição traz em seu nome essa sigla, em uma investigação mais apurada percebemos que essa identificação não se deu de forma mecânica, nem mesmo em um curto espaço de tempo e que, ainda hoje, traz consigo a marca da polêmica, e que talvez não tenha efetivamente se dado.

Não queremos, com isso, negar a importância e o impacto causado, tanto entre os próprios docentes, quanto para a educação em geral, dessa associação do docente a um “trabalhador do ensino”, mas o que se pretendeu mostrar a partir da pesquisa documental é que as identidades docentes são plurais, tentativas de homogeneizá-las geralmente mostram-se infrutíferas.

Uma postura conduzida pela UTE-MG em seus discursos e ações, que causou uma grande transformação na conduta coletiva dos docentes, foi a de procurar romper com a visão de um(a) professor(a) que teria sua atuação restrita à sala de aula e trazer uma concepção de ação na qual o docente é sujeito de sua história e tem a responsabilidade de mudar a realidade adversa que o cerca através de sua ação política. As poucas fotos impressas nos periódicos da UTE-MG evidenciam essa postura, ao invés de membros da diretoria da entidade, temos panorâmicas, retratando um movimento de massa, numa demonstração de grande força simbólica.

Mas essa documentação também nos mostrou que a UTE-MG se portou como a “vanguarda” do movimento, a guia política que conduziria os docentes, rumo à tão decantada consciência de classe. O tipo de participação que as lideranças da UTE-MG preconizavam para os docentes se deixa transparecer em suas formulações discursivas. A voz presente nos periódicos é a da diretoria, como demonstrado, mas esse discurso, no entanto, convoca à participação de todos os docentes nas mobilizações, na sustentação financeira da entidade. As fotos estampadas nos periódicos revelam a construção dessa ordem simbólica, dessa correspondência com o discurso do “novo sindicalismo”. Esse aspecto nos revela a posição discursiva assimétrica estabelecida entre as lideranças da UTE-MG e os docentes.

Contudo, a principal marca identitária ostentada pela UTE-MG foi conduzida através de sua proposição centrada na ideia do docente como um “trabalhador do ensino”. Mas a partir da documentação pudemos constatar que na realidade essa construção discursiva é uma formulação que ganha força *a posteriori*, que tem a sua matriz discursiva como fruto de uma reelaboração da memória e do passado do movimento. Como visto ao longo desse capítulo, a construção discursiva em torno da ideia de “trabalhadores do ensino” não era a preocupação

central das lideranças da UTE-MG, quando da criação da entidade. Naquele momento, a preocupação central seria a sua própria estruturação, sua afirmação enquanto entidade representativa dos docentes, a busca por sua legitimidade. Sua afirmação enquanto uma associação de professores(as) que fizesse frente à APPMG, então majoritária entre os docentes.

Mesmo não sendo a questão identitária a preocupação central da UTE-MG naquele momento, buscar uma referência à ideia de “trabalhadores do ensino” no plano discursivo foi um dos componentes de construção da lógica de ação da entidade para se contrapor às práticas utilizadas pela APPMG. Seria uma forma de assumir uma identidade organizativa diferenciada, uma postura sindical que deveria se contrapor à APPMG. Uma postura que teria mais implicação político-organizativa naquele momento, que propriamente a formulação de um novo conceito e de uma nova identidade docente, pois como demonstrado, o “trabalhador do ensino” da UTE-MG era o professor, delegado dos congressos, membros da diretoria, alvo das políticas reivindicatórias da entidade.

A partir desses elementos é que podemos formular a hipótese de que a UTE-MG busca construir um discurso hegemônico que, por sua vez, buscar aferir uma homogeneidade identitária aos docentes, pois essa identidade estaria ancorada em uma nova forma de se pensar a organização dos trabalhadores, uma forma que se propõe a vencer o velho, a instaurar um novo período, um “novo sindicalismo”. E em decorrência disso, um novo docente, um “trabalhador do ensino”.

E para que essa construção discursiva se fizesse hegemônica, outras formulações identitárias deveriam ser silenciadas nos textos da UTE-MG, ou pelo menos seria preciso tentar silenciá-las. É o caso da associação da docência à figura feminina, que deveria ser anulada em prol de uma identificação que fosse além das diferenças, que as agrupasse sob uma só sigla. É também o caso da negação do docente das escolas públicas em se identificar como um funcionário público, a serviço de um Estado que estaria acima dos conflitos de classe; ao contrário, este Estado é rotulado de “patrão”, a explorar a força de trabalho de seus “trabalhadores do ensino”. Por último, é silenciada a dimensão profissional do exercício da docência, luta-se pela valorização, não do docente enquanto portador de um saber específico, mas do docente enquanto trabalhador, assim como deveriam ser valorizados os trabalhadores das fábricas, da construção civil, do comércio, do setor de serviços.

Toda essa tentativa da UTE-MG em construir a imagem do “trabalhador do ensino” vem permeada por tensões, permanências e rupturas. E isso pôde ser evidenciado nos textos

publicados pela entidade em seus periódicos. Lá convivem o “professor”, a “professora”, o “profissional do ensino”, o “profissional do magistério”, o “companheiro”, o “trabalhador do ensino”. Essa “colcha de retalhos” em que se transformou o texto da UTE-MG é uma forte evidência das tensões e dilemas vividos por essa entidade em sua constituição. Reforça a ideia de que uma identidade não se sobrepõe à outra, ou outras, simplesmente, elas se (re)elaboram em embates, tensões e contradições, é uma construção histórica na qual as formulações identitárias não se anulam, coexistem, interferindo na construção de uma identidade heterogênea, marcada pela pluralidade. E foi essa dinâmica da construção identitária que buscamos evidenciar com a proposta de análise tridimensional do discurso da UTE-MG.

7 APPMG E UTE-MG – CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação procuramos demonstrar de que maneira duas entidades representativas dos(as) professores(as) públicos de Minas Gerais, a APPMG e a UTE-MG, (re)elaboraram identidades docentes em seus discursos, materializados em seus periódicos, publicados no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Procuramos destacar o contexto de emergência do termo “trabalhadores do ensino” e suas implicações para a construção de representações acerca das identidades docentes. Para tanto, partimos da perspectiva de que o discurso é constituinte de uma prática e por ela é constituído, que as práticas discursivas construídas pelas duas entidades em questão buscam conformar uma dada realidade, mas dialeticamente, são também constituídas por essa realidade.

Mesmo tendo como ênfase a análise da emergência do termo “trabalhadores do ensino”, portanto centrado no discurso da UTE-MG, a pesquisa não pôde prescindir da análise das práticas discursivas da APPMG, pois não há como pensar um discurso separado do outro; ambos se constituem a partir de suas interrelações estabelecidas no mesmo campo discursivo, em disputas e conflitos que concorrem para suas transformações.

Ainda que a memória do movimento associativo dos docentes tenha construído uma ideia de que o discurso da UTE-MG tornou-se hegemônico a partir de seu surgimento em 1979, os dados empíricos nos revelaram que a APPMG continuou sendo uma importante interlocutora das reivindicações dos(as) professores(as), tanto junto ao governo quanto junto à categoria. Como nos alerta Maingueneau (2008a, p. 53), “[...] não é porque em determinado momento a dominação discursiva oscilou, que um discurso se tornou improdutivo ou se marginalizou, que todos os usuários se calaram ou passaram a palavra a outros enunciadores.”

A opção de se colocar nessa conclusão a conjunção aditiva “e” para tratar da relação entre a APPMG e a UTE-MG se deve a este aspecto: pelo fato das duas entidades coexistirem, inclusive estruturarem “[...] discursos concorrentes, investidos nos mesmos gêneros.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 38). Ocorre sim uma ruptura institucional entre essas entidades, visto que a UTE-MG surgiu a partir da estruturação de um comando de greve, o CGG, que conduziu o movimento de 1979 à revelia da APPMG. Mas isso não quer dizer que houve uma total ruptura com o discurso, com as representações construídas acerca das imagens dos docentes. Nos periódicos da UTE-MG conviviam o “trabalhador do ensino”, o “professor”, e o “profissional do magistério”, a imagem da docência como uma missão.

A partir dessas constatações, portanto, o que esta pesquisa pôde nos revelar sobre o impacto da emergência do termo “trabalhadores do ensino”? O que pudemos depreender da empiria? Devemos considerar, para responder tais questões, que as formações discursivas concorrentes – no caso as elaborações discursivas da APPMG e da UTE-MG – também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos aos quais esses discursos estão associados (MAINGUENEAU, 1997, p. 55) e que as formas de ação e seus discursos evidenciam a projeção de imagens sobre quem são os docentes que esses discursos representam, ou sobre quem eles deveriam ser.

Isso implica reafirmar a interconexão entre os processos relacional e biográfico de constituição das identidades, evidenciando uma transação objetiva entre identidades atribuídas e identidades incorporadas, bem como a transação subjetiva entre identidades herdadas e identidades visadas (DUBAR, 2005, p. 142). Implica, também, em considerar as identidades individuais e coletivas como indissociáveis, comportando uma transação interna aos indivíduos e uma transação externa entre os indivíduos e as instituições com as quais eles interagem (DUBAR, 2005, p. 133). Biografias, representações, atividades instrumentais e comunicacional, configuram múltiplas identidades.

A partir dessas considerações e com base nos periódicos da APPMG e da UTE-MG, pudemos constatar a pluralidade das formações identitárias, fruto das reelaborações contínuas pelas quais passam os processos de constituição de identidades, resultado de construções sociais contingentes e ligadas a contextos históricos específicos em uma dinâmica nas quais essas construções identitárias se entrecruzam, se contradizem, se mesclam, convivem em permanente tensão.

É o caso do vocabulário utilizado pelas duas entidades em seus periódicos, neles convivem, nem sempre de forma harmoniosa, diversos léxicos, superpostos e em competição, que não são meras denominações vagas, mas elementos de uma construção simbólica própria, signos de pertencimento, portadores de uma vontade de reconhecimento. A própria quantidade de termos utilizados, tanto pela APPMG, quanto pela UTE-MG para designar os docentes é um indicador da pluralidade identitária desse grupo, negando-se, dessa forma, uma visão de uma identidade unívoca, coerente e homogênea. Se os sentidos dos termos utilizados são diferenciados entre si dentro de um mesmo contexto de enunciação, como apontado nos capítulos 5 e 6, significa que comportam referências identitárias plurais, com sentidos muitas vezes contraditórios. Em seus periódicos deixa-se transparecer essa pluralidade, pois o docente é também o funcionário público, a professora em sua afirmação de gênero, o militante

político, o mestre, a mestra, o educador, a educadora, o trabalhador do ensino, o profissional do magistério, o companheiro, parte do corpo de uma nação, de uma classe social, de uma categoria profissional. Essa pluralidade é a evidência de tensões identitárias, de representações que se sobrepõem, que não se anulam, e que, portanto, contribuem para a construção de identidades heterogêneas.

As representações elaboradas pela APPMG e pela UTE-MG em seus discursos, reconstituídas a partir da análise dos termos utilizados por essas instituições para designar os docentes, realizada nesta pesquisa, revela uma ação dotada de sentido, uma luta pela afirmação do sentido dessa ação por parte dessas entidades, com vistas a exercerem o poder de nomear, constituindo suas pautas de conduta (SARMENTO, 2000, p. 31).

A documentação analisada nos mostrou a complexidade da realidade; se de imediato pensamos uma formulação por parte da UTE-MG ligada à imagem do “trabalhador do ensino”, percebemos que essa identificação não ocorreu de forma mecânica, nem mesmo em um curto espaço de tempo; seus periódicos nos mostraram que essa construção foi marcada por tensões, permanências e rupturas. A identificação dos docentes à imagem de “trabalhadores do ensino” ganha força nos discursos da entidade *a posteriori*, como fruto da reelaboração da memória e do passado do movimento por suas lideranças.

Mas, mesmo marcada por tensões e permanências, é possível notar um esforço discursivo da UTE-MG em singularizar uma identidade que é nitidamente plural. Esse esforço discursivo foi construído a partir da imagem do docente como um “trabalhador do ensino”, buscando afirmar uma essência comum a todos (as) os(as) professores(as), tentando impor uma base identitária que ultrapassasse as diferenças e a própria individualidade, dando-lhes coesão a partir de uma construção discursiva em torno de seu caráter afirmativo, buscando dar-lhes coerência e estabilidade.

Contudo essa identidade visada convivia com as identidades herdadas. Há uma tensão latente no sentido de intervenção por parte da UTE-MG no curso da ação, sendo necessário uma reconfiguração do sujeito através de seus discursos. Há uma racionalidade nas opções traçadas por essa entidade, mas não necessariamente consciência dos efeitos dessas escolhas. A atuação da UTE-MG baseia-se em rotinas, adaptações inconscientes, reações a situações imprevistas (VAN ZANTEN, 2006, p. 196). O olhar retrospectivo sobre essa ação nos permitiu perceber uma lógica traçada, no sentido de se buscar uma organização mais ampla dos trabalhadores na sociedade, no seu reconhecimento como um ator fundamental do jogo

político, daí a identidade visada que procurava aglutinar os docentes aos movimentos mais amplos da classe trabalhadora.

Mas esse espaço discursivo construído pela UTE-MG constitui-se um modelo simétrico de interação conflituosa (MAINGUENEAU, 2008a, p. 40) com a APPMG. A associação do docente à imagem do “trabalhador do ensino” foi uma estratégia utilizada pela UTE-MG para se afirmar frente à sua entidade rival, inclusive desqualificando-a; outra estratégia foi a de assumir uma postura organizativa diferenciada, de se legitimar aferindo uma homogeneidade identitária aos docentes, ancorada em um discurso que traz em sua marca a força simbólica do “novo”, um novo período para os trabalhadores, um “novo sindicalismo”, um novo sujeito, um novo docente.

Mas o que no contexto do período analisado nessa pesquisa – final da década de 1970 e início dos anos 1980 – nos levou a afirmar que havia uma identidade visada pela UTE-MG ou por que essa identidade era visada?

Pela análise do esquema de correspondência entre o discurso da UTE-MG e o contexto no qual ele se desenvolveu foi possível perceber uma clara filiação às proposições de uma concepção marxista de organização da sociedade, na qual a sociedade civil constitui-se como a fonte e a expressão do domínio da burguesia, sendo o Estado identificado como uma construção institucional a serviço da classe dominante. De acordo com Costa (2002, p. 42), a retomada das discussões em torno da caracterização do que seria ou deveria ser a sociedade civil no Brasil, está associada à luta contra o regime militar, tornando-se uma referência para os atores que buscavam sua independência em relação ao Estado. Ainda de acordo com Costa (2002, p. 55), o conceito de sociedade civil reveste-se de uma função político-estratégica, o termo civil adquire um sentido coloquial, em oposição a militar.

Nesse sentido, a luta contra a ditadura militar possibilitou a construção de um amplo consenso social, articulado em uma perspectiva de oposição ao Estado, seria o “nós” [a sociedade civil, mais especificamente os trabalhadores] contra “eles” [o Estado]. A própria matriz discursiva do “novo sindicalismo” se orienta nessa linha, buscando romper com práticas sindicais atreladas à tutela estatal. Nessa perspectiva, o discurso da UTE-MG colocava-se em frontal oposição ao “Estado-patrão”, e para que esse enfrentamento ganhasse força e se afirmasse seria preciso que os docentes se organizassem à maneira dos demais trabalhadores, promovendo grandes assembleias, piquetes, passeatas, vigílias públicas, greves. A unidade seria buscada na luta contra a ditadura militar, em uma consideração dos contextos de ação como arenas políticas, marcados pelo confronto ideológico nas relações com o Estado

(SARMENTO, 2000, p. 177). Esse sentimento de pertencimento à classe operária, segundo Domingues (2000, p. 51), seria constituinte de um processo de “reencaixe”, estabelecendo-se laços de solidariedade na luta contra o Estado e colocando-se como um elemento definidor da identidade de “trabalhador do ensino”.

Esse aspecto seria o que a UTE-MG traz de novo para o movimento docente, que a diferencia substancialmente da APPMG, a caracterização do Estado como patrão e a consequente identificação dos(as) professores(as) como “trabalhadores do ensino”. Esse contexto teria possibilitado tal identificação, porém, a partir dos anos 1990, com o processo de democratização já consolidado no Brasil, as demandas dos diversos atores que compõem a sociedade afloram – o movimento negro, as mulheres, o movimento ecológico, os homossexuais – e já não comportam uma unificação em torno de uma ideia de classe social que estaria enfrentando um inimigo comum, subordinando diferenças e anulando especificidades, pois a “[...] participação não implica mais, necessariamente, o sacrifício da identidade de atores da sociedade civil.” (COSTA, 2002, p. 58).

A análise da documentação da UTE-MG nos possibilitou confirmar que a questão de gênero, por exemplo, não aflorava em seus periódicos ou mesmo questões raciais. Também nos periódicos da APPMG tais questões não estavam presentes; ainda que nesses houvesse o uso do pronome feminino em maior escala, buscava-se desvincular a imagem da docência como um ofício feminino.

Com a análise empírica pudemos reafirmar, portanto, os pressupostos de que a construção discursiva se relaciona dialeticamente com as práticas sociais da UTE-MG e da APPMG, pois ao mesmo tempo em que constituem a prática, são por ela constituídas; pudemos afirmar também que as identidades (re)elaboradas por essas entidades são construções sociais e de linguagem e estão relacionadas a contextos históricos específicos, sendo dessa forma marcadas pela pluralidade, não se constituindo enquanto essência, mas enquanto uma construção contínua e dinâmica, e são sempre variáveis e contingentes, marcadas por conflitos, tensões, permanências e rupturas, apesar de uma determinada “intencionalidade coletiva” projetada pelas duas entidades (DOMINGUES, 2004).

O levantamento bibliográfico realizado, no entanto, revelou que essa pluralidade, essa concepção construtivista da identidade, está pouco presente na literatura analisada. Prevalece em boa parte dela uma visão dicotômica da identidade e pouco dinâmica, nas quais uma identidade se sobreporia a outra, anulando-a. Essa apreensão dicotômica contrapõe a imagem

“trabalhador” *versus* sacerdócio, missão, não levando em consideração outras formulações discursivas que transitam no espaço discursivo construído pelas entidades docentes.

A análise do discurso realizada, centrada nas proposições de Fairclough (2001) e Maingueneau (1997, 2008a, 2008b), nos permitiu buscar nos periódicos produzidos pela APPMG e pela UTE-MG indícios, marcas textuais, aspectos interdiscursivos que pudessem demonstrar a dinâmica das construções identitárias, revelar toda a pluralidade que envolve os processos de (re)elaboração das identidades docentes e seus contextos sócio-discursivos. O roteiro de trabalho traçado a partir da análise tridimensional do discurso nos permitiu, também, compreender as transformações nas maneiras como os docentes são representados pelas duas entidades estudadas, pois com esse modelo analítico foi possível avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social. Esse procedimento metodológico conferiu à pesquisa uma considerável fecundidade analítica, revelando aspectos pouco claros dos discursos da APPMG e da UTE-MG, dissolvendo a evidência das significações imediatas, dando aos textos uma consistência própria e multiplicando as questões que eles colocam.

Esse percurso metodológico, acompanhado da opção por se estudar documentos escritos, mais especificamente os periódicos das duas instituições, conferiu a possibilidade de se “preservar” a cena da enunciação, pois esses documentos “conservam” a dinâmica do contexto no qual foram produzidos, revelam suas contradições, seus conflitos; evidenciam o pensamento justificativo da ação da APPMG e da UTE-MG, oferecendo ao pesquisador um rico material de análise, aberto a múltiplas interpretações, suscitando novos problemas, novas abordagens.

Um campo aberto para novas pesquisas apontado por esse trabalho está relacionado às interpretações que os docentes fazem desses textos, aspecto que, segundo Fairclough (2001), compõe a tríade de constituição das práticas discursivas, juntamente com a produção e a distribuição dos textos. Essa dimensão do consumo textual é a instância na qual ocorre, de acordo com Maingueneau (1997), a construção de sentidos pelo destinatário de um determinado texto inserido em uma determinada formação discursiva. Chartier (1990) considera ainda que essa produção de sentido está na leitura, compreendida como uma dada prática, uma forma específica, construída historicamente, de apropriação de um determinado discurso.

Dessa forma entendemos que não há passividade no consumo, uma recepção direta pelos docentes dos textos produzidos pela APPMG e pela UTE-MG; as maneiras como os(as) professores(as) reinterpretem esses textos pode nos fornecer subsídios para a compreensão da heterogeneidade dessa categoria e de seus processos de constituição identitária.

Com esta pesquisa procuramos demonstrar a necessidade e a importância dos estudos sobre as identidades docentes, sobre as (re)elaboraões que suas entidades representativas constroem acerca dessas identidades, na perspectiva de que “[...] a passagem do ‘representado’ ao operacional, do passivo ao ativo, do ‘já produzido’ ao ‘em construção’ permite definir as identidades como dinâmicas práticas e não como ‘dados objetivos’ ou ‘sentimentos subjetivos’.” (DUBAR, 2005, p. 130).

O estudo das identidades docentes pode contribuir, também, para a formulação e implementação de políticas públicas para a educação, pois na perspectiva de pensá-las como ação e não obra linear de uma vontade política, como resultantes de conflitos, de arranjos, de compromissos, nas quais entreveem uma série de atores, faz-se necessário compreender as constituições identitárias dos docentes para um melhor entendimento de suas interações com os demais segmentos do campo educacional.

A fim de demonstrar a atualidade e a premência da discussão sobre as identidades docentes, apresentamos abaixo uma carta de um professor da rede estadual de São Paulo, publicada no Jornal *Folha de São Paulo*, que é um exemplo do compósito identitário que é a docência e de suas tensões.

Venho por meio desta comunicar ao secretário da Educação de São Paulo, senhor Paulo Renato Souza, que **cansei de ser professor**. Parece que, na guerra para destruir a escola pública, perdemos outra batalha. Hoje jogo a toalha. Cansei. Cansei de lecionar numa escola sem o número de funcionário para a manutenção mínima do prédio escolar. Cansei de o Estado não garantir minha integridade física dentro do meu local de trabalho. Cansei de não ter livro didático para trabalhar com os alunos. Cansei de ter a ‘apostilinha do governo’ do primeiro bimestre chegando ao final do segundo. Cansei ficar anos e anos sem aumento de salário e ver o governo gastar rios de dinheiro em propagandas que pintam uma escola que não existe. Entrego os pontos. Agora **vou ser apenas mais um trabalhador da educação**. Um assinador de ponto. César Augusto Gomes, Campinas, SP. (*Folha de São Paulo*. Painel do Leitor, 28 de março de 2010, p. A3, grifos nossos).

Essa carta foi enviada ao jornal em plena greve dos(as) professores(as) das escolas públicas de São Paulo durante o primeiro semestre do ano de 2010, um momento de grande tensão e revolta; é um desabafo que possivelmente traduz um sentimento partilhado por

muitos(as) outros(as). Mas destaca-se, além desse aspecto, a explícita tensão identitária, a oposição entre as identidades de “professor” e “trabalhador da educação”; uma evidência de que os embates de 1979 não se arrefeceram.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.H.T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H.T. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARCHER, L. The new neoliberal subjects? Young/er academics constructions of Professional identity. *Journal of Education Policy*, v. 23, n. 3, p. 265-285, may. 2008.

ARROYO, M. *Profissionais da educação: trabalhadores(as) que lutam pelos seus direitos e por uma nova identidade*. Entrevista concedida à Publicação especial comemorativa dos 25 anos do Sind-UTE. Belo Horizonte, dez. 2004. p. 26-28.

_____. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação e sociedade*. São Paulo, v. 2, n. 5, jan. 1980.

AVALOS, B. El nuevo profesionalismo: formación docente inicial y continua. In: FANFANI, E.T. (Comp.). *El oficio de docente: vocación, trabajo y profesión en el siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

BACZKO, B. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

BALDINO, J. M.; AFONSO, L. H. R. Formação de profissionais da educação: a intervenção dos sindicatos. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas-SP, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

_____. (Org.). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa: Educa, 2006.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIAVATTI, V.T. Sindicalismo e sindicatos docentes: modos de subjetivação docente. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., set. 2004, Coimbra-Portugal. *Anais...*, Coimbra-Portugal, 2004.

BLANCO, C.E. Sociolingüística y análisis del discurso: herramientas para la investigación en educación. *Rev. Ped.*, v. 26, n. 76, p. 307-352, may. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ve/scielo.php>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

BRZEZINSKI, I. (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

BULHÕES, M.G.; ABREU, M. *A luta dos professores gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

CARDOSO, C.F.; VAIFAS, R. História e análise de texto. In: _____; _____ (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

CASTRO, L.R. de. De assalariado a interlocutor maior: sobre o engajamento militante no magistério. *Educação e Sociedade*, n. 37, p. 85-98, dez. 1990.

CATTONAR, B. Les identités professionnelles enseignantes. Ebauche d'un cadre d'analyse. *Cahier de Recherche du GIRSEF*, n. 10, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.girsef.ucl.ac.be/cahiers.html>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRS, 2002.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, M.C.V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

COSTA, S. *As cores de Ercília*. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

D'ARAÚJO, M.C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOMINGUES, J.M. *Ensaio de sociologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. Desencaixes, abstrações e identidades. In: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J. M. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 38-60.

_____. *A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DUARTE, A. M. C.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.). *Termos da legislação educacional brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 1CD-ROM.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGUITA, M.F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

ESTEVE, J.M. Identidad y desafíos de la condición docente. In: FANFANI, E.T. (Comp.). *El oficio de docente: vocación, trabajo y profesión en el siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

FAIRCLOUGH, N. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C.M. (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001a. p. 31-81.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, M.O.V. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. *Educação e Sociedade*, Campinas-SP, v. 28 n. 99, p. 377-399, mai./ago. 2007.

_____. Somos todos trabalhadores em educação?: identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, mai./ago. 2006.

FONTOURA, J. *et al. Sindicatos docentes e reformas educacionais na América Latina*. Brasil. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2009.

FURTADO, J.P. *Trabalhadores em educação: experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996.

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. *Revista ADUSP*, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

GARCIA, M. M. A.; HYPÓLITO, A. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./mar. 2005.

GOMES, A.C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOUAISS. Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa. Versão 2.0a. Ed. Objetiva, 2007.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Editora da Unicamp, 1986.

LOYO, A. Los sindicatos docentes en América Latina: entre la lógica laboral y la lógica profesional. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, n.25, p. 65-81, jan./abr. 2001.

MAGALHÃES, C. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: _____. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 15-30.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas-SP: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MALATÉR, L.S.O. *Identidades docentes no filme “mentes perigosas”*: o que temos para a aula de hoje? Disponível em: <<http://www.unisul.br/paginas/ensino/poslinguagem.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

MARTUCCELLI, D. *Grammaires de l'individu*. Paris: Gallimard, 2002.

NIETHAMMER, L. Conjunturas de identidade coletiva. In: *Projeto História*: revista do programa de estudos de pós-graduados em História – PUC/SP, São Paulo, n.15, p. 119-134, abr.1997.

NOVAES, M. E. *Professora primária*: mestre ou tia. São Paulo: Cortez, 1991.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: _____. (Org.). *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995a. p. 13-34.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: _____. (Org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995b. p. 11-30.

OLIVEIRA, D.A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista*: revista do programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, Belo Horizonte, n. 44, p. 209-227, dez. 2006.

OLIVEIRA, W. *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais*: da UTE ao Sind-UTE. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PACHECO, M.C.N. *Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras*. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em <<http://bdtd.bce.unb.br>>. Acesso em: 30 dez. 2008.

PASSOS, M. Historiando embates e conquistas da profissão docente em Minas Gerais (1977-2004). In: PEIXOTO, A.M.C.; PASSOS, M. (Orgs.). *A escola e seus atores*: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 29-52.

PROST, A. As palavras. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/ Ed. FGV, 1996a. p. 295-325.

PROST, A. Sociale et culturelle indissociablement. In: RIOUX, J-P. et SIRINELLI, J-F. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1996b. p. 131-145.

RÊSES, E. S. Emergência do Sindicalismo docente da Educação Básica no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010. 1CD-ROM.

RODRIGUES, M.L. *Sociologia das profissões*. 2. ed. Oeiras-Portugal: Celta, 2002.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p. 63-92.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 283-313.

SARMENTO, M.J. *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

SEMINÁRIO Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. *Anais eletrônicos...*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010. 1CD-ROM.

SILVA, F.C.T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

SOUZA, A. N. de. Movimento sindical docente: a difícil trajetória. In: LEITE, M. de P. (Org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1997. p. 113-174.

TIRAMONTI, G. Sindicalismo docente y reforma educativa en la América Latina de los '90. In: TIRAMONTI, G.; FILMUS, D. (Coords.). *Sindicalismo docente e reforma en América Latina*. Buenos Aires: FLACSO/Temas, 2001. p. 111-146.

_____; FILMUS, D. (Coords.). *Sindicalismo docente e reforma en América Latina*. Buenos Aires: FLACSO/Temas, 2001.

VAN ZANTEN, A. Interdependência competitiva e as lógicas de ação das escolas: uma comparação europeia. In: BARROSO, J. (Org.). *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa, 2006. p. 193-226.

VIANNA, C. A produção acadêmica sobre a organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *Educação e Sociedade*, Campinas-SP, v. 22, n. 77, p. 100-130, dez. 2001.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXOS

Anexo A – Fac-símile da capa do *Jornal do Professor* (ano 1, n. 2, mar. 1980).



Anexo B – Fac-símile da capa do *Jornal da Professôra* (ano 1, n. 1, mai. 1965).

Jornal da Professôra

órgão da associação de professores primários de minas gerais

ano 1 – maio de 1965 – n.º 1

distribuição gratuita

Complementação traz nôvo aumento

Colega Professôra,

Planejado há muito tempo, sômente agora conseguimos superar tôdas as dificuldades para a impressão do seu jornal.

É mais um empreendimento da sua Associação, com a finalidade de, informando, colocarmo-nos mais perto, mais unidas.

Órgão técnico-classista, levará a você, o mais freqüentemente possível, as notícias de nossas reivindicações, de nossas lutas, de nossas dificuldades, além dos progressos e mudanças no campo da técnica de ensino em seus diversos setores. Vem êle, esperamos, divulgar, renovar e inovar. Pretende ter, em você, uma colaboradora e uma leitora assídua. Terá falhas, é claro: mas falhas desculpáveis, involuntárias, devidas tão sômente à nossa inexperiência neste setor. Insuficientes, porém, acreditamos, para ofuscar a boa vontade de quem o faz; aliás, não é preciso que êle seja grande ou rico para poder crescer e se tornar querido. Vamos querê-lo porque êle é um órgão de consultas, de orientação, gratidão e de esclarecimento sôbre seus direitos, assim como lembrete para nossos deveres, uma comunhão de uns com outros, um misto de advogado e mestre; por êle você verá que nossos desvelos e sacrifícios não foram vão, pois a classe se une e se afirma cada vez mais; será o eco da voz da mestra que, cansada de tanto haver falado às crianças, encontrará, agora, meios de fazê-la chegar até você.

Contamos com seu apoio: para isso aguardamos sua opinião e, se necessário, sua crítica construtiva – é evidente. Para que o seu jornal seja cada vez mais perfeito e mais digno de ser o jornal da mestra, o seu jornal.

Marta Nair Monteiro – Presidente da APPMG.



A deputada Marta Nair Monteiro inaugurou sábado – em reunião que contou com a presença de todo o professorado primário de Juiz de Fora e de cidades vizinhas – mais um núcleo da Associação, depois de fazer uma prestação de contas dos trabalhos realizados sob sua presidência na APPMG: os entendimentos iniciais para a fundação do nôvo núcleo mostraram esclarecimentos sôbre a complementação, além do início da arregimentação de sócias, em animado debate no auditório da Faculdade de Direito.

Depois de sete meses de prejuízos, em relação a outros servidores do Estado, as professoras primárias vão ganhar nova tabela salarial, através de “complementação”: quatro reuniões da presidente da APPMG – Marta Nair Monteiro – com o governador Magalhães Pinto trazem agora a revisão dos vencimentos anteriores, que variam em 50 por cento, através de estudos que exigem a diferença salarial devida desde outubro de 1964.

Essa exigência – feita a partir da organização administrativa do Estado, com a lei 3 214, que classifica os cargos – vai rever o tratamento injusto e parcial ao magistério, permitindo o reajuste da tabela em vigor, em próxima votação na Assembléia Legislativa.

A rápida tramitação do projeto dependerá de “quorum”, devendo o professorado mineiro entrar em contato com os deputados conterrâneos, a fim de que não sejam apresentadas emendas. •

COPROMIG: casa própria êste ano

UMA reunião da comissão da COPROMIG – Cooperativa dos Professores de Minas Gerais – vai formular, dentro dos próximos dias, os novos estatutos para aquisição de casa própria para o professorado mineiro, através de financiamento pela Caixa Econômica Estadual, de acôrdo com nova orientação do Banco Nacional de Habitação. A srta. Sandra Cavalcanti – presidente do BNH – será consultada esta semana, por ocasião de sua visita a Belo Horizonte, quando a presidente da APPMG – dep. Marta Nair – pedirá uma resolução imediata para o problema habitacional dos professores primários de Minas.

Anexo C – Fac-símile da capa do Módulo III (ano 1, n. 1, ago. 1979).

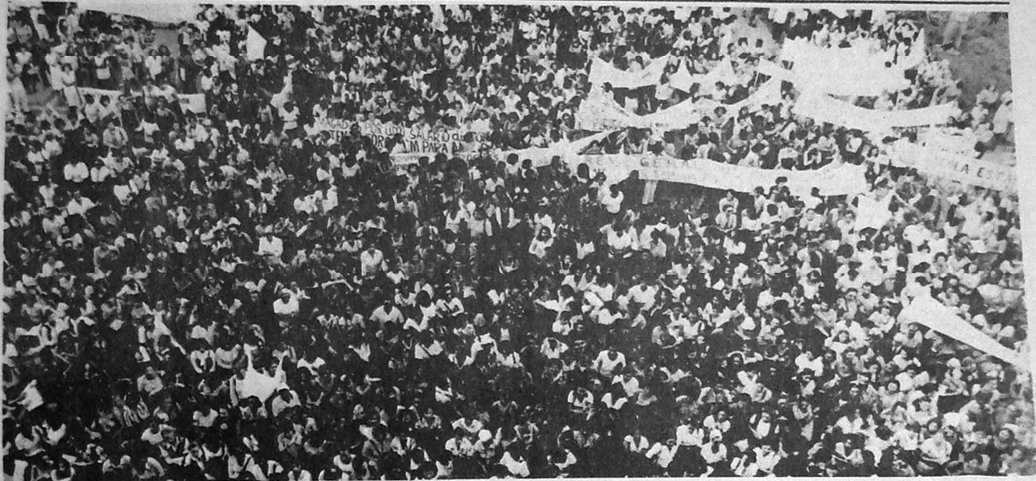
Jornal da união dos
trabalhadores do ensino
de Minas Gerais.

MÓDULO III

O terceiro momento do professor

tiragem - 20.000

ANO I
Belo Horizonte - agosto/79
nº 1



A GRANDE AULA

(1) O que foi o nosso congresso.

página 3

A Luta Continua

Este é o primeiro número do Módulo III, jornal da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais - UTE-MG — o nosso jornal. Por que módulo III? Chama-se módulo I ao tempo dispendido nas salas de aula, Módulo II ao tempo de permanência obrigatória nas escolas. Pretendemos criar com Módulo III um novo momento para os profissionais do magistério, para todos os educadores.

Um momento em que cada um de nós possa refletir livremente sobre os problemas que nos afetam. Um momento em que cada um de nós possa informar-se e preparar-se melhor para o grande combate da EDUCAÇÃO, com maiúsculas. Um momento de reflexão para a luta, no mais vívido e maduro sentido da palavra.

MÓDULO III: instrumento de defesa dos nossos interesses, por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

MÓDULO III: estímulo ao debate franco, à discussão sem censura de todas as questões ligadas ao processo de ensino-aprendizagem.

MÓDULO III: veículo de informações e intercâmbio entre todos os colegas do Estado, sempre visando aprofundar nossa união, fortalecer os laços de fraternidade recentemente conquistados.

MÓDULO III: estímulo ao conhecimento da nossa realidade social, à integração com todos aqueles que, como nós, vivem do seu próprio trabalho e acreditam na força da união e da solidariedade.

MÓDULO III: jornal do profissional de ensino para o profissional de ensino, o que só se tornará realidade através da participação e colaboração ativa de todos.

MÓDULO III: é fruto da nova realidade que vivemos depois do movimento grevista do 1º semestre. E traz consigo os mesmos objetivos, a mesma disposição tranqüila mas firme de não permitir que ninguém trate a pontapé o magistério mineiro.

Veículo e espelho da nossa consciência de classe, eis o Módulo III. Jornal do novo magistério mineiro.

(2) Estatuto provisório: leia e discuta.

página 4 e 5

(3) A UTE-MG e as lutas da classe.

página 2, 6 e 7

Anexo D – *Fac-símile* da capa do *Boletim da UTE-MG* (n. 1, nov. 1979).

BOLETIM DA UTE-MG

ORGÃO INFORMATIVO DA UNIÃO DOS TRABALHADORES DO ENSINO

ANO 1

DE MINAS GERAIS.

Nº 1

EDITORIAL

Eis o nosso primeiro Boletim informativo quinzenal. Ele vem somar-se ao MÓDULO III - nosso jornal mensal - na tarefa de colocar à disposição dos nossos colegas de todo estado variados instrumentos de debate e informações.

O MÓDULO III tem a pretensão de discutir e aprofundar os assuntos que enfoca. Para isso, dispõe de espaço (12 páginas) e condições técnicas (impressão gráfica), além da ampla tiragem (20 mil exemplares). Este Boletim informativo é mais modesto: quer apenas informar, de maneira clara e ágil sobre todos os assuntos, por mais miúdos que pareçam, de interesse do professor e demais profissionais do Magistério.

Nesse sentido terá espaço mais reduzido, linguagem sintética, impressão mimeográfica. Deverá ser distribuído na capital e interior, através da Sede Estadual e das Sedes Municipais da UTE-MG. Nele estarão igualmente as resoluções de Diretoria como assuntos de interesse da categoria como um todo. Desde já está aberto à colaboração de todos os colegas, assim como espera receber a crítica construtiva e fraterna que é o apanágio do Educador.

Anexo E – Fac-símile da capa do *Jornal da UTE – Juiz de Fora* (ano 1, n. 1, out. 1979).

JORNAL DA
Ute
Nº 1

JUIZ DE FORA

BOLETIM INFORMATIVO DA UNIÃO DOS TRABALHADORES DO ENSINO

A LUTA PELA EDUCAÇÃO



O "Jornal da UTE" inaugura seu primeiro número com a história da luta do professor mineiro e juizto rano em favor de melhor educação. Luta que não começou com nossa greve passada mas que tem nela um dos seus grandes momentos. E para contar parte desta luta a cada número falaremos de uma escola da cidade ou da região. Neste número Um escolhemos uma grande escola, um grande problema a ser resolvido: a E.E. São Vicente de Paula do bairro São Vicente, a Borboleta. Escorada há um ano a Escola protege seus 400 alunos, funcionários e professoras como consegue. E segue dando aulas para todo um bairro enquanto a prefeitura e estado discutem quem deve se responsabilizar pela construção de um novo prédio. Discussão longe das escoras, é claro. - PÁG. 3

**EDUCAÇÃO
SEM
ESPECIALIZAÇÃO**

**OS NÚCLEOS DA
UTE
NA ZONA DA MATA**

4

PÁGINAS

2

**SAUDADES
DA
GREVE**

**AGUARDANDO PROMESSAS
DO SR. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS**

ASSOCIE-SE A UTE